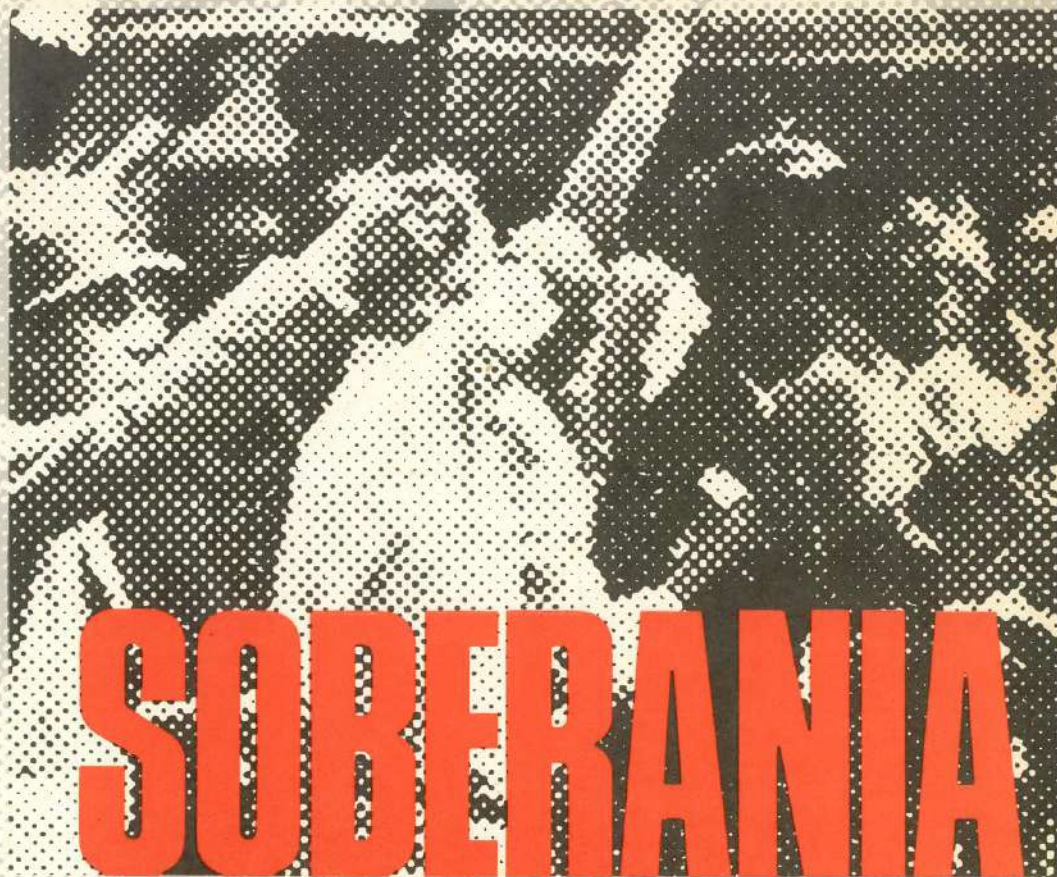


J.W. Bautista Vidal



SOBERANIA E DIGNIDADE



VOZES

RAÍZES DA SOBREVIVÊNCIA



Ler Bautista Vidal torna-se sempre um inusitado prazer para qualquer tipo de leitor. Seu estilo e seu conteúdo levam a inimagináveis aventuras pela realidade brasileira.

Dotado de uma especial característica em sua inteligência — a raridade —, agora, neste livro, ele é capaz de nos convidar simultaneamente ao Brasil-colônia, às minas de ferro no interior do País, ao Golfo Pérsico, ao Plenário do Senado Federal, a um laboratório de testes, a uma aldeia de índios caia-pós, a um plantio de cana-de-açúcar e, até mesmo, ao divã de Freud.

Tudo isto, como um sutil e sagaz guia que vai nos levando pelos caminhos reveladores das tristes seqüelas que vêm sendo deixadas pela nossa história, pela opção de um "modelo" de crescimento que, ainda hoje, nos reduz a eterno "país em desenvolvimento", não sem um porquê muito bem orquestrado, segundo ele.

Eloquente em suas críticas, Bautista Vidal não poupa tempo nem instituições; mais do que isto, aponta hora e lugar aonde se iniciaram extermínios quase fatais à solução da crise energética brasileira, por exemplo. E ao mesmo tempo em que é capaz de ser pontual, tudo o que afirma está inserido no contexto perfeitamente aclarado e didaticamente exposto; nenhuma análise é isolada, e não se pode supor qualquer ingenuidade ou precipitação. Muito ao contrário, suas observações situam-se no panorama nacional e internacional,

SOBERANIA E DIGNIDADE:

Raízes da sobrevivência

Sr. José,

Uma assinatura
em Campo Grande

reunidos de você.

Murici e Pádua.

09.22.95



R. José Serrano
Navarro, 354 - C
Fone: (83) 243-573
Castelo Branco III



IBGE
Fundado
1951

Revisão da sobrevivência

SOBREVIVÊNCIA E DIGNIDADE

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

J. W. Bautista Vidal

SOBERANIA E DIGNIDADE:

Raízes da Sobrevivência

*Ordem e liberdade são valores essenciais
para a sobrevivência do povo
brasileiro, pois a cultura, composta
de indígenas, africanos, europeus,
asiáticos, americanos, etc., é a base
da nossa identidade nacional.*



Petrópolis

1991

© 1991, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Copidesque
Névio Fiorin

Diagramação
Daniel Sant'Anna

ISBN 85.326.0711-X



Este livro foi composto e impresso
nas oficinas gráficas da Editora Vozes Ltda.
em novembro de 1991

AGRADECIMENTOS

Este livro foi escrito em
Brasil, por meio de concessão de
administrativas e Cartões de
em 1946/47, do seu Curso de
pedagogia. Sua realização foi for-
tíssima, no mesmo sentido.

Desta agradecimentos, pro-
prietários, ao grande trabalho
profissional desta obra.

Agradeço a Sr. Maria Cândida Brandão pela assistência técnica preliminar
desta obra, a Clotilde Ferreira Paiva pela assistência técnica final e a Clotilde
Augusta de Rosa Silva pela a que levou a luz a esta obra e todos os cuidados
e atenção.

Finalmente, agradeço de muito a quem se tornou a minha amiga, Sr. Maria
Andréia Serpa, pela "Póli" e a transformação em "Póli" e em
Brasil.

*Dedico este livro à cultura ibérica,
forjadora de civilizações, e ao povo
brasileiro, raça universal, composta
de indígenas, latinos em geral, ne-
gros, centro-europeus, árabes, orien-
tais e da maravilhosa miscigenação
dessas raças e culturas resultante.*

Boa Vista, maio de 1947.

João Walter de Almeida

AGRADECIMENTOS

Este livro foi concluído graças ao suporte da Fundação Banco do Brasil, por meio de convênio que mantém com o Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade de Brasília, onde lecionei, em 1990/91, no seu Curso de Mestrado, a disciplina Administração Prospectiva. Seu conteúdo foi fortemente influenciado pelos debates que mantivemos, no mesmo período, no Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB.

Devo agradecimento profundo a Mário Augusto Santos e, de modo póstumo, ao grande Sebastião Simões Filho, pelas agudas críticas à versão preliminar deste livro.

Agradeço a Tereza Cristina Brandão pela carinhosa revisão preliminar deste texto, a Carmen Soriano Puig pela cuidadosa revisão final e a Carlos Augusto da Rosa Silva pela árdua tarefa de digitação e inúmeras correções e acréscimos.

Finalmente, agradeço de modo especial ao General Antônio Carlos de Andrada Serpa, pelo "Petit Mot" que se transformou em Prefácio a este livro.

Brasília, julho de 1991

José Walter Bautista Vidal

“A América Latina não quer ser nem tem por que ser objeto da história, e não há nada de quimérico que seus desígnios de independência e originalidade se convertam numa aspiração (...) por que a originalidade nos é negada com todo tipo de suspicácias em nossas tentativas tão difíceis de mudança social? (...)

E, no entanto, frente à opressão, a nossa resposta é a vida. ...nem mesmo as guerras eternas através dos séculos e séculos conseguiram reduzir a vantagem tenaz da vida sobre a morte. ...Ao mesmo tempo os países mais prósperos conseguiam acumular poder de destruição suficiente para aniquilar... a totalidade dos seres vivos que passaram por este planeta de infortúnio. (...)

Frente a essa realidade assustadora..., nós, inventores de fábulas, nos sentimos no direito de crer que ainda não é demasiado tarde para empreender a criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida, ...”.

GABRIEL GARCIA MARQUEZ, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura.

SUMÁRIO

A GUIA DE PREFÁCIO — Antônio Carlos de Andrada Serpa, 11

Capítulo I — ESTADO DE DELINQUÊNCIA, 17

- História como essência, 17
- Imenso potencial, paradoxal resultado, 28
- Infundável transição, 34
- Admirável “Brasil” novo, 37
- “Narcisismo em tempos sombrios”, 40
- “O anjo exterminador”, 45
- Soberania é fundamental, 47

Capítulo II — ECONOMIA, REALIDADE OU FALSA SIMBOLOGIA?, 49

- A estratégia, 49
- Tecnologia “de ponta”, 60
- Vocações nacionais, 62
- O superpoder financeiro e a decadência dos EUA, 66
- Excesso de moeda e falta de energia, 70
- O desastre por vir, 72

Capítulo III — PODER NEOCOLONIAL, 75

- “Modelo” perverso, 75
- Divisão internacional do trabalho, 79
- Estabilidade das democracias contemporâneas, 80
- Vencedores e derrotados, 81
- Montagem da dívida, 82

Política econômica neocolonial, 86
Ciência e "tecnologia", uma fantasmagoria, 90
"Invasão" estrangeira e resistência nacional, 92
Retrocessos, 95

Capítulo IV — PODER ENERGÉTICO DOS TRÓPICOS — FUTURO DO PROÁLCOOL, 97

Quadro de referência, 97
O Sol, principal fonte de energia, 98
Incômodas indagações, 99
Exigências institucionais, 105
Perfil energético brasileiro. Principais deformações, 108
Potencialidades dos trópicos. Pressões externas, 114
Políticas de tarifas: instrumento do poder hegemônico, 118
A crise real, 122
A guerra, 124
A gênese, 128
Prospectivas energéticas renováveis brasileiras, 133
Meio ambiente e o futuro do Proálcool, 138

Capítulo V — CIVILIZAÇÃO SOLIDÁRIA DOS TRÓPICOS — RESPOSTA À BARBÁRIE, AO GENOCÍDIO E AO "MODELO" ECONÔMICO, 140

Arrogância do homem cartesiano. Postulados do Iluminismo.
Povos dependentes, objetos da história, 140
Neocolonialismo e minoridade política, 147
Superioridade dos trópicos, 150
Revisão do conceito de território, 153
Fluxos energéticos e riqueza biológica nos trópicos, 159
Planeta Terra, ser vivo inteligente, 162
Incongruências das teorias econômicas ou impossibilidade
civilizatória?, 164
"Modelo" servil e barbárie, faces de mesma moeda, 166
O equilíbrio energético amazônico e o interesse hegemônico
internacional, 175
A agricultura industrial, a fome no mundo e a mistificação
inflacionária, 181
A sabedoria científica dos índios. Apêê e chacras, 184
A lógica predadora, 188
Estresse social e ecológico. Estados de entropia, 196

A GUIA DE PREFÁCIO

Meu caro Bautista, saúde e paz!

Somente há três dias pude ler o seu trabalho. Fi-lo de um jato, como quem lê um conto de Poe ou um romance de Agatha. (...)

Meus parabéns! Está uma beleza! Merece ser traduzido e vendido em toda nossa América ibérica, índia e negra. (...)

Andrada Serpa

P.S. Bautista, aí vai o "Petit Mot" que você me pediu sobre o seu trabalho. Pode publicar sem medo.

Borda do Campo, 1º de maio de 1991

Andrada Serpa

SOBERANIA E DIGNIDADE: RAÍZES DA SOBREVIVÊNCIA

Quando o professor Bautista Vidal, há quase quatro anos, publicou o seu primeiro livro *De Estado Servil a Nação Soberana*, com o subtítulo "Civilização Solidária dos Trópicos", disse-lhe e repeti, falando a todos os auditórios Brasil afora: este livro ficará em nossa História como *Os Sertões* no início do século e *Casa Grande e Senzala* na década de 30. Foi extraordinário esforço que desbravará o seu caminho, apesar de toda a traição da comunicação social e dos chamados "intelectuais" a serviço do capital internacional.

O que encanta nesse ilustre descendente de galegos de Pontevedra, a par da notável cultura técnica, conhecedor que é dos campos da química,

física, termodinâmica e do processo tecnológico, é essa garra de lutar pelo Brasil, em defesa dos brasileiros sofridos, marginalizados e espoliados.

Sustentam esta "virtud" conhecimentos humanísticos que dele fazem autêntico continuador da obra de Vives, Gracián e Quevedo, nesses tempos de crise: a maior da nossa história, desde a Independência. Crise que os brasileiros enfrentam — quase sempre sem identificar suas causas — em defesa da Soberania, Integridade, Identidade e Cultura Nacionais.

Quem conhece a natureza férvida do professor Bautista Vidal mal concebe como tenha conseguido escrever este *Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência* com tal equilíbrio, equanimidade e imparcialidade, sopitando a profética indignação e deixando na penumbra os verdadeiros responsáveis pelo grau de abandono a que foram relegados os verdadeiros interesses nacionais.

O modelo dependente devemos-lo ao presidente Juscelino ao entregar às corporações transnacionais as poderosas indústrias do automóvel e naval. Seguiram-se o esfacelamento da auspiciosa indústria farmacêutica, adubos, defensivos agrícolas, graxas, tintas e tudo o mais. Tenho autoridade para dizê-lo pela isenção com que sempre me referi ao Presidente, em trabalho publicado sobre as Forças Armadas pela Folha de São Paulo e em pronunciamento público em Brasília, quando seu nome era proibido, agradecendo em nome da Escola Superior de Guerra, em 1971, no Palácio Buriti. Disse-me mais tarde o prof. Celso Brant que ele pretendia voltar ao Governo, em 1965, justamente para enfrentar o domínio das transnacionais.

Em 1976, assisti pela TV o presidente Geisel, dócil à pressão das Sete Irmãs e de seus acólitos, abrir aos contratos de risco a exploração do petróleo da plataforma continental e da bacia amazônica. Estava contrafeito e, o que não era a sua postura imperial, hesitante. Na ocasião externei para meus familiares: "Meu Deus! como não sente que este pronunciamento deveria ser uma clarinada de convocação dos brasileiros para esta energia nova (o Proálcool foi lançado na mesma ocasião), início de nossa independência energética". (...)

O que impede a saída da crise em que estamos há 18 anos atolados, o que é antinacional e gera a verdadeira inflação e todas as demais distorções da ação governamental, é a manutenção do modelo dependente do presidente Juscelino, continuado nos governos militares, Sarney e agora agravado com Collor. Trinta e cinco anos de experiência frustrada evidencia o seu fracasso. (...)

Como deve ser melancólico para o professor Bautista Vidal, grande artífice de uma política industrial que terminaria impondo a mudança do modelo econômico, assistir ao que chama "o desmonte", senão a destruição dessa política. (...)

Relegado ao ostracismo, não deixou o professor Bautista Vidal a sua luta pelo Brasil. Figura preponderante de pronunciamentos cívicos anteriores: "Em defesa da Nação ameaçada" de 19 de dezembro de 1980; do "Movimento Nacionalista Democrático" de 13 de dezembro de 1983, quando leu, em Curitiba, em sessão pública o Manifesto de lançamento do Movimento; e às vésperas do segundo turno da eleição presidencial de 1989. Exerce, agora, atividade onímoda no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Brasília e leciona cursos de graduação e pós-graduação sobre questões estratégicas brasileiras. (...)

Se o velho lutador do amor da Pátria pudesse levar alguma achega aos que viessem a ler *Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência* diria que o lume e a âncora dos nacionalistas de hoje seriam os mesmos que o gênio político do Patriarca José Bonifácio, tantas vezes citado no livro, indicou à geração da Independência:

- manter a unidade;
- defender a soberania;
- criar a Nação homogênea.

Tudo tão atual hoje como em 1822! Haja visto os políticos que desejam separar o Nordeste e o Rio Grande, os que mantêm tanta desigualdade social, modelo econômico dependente, mercado interno estreito e discriminador, saúde e educação precárias, quarenta milhões passando fome e, pior do que tudo, os constantes agravos à Soberania Nacional.

Provam-no esses visitantes de "nações amigas" que, à nossa cara, dizem:

- não podem subsidiar sua agricultura e sua indústria;
- não podem plantar tanto grão (super-safra no governo Sarney);
- têm de privatizar suas poderosas empresas;
- têm de se abrir ainda mais ao capital estrangeiro;
- têm de reservar o seu mercado para nossas patentes de fármacos;
- têm de esterilizar suas mulheres;
- têm de acabar a reserva de mercado de informática;
- têm de privilegiar o nosso soft;
- têm de se submeter aos bancos credores, ao FMI e ao Clube de Paris;
- não podem estabelecer diferenças entre as empresas nacionais e as nossas;
- não podem cobrar o preço da energia elétrica de Tucuruí pelo seu custo, para garantir para nós preços convenientes do alumínio;
- têm que manter Moreira Sales como dono das jazidas de nióbio de Araxá, que valem cinco dívidas externas do Brasil;
- têm de manter irrisório o preço de exportação do quartzo de 1ª qualidade, fundamento da indústria eletrônica mundial e quejandas.

Tudo isto sempre para o nosso bem, para ingresso do Brasil na modernidade e no Primeiro Mundo! Pouco importa que os países atualmente ricos fundamentaram o seu progresso no protecionismo e no subsídio. Que o Japão, mesmo humilhado com a ocupação militar, não tenha permitido que os americanos se apossassem de seus bancos e de suas empresas; que o seu Ministério de indústria (o MITI) seja o poderoso condutor da política industrial, a mais nacionalista; que os badalados tigres asiáticos não tenham entregado a estrangeiros as empresas fundamentais e as mais dinâmicas de sua economia; que ninguém subsidia em maior escala seus produtos agrícolas do que os EUA e a Comunidade Econômica Européia.

Ao contrário, e é evidente da leitura do livro do professor Bautista, todos os nossos governos, há 35 anos, obedecem a recomendações que lhes são ditadas, mais ou menos servilmente, tendo Delfin Neto, com o chamado Projeto 2, com bancos estrangeiros, chegado a vergonhoso extremo de humilhação e covardia. Particularmente, depois do governo Médici, a situação do povo se agravou crescentemente, chegando ao extremo da desesperança e do abandono. A violência, as drogas, os seqüestros, a ingovernabilidade das grandes cidades são consequência da estrutura social extremamente injusta. Após tantas decepções, em país tão rico, sobretudo de recursos energéticos, que faltam às nações hegemônicas, como não desconfiar que o modelo dependente faliu? (...)

O livro *Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência* é definitivo para a questão fundamental. Vai ficar na História das Idéias no Brasil! Que não seja apenas profético! Lido pelos grandes empresários brasileiros; pela classe média, sobretudo profissionais liberais, militares, funcionários, pequenos e médios industriais, negociantes e fazendeiros; debatido pelos universitários de todo o Brasil, poderá inspirar a procura de nosso destino de nação próspera, poderosa e justa.

Trata-se da aquisição por todos da Consciência Nacional que possibilite a Mobilização da forte Vontade Nacional existente, embora amortecida por tantos desenganos. A classe média está derrotada e sem rumo, a auto-estima desapareceu, a desordem chegou ao âmago das famílias, não se acredita em nada e em ninguém. Entretanto, o povo, essa mescla indiscriminada de brancos, negros, índios e japoneses, continua de mobilização fácil.

Procurando resumir a complexidade do que o professor Bautista Vidal ensina, diria: os recursos mundiais são finitos; as nações ricas fundamentam seu poder e riqueza no petróleo, não renovável e em extinção; desperdiçaram perdulariamente o que possuíam; reconhecem ser altamente poluídores, em seus territórios, os geradores atômicos e o uso do carvão; porém, querem manter o alto padrão de vida de seus povos. Fazem-no pela espoliação dos países pobres, cujos recursos abundantes são intencionalmente

desvalorizados. Não são beneficiados na natureza por recursos energéticos renováveis. Mantêm essa espoliação por meio de sistema financeiro internacional falido, da degradação das relações comerciais de troca e da manutenção do modelo dependente imposto. Valorizam a tecnologia própria e criaram a Trilateral para protegê-la. Em contrapartida, as nações dos trópicos dispõem, graças ao Sol, de recursos energéticos limpos, renováveis e abundantes. (...)

Na magistral lição do prof. Bautista Vidal não há, nem haverá, nenhuma solução para a inflação dentro do Sistema Financeiro Internacional, nem mesmo no mais poderoso entre os países pobres, o Brasil. País continente com inesgotáveis recursos energéticos, será tratado sempre com rudeza, até a rendição final que vai ocorrendo. Mesmo que qualquer desses planos antiinflacionários viesse a dar certo, um simples jogo do FED nessa economia irreal, por decisão política, lançaria de novo o Brasil em novo surto inflacionário. (...)

Só a mudança do modelo dependente por outro auto-sustentado, fundamentado em nossos recursos humanos e materiais, imensos e permanentes, nos salvará. Conquistar a independência energética com os recursos renováveis, inesgotáveis, e a tecnologia com a inteligência brasileira. Descentralizar e descentralizar o Brasil.

O problema mais urgente é acabar a fome dos brasileiros. É o mais fácil e de resposta quase imediata, conjugando-o com a produção de energia renovável. O melhor negócio do mundo, e mais estratégico, é vender energia. Já se tem estudado profundamente no Brasil o modelo de fazendas auto-suficientes em adubos, rações e toda forma de energia, abrigando grande número de famílias. Haverá reversão para o interior das populações marginalizadas das grandes cidades. Estas tornar-se-ão governáveis. Haverá acumulação de capital nas pequenas e médias cidades do vasto interior continental do País. Voltará a paz às cidades e às famílias, mercê de Deus, a esperança e a fé no Brasil renascerão.

Borda do Campo, 1º de maio de 1991.

Antônio Carlos de Andrada Serpa

CAPÍTULO I

Estado de delinquência

HISTÓRIA COMO ESSÊNCIA

A Proclamação da República do Brasil ocorreu sem previsão; induzida pela força crescente da República do Norte, trouxe o fortalecimento da economia liberal, lá vitoriosa. O liberalismo se tornaria entre nós ideologia que, em todo século XX, operaria como instrumento de dominação através do poder econômico-financeiro, com centro imperial nos EUA. Até o nome de República dos Estados Unidos do Brasil, transplantado e impróprio, foi utilizado. Este predomínio hegemônico afastou-nos de ligação mais estreita com a Europa — salvo com a Inglaterra, neste caso por subjugação — apesar das conexões que a família real mantinha com o poder europeu. Na realidade, a relação colonial com o Império Britânico já estava consolidada no início do século XVIII.

A Independência do Brasil, ocorrida 67 anos antes, não deu margem a grandes inovações ou mudanças, pois Portugal já se encontrava submetido ao controle econômico inglês, simbolizado no tratado de Methuen. A "Pax Britannica" tudo conduzia na direção de seus interesses. O reconhecimento de nossa "independência" pela Inglaterra implicou transferir para nós a dívida portuguesa com esse país. A dependência, disto decorrente, estabeleceu dinâmica de dominação externa que nos acompanha até hoje, salvo em breve período do Presidente Vargas.

O status de colônia, entretanto, poderia ter sido alterado quando da vinda do Príncipe Regente para o Brasil, não fossem as circunstâncias em que ocorreu, pois, anteriormente, já nos tinham transformado em colônia de uma colônia, pela subjugação de Portugal ao domínio da Inglaterra. Assim, o Brasil saiu do controle de metrópole decadente para outra de poderio ascendente, a pérfida Albion. Por todo o século XIX e até o pri-

meio quarto deste século, a Inglaterra dominou sem limites, não deixando qualquer chance ao nosso povo de participar da primeira revolução industrial, apesar da extraordinária visão de José Bonifácio de Andrada e Silva, no início do século XIX. Tivemos, então, como marcante fator político impeditivo, a "Abertura dos Portos", com tarifas favorecidas aos produtos ingleses, o que inviabilizou o nosso desenvolvimento por mais de um século. Ou seja, a inserção na economia hegemônica da época nos infelicitou ao nível de impedir a ascensão do Brasil à categoria de nação soberana. Vejamos como ocorreram esses fatos históricos.

O processo que permitiu à Inglaterra realizar a Primeira Revolução Industrial fundamentou-se em duas medidas essenciais cautelares: proibição de exportação de matérias-primas, que eliminava possíveis concorrentes externos, e confisco de qualquer produto manufaturado importado. As circunstâncias eram de baixa concorrência e sem influência alienígena no mercado interno. Ademais, as indústrias inglesas nascentes detinham vantagens comparativas e foram favorecidas no mercado internacional por marinha mercante hegemônica. O domínio econômico sobre países com posições vantajosas no comércio de suas colônias, como Portugal, por exemplo, fazia parte da estratégia inglesa que visava a sua industrialização e, como consequência, a hegemonia mundial.

Em 1654, Cromwell impôs a Portugal, pela força, tratado econômico que o subjugava à Inglaterra. Disto resultou dependência externa que chegou a dificultar o alcance de condições mínimas para garantir a subsistência de seu povo. A estrutura portuguesa de comércio passou ao controle de mercadores ingleses. O país ficou reduzido à classe rica, esbanjadora e corrupta, e a povo empobrecido e sem perspectivas de futuro, apesar de suas ricas colônias. Assim, no nosso caso, o poder passou a ser detido pela Inglaterra.

Essa situação consolidou-se em 1703 pelo tratado de Methuen, em que Portugal se restringia a exportar vinhos e entregava o seu mercado interno e o de suas colônias ao domínio inglês. Desse modo, nos 150 anos que durou, esse tratado converteu Portugal em colônia da Inglaterra, para onde se dirigia grande parte do ouro brasileiro.

Os privilégios concedidos pela Corte portuguesa à Inglaterra foram aumentados e consolidados como consequência da fuga da família real para o Brasil, promovida e forçada pelo poder inglês. As arrogantes condições impostas pelo embaixador Stangford, sob as miras do almirante Smith, foram posteriormente consagradas pela Abertura dos Portos brasileiros, em 1808.

Essa extravagante fuga da Corte deu-se com o abandono do povo português a sua sorte. A única voz viril foi a da demente Maria I: "Não corram, senão o povo irá pensar que estamos fugindo". E, "antes de fugir,

não deveríamos tentar resistir?" Tudo se deu pela proximidade de Lisboa de Junot, general de Napoleão, no comando de uma tropa de mil e trezentos homens. Foi o que restou de um exército de vinte e três mil. Esse aglomerado de Brancalione mais parecia "sombrio rebutalho", com mínimas possibilidades de combate. Mais lembrava "a evacuação de um hospital do que um exército que marchava para a conquista de um reino".

Foi nessas circunstâncias que o poder inglês forçou a fuga do príncipe regente Dom João e de sua Corte. Dela resultou o aumento do poderio inglês sobre o Brasil, pouco depois consolidado na Abertura dos Portos brasileiros. Este foi o clima que envolveu a abertura, modo de integração, à época, à economia internacional. Pura modernidade. Os benefícios que trouxe foram para a Inglaterra, que ficou com o monopólio do comércio externo brasileiro e se apoderou do mercado interno de demandas de manufaturados. A cidade do Rio de Janeiro virou entreposto mercantil inglês, com ação na América hispânica e nas possessões lusas da África e da Ásia. Nessas circunstâncias, ao consumo ilimitado de produtos estrangeiros por uma pequena minoria, contrapunha-se a miséria do povo.

Sob pressão inglesa, visando garantir mercado para seus produtos, em 1785, Maria I decretou: "Eu, a Rainha, hei de bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de tecidos (...) sejam extintos e abolidos em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil".

O Patriarca, além de propugnador de reforma educacional profunda, o que teria preparado o País para desempenhar papel decisivo no século XX, iniciou no sul de Minas Gerais processo de industrialização com a instalação de altos-fornos, 50 anos antes da primeira siderurgia japonesa. Eles foram, entretanto, desmontados por indução do poder inglês. Essas iniciativas levaram o Patriarca ao exílio e, conseqüentemente, o programa educacional nunca foi executado. Muitas tentativas semelhantes foram realizadas posteriormente em nossa história, todas, entretanto, foram desmanteladas, sempre por indução de forças externas.

Apesar de tudo, o Brasil procurava seus caminhos, talvez ainda conseqüência de resquícios da grandeza portuguesa dos séculos XIV, XV e XVI. Esta, porém, não era a visão de setores influentes da sociedade que, de costas para nossa realidade, viviam deslumbrados com Paris. Entre eles, corrente de políticos liberais influenciados pelo aumento de poder da República norte-americana e, especialmente, positivistas e maçons.

Assim, do mesmo modo como a independência de Portugal nos vinculou à metrópole imperial mais abrangente e implacável, a Proclamação da República, sem nos libertar da Inglaterra, prendeu-nos ao liberalismo norte-americano, pragmático, mercantil, poderoso, arrogante e neocolonizador, o que veio a demarcar nosso País, por todo este século, como periférico do poder imperial dos EUA. Esta situação se aprofundou ao final

da Segunda Grande Guerra com a transferência do controle financeiro internacional da Inglaterra decadente para os EUA. O marco definidor dessa nova fase foi o tratado de Bretton Woods, em 1944. Ele impôs as regras de um sistema financeiro internacional em que a moeda de um país, o dólar norte-americano, se sobrepunha arbitrariamente a tudo, em sistema expropriador jamais imaginado, especialmente quando, em 1971, o Presidente Nixon, de modo unilateral, o desvinculou do padrão ouro. Com este controle, foi fácil montar a gigantesca dívida externa do Terceiro Mundo, especialmente dos principais países ibéricos da América. Deste modo, nesse sistema, não se pode ir muito longe. Caso fosse superada a presente dívida externa, outras poderiam ser artificialmente montadas, sem qualquer possibilidade de defesa para os povos subjugados a tal processo. A profundidade do arbítrio somente nos deixa, como caminho da libertação, a alternativa do afastamento desse espúrio sistema.

Em contundente análise histórica, evidenciando as causas de nosso subdesenvolvimento, na sua despedida do Congresso, em dezembro de 1990, o senador Severo Gomes assim sintetiza essas questões:

Como a Inglaterra conseguiu acumular riquezas e tornar-se uma potência incontestável em sua época? Já em fins do século XV suas leis mercantilistas prescreviam a proibição de quase tudo que não era produzido no território inglês. A rainha Elizabeth I determinava que o trabalho nacional deveria ser sustentado energeticamente e que os tecidos só poderiam ser exportados depois de tingidos e preparados. Todas as mercadorias estrangeiras deveriam ser trazidas em navios ingleses e nenhuma importação poderia ser feita sem que houvesse uma exportação equivalente. Pouco depois, em 1651, Cromwell promulgava o Ato de Navegação, que reforçou ainda mais as medidas protecionistas e serviu de base ao nascimento do poderio naval britânico.

O protecionismo era tão grande que levou à revolta das colônias americanas. Havia a lei de 1669, sobre as lãs, a de 1750, sobre o ferro, o *Sugar Act*, de 1773, sobre o açúcar, e o *Board of Trade* pretendia impôr restrições também ao chá, ao café, ao vinho, à seda e ao algodão indiano. Os americanos não aceitaram tamanho entrave ao seu desenvolvimento, e se declararam independentes.

Décadas se passaram e, então, foi a vez de os ingleses se queixarem do protecionismo americano. Coube ao Presidente Grant, em 1879, dar-lhes a resposta adequada. Falando na Câmara de Comércio de Manchester, ele foi franco. A Inglaterra serviu-se do sistema protetor durante 200 anos, elevando-o ao máximo. E isto foi correto, porque é a este sistema que ela deve seu poderio econômico... Mas, após esses 200 anos, ela julgou conveniente adotar o livre-câmbio, porque já não poderia tirar mais nada do protecionismo.

Grant não estava fazendo um exercício de retórica, tanto que os EUA se desenvolveram montando um sistema de proteção ainda mais feroz do que o inglês.

Logo depois da independência, Alexandre Hamilton lançava as bases do projeto de desenvolvimento dos Estados Unidos, que foram transformadas em lei em 1789. A ela se seguiram o compromisso de Missouri, em 1820, o *Factory System* de 1824, e a *Tarifa das Abominações*, em 1828, que virtualmente fecharam o mercado americano, reservando-o para seus produtores industriais e agrícolas.

A França, também uma potência daqueles tempos, era regida pelo Código de Michau, no qual se lia que as matérias-primas não se expatriavam e, mercadorias estrangeiras, só aquelas que a necessidade deva nos constranger a tomar de fora.

Enquanto isso, o Brasil seguia rumos diferentes:

Nossa primeira fundição de ferro data de 1597. Eram dois fornos catalães, instalados em Sorocaba, São Paulo, por Afonso Sardinha. Os primeiros em toda América. Mais tarde, já em fins do século XVIII, a siderurgia dava um passo decisivo com a construção dos altos-fornos de Intendente Câmara, de Congonhas do Campo e de Ipanema, que entraram em funcionamento cinquenta anos antes do primeiro alto-forno japonês.

Entretanto, essas iniciativas não prosperaram. Enquanto as demais nações protegiam eficazmente seus mercados, o Brasil era obrigado a abrir seus portos às nações amigas. O episódio até hoje cantado em prosa e verso pela historiografia oficial não passou de uma chantagem da Inglaterra...

O programa de destruição foi muito bem descrito, em 1860, por Eduardo Emílio Zaluar, no livro *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Visitando as ruínas da siderúrgica de Sorocaba, Zaluar diz:

"O que seria, de fato, este ponto, se a fábrica de ferro de Ipanema, convenientemente montada, e aproveitados pela indústria os preciosos produtos de suas minas de ferro, chamasse ainda uma nova concorrência a este lugar, e pedisse o auxílio do trabalho a tantos braços que há no país inutilmente desaproveitados? A fábrica de Ipanema está, porém, extinta... Encontramos por toda parte, em lugar da orquestra animadora do trabalho, o silêncio sepulcral da esterilidade. E, no entanto, como tudo que aí ainda existe é belo e grandioso. Os dois altos-fornos, os encanamentos de água por toda a fábrica, obra de muita dificuldade e arte. (...) Fomos advertidos, de dia, que andássemos com cuidado por causa das cascavéis que se

aninham entre os tijolos quebrados do assoalho. Tudo está em abandono, em tristeza e solidão”.

Ruínas, solidão e cascavéis, enquanto outros países progrediam, debaixo do manto do protecionismo. O Brasil andava para trás, sob o símbolo da primeira política de modernidade. De abertura para o mundo. Por isso perdemos o passo da revolução industrial: Não tínhamos aqui os fundamentos para iniciá-la, de vez que eles foram demolidos pelos competidores externos. Ao tempo da Proclamação da República, tínhamos apenas pouco mais de mil estabelecimentos industriais espalhados por este imenso território.

Para que se possa medir o condicionamento externo nesse processo, basta lembrar que, durante a Primeira Grande Guerra — que tornou problemático o comércio internacional — criaram-se no Brasil, liberto nesse período da ação externa, mais de cinco mil indústrias. Mil em quatro séculos, cinco mil em quatro anos.

Assim foi o passado, assim está sendo o presente. Todas as potências centrais falam em livre-comércio, batem-se nos foros internacionais pela queda das barreiras, exigem que se faça uma nova abertura dos portos. Mas é apenas uma nova forma de chantagem: elas agem precisamente no sentido contrário, quando se trata de seus próprios mercados.

O malogro da Rodada do Uruguai, do GATT, chegou nesta semana (1ª de dez. de 1990) a um impasse. Um punhado de países, que subsidiavam seus produtos agrícolas com cerca de 250 bilhões de dólares por ano, não aceitam a retirada desses incentivos. Só os desavisados se surpreenderam com tal posição.

Na verdade o protecionismo não é regra geral apenas na agricultura. Levantamento recente evidencia que estão em ação pelos países ricos vinte e sete maneiras de estabelecer medidas protecionistas, sem o apelo às barreiras alfandegárias, que são utilizadas para cercar o acesso dos outros a seus mercados internos.

Essas medidas vêm crescendo nos últimos 20 anos. Na Comunidade Européia, essas barreiras não-tarifárias passaram de 15% para 43% das importações, no período 1966/1986. Na Alemanha subiram de 16% para 44%; na Itália, de 13% para 49%; na Inglaterra, de 10% para 42%, sem contar com as barreiras tarifárias.

Os blocos econômicos em formação no mundo moderno, como a Comunidade Econômica Européia (CEE), não estão sendo formados para liberalizar o comércio, mas para restringi-lo. A principal finalidade desses blocos é excluir os concorrentes externos.

Por tudo isso, defendo a tese de que somos subdesenvolvidos porque jamais tivemos um protecionismo como o que marcou a industrialização dos outros países. Entre nós, quando existiram barreiras protecionistas, elas advieram de constrangimentos na balança comercial ou de necessidades do tesouro. A versão original desse conceito é de Roberto Simonsen: "Nunca tivemos uma política tarifária para o desenvolvimento industrial (...)".

Em nome da modernidade do Visconde de Cairú, estamos demolindo agora o parque industrial construído com mais de meio século de sacrifícios de um povo numeroso, que atravessou o tempo voltado para o trabalho (...).

Este é um processo tão violento e coerente que não pode ser apenas filho da eventual ignorância dos que tomam as decisões. Ele está no centro do maior conflito de interesses de que tem notícia a história. Dentro dele, só nesta década perdida, o Brasil pagou mais de cem bilhões de dólares como tributário dos países ricos, sem contar os prejuízos causados pela deterioração das relações de troca.

E conclui Severo Gomes:

Recuso-me a discutir os problemas do varejo, porque todos eles são consequência de uma realidade inegável: *As nossas políticas econômicas jamais guardaram relação com os interesses nacionais, desde os tempos da colônia, por motivos óbvios. Depois da Independência, os "lobbies" sabem por quê. O Brasil sempre foi um retrato de um gigante abobalhado que assiste televisão perdido em um labirinto, sem saber que o labirinto é a sua própria cabeça.*

A grande imprensa e os meios de comunicação de massa não permitiram que a sociedade brasileira tomasse conhecimento do patriótico pronunciamento do digno senador que deixou de sê-lo por pautar sua vida pública no combate a essa vergonhosa realidade neocolonial. O sistema político-eleitoral não tolera este altaneiro comportamento.

A situação de dependência brasileira foi consolidada internamente com o "modelo" de crescimento econômico, adotado na segunda metade dos anos 50, o qual fechou o ciclo do neocolonialismo. Este, de ação mais implacável e perversa em suas consequências, embora sofisticado e sutil, que o colonialismo mercantil que imperou no século XIX, sob o domínio inglês.

Nesse processo histórico de dominação, houve, no entanto, breve interregno que correspondeu ao período que se iniciou na 1ª Guerra Mundial e teve seu apogeu nos anos 20 e se estendeu até o final da 2ª Grande Guerra. Nessa fase, as grandes potências, e aquelas candidatas a sê-lo, se

encontravam absorvidas na disputa pelo poder mundial, indefinido naquele momento. Esse vácuo de poder foi aproveitado pela sociedade brasileira na busca de seus próprios caminhos. Chegou-se a delinear uma dinâmica que levaria à criação de estruturado Projeto Nacional. Infelizmente, esta fértil orientação foi posteriormente desviada para uma sistemática de controle externo, devido à ação do "modelo" de crescimento econômico de natureza dependente, implantado a partir da segunda metade dos anos 50 e, posteriormente, exacerbado pelos governos autoritários, com exceção parcial da primeira fase do governo Geisel, como veremos adiante.

Pelas suas realizações estratégicas, sem dúvida, este período, entre as duas Grandes Guerras, foi a fase mais criativa da nossa história. Nele, ao esboçar-se um projeto coletivo, foram tomadas iniciativas fundamentais para a construção de uma Nação soberana. Seus efeitos ainda perduram até hoje e seus ideais estão bem enraizados no que há de melhor na sociedade brasileira.

Surgiram então as primeiras universidades; iniciaram-se atividades tecnológicas importantes no Instituto Nacional de Tecnologia e em plêiade de Institutos, em São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, etc.; fundaram-se os primeiros centros de pesquisas científicas de nível internacional; despontaram figuras exponenciais de educadores, como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, entre outros; criou-se a primeira Federação de Indústrias, exclusivamente composta de nacionais; surgiu pujante indústria farmacêutica, com autonomia tecnológica e com brasileiros controlando 65% do mercado; conquistaram-se condições que permitiram a construção da primeira siderúrgica, a CSN, cento e cinquenta anos após a tentativa do Patriarca; desenvolveram-se as idéias básicas que levaram à criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), da Petrobrás, da Eletrobrás, da Vale do Rio Doce, da CAPES, do Conselho Nacional de Pesquisas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, entre muitas outras iniciativas estratégicas que representam medidas necessárias à construção de uma nação auto-sustentada.

Tudo isto ocorreu com grande efervescência cultural e política, como se a nação estivesse sendo despertada de longa letargia. Os movimentos deste período tiveram como ápice a Revolução de 30, a maior mobilização civil e militar da nossa história. Precederam-na, nesta fase, a Coluna Prestes, o Levante dos 18 do Forte, a Semana de Arte Moderna, os Movimentos Integralista e Comunista — estes fruto do que ocorria então no campo ideológico, na Europa — e tantos outros exemplos que demonstram a enorme vitalidade da sociedade brasileira quando liberta de acontecimentos impostos pelo poder colonial externo. Para tudo isto, ainda, ajudou a *débâcle* financeira de 29, que enfraqueceu de modo intenso o poder de

intervenção das potências centrais, salvo a Alemanha, e que nos deu liberdade para enfrentar e equacionar nossos problemas.

Saímos da Segunda Guerra Mundial com uma situação financeira invejável. Bastou, entretanto, o Governo Dutra para malgastar em absurdas importações todas as nossas reservas em moeda forte. Esta já era uma evidência de que o poder internacional tinha retomado o controle das decisões. Entretanto, a adoção do "modelo" de crescimento econômico dependente representou a grande derrota nacional. Por meio dele entregamos a forças externas o controle estratégico de parcela de nosso patrimônio, da nossa estrutura produtiva e, principalmente, da sua evolução; devido a objetivos geopolíticos desse poder externo nos transformamos em país periférico. Este "modelo", tão decantado em falsas virtudes, sujeito a "camisa de força" de inadequadas teorias econômicas, condicionou nossas circunstâncias à dependência servil de controles centrais externos. Ele foi essencial na promoção da situação desesperadora em que nos encontramos neste começo dos anos 90.¹ De fato, fundamentado no crescimento econômico "a qualquer custo" ("50 anos em 5" e outras mistificações), foi-se entregando, de modo irresponsável, paulatina e gradativamente, o trabalho dos brasileiros, seu imenso patrimônio de riqueza e o gigantesco potencial de estratégico mercado interno, a forças internacionais. Assumem assim, os nacionais, o ônus do incrível crescimento de ordem econômica, sem adequado escopo ético, cultural, filosófico ou civilizatório. Isto é, caímos em uma armadilha inexplicável, não fosse a sofisticação dos métodos de dominação, a cooptação de brasileiros corrompidos ou firmemente presos ao condicionamento egoísta de seus próprios interesses; ou, então, induzidos por ingênua ilusão de uma cooperação internacional inexistente.

Após 35 anos desse "modelo" econômico que nos transformou na "oitava economia do mundo ocidental", alcançamos a ignóbil sexagésima colocação quanto a objetivos sociais e humanos e perdemos resquício de soberania em questões estratégicas de poder. Ou seja, somos um gigante com os pés de barro, bobo e servil.

Este "modelo" neocolonial tem como grande instrumento estrutural a dependência tecnológica dos países centrais, refletida em gigantesca reserva de mercado ao contrário, contra nós, sempre a favor dos interesses daqueles que a controlam, com centro de poder externo ao País. A nova política industrial do início dos anos 90 propõe rever esta situação, consolidando-a... De fato, ao abrir escancaradamente nossa economia ao domínio dos países hegemônicos, consagra-se a dependência global.

Esta política pretende repetir a façanha dos acontecimentos da Abertura dos Portos, do início do século XIX. Tudo em nome da modernidade,

1. Bautista Vidal, J. W. *De Estado Servil a Nação Soberana*. Petrópolis, Brasília, Vozes, Editora Universidade de Brasília, 1987.

da inserção na economia internacional e do progresso tecnológico. Com essa conceituação, a Revolução Industrial inglesa e tudo o que aconteceu nos últimos 182 anos nos países que deram certo parece piada... Que o diga Martínez de Hoz... Os efeitos de sua política foram desastrosos, sucateou a outrora florescente indústria argentina, deixando o seu povo à mercê de um processo crescente de periferização e miséria. Na História, quando acontecimentos que levaram à Tragédia se repetem, acontecem como Farsa...

Evidentemente, deve-se a uma falsa elite, forjada em longo processo colonial e ao mimetismo cultural de nossa intelectualidade, a situação em que nos encontramos. Resta-nos, por tudo isto, e em nome da dignidade, a procura da libertação, inicialmente pelos meios do convencimento e da análise crítica e, posteriormente, pelos métodos e opções que a história oferece.

Delineiam-se, assim, algumas das principais causas que, no quadro da nossa história, estão na origem das gravíssimas dificuldades que enfrentamos e que nos transformaram em povo à deriva, parte da vala comum do Terceiro Mundo, dos "subdesenvolvidos", conceituação deprimente e imprópria, pois se restringe absurdamente a aspectos exclusivamente de ordem econômica-financeira. Esta conceituação tem como contraponto admitir que nos cabe chegar onde estão os "desenvolvidos", tomados como modelo, o que é inaceitável do ponto de vista histórico, cultural, espiritual e político.

A designação de Terceiro Mundo resultou dos arranjos de organização mundial entre os vencedores da 2ª Grande Guerra. Seu universo, indefinido e heterogêneo, é hoje, entretanto, ativo e decisivo ator no cenário internacional e, como diz Amílcar Herrera, não pode ser desconsiderado pelas grandes potências. Alguns dos principais eventos políticos deste século tiveram como protagonistas países do Terceiro Mundo. São exemplos as revoluções chinesa e cubana e a guerra do Vietnã. Na América Central e no Oriente Médio estão em marcha conflitos que, direta ou indiretamente, afetam o poder mundial. Nesta última região se localiza 60% do que resta do que foi até aqui o combustível universal, o petróleo, crucial para esse poder. Ali se concentra a energia que podemos considerar do passado, pois suas disponibilidades planetárias mal garantem as necessidades globais dos próximos 25 a 30 anos, mas que é crucial para as grandes potências atuais. Já começa, assim, a ficar evidente para onde se dirigirá a futura disputa do que virá a representar a energia do futuro, limpa, renovável, de grandes proporções, tendo como origem gigantesca e "eterna" fonte, o Sol. Também este imenso potencial prospectivo se localiza no universo do Terceiro Mundo, neste caso sem outras alternativas à vista. Ou seja, nas perspectivas e enfoques políticos de dominação atuais, a subjugação dos trópicos coloca-se como a solução de sobrevivência e de

poder dessas potências. Cabe-nos alterar estes sórdidos vaticínios, que pretendem a preservação do status quo do poder e a nossa dissolução como sociedade organizada.

Pelo que vimos, a evolução dos acontecimentos neste século vem demonstrando que nem todo o Terceiro Mundo adota posição servil ante as nações hegemônicas. Alguns países enfrentaram e venceram a força que os dominava. Quando isto ocorre, o poder hegemônico procura isolá-los e difamá-los. Além dos casos citados, são exemplos desta realidade o Irã e a Líbia. Fica claro que, no processo de dominação, o que interessa às potências é a continuidade de suas hegemonias que para nós tem representado retrocesso e inviabilidade para construir um futuro auto-sustentado e justo.

Do lado dos dominados, evidencia-se que a utilização eventual do apoio do outro lado da antiga bipolaridade confrontada tem sido descartada após a vitória, quando as condições de sobrevivência o permitem. Isto é evidente parcialmente em relação a Cuba e totalmente em relação ao Vietnã. No caso da Líbia e do Irã, conseguiram manter-se independentes das ideologias hegemônicas. Temos ainda o exemplo da Índia, da China e da Iugoslávia, que por longos períodos se preservaram de subjugações externas, principalmente quando tinham à frente de seus destinos grandes líderes nacionais: Nehru, Mao e Tito. A Índia e, principalmente, a China ainda são exemplos de digna equidistância.

Portanto, é equivocada e mistificadora a designação globalizante de subdesenvolvidos, que descaracteriza pujantes individualidades nacionais, dando a errônea impressão de um servilismo generalizado.

Todos esses acontecimentos comprovam crescente consciência das realidades e dos interesses nacionais, por mais que maciça promoção político-mercantil dos meios de comunicação de massa procure condicionar as populações em sentido contrário. Em todos os casos anteriores, foram os interesses nacionais e não as ideologias a causa principal de suas rebeldias e vitórias, por mais que se procure divulgar propaganda em sentido contrário. Serve como adição a estes argumentos a atual experiência de "libertação" dos países do leste europeu, com o perigo, entretanto, de caírem sob a subjugação do lado que restou da antiga bipolaridade, hoje aparentemente absoluta. Imperial.

O que, entretanto, caracteriza a evolução brasileira após a Segunda Guerra é a falta de uma ideologia nacional e o abandono crescente e irresponsável de nossas crenças e dos mais legítimos interesses da população, pondo em risco a sobrevivência do Brasil como nação. Sob o manto da subserviência das falsas elites locais, ideologias exógenas trazem para dentro do país seus conflitos, impondo seus métodos e impedindo a identificação e a defesa dos nossos interesses mais essenciais.

IMENSO POTENCIAL, PARADOXAL RESULTADO

Produzimos grãos em quantidade suficiente para alimentar mais de 240 milhões de indivíduos. Ademais, somos o primeiro produtor mundial de açúcar, importante fonte de caloria alimentar, o segundo em cacau, o primeiro em mandioca; somos grandes produtores de frutas, de potencial quase ilimitado, etc.; estamos entre os maiores exportadores de alimentos. Para isso, usamos menos de 15% do nosso território. Somos, entretanto, menos de 160 milhões e temos 40 milhões de seres humanos submetidos à miséria absoluta e outros 30 milhões na miséria; ou seja, apesar de extraordinária pujança na produção de alimentos, temos parcela ponderável da nossa população em processo de extermínio pela fome. Em 1990, pelos dados da UNICEF, tivemos 400 mil mortes de crianças por fome, em hediondo genocídio, somente comparável com Biafra, Congo Belga e Moçambique, sendo estes em circunstâncias de guerra colonial. Também, devido a carências de proteína na primeira infância, temos um "exército" de deformados mentais e várias gerações de nanicos. Nas grandes cidades, processa-se extermínio de menores abandonados, em universo de cerca de 7 milhões de crianças, explosivo potencial de marginais, por intermédio de abomináveis "esquadrões da morte". Há quem chegue a propor o uso das Forças Armadas para executar este extermínio, sob o argumento de defesa da sociedade. Entretanto, as causas geradoras dessa situação continuam conduzindo nosso destino. Governadores, Ministros de Estado, responsáveis diretos ou indiretos, por omissão, por esse genocídio, parecem ignorar tão hedionda política. A Anistia Internacional publicou, em página inteira de jornal de Londres, em finais de 1990, descrição detalhada desses acontecimentos, enfatizando sua natureza oficial, ao dizer: "O Brasil já resolveu o problema de seus menores abandonados, matando-os". A natureza escabrosa dessa matança, que nos envergonha a todos, por gerações, não encontra furiosa e enérgica repulsa dos partidos políticos; das religiões organizadas; das associações beneficentes e protetoras de animais e plantas; do cidadão comum; para não dizer da ordem jurídica. Onde estão a OAB, a SBPC e tantas outras organizações? Tudo ocorre como se pertencêssemos a uma sociedade doente, juridicamente delinquente. Que validade pode ter o processo político-eleitoral se os responsáveis diretos por esses crimes continuam a se reeleger, com tranqüilidade e êxito? Modernos e vitoriosos, se apóiam na delinquência do próprio processo que os apóia. "Nunca vi um cabrito abandonado, somente vejo crianças", diz Darcy Ribeiro refletindo monstruosa atitude generalizada ante o ser humano na sua forma mais nobre e inocente, a criança.

Enquanto isto, são contrabandeados para o exterior, anualmente, bilhões de dólares de pedras preciosas e de ouro. Temos o grande potencial energético do planeta, em forma renovável, capaz de abastecer o resto do mundo, por tempo indeterminado. Detemos grandes reservas de metais

estratégicos (nióbio, 98%; quartzo, de pureza quase absoluta, 100%; titânio, 52%; tântalo, 48%; etc.; ademais, elevados potenciais de ferro, de lítio, de manganês, de ouro, de alumínio, etc.; concentramos, também, algumas das principais províncias minerais conhecidas). Ou seja, todas as justificativas de falta de recursos para enfrentar nossas necessidades são falsas, cinicamente falsas.

Exportamos minério de ferro a menos de 15 dólares a tonelada, quando nos custa 18, somente para extraí-lo e transportá-lo; ou seja, vendemos essa riqueza natural por preço patrimonial negativo. Exportamos alumínio com preço de energia elétrica variável, já tendo chegado a menos de dez dólares, quando o preço internacional é 52 dólares e nos custa 42 dólares sua geração, principalmente devido ao ônus do serviço de dívida externa contraída com a construção, para este fim, da barragem de Tucuruí. Este absurdo econômico é fruto de imoral política de vincular o preço da energia a uma porcentagem fixa do preço internacional do alumínio, que é manipulado por cartel, do qual fazem parte compradores dessa energia. Exportamos açúcar, por muitos anos, com prejuízo anual de 500 milhões de dólares. Somente no setor elétrico, estamos perdendo vários bilhões de dólares ao ano em subsídios que beneficiam grandes interesses, especialmente do exterior. Com os derivados de petróleo, objetivando reduzir artificialmente efeitos inflacionários, mas, de fato, para garantir sua importação desnecessária, dispende-se por ano outros tantos bilhões de dólares em subsídios. Conforme a CPI do Congresso para levantar as causas das dificuldades financeiras da PETROBRÁS, os prejuízos até agosto de 1990 são principalmente devidos a:

- US\$ 2,75 bilhões em função da defasagem de preços de derivados do petróleo entre aqueles impostos pelo Governo e os custos de importação e de produção. Somente devido a taxa de câmbio, em março de 90, perdia-se US\$ 2,7 milhões por dia;

- US\$ 700 milhões de transferência para a PETROBRÁS, em vez de o ser para o Tesouro, do ônus devido à distribuição de álcool, subsídio desnecessário e artificial, como veremos mais adiante;

- US\$ 4,0 bilhões de subsídios à nafta, favorecendo o setor petroquímico e as exportações;

- US\$ 3,6 bilhões, no período 85/89, devido ao prazo de 30 dias dado às companhias distribuidoras, em sua maioria corporações transnacionais, para pagamento à Petrobrás dos derivados que distribuem;

- US\$ 1,4 bilhão pelo não pagamento por outras empresas estatais dos combustíveis líquidos que consomem.

Este é o preço de política exercida de modo generalizado sobre as principais empresas estatais brasileiras pelos economistas do Governo, em nome de falsa guerra "santa" contra o processo inflacionário. Com estas políticas, entretanto, mais florescente se torna o processo...

Ainda que as principais empresas estatais representem a espinha dorsal da estrutura produtiva de base em setores estratégicos, como energia, siderurgia, mineração, etc., o poder real terminou atingindo-as ao induzi-las a fazerem parte desse jogo de interesses externos. Assim, é essencial rever algumas políticas que as orientam, fazendo-as voltar aos objetivos que justificaram sua criação, evidentemente atualizando-os. Descartar esses cruciais instrumentos do desenvolvimento nacional, como é o objetivo da política de "privatização", na realidade, de internacionalização desse patrimônio estratégico, significa transformar o Brasil em republiqueta.

Construímos ferrovia sob a falsa designação de "Ferrovia do Aço", que nos custou cerca de 4 bilhões de dólares para finalmente doá-la a grupo "testa de ferro" de interesses internacionais, com o objetivo de reduzir ainda mais os preços de exportação de minério de ferro... Entregamos, gratuitamente, a grupo estrangeiro, tendo como intermediário conhecido negociasta, a mina de nióbio de Araxá, com cerca de oito milhões de toneladas de metal contido. A preços de mercado, representa um patrimônio de 480 bilhões de dólares... A nossa siderurgia estatal foi obrigada pelo Governo a vender aço a preços abaixo dos custos de produção, ainda que estes custos sejam comparáveis aos mais baixos do mundo. Visa-se, com isto, reduzir os preços de exportação de produtos que usam aço e, também, sempre a mistificação, estabelecer uma falsa política de combate à inflação. Deste modo, chegou-se à situação desesperadora de prejuízos acumulados de dezenas de bilhões de dólares, de conseqüências estruturais graves, resultante da lógica econômica que nos rege.

Exportamos anualmente o suficiente para provocar superávit comercial entre 14 e 18 bilhões de dólares, sem obter nada em troca; este superávit serve apenas para cobrir o extorsivo serviço da dívida externa. Ele é obtido retirando o alimento da boca de brasileiros para nutrir animais em países centrais, enquanto centenas de milhares de crianças brasileiras, por ano, são exterminadas pela fome.

Esses são exemplos de "negócios do Brasil" promovidos ou aceitos por falsa elite econômica, corrupta e descomprometida com nosso destino e manipulada ou referendada pelos "gênios" de nossa economia. Nestas circunstâncias, é impossível sobreviver, resistir ao extermínio, como está acontecendo com os recém-nascidos ou com os que não são deixados nascer, por meio da erradicação do poder procriador de nossas mulheres. Ou seja, reduz-se, como objetivo político, a condição essencial para a existência de brasileiros, requisito que não é reversível e que nos condena ao desaparecimento, como povo e como civilização. Pelos dados mais recentes, julho de 1990, cerca de 44% de nossas mulheres, entre 19 e 45 anos, tiveram extirpado seu poder procriador em brutal processo antinatural, mais hediondo que o extermínio de "judeus" pelos nazistas, porque estes, afinal de contas,

tinham ou tiveram condições de reação, como a história dos últimos 50 anos o comprova.

Paralelamente, temos cinco milhões de chagásicos e oito milhões de esquistossomóticos. A lepra está em expansão, a malária está retornando, o dengue já se instalou e o cólera está chegando... Enfim, a destruição da vida pela base.

Todas essas ações, lesivas aos nossos interesses coletivos e aos nossos valores e cultura, comprometedoras da nossa sobrevivência como povo, vêm se constituindo na norma e se ajustam perfeitamente à lógica econômica e às teorias que a regem. Por meio delas, garantimos o bem-estar e a opulência das sociedades centrais, às expensas da nossa existência como nação e da nossa vida como povo. Elas, entretanto, somente são possíveis com a convivência de intermediários locais, que usufruem amplos benefícios. São aceitas como normais e repercutem para aumentar o prestígio e o poder desses agentes, comprometendo para sempre a dignidade de toda a sociedade brasileira, nossa existência como sociedade e nossa própria vida.

Dispendemos 4% do PIB em serviços de uma dívida externa artificialmente montada e desnecessária e outro tanto tem sido dissipado em serviço de dívida interna, a qual sempre funcionou como antecâmara da externa. Em dez anos, perdemos cerca de 50 bilhões de dólares nas relações de trocas com o exterior. No final da década de 80, cerca de 120 bilhões de dólares rolavam diariamente em desenfreada e escandalosa jogatina, com cerca de 70 bilhões de dólares somente no overnight. Esta orgia foi ostensiva causa inflacionária. Dinheiro escandalosamente ganho sem trabalhar, na calada da noite. Pelo Plano de Estabilização do Governo Collor, procura-se converter esses falsos valores em Certificado de Privatização, em ardiloso artifício para limpar esse dinheiro espúrio, convertendo-o em patrimônio pela posse de estratégicas empresas estatais ou pela conversão dos desvalorizados títulos de uma falsa dívida externa, já várias vezes paga.

Para cobrir a ineficiência industrial, resultante da natureza dependente do "modelo" de crescimento econômico, já dissipamos cerca de 200 bilhões de dólares com subsídios: a "morfina" que impede sentir a "dor" causada pela irracionalidade desse "modelo". Na realidade, como veremos, a dinâmica desse "modelo" inviabiliza a utilização das vantagens comparativas dos nossos fatores de produção...

Enfim, são tantas as causas ostensivas das dificuldades, fruto da postura pusilânime e servil das falsas elites econômicas que nos governam, que tornam moralmente inaceitável e politicamente insustentável continuar com tal nível de desmandos e irresponsabilidades. Tal continuidade leva a nação à tragédia, à destruição, como sociedade organizada. O mesmo não podemos dizer, entretanto, dos bancos nacionais e estrangeiros ou de subsidiárias de

grandes corporações transnacionais e seus sócios internos que aqui vêm usufruindo lucros fantásticos, incomparáveis, em relação a qualquer outra nação.

Sob esta sistemática de arbítrio, que talvez nem fizesse parte dos "sonhos" de Hitler, resultou esta Década Maldita, "década perdida" como dizem algumas consciências que ainda restam no centro de poder; da tragédia de genocídio de dezenas de milhões de vidas; de destruição de mais de um século de organização e de trabalho e de aniquilamento de milênios de cultura. Parece ter entrado em colapso o princípio de subordinação das vantagens econômicas aos fins sociais e o reconhecimento de que o economicamente bom nem sempre é moralmente aceitável. Repete-se, como em 1919, o colapso de uma utopia, vazia e sem substância, com o mesmo desespero de então: "As massas européias se conscientizaram, pela primeira vez, que a existência nesta sociedade não é governada por forças racionais e sensatas, mas sim por forças irracionais e demoníacas".²

Sob este sistema, um só país pode expropriar o resto do mundo, excluindo naturalmente seus sócios, com a emissão arbitrária de papel-moeda sem referência, nem lastro. Simultaneamente, dá-se ao monetário valor absoluto. Tudo depende dele, ao tempo em que se relega as riquezas reais à crescente desvalorização, embora sejam elas os verdadeiros ingredientes necessários à construção das sociedades e das civilizações: os recursos naturais, as fontes de energia e o trabalho, particularmente o trabalho inteligente. Nos olvidamos que a moeda é legítimo símbolo, apenas quando reflete esses valores.

Evidentemente, estruturas locais servem aos interesses circunstanciais dos centros de poder. Este sistema, artificial e arbitrário, não tem condições de persistir, principalmente pelo preço em tragédia e em vidas que necessita para alimentar-se. Trata-se de grande bolha de sabão que terminará implodindo e suas conseqüências provocarão ainda mais miséria e tragédia, e, neste caso, fatalmente envolverá também as populações do chamado Primeiro Mundo, beneficiárias do atual estado de depredação, desperdício e predomínio. Tem o mérito, portanto, de provocar a interrupção, por ruptura, nas circunstâncias atuais; estas, insustentáveis, por longo período no processo histórico.

Embora estes fatos resultem da cumplicidade de falsas elites econômicas que se moldaram no servilismo, não resta dúvida que, em certas ocasiões, a ténpera do nosso povo emerge e demonstra seu potencial, como ocorreu nos 35 anos que se seguiram ao início dos anos 20. Um segundo período de afirmação nacional, parcial e mais tímido que o anterior, ocorreu na primeira fase do governo Geisel, até a demissão do Ministro Severo

2. Carr, Edward Hallett. *Vinte anos de crise — 1919-39*. Brasília, Editora UnB (Coleção Pensamento Político), p. 212.

Gomes. Nele, além da interrupção do acordo militar com os EUA e a ruptura da dependência nuclear com esse País, foram implantadas a indústria de bens de capital, com base em empresas brasileiras, e a de insumos básicos; iniciou-se também processo de autonomia energética, que teve no Programa Nacional do Alcool, malgrado aspectos insatisfatórios na sua implantação, apenas o início do aproveitamento de um imenso espectro de potencialidades estratégicas. Além do significado mundial que teve o etanol substituindo a gasolina, em um mundo sem soluções energéticas de médio e longo prazos. A implantação da indústria de bens de capital teve o sentido de garantir ao Brasil o poder de construir suas máquinas, símbolo de soberania, como dizia Getúlio Vargas.

As evidências deixadas pelo Patriarca Andrada e Silva e por tantos outros que, em ações similares, tiveram-nas igualmente truncadas, como o Visconde de Mauá e Delmiro Gouvea, mostram o que é possível ser realizado e comprovam no que nos teríamos transformado se as ações desses brasileiros, e muitos outros, tivessem sido suportadas pela nação, já consciente do seu potencial histórico. Neste caso, não teria sido possível destruí-las, impunemente, por indevidas interveniências de interesses exógenos e por delinquentes elites econômicas.

"Afinal, para suprir as necessidades materiais do país, que desde a descoberta das minas perdeu suas manufaturas e artes, todo o ouro produzido se torna propriedade de nações estrangeiras. Que riqueza essa, Deus meu!, cuja posse implica na ruína do país!", desabafa o marquês de Pombal. Já no início deste século, como o fizera Pombal, o deputado Alcindo Guanabara explode: "há de fato um mistério, o mistério da nossa progressiva miséria. Somos um povo que trabalha, um povo que produz, que tem por assim dizer o monopólio virtual de (...) gêneros indispensáveis e não vemos o fruto de nosso trabalho, não gozamos o resultado de nossa produção, somos cada vez mais pobres! Em 15 anos, só pelos portos do Rio de Janeiro e Santos exportamos café no valor de 333 milhões de libras. Tão enorme soma fundiu-se e desapareceu, ninguém sabe para onde".

De fato, nos últimos 117 anos, conforme trabalho publicado pela Fundação Fernand Braudel, o Brasil teve incomparável crescimento econômico em relação às maiores potências mundiais. Detemos atualmente um dos maiores superávits comerciais relativos e estamos entre os grandes exportadores de alimentos não industrializados. Ou seja, as práticas denunciadas por Pombal e Guanabara continuam e se acentuam, de modo cada vez mais sofisticado. Mais moderno.

Estas são realidades que teremos que enfrentar desde que consigamos retirar o nosso povo e a nossa juventude da atitude de omissão em que foram colocados. Essa apatia é fruto de ação programada sobre cidadãos que deveriam ser conscientes de suas responsabilidades elementares, especialmente quando comprometem o futuro de seus próprios filhos.

São tantas as questões a serem enfrentadas que é necessário selecionar, identificar suas causas primeiras, sem resvalar para o terreno escorregadio da discussão de efeitos, em dinâmica inconsequente e castradora, como tem ocorrido, de modo sistemático contra nós, com os intermináveis pacotes econômico-financeiros. Quando o último fracassa, e fracassa sempre, parte-se para um novo, mais abrangente e profundo, e promove-se o aumento de poder de seus autores, ao tempo em que se expandem as causas que supostamente se pretenderia combater. Em cada um deles se aprofunda, degrau a degrau, o processo de periferização da sociedade brasileira e, conseqüentemente, o aumento do poderio externo, que passa a atuar de modo crescente de dentro do País. Ou seja, enquanto a "ciência" econômica representa o principal instrumento de poder e for preponderantemente empregada a serviço de interesses externos hegemônicos, ludibriando a consciência nacional, não haverá solução duradoura para os grandes problemas do País.

Como é possível, então, recompor tudo isto em seus devidos lugares sem um mínimo de soberania, ou seja, sem a dignidade que permita reconquistar o direito inalienável de conduzir nosso destino?

Não permitamos que a indecência de uns poucos nos transforme na negação do cidadão, em trapos da história. É necessário que os jovens levantem a cabeça e assumam com vigor a luta que nos levará à retomada do controle do nosso direito à vida, à existência, como civilização e como povo situado, culturalmente assentado.

INFINDÁVEL TRANSIÇÃO

O processo brasileiro de transição política, no qual estamos imersos, saídos de longo período sob a responsabilidade dos militares, vem se caracterizando pela aquisição pela sociedade de perigoso "momentum" psicológico. Nele, promove-se dinâmica em que as consciências se autolimitam, em estado de geral hipocrisia.

Como parte essencial do processo, os meios de comunicação criam oráculos, com caricatura de bons moços, definidores dos objetivos nacionais. São personalizados em atores e autores sem credenciamento para tanto e, às vezes, sem um mínimo de indispensáveis predicados éticos. Agigantados pelo poder da Mídia, se tornam infalíveis junto à massa, também nas questões que envolvem valores morais. Em geral, primam pelo amoral. O sucesso de suas ações é, até aqui, espantoso. Além de interferir de modo escandaloso no processo eleitoral, promovem o desmonte político, cultural e moral do Brasil. O êxito alcançado na destruição dos valores que suportam a convivência e a própria existência do povo brasileiro como sociedade organizada é significativo. Em termos políticos, essa estratégia tem efeitos equivalentes à doença que provoca o enfraquecimento gradativo da estrutura óssea do organismo social e de suas defesas imunológicas.

Nessa sistemática global, as chamadas oposições foram reduzidas ao monopólio de minorias extremadas com configuração sectária e são apresentadas como retrógradas e despreparadas.

O debate verdadeiro e público foi anulado. O seu controle é favorecido, em parte, porque aos debatedores não lhes é permitido assumir publicamente suas posições e, também, pela debilidade das estruturas existentes, que não resistem a tais imprudências. Em contrapartida, os aparentemente protegidos recantos das residências familiares são invadidos, sem alternativas, por maciça doutrinação que tem como idolatria o dinheiro e o consumo desenfreado. É difícil identificar na história da humanidade processo mais brutal, onde os adultos são idiotizados e as crianças são submetidas a sistemático condicionamento de ação subliminar e de efeitos hipnóticos. Além da destruição da essencial estrutura de valores para a sustentação da harmonia social, essa dinâmica de poder enfraquece, até alcançar o caricatural, instituições básicas como o Congresso, a Justiça e o Sistema Educacional, por exemplo. Ademais, torna farsa o chamado processo democrático.

Nesse quadro desaparecem as idéias e os ideais, submersos pela incultura política e desestimulados pela desconfiança e pela insegurança. Essa dinâmica obedece aos mesmos comandos da fase anterior. Seu principal resultado é o *status quo*, em vez das pretendidas e esperadas mudanças. Quando elas ocorrem, entretanto, são no sentido da consolidação desses comandos.

Os condutores desse processo não falam, em qualquer hipótese, na idealização do futuro, salvo por meio do costumeiro circo de promessas vãs. São consumidos pelo medo ou pela arrogância, pelo servilismo ou pelo rancor. Somente escutam a voz do patrão ou dos bajuladores. Usam denúncia ampla de tiranias longínquas visando esconder a falta de decência com que afogam resquícios de liberdade. É mais uma impostura do que um gesto de repulsa, pois garante o silêncio sobre a realidade circundante. Ao emudecer os espontâneos, costumam não dizer o que pensam e terminam pensando o que dizem, em amplo horizonte de futilidades e servidões. Misturam e confundem conceitos essenciais, ciência com tecnologia; crescimento econômico com desenvolvimento; formação da personalidade e do caráter com treinamento; sabedoria com erudição; modernidade com perverso e obsoleto *laissez faire*. Com isto pensam demonstrar extensão de conhecimentos, quando evidenciam apenas o vazio de idéias. Conseguem vincular como características de modernidade ações que levam ao desmonte estruturas fundamentais que suportam a sociedade. Por meio do embuste, conduzem-nos à decadência ou ao retrocesso.

Formou-se, assim, o quadro político e o estilo da transição que se pereniza: ambígua na natureza e amorfa nas circunstâncias.

No fundo, salvo a repressão ideológica, a transição consagra o que havia de pior na fase anterior, que todos desejam mudar. As hienas e os dinossauros são os mesmos. Parece terminar em movimento social que não levanta vôo; em liberdade política que não altera nada. Forja-se a apatia e a omissão e leva a juventude a não acreditar no futuro e a abandonar o País. Tudo se reduz ao presente, à destruição do que havia, sem promover sua substituição, por incompetência ou por má-fé, com sinais claros que se trata de bem estruturado projeto de origem externa.

A criatividade fica reduzida ao extremo, pelo deslumbramento beócio de tudo que vem de fora e que é amplamente divulgado, sem alternativas, através de poderosas máquinas de indução das consciências. A cultura local é sistematicamente impedida, obliterada pela neblina de alienantes modernidades.

Nesse contexto promove-se ação política organizada de desprestígio das instituições que eventualmente teriam condições de reverter o processo. Nessa estratégia destrutiva, o ensino superior público é meta prioritária. Pretendem privatizá-lo, como já foi realizado perversamente com o ensino secundário. Assim, neste ciclo, apenas 14,79% dos jovens na faixa etária de 15 a 19 anos são atendidos e somente 5% concluem o 2º Grau. O ensino primário é transferido para os Estados e Municípios, em grande número impotentes para enfrentá-lo. Apenas 36% das crianças que ingressam concluem o 1º Ciclo. Constrói-se deste modo sistema educacional mercantil, sem alternativas, com a grande maioria da população sem condições de pagar. Com isto, restringe-se a educação apenas para uma pequena minoria, candidatos a lugar-tenentes do poder econômico de comando externo e capatazes da massa ignara. Esta dinâmica tem a convivência do domínio corporativo das instituições, que impede o cumprimento de seus objetivos e lhes promove o descrédito ante a população.

Por tudo isto, é necessário estancar e inverter este processo, fazer valer a vida plena das populações, o esplendor da sua cultura, a ténpera e o vigor das vanguardas pensantes. É essencial reduzir as pressões sobre as consciências livres e inovadoras, aqueles que ainda mantêm a espinha dorsal erguida. É imprescindível fomentar as vontades autênticas, deixar o ar circular em todos os recantos, trancar as inibições e restrições impostas pelas grandes máquinas que controlam as informações e as consciências. É preciso retomar a formação do cidadão responsável e virtuoso, comprometido com o destino coletivo. É crucial dar um basta aos aproveitadores, aos traidores, aos imorais e aos corrompidos. Ademais, e especialmente, aos incompetentes arrogantes.

ADMIRÁVEL "BRAZIL" NOVO

As democracias são resultado do voto da maioria. Em sociedades heterogêneas e conflituosas, a maioria vitoriosa esmaga as minorias, para ela indesejáveis, por questões de raça, religião e mesmo por diferenças culturais, quando não por conflitos ideológicos, de terras, de interesses, nem sempre legítimos ou por muitas outras razões. Assim, ocorre hoje com índios e "hispanos" nos EUA e, no passado, com negros e minorias religiosas. Quem não se enquadra no *way of life* das majorias é marginalizado. Evidentemente, neste contexto, o conceito de maioria está sujeito às circunstâncias criadas e aos comandos forjados pelos interesses daqueles que detêm o poder.

Na realidade, a democracia não é um fim, mas um meio. Em seu nome não se pode destruir a estrutura de valores de uma sociedade ou suas instituições fundamentais, sua história e suas crenças. A verdadeira democracia somente se afirma quando é constituída de maioria de cidadãos conscientes, em que os interesses pessoais ou grupais estejam compatibilizados com os interesses da sociedade como um todo. Enquanto os dirigentes culturais e econômicos não forem induzidos a se sentirem objetivamente vinculados aos interesses coletivos, dificilmente o Brasil alcançará a real democracia, permitindo a existência de uma sociedade solidária e soberana, sem graves conflitos. Esta, pelo menos, necessita ser a principal meta. Entretanto, este não tem sido o caso dos países periféricos, formados por elites corrompidas, servis ao poder colonial e por amplos grupos sociais manipulados por poderosos meios de comunicação. Oprimidos em sua miséria e brutalizados por ações massacrantes, esses grupos ficam sem alternativas para construir um mundo em que possam sobreviver, sob a proteção de meio cultural onde estão assentados suas origens e sua história. Vítimas de processos subliminares, caem em estado de torpor sonâmbulo e terminam dominados pelos efeitos hipnóticos desses meios, de poder ilimitado. Tudo tendo como pano de fundo o medo, resultante da necessidade de sobreviver em mundo hostil, culturalmente adverso e estranho, incompatível com seus hábitos, costumes e lendas, às vezes milenares que alimentam a vontade de viver dos povos. Vejam o que ocorreu com os índios da parte norte deste continente. Conforme análise de Octávio Paz, tiveram retiradas suas próprias razões de existência, sem ser substituídas por outras. Foram assim erradicados de suas terras, de suas crenças e de suas vidas. Os que sobraram, hoje vegetam em abomináveis jardins zoológicos, apropriadamente chamados de reservas indígenas.

Assim, chega de mistificação sobre conceitos civilizatórios fundamentais. Até o vernáculo tem sido gravemente agredido e deformado. Isto significa retirar do povo sua capacidade de pensar e de expressar-se. Ou seja, sem uma língua precisa, amadurecida, dominada por todos e respeitada, qualquer povo perde a capacidade de *verbo*, no sentido bíblico.

De fato, nestas circunstâncias, as "maiorias" se reduzem a poderosas e reduzidas minorias que dominam o poder econômico em subordinação ao poder externo e controlam as grandes máquinas de condicionamento. Então, o mal chamado processo democrático promove, na realidade, uma farsa. Ou seja, em vez de uma democracia popular, tem-se o controle da consciência do povo ao transformá-lo em massa amorfa. Esta dinâmica de dominação se assemelha, em seus efeitos, àquela descrita por George Orwell em sua obra "1984". De modo similar, suas consequências foram previstas em *O Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley.

Para envolver a massa, o poder real usa enfáticas promessas de melhorias materiais, em sua quase totalidade nunca cumpridas. Criam-se mitos e "bodes expiatórios" por todos os lados, em ambiente irrespirável de hipocrisia e cinismo. Hipnotizada pelo falso Éden, a massa olvida-se que somente necessita de tranquilidade e segurança para construir seu próprio futuro, para reencontrar sua personalidade e recompor sua cultura, seus valores, aspirações e hábitos, suas lendas e suas crenças. No emaranhado de ações programadas de condicionamento, a massa perde de vista que, na realidade, necessita, fundamentalmente, deixar de ser massa e resgatar, com liberdade e dignidade, a alegria de viver, conquistando a condição essencial de auto-estima e o controle de seu destino.

Assim, os menos aquinhoados, em número crescente, se agarram a falsas promessas, sem defesas para enfrentar uma luta desigual pela sobrevivência. Condicionados desde a primeira infância, são incapazes de um gesto de repulsa ou de rejeição. Tudo aceitam, passivamente, em silêncio, da realidade circundante.

É exemplo o profundo "estrago" que está causando o mais poderoso instrumento de poder moderno, posto que capaz de deformar a personalidade e condicionar a cidadania, a televisão. Ouçamos o depoimento de revolta, denúncia angustiada, pedindo socorro, de Ângela Guerra, mãe de família, residente em Brasília, sobre a influência da televisão brasileira na infância, publicado em artigo assinado no *Jornal do Brasil*:

Entrando em nossas casas sem pedir licença e se instalando comodamente em nossas salas. Ali, diante de nós, opera uma revolução cultural, quer aceitemos ou não. (...) Não se importa com os estragos que produz, quando se utiliza da violência, de sexo, do mau gosto, da pornografia, do grotesco, do chulo. Quer dizer, a televisão também comercializa a infelicidade e nos projeta angústia e depressão, além de provocar uma espécie de anticultura, de efeitos extremamente danosos para a educação infantil. (...) 99 por cento das crianças a ela recorrem instintivamente. Como veículo potencial de educação, informação e entretenimento, a televisão deveria estar sempre à disposição de todos, principalmente das crianças de hoje, já acostumadas à comunicação eletrônica.

Quando uma criança liga a televisão, o faz para despertar suas próprias emoções. Para povoar coração e mente de coisas boas, na inocência de sua vida. As crianças não dispõem de mecanismos de defesa para filtrar o que lhes oferece, como humor grosseiro, filmes policiais e de terror, com múltipla violência, novelas que valorizam bandidos, proxenetas e espertos de todos os calibres, filmes pornográficos, até com sexo explícito.

Os resultados não podem ser positivos. E é contra isto que me rebelo. Nossas crianças estão sendo precocemente despertadas para a sensualidade e a sexualidade. Estão sendo levadas à apologia da violência e à aceitação do desvio de conduta. Quando deveriam formar-se como indivíduos, descem sobre suas indefesas individualidades padrões de comportamento deformadores. A genética social, pois, é atacada em seu nascedouro. As crianças acabarão vítimas da dessensibilização emocional que gera indiferença sobre os valores nos quais deveriam se assentar suas emoções próprias.

Isto é uma agressão irreparável sobre o *eu* individual, com repercussões sobre o *eu* social. É um fator de imenso conflito entre o que a criança vê e ouve na televisão e os princípios que a família tenta transmitir na convivência diária. É também causa de desagregação do núcleo familiar.

Não defendo a censura. O que não aceito é a perversão como regra, é a anomalia como fato normal, o falso moralismo da direita e a falsa liberação da esquerda. E sei que assim pensam milhares de mães que, como eu, não têm, em alguns momentos, como se defender, a não ser desligando a televisão e interrompendo a comunicação com o mundo, de certa maneira, através desse veículo maravilhoso e ainda mal utilizado.

Nossa televisão parece livre e solta, indiferente à sociedade que a cerca. Até parece que estamos querendo inventar uma nova televisão. Até parece que a nossa cultura tradicional é marginal, *careta*, *brega*. Até parece que não temos valores, tradições, heranças que vieram dos nossos avós e queremos legar aos nossos filhos. . . .

Uma televisão que faz do sexo e da violência a glória do seu show business, está na contramão da história. O sexo não é objeto, não pode ser exibido como troféu de caça. Não pode ser apresentado rispidamente, sem qualquer vinculação com o amor, com a ternura e com o afeto, sem respeito humano, sem consideração pela vida, sem educação do corpo. E isso não é moralismo, que pode ser mudado segundo a conveniência de determinada época e de determinados grupos sociais. São conceitos milenares, inerentes à própria preservação da vida. O contrário é pura degradação.

Por tudo isso, como continuar nas circunstâncias atuais sem o eminente perigo de dissolução e crônico envelhecimento sociais?

"NARCISISMO EM TEMPOS SOMBRIOS"

Faz-se necessário, assim, explicação de natureza psíquica coletiva para compreender por que, com nosso potencial cultural e humano e nossa riqueza natural, caminhamos para o desastre. É essencial, entretanto, ter-se em conta que, precisamente, essa extraordinária realidade potencial leva as potências hegemônicas a não permitirem que o povo brasileiro a usufrua, pois isto representaria autonomia e poder. Tudo se mostra evidente pelos efeitos de natureza perversa do processo em que estamos metidos e que vem ocorrendo, de modo análogo, embora em outra escala e de forma mais explícita, porque em fase mais avançada, com a Argentina, por exemplo. Urge, portanto, identificar, em profundidade, essa realidade, para poder equacionar compromisso coletivo que leve à alteração de rumos.

A análise da sociedade brasileira atual feita por Jurandir Freire Costa em seu trabalho "Narcisismo em Tempos Sombrios"³, fundamentada na psicanálise, oferece consistente explicação.

Freud identifica a impotência e o desamparo em cada indivíduo, isoladamente, mas também, de modo estrutural, no contexto cultural e civilizatório. É o confronto do indivíduo com o meio sócio-político que estabelece vicissitudes que marcam um estado de impotência estrutural. São elas: "a caducidade do corpo; a potência esmagadora da natureza; a ameaça proveniente das relações com os outros seres humanos".⁴

Essas vicissitudes também resultam de conflitos desprotegidos com outros grupos sociais ou com outras nações, especialmente se são muito mais poderosas e agressivamente hegemônicas. Para reagir a esta situação de "humilhação narcísica", ainda segundo Freud, o Ego entra em cena acionando seus mecanismos de autodefesa. A cultura do narcisismo força o Ego a ativar os automatismos de preservação, face ao recrudescimento da angústia resultante da impotência. É a cultura em que o sentimento de impotência e de desamparo é levado a um ponto tal que o torna conflitante com o meio e, como decorrência, impossibilita a prática da solidariedade social. Nestas condições é impraticável a auto-estima, essência da auto-afirmação e da unidade e poder nacionais. Christopher Lasch chama essa cultura, apropriadamente, de "cultura da sobrevivência" e ao Eu que nela subsiste de "Eu Mínimo".

Após um longo período de regime autoritário, a população concentrou todas as esperanças no "novo" regime, dito Nova República, que foi por

3. *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1988, p. 151-174.

4. Freud, Sigmund. *Malaise dans la Civilization*. Paris, P.U.F., 1971.

ela conquistado nas praças públicas, em gigantescas mobilizações populares. Esta Nova República não deu, entretanto, consequência aos profundos desejos de mudanças acalentados por todos. Ao contrário, exacerbou a natureza perversa do "modelo" econômico, alienado e desnacionalizante. Isto é, aprofundou tudo o que o antigo regime tinha de pior, salvo, como vimos, sua componente repressiva explícita.

Assim, nos diz Jurandir Freire Costa: "Neste clima de desorientação e ansiedade, os indivíduos tendem a perder, em maior ou menor grau, o sentimento de responsabilidade e pertinência sociais, por si já precários nas sociedades burguesas. A apatia política, usualmente exigida do indivíduo nos sistemas capitalistas, se acentua nestes momentos e toma direções inquietantes. Em épocas de estabilidade, o apoliticismo da sociedade é compensado pela adesão dos indivíduos à ordem existente e pela crença no poder da autoridade. O homem comum, habituado a delegar à classe dirigente o poder de decidir o que é bom para si, perde a confiança. A crise moral acompanha a crise política, econômica e social". Freud procura antever o funcionamento de sociedades onde o declínio e a perda da crença em valores ou símbolos descem ao nível mais baixo. Há, então, o desaparecimento das figuras morais de referência, o que leva ao desmantelamento da vida social pelo aumento insuportável da violência. Os indivíduos sem Deus ou sem lei agem impulsionados pelo medo ou pelo interesse. O estado social transforma-se em "pânico narcísico". Assim, afirma Freire Costa: "Certos padrões de comportamento social no Brasil de hoje são suficientemente estáveis e recorrentes para que possamos afirmar a existência de uma forma particular de medo e reação ao pânico, que é a cultura narcísica da violência. Esta cultura é nutrida pela decadência social e pelo descrédito na justiça e na lei. Na cultura da violência, o futuro é negado ou representado como ameaça ao aniquilamento ou à destruição. A única saída é a fruição imediata do presente, a submissão ao status quo e a oposição sistemática à cooperação social ou à negociação não violenta. O seu primeiro traço é a visão cínica do mundo, que procura transformar a realidade brutal em instância normativa da realidade ideal". Os fundamentos violentos dessa realidade são defendidos sob o pretexto de que são verdadeiros, posto que "inevitáveis". A visão da lei é a de que somente tem poder de legislar quem tem a força para fazê-lo e que a lei é cumprida quando controlada pelos que detêm os instrumentos de poder real. O fundamento dessa lei é, portanto, a violência. Dentro destas circunstâncias, há leis que pegam e outras que não "pegam". A ordem se estabelece assim pela "lei do mais forte", pela "lei da selva", essência do liberalismo interdependente entre desiguais que, de há muito, rege a vida brasileira e que veio se acentuando na Nova República pós-cruzado e alcançou níveis alucinantes de internacionalização, de negação dos direitos e deveres públicos e de exaltação e manipulação do financeiro. Isto ocorre, em geral, pelo controle externo, fundamentado em falsos símbolos monetários, em detri-

mento do real: do trabalho, da produção, da riqueza patrimonial natural, cultural, espiritual e humana. Fundamenta-se, assim, no determinismo histórico, tornando vã qualquer possibilidade de criar um meio social livre da violência ou dos interesses dos mais fortes. Isto é, baseia-se na suposta imprevisibilidade dos negócios, incompatível com uma organização fundamentada em princípios culturais, filosóficos ou religiosos e que não se ajusta à experiência e ao desejo de novas formas de viver. Pelo contrário, a razão cínica caminha na direção de procurar afirmar a inexorabilidade da violência e o predomínio dos "foras-da-lei", sob o manto da modernidade e da "livre" iniciativa.

Em nome do realismo, essa "razão" decreta a moral da violência e não tem escrúpulos em esconder os interesses que orienta, sempre particulares ou setoriais, como convém ao liberalismo mais desabrido. "O Brasil é assim mesmo", não têm pejo em afirmar e a todos impingir a sordidez de suas intenções. Monta-se assim jogo de cartas marcadas, de vencedor certo, envolto em técnicas hipnóticas de sedução, imbatíveis nessas condições, às vezes subliminares, dominando os meios de comunicação de massa e atingindo prioritariamente os jovens e os mais débeis e enfraquecendo paulatinamente os resistentes. "Para os porta-vozes eruditos da moral do desespero e da violência todo pensamento crítico é burguês, racionalista, idealista, conformista, conservador ou caduco diante da moda", diz Freire Costa. Isto é, está na contramão da história. O sotaque de modernidade é usado para torná-lo, por condicionamento, mais convincente, embora o moderno não signifique nada, apenas o atual, o que pode corresponder, como está correspondendo, ao estado de uma sociedade doente. Em analogia com a burguesia da República de Weimar, "idiotizada pela própria hipocrisia", a pseudo-elite intelectual brasileira não cumpre o seu papel crítico e criativo em relação ao fantástico desafio de uma realidade explosiva. Corrompida, procura enganar-se com todo tipo de idiotice, desde que tenha como origem os centros externos de poder. Isto se faz em permanente atitude de servilismo e traição. Esta atitude se estende das classes abastadas, envolvendo setores, a seu serviço, da burocracia estatal, até parcelas crescentes da comunidade científica, por exemplo. E, de maneira penetrante, em seus efeitos sobre o futuro, procura atingir, principalmente, a juventude.

Tudo são meios-termos e meias-verdades. O discurso cínico encobre, quase sempre, o objetivo social mais sujo. Com arquetizado, sutil e massivo condicionamento, se diz ao homem comum que ele só tem saída se aderir à violência. Os resultados "reais" lhe são mostrados de pronto, em realidade apodrecida. Sempre deve tirar vantagem. Não lhe é dito, entretanto, que não é possível, sempre, todos tirar vantagens. Alguém tem que perder neste jogo de soma zero. Evidentemente, a vez do "sabido" logo chega. Neste contexto se coloca um vasto espectro de dirigentes e organizações, sempre sob estímulo dos meios de comunicação de massa. Há os que

resistem ou se omitem pela impotência; neste último caso, a maioria. O importante é ser "realista". "Chega de idealismos vazios...", "Nada de patriotadas...", dizem. Os que se recusam a compartilhar dessas atitudes são irremediavelmente expelidos ou têm decretada a "morte" civil pelo compulsório emudecimento, prática eficiente, amplamente utilizada pelos meios de comunicação. Tudo sob o invólucro de modernidade, que representa, na realidade, nas condições atuais, envelhecimento e, às vezes, retrocesso.

Dentro deste quadro de valores da moral cínica, surgem diversos comportamentos sociais. Desmoralizados o ideal e a lei, o normal é tornar-se ajustado às circunstâncias. Assim, a cultura da violência rapidamente degenera para a delinquência. "Sendo todos jurídica, moral e fisicamente supérfluos — diz Freire Costa — o indivíduo encontra na delinquência a forma de sobreviver. Sob uma aparente realidade social esmagadora, o Ego delinquente alterna-se entre o absolutamente impotente e o onipotente".

Quando impotente, o comportamento delinquente adota a atitude da subserviência voluntária, de forma similar ao que ocorre com o homem-massa de Ortega y Gasset. Suas armas são a bajulação para cima, a pequena intriga e a maledicência para seus iguais e a prepotência para os subordinados. Aos poderosos concede-lhes tudo. São exemplos deste perfil: o torturador que, sob o argumento da defesa do Estado, pratica o ato hediondo como mera rotina de serviço, sem discuti-lo e mesmo sem compreendê-lo; o tecnocrata ou o intelectual servil; dirigentes que, para satisfazer grupos de poder, autorizam o uso extensivo de perigoso veneno como combustível, etc. Pertencem também a esta categoria, membros de nova classe de *nouveaux riches*, comerciantes e industriais, fruto não merecido da riqueza de nosso patrimônio natural e do potencial imenso de nosso mercado interno. Parecem ignorar isto e se entregam ao mais desabrido culto ao dinheiro, com o abandono de valores que fundamentam nossa cultura. Colocam-se, assim, de costas para o dever de contribuir para a construção de uma Nação organizada e justa. Esta postura não resulta de fundamentação ideológica, mas de idolatria ao dinheiro, com atitude servil aos sacerdotes supremos (mais na direção de feiticeiros) desse falso ídolo: "Dinheiro não tem ideologia, nem pátria", dizem.

No pólo oposto está o delinquente arrogante, onipotente, o qual não tem limites, nem lei. Nesta categoria se encontram desde os que não hesitam em tirar a vida a quem lhes nega a carteira, até dirigentes que não respeitam o estatuto da pessoa humana. O delinquente arrogante idealiza o mundo sem leis justas e a serviço de seus interesses pessoais ou grupais. Carece de responsabilidade social e desafia grotescamente a quem a ele se opõe. Neste perfil se enquadram desde financistas que não têm pejo em condenar à morte milhões de seres humanos, a troco de seus lucros exorbitantes, até Ministros de Estado que transferem imenso patrimônio nacional

para grupos externos, a troca de benesses e honrarias pessoais; economistas que defendem as exportações a qualquer custo, mesmo que isto imponha o genocídio pela fome de centenas de milhares de brasileiros; dirigentes de quadrilhas de tráfico de drogas; cientistas que servindo aos centros mundiais de poder somente cuidam das verbas para suas pesquisas, sem qualquer compromisso com as necessidades do País; membros da "polícia mineira" que atua na Baixada Fluminense; esbirros da UDR, etc. Todos desprezam o povo a que pertencem, ainda que vivam a suas custas. Enquadram-se também nesta categoria empreendedores que, em nome do crescimento econômico e da idolatria ao mercado, devastam amplas regiões tropicais, destruindo o equilíbrio ecológico que se mantém há bilhões de anos e que é essencial à existência da vida e à manutenção do patrimônio natural, fonte potencial e essencial de riqueza que permite construir o bem-estar dos povos.

"No fundo, diz Freire Costa, este tipo de delinqüente é movido pelos mesmos temores de seu sócia servil. Ambos vivem em um universo de descompromisso social. . . , procuram dominar magicamente o medo da morte, ora fingindo que já estão mortos, socialmente mortos — o delinqüente servil — ora fingindo que controlam a morte — o delinqüente arrogante — porque são capazes de matar", ou seja, se atribuem o poder supremo de decidir sobre a vida dos outros. Nestes casos, a impunidade tem sido a norma.

Diz, ainda, Freire Costa:

"A cultura da violência mostra como a falência dos Ideais, acenando com o "pânico narcísico", desequilibra a economia egóica e compromete seriamente o bem-estar do sujeito e da sociedade a que pertence. É necessário repetir esta evidência, posto que cada apelo à responsabilidade social é ridicularizado como fábula moralizante. . . ."

A ausência de um Projeto Nacional, capaz de abrigar ideais de segurança, de bem-estar e até de sobrevivência do indivíduo e da sociedade, acena com o "pânico narcísico", sob o qual não cabe qualquer responsabilidade social. A violência constitui-se, como consequência, no padrão de referência. Como diz Freud: "Não se pode, sem consequências, instigar o temor humano à impotência. Nestas condições, o homem pode criar o impensável, o inimaginável". A história nos dirá quais os resultados deste estado de delinqüência em que vivemos, que nos dissocia do controle da nossa evolução, impedindo construir uma civilização dos trópicos, justa, digna, solidária e soberana, como nos ofertam as potencialidades naturais, culturais e históricas deste nosso Brasil.

Como este caminho está bloqueado, passam a valer todos os caminhos, o que resulta em crescente efeito entrópico, devido a ações divergentes, de natureza conflituosa, de sociedade que não tem projeto coletivo, que vive

à deriva, submetida a forças externas descompromissadas com nossa realidade e com o futuro.

"O ANJO EXTERMINADOR"

No filme *O Anjo Exterminador*, Luis Buñuel apresenta situação inusitada. Após concluído requintado jantar de membros da classe alta, os comensais não conseguem ultrapassar o limiar das portas de saída, permanecendo, aparentemente para sempre, prisioneiros no recinto. Que força superior os aprisiona, sem que haja causa ou ação natural que a justifique? Não há no filme qualquer insinuação que faça pensar tratar-se de forças sobrenaturais, nem a linha de pensamento do genial espanhol caminha nessa direção. Lendo seu interessante livro *O Último Suspiro*, identificamos no cineasta um homem guiado por suas crenças e convicções, frutos da cultura a que pertence, com visão severa e crítica do mundo. Profundamente comprometido com o que considera verdade, não mede conseqüências para explicitá-la. Buñuel também não perdoa injustiças, pondo-as nuas para que todos as vejam. Inimigo implacável da imoralidade, como foi também em seu tempo o genial florentino Maquiavel, a força de seus filmes reside principalmente na impiedosa mostra do real insólito. A verdade não precisa ser pudica, parece reafirmar.

Que natureza de forças, então, mantinha prisioneiros aqueles membros da alta burguesia?

Começamos a entender a mensagem principal do filme ao lembrarmos o fenômeno da estase que a rã experimenta quando é fígada pelo olhar da serpente que irá degluti-la. O olhar que a paralisa nada tem de sobrenatural. Tomada de pavoroso medo que a envolve, fica impedida de qualquer movimento muscular ou reação nervosa. O cérebro, neste caso, apenas ajuda a intensificar o terror e, portanto, aprofunda a paralisia.

Estas reflexões nos vieram à mente quando procurávamos interpretação a fatos da realidade nacional. A chamada Nova República veio cheia de surpresas, verdadeira Caixa de Pandora. Quem iria imaginar que em fase de "abertura" democrática iríamos presenciar a desabrido entreguismo, comprometedor do nosso destino como povo e da nossa sobrevivência como nação? Esta tendência, na fase de conclusão deste livro, está sendo levada a extremos. O mais grave, entretanto, é que tudo isto vem ocorrendo em atmosfera de conivência, de omissão da maioria. Assim, ouve-se de pessoas aparentemente responsáveis todo um rosário de explicações objetivando justificar ações inacreditáveis, irracionais, moralmente inaceitáveis, posto que, às vezes, põem em xeque a possibilidade de sobrevivência de milhões de seres humanos. Neste diapasão se comportaram, nas eleições de 1989, a maioria dos candidatos à Presidência da República, por exemplo.

Na nossa evolução histórica, como vimos, o Brasil experimentou os primeiros impulsos na direção de se tornar nação soberana no período compreendido entre as duas Grandes Guerras. Na realidade, as potências mundiais, ocupadas em recompor-se dos estragos e instabilidades provocadas pelo primeiro conflito, já se envolviam nos acontecimentos que iriam desembocar na 2ª Guerra. Foi precisamente nessa fase de trégua dos interesses estrangeiros que a sociedade brasileira começou a tomar consciência da sua potencialidade para realizar-se como nação. Graças a essa trégua, pudemos levar avante as maiores mudanças da nossa história, as quais resultaram na transformação de país agrícola, exportador de produtos primários, em nação que caminharia para a industrialização plena, não fosse o "modelo" econômico neocolonial que veio a adotar, por indução de economistas e políticos, ideólogos da política de dependência, servis aos centros internacionais de poder. São os propugnadores do neocolonialismo, como veremos mais adiante.

A marcha para a construção de uma sociedade industrializada foi assim desviada pela ingênua e irrealista política de "crescer 50 anos em 5". O mal maior não foi a derrota que resultou disso, mas a inconsciência de seu significado. Até hoje, muitos querem voltar ao que representou essa fase, sem avaliar as conseqüências. Isto resultou na entrega de nosso precioso mercado interno, de parcelas crescentes e ponderáveis de nosso patrimônio natural e do controle de nossa evolução a corporações transnacionais, aqui instaladas de forma oligopólica nos setores mais dinâmicos da produção, sem qualquer compromisso com nosso povo ou com nossa história.

A ultrapassagem e ruptura com nosso caminho natural foram assim realizadas com a implantação de "modelo" econômico suicida que promoveu o transplante para dentro do País de poderosos interesses de outros países, objetivando crescimento econômico dependente. Por intermédio dele, economistas e políticos, naturalmente cheios de "boas" intenções, aliados a esses interesses internacionais hegemônicos, trouxeram, para ocupar áreas estratégicas de nossa estrutura produtiva, algumas das maiores corporações transnacionais, então existentes. Além disto, fundamentaram a construção do nascente parque industrial nacional em pacotes tecnológicos externos. Deste modo, entregou-se-lhes, na realidade, o controle de nossa evolução, ou seja, o poder real e seu principal instrumento estratégico, representado pelo domínio da produção de tecnologia.

Esta política foi aprofundada após 1964. Para isto envolveu alguns dos mesmos personagens responsáveis pela implantação do "modelo" dependente. Evidentemente, a estrutura de poder que foi montada sob esta orientação neocolonial não poderia ser dirigida para satisfazer interesses do povo brasileiro, como os fatos o estão demonstrando amplamente. Tudo, aparentemente, nestas condições, parece indicar não haver saída. Evidente-

mente, não pode existir saída enquanto os interesses maiores não são os nacionais.

No período de transição, quando esperávamos uma reversão desse equívoco histórico, mistificou-se a realidade e enganou-se o povo, como vimos. Nele, fez-se ressurgir, com força desproporcional, o entreguismo, enquanto seus principais personagens políticos prometiam o bem-estar e a soberania. Neste período, em vez de procurarmos a libertação dessas perversas circunstâncias, a elas nos ajustamos. Assim, vivemos acentuado retrocesso, com controle ainda maior das forças internacionais sobre o destino do País.

Nossos dirigentes, se não consumaram uma traição, demonstraram ignorância acerca das circunstâncias que governam o mundo, com forças que, em sua conveniência, levam avante programas que podem até pôr em risco a sobrevivência de povos. Para isto se fundamentaram em corrupção desenfreada, falta de patriotismo das falsas elites nacionais e omissão generalizada. Esta omissão somente encontra justificativa no pavoroso pânico narcísico que levou os personagens de Buñuel a ficarem prisioneiros na casa onde se realizava o sofisticado ágape.

SOBERANIA É FUNDAMENTAL

A verdadeira democracia reside na soberania do povo, na satisfação de suas necessidades e no preenchimento de aspirações essenciais como as de beleza, de liberdade e de justiça. Com isto criam-se condições indispensáveis à condução do próprio destino; conformam-se, em claros delineamentos, os caminhos que levam a adequada evolução, consolidados pela vontade coletiva; configuram-se referenciais e conteúdos básicos à elaboração conceitual e prática de um Projeto Nacional. Este se constitui em instrumento essencial para o alcance dessas aspirações, em mundo sob o domínio de poderosos entes nacionais, agrupados em grandes blocos de poder.

Esses blocos se formam sob o predomínio implacável do mais forte e dominador, reduzidos os demais à subjugação escravizante ou, em enfoque oposto, em torno de interesses comuns, garantidas a dignidade de seus povos e suas autonomias. São exemplos: no primeiro caso, a América Ibérica, tendo como centro imperial os EUA e, no segundo, a Comunidade Econômica Européia.

Nessa segunda hipótese, os blocos integradores somente se configuram quando constituídos de nações soberanas, donas de seus destinos. É marcante que este novo grande bloco de poder, com a unificação alemã e a

possível integração com a república russa pós-Perestroika, pode desequilibrar, nos próximos anos, o status quo do poder mundial.

Neste contexto, possíveis integrações na economia hegemônica internacional de países dependentes, dominados por forças externas e por falsas elites internas alienadas, corrompidas e degradadas, não passam de proposições de malévolos efeitos. Estão entre elas as que permanentemente se sugerem para os países ibéricos da América, a exemplo da malsinada ALALC e da falsa e mistificadora inserção internacional, agora proposta. A integração positiva somente é possível com entes autônomos que somam, graças à preservação de suas soberanias. Assim o demonstra a história dos povos, nos últimos 150 anos. Não existe interdependência entre desiguais. Neste caso, somente é possível a humilhante dependência. Isto fica demonstrado no excelente livro de Dieter Senghaas⁵ sobre a experiência européia, neste último século e meio.

Nessas circunstâncias, é essencial lembrar que a existência de Projeto Nacional cria condições fundamentais para a estruturação de Estado que seja executor desse Projeto. Trata-se, neste caso, de Estado legítimo, desde que veículo direto e compatibilizador das ações coletivas que levam à satisfação plena das necessidades e ao alcance das principais aspirações de um povo. Como tal, dispõe de incontestável autoridade para levar avante, com decisão, essas ações, pois tem como fundamento a força da atitude e da dignidade que as circunstâncias lhe atribuem. O seu potencial de resistência e de luta é evidentemente proporcional a seu grau de legitimidade, pois conta sempre com a infinita energia que emerge de povo que sabe o que quer. Neste caso, é impossível destruí-lo, mesmo com descomunais forças de violência e brutalidade, pois estas apenas ocorrem no plano físico. O que sobrar do massacre ressurgirá e recomporá sua presença incontestável no processo histórico. A destruição física, então, nunca significará derrota, mas extermínio, apenas desequilíbrio a favor da brutalidade, que jamais foi fonte forjadora de civilizações, mas de barbárie.

É importante, no entanto, enfatizar claramente que a verdadeira história brasileira não é aquela resultante de suas oligarquias e falsas elites, mas a de sofrido povo que teve na heróica gesta de Canudos insólito exemplo de afirmação, refletida em nossa maior obra literária.

5. Dieter Senghaas. *The European Experience — A Historical Critique of Development Theory*. New Hampshire, Berg Publishers, 1985.

CAPÍTULO II

Economia, realidade ou falsa simbologia?

A ESTRATÉGIA

O primeiro Informe do Clube de Roma, "Os Limites de Crescimento" ¹, alertou o mundo para a relação entre o crescimento econômico, ao modo como a sociedade consumista contemporânea o vinha conduzindo, e as disponibilidades de recursos naturais essenciais.

O Grupo examinou cinco fatores básicos que determinam esses limites: população, produção agrícola, recursos minerais, produção industrial e meio ambiente. Tomou ainda duas categorias de fatores que estimou indispensáveis ao crescimento econômico e populacional do mundo.

A primeira categoria, de natureza física, vincula-se a atividades fisiológicas e produtivas do homem e compreende as terras aráveis, a água, os metais, as florestas e os oceanos, configurando elementos que delimitam o crescimento.

A segunda categoria engloba componentes psicossociais e políticos: a paz e estabilidade social, o pleno emprego e o desenvolvimento tecnológico auto-sustentável.

As avaliações do 1º Informe do Clube de Roma, fundamentadas em dados de 1970, levaram em conta o consumo dos principais países industrializados e mostraram um cenário desolador quanto à disponibilidade mundial de recursos naturais não-renováveis.

Esse informe causou enorme impacto na opinião pública, ao demonstrar a impossibilidade desses países continuarem mantendo seus níveis de

1. Meadows, D. H. et al. *The Limits to Growth*. New York, Universe Books, 1972.

consumo. Nessas condições, não se poderia ampliar o clube dos ricos pois, com os números da época, a situação já era muito grave. Também deixava de fazer sentido falar-se em "países em desenvolvimento", que pretensamente aspiravam alcançar os níveis de consumo dos "desenvolvidos". Ou seja, seria inadmissível o aumento de consumo de recursos não-renováveis, os quais deveriam passar, naturalmente, devido à escassez, à categoria de estratégicos; além de presumir-se que esta situação viesse a provocar aumento crescente dos preços no mercado internacional. Isto, que seria o normal, na hipótese da tão celebrada quanto irreal economia de mercado, não ocorreu.

Há na natureza grande abundância de minerais, mas os metais neles contidos, na maioria das vezes, são de difícil extração. Muitos exigem, nesse processo, quantidades extraordinárias de energia, como é o caso daqueles mineralizados em silicatos. Outros, com muito baixo teor, são inacessíveis pelos elevadíssimos custos de produção.

Ademais, os recursos naturais precisam, ao serem extraídos e usados, manter condições que garantam delicado equilíbrio ecológico, essencial no uso não predatório do patrimônio natural, base das atividades produtivas e da vida.

As teorias econômicas, quaisquer que sejam as ideologias dos que as aplicam, partem do pressuposto que o crescimento é sempre possível, necessário, sem limites e benéfico. Elas encerram a idéia que "o aumento de produção provoca a auto-alimentação da máquina produtiva". Este axioma expansionista está claramente implícito nessas teorias. Ele não se evidencia, entretanto, na hipótese bastante real e cada vez mais freqüente, conforme o referido informe do Clube de Roma, de faltarem recursos naturais essenciais. Assim, muitas propostas de "decolagem" econômica carecem de fundamento por não ter garantido o necessário suprimento desses recursos. As crises de petróleo de 1973 e de 1979 puseram em xeque esses conceitos expansionistas. Esta evidência foi reafirmada em 1990 na imediata invasão da Árabia Saudita pelos EUA, como consequência da ocupação do Kuwait pelo Iraque e o que disto resultou, visando garantir interesses dos centros hegemônicos de poder.

Assim, esse falso axioma implica em prática equivocada que supõe que o crescimento econômico não provoca alterações nas fontes naturais e não prejudica futuros suprimentos. Na realidade, entretanto, muitas atividades produtivas levam a natureza a reações que podem promover interrupções e rupturas desses suprimentos, às vezes de modo permanente.

Ou seja, o crescimento econômico, na forma como tem sido conduzido e propugnado pelos mestres dessas teorias, vem provocando modificações significativas na ecosfera, podendo frear o processo produtivo ou promover, em muitos casos, seu retrocesso ou inviabilidade.

Ademais, esse crescimento é confundido, de modo mistificador, com o conceito de desenvolvimento, que tomou conta, nos últimos 30 anos, da dinâmica dos povos "subdesenvolvidos", como mito da nossa era. Ele se limita, porém, a considerar parâmetros relacionados exclusivamente com a expansão econômica não qualificada, independente de suas consequências sobre a sociedade e a natureza; ou seja, sem levar em conta ampla gama de aspectos essenciais ao bem-estar, à cultura e à vida, à estabilidade da ecosfera, à preservação do patrimônio natural renovável, como consequência de ignorar-se a limitação de recursos naturais não-renováveis, já identificada pelo Clube de Roma, no início da década de 70.

Os equívocos das teorias econômicas também afrontam o 2º Princípio da Termodinâmica. Este define o aumento de entropia pela degradação das formas de energia pelo uso. Isto contribui para acelerar o aumento inexorável da entropia do universo, passando a natureza a oferecer restrições crescentes à absorção dessa energia degradada, pela aproximação de intransponíveis limites de flexibilidade de parâmetros naturais. Quando esses limites são ultrapassados, como ocorre em Cubatão, e em outras regiões, dá-se a destruição da natureza pela desagregação de estruturas moleculares básicas. A vida passa a sofrer também alterações genéticas graves, como decorrência de energias degradadas não absorvidas, rompendo estabilidade que vem sendo mantida por longo período. Assim, as atividades econômicas, ao utilizarem o mundo físico como base de suas operações e ao ignorarem as leis que o regem, podem criar um débito termodinâmico por meio de inadequado aumento da entropia; isto é, por desproporcional degradação da energia e conseqüente desorganização molecular da matéria. Ao modo como vêm sendo exercidas desde a Primeira Revolução Industrial, essas atividades vêm produzindo alterações ponderáveis na ecosfera, a ponto de comprometer o patrimônio natural. E, conseqüentemente, provocar freio compulsório nas expansões econômicas devido a reduções drásticas na disponibilidade de elementos naturais que lhe são indispensáveis.

As práticas econômicas atuais dissipam, de modo desnecessário, energia nobre e recursos não-renováveis, baixam o nível da homeostase da biosfera, substituindo ecossistemas naturais equilibrados e ricos em espécies, por ecossistemas desequilibrados e pobres. Todas essas ações são irreversíveis e terminam agindo como freio à produção, como causa estrutural de elevação de custos, independente da sofisticação tecnológica que se possa atingir. Seus efeitos podem ser minorados com tecnologias adequadas, mas jamais

revertidos, pois o limite do domínio tecnológico é rigorosamente balizado pelos princípios termodinâmicos.

Ainda, dentro do escopo das teorias econômicas, o pressuposto "desenvolvimento" objetiva o crescimento indiscriminado, sem limites, qualquer que seja o grau de irracionalidade do processo. Neste contexto, os países são divididos em desenvolvidos e subdesenvolvidos ou, eufemisticamente, "em desenvolvimento". O objetivo aparente destes é chegar ao nível econômico de consumo dos primeiros, sempre por meio de dinâmicas controladas pelos donos do poder hegemônico e, em geral, em detrimento de suas realidades físicas.

Como esse tipo de crescimento é incompatível com o 2º Princípio da Termodinâmica, os centros de poder internacional encaminham tudo na direção do artifício, ao tempo em que controlam e condicionam a vida das populações dos países periféricos por meio da lógica dessas teorias. Para desviar as atenções desses fatos, o crescimento demográfico dos pobres é denunciado como explosivo, quando os predadores são os ricos que detendo um quinto da população mundial, consomem cinco vezes o total do consumo dos pobres; ou seja, em média, 25 vezes, per capita.

Nesse contexto, o patrimônio natural é substituído exclusivamente pelo econômico-financeiro, que interessa aos centros de poder. Nesta dinâmica o submetem a valores arbitrários, às vezes negativos, impondo, ainda, aos povos que o detêm, o ônus pela sua entrega. Esta sistemática, porém, não resiste a qualquer análise consistente com a realidade física ou com a ética.

Essas teorias, principalmente na forma como são exercidas na prática, não se fundamentam em conceitos claros ou consistentes da realidade e da produção. Suas definições de valores pressupõem que a atividade produtiva não necessita do patrimônio natural, nem lhe provoca alterações irreversíveis. Ou seja, são ignorados os Princípios da Termodinâmica e tudo o mais que se relaciona com as leis da natureza e da vida, das quais dependem esse patrimônio e as estruturas de produção dele decorrentes, essenciais ao processo econômico.

Entre os elementos que compõem esse patrimônio, o mais crucial, que garante o processo civilizatório e a existência do homem, é a energia, também responsável principal por sua evolução. Ela existe sempre a partir da natureza. Não se cria nem se destrói, apenas se transforma. Este é o 1º Princípio da Termodinâmica. Nenhuma "lei" de mercado pode alterar esta circunstância inexorável. Trata-se de princípio que rege o mundo físico. A energia, entretanto, quando existe, como vimos, pode ser deteriorada,

reduzida em sua capacidade de produzir trabalho, aumentando a entropia do universo. Este é o 2º Princípio da Termodinâmica. Neste ponto se localiza uma questão fundamental: *O confronto e a supremacia de ardilosas e pseudo"leis" de mercado sobre Princípios e Leis da natureza*, em evidente processo antinatural, o que somente pode resultar em desastre.

O trabalho físico e o da inteligência, a criatividade e o domínio tecnológico são fatores necessários, mas não suficientes, para criar e manter civilizações. A base crucial de suas existências e evolução está ligada necessariamente ao potencial energético, sempre a partir do patrimônio natural. Não há como alterar essa realidade física, sem graves e profundas consequências, definidas, com rigor, pela ciência.

Assim, quando as teorias econômicas estiverem aptas para absorverem estes ensinamentos essenciais, é possível que venham a se transformar em instrumentos efetivos de desenvolvimento. Enquanto isto não ocorrer, suas ações são deformantes, predadoras, ocasionando processo de destruição do patrimônio físico, crucial às atividades de produção de riqueza; ou seja, instrumentando essas teorias, caminhamos na direção de sistemática destrutiva, de evidentes efeitos perversos no desenvolvimento dos povos, na evolução das civilizações e na dinâmica que permite a existência de sociedades civilizadas.

Por tudo isto, é fundamental que o padrão monetário, para que seja sério e consistente, se vincule a parâmetros concretos, baseados na realidade energética e física, sob pena de promover o colapso futuro da produção, devido à insustentável desvinculação desse padrão com o mundo natural.

A sistemática de trabalhar tendo por base artifícios, ignorando a natureza, define uma das principais causas dos problemas dos países submetidos à condição de periféricos. Em grande parte, eles são decorrentes de conceitos equivocados e incompletos, manipulados sem cerimônia pelos expoentes mundiais das teorias econômicas, em que a riqueza patrimonial dos povos é desqualificada, substituída por falsos símbolos, sempre a favor de interesses, neste caso ilegítimos e imorais, do centro do poder internacional.

Entre os recursos naturais mais depreciados e ignorados pela tirania e pelos equívocos das teorias econômicas, está preciosa parcela responsável pela dinâmica da biosfera e fundamental a sua estabilidade. Trata-se de extraordinária fonte renovável de energia que tem como origem o sol. As florestas e as plantas em geral são o resultado, através da fotossíntese, da mais espetacular dinâmica de captação e armazenamento dessa gigantesca fonte de energia primária permanente que alimenta o planeta Terra. Elas possibilitam a manutenção dos ciclos naturais e da vida, ademais de

atividades que suprem necessidades dos seres vivos e aspirações materiais daqueles dotados de inteligência.

No Brasil, em sintonia com evidente processo de barbárie, e fruto de acentuada ignorância, que resulta dos valores e condicionamentos impostos pela "lógica" econômica e pelos interesses externos hegemônicos, as florestas são colocadas como empecilho a atividades econômicas. Ademais, estão sendo sistematicamente destruídas, em criminosa ação contra o patrimônio físico nacional; entretanto, elas são de valor crucial em qualquer estratégia para o futuro. Esta prática "econômica" tem consequências desastrosas sobre o indispensável equilíbrio e saúde da biosfera.

No início da segunda metade dos anos 70, cada um dos habitantes da Terra tinha, em média, aproximadamente 0,7 hectares de floresta fechada, sendo esta a que cobre 20% da superfície, vista do alto. Trabalho editado pelo Worldwatch Institute² estima que, desde então, essas florestas estão desaparecendo na proporção de vários milhões de hectares por ano. A floresta tropical úmida, cobrindo cerca de 535 milhões de hectares na década dos 70, já fora reduzida em suas dimensões originais, conforme o referido trabalho, em cerca de 40%.

Em contrapartida, as áreas florestadas da Europa e dos EUA têm-se mantido, há longa data, estáveis. A URSS dispõe da maior área florestada do planeta, cerca de 680 milhões de hectares, somente comparável à floresta tropical úmida da região amazônica, a qual, como vimos, está em processo de redução acentuada.

Usualmente, a destruição das florestas é fruto de sistema que reflete incompetência da sociedade em superar problemas fundamentais ao desenvolvimento, tais como: estagnação agrícola; grandes desigualdades na distribuição da propriedade da terra; aumento do desemprego; incapacidade de regular empreendimentos privados com o objetivo de proteger interesses públicos; etc.

Nessas sociedades, o deslocamento da fronteira agrícola é frequentemente mais caracterizado pelo caos e a destruição ecológica, mesmo quando resultado de planejamento governamental.

Os economistas avaliam a floresta somente pelo seu resultado morto — a madeira — quando ela é um recurso vivo que segue permanente dinâmica evolutiva, tendo função decisiva na vida da ecosfera.

2. Eckholm, E. "Planting for the Future: Forestry for Human Needs", *Worldwatch Paper*, n. 26, Washington, february, 1979.

“As burocracias governamentais são notórias — afirma E. Eckholm — em resistências contra a reestruturação de suas propostas, particularmente quando elas implicam em mudanças em atividades tradicionais e de status para a elite econômica”.

Promover a existência de comunidades florestais corresponde a interconectar problemas sociais, econômicos e políticos, que se somam no processo de desenvolvimento. É o processo criativo resultante da ação comunitária que faz o sucesso da vila florestal e a essência do que corresponde ao desenvolvimento real. A comunidade aprende a resolver seus problemas, a criar melhores condições de vida para seus membros, a tornar-se mais auto-suficiente e confiante. Ironicamente, o florestamento, que é sempre negligenciado nos estudos econômicos, pode, em alguns países, tornar-se o elemento catalisador de um verdadeiro desenvolvimento.

Eckholm toma no seu trabalho como exemplos de sucesso os casos da China e da Coréia do Sul, países pertencentes a mundos ideológicos opostos.

A China conseguiu reverter “cerca de cinco milênios de deterioração das florestas”, superando de modo surpreendente a crônica falta de madeira.

Entre 1949 e 1978, passou de uma proporção de 5% do seu território para 12,7% coberto de florestas, o que corresponde a um aumento de setenta e dois milhões de hectares.

A China alcançou esses objetivos com uma forte política de suporte ao plantio florestal, combinado com a mobilização para esse fim das comunidades rurais. Ela confirmou, assim, a elevada potencialidade humana quando socialmente organizada e pôde sobrepor-se, por esse meio, a problemas de extrema severidade.

No seu livro *Caminhos para a Sobrevivência*, William Voigt previa que “milhões irão morrer no duplo altar da reprodução incontrolada e no desregrado abuso da terra e dos recursos naturais”. Ao contrário, a China conseguiu manter bem alimentada o dobro da população que desesperava William Voigt e prevê-se que venha a tornar-se importante exportadora de alimentos. O processo, no qual as comunidades florestais tiveram papel central, realizou-se pela combinação de profundas reformas sociais com a reconstrução e o melhoramento do patrimônio natural.

Desse modo, a China conseguiu excelentes resultados no trato ecológico e na solução de problemas sociais.

A outra experiência é da Coréia do Sul, país montanhoso, outrora reconhecido por suas encostas estéreis, escassez de combustível rural e

severa erosão do solo. Hoje, a Coréia do Sul forma com a China, conforme Eckholm, uma lista de elite que reúne povos que se reorganizaram com sucesso para reflorestar seus campos.

O processo começou em 1973 quando o governo estabeleceu uma política florestal. Nela foi dado forte suporte aos grupos que se formavam nas vilas e no campo para promover o reflorestamento. O contraste foi baseado na identificação das necessidades da população, classificando suas disponibilidades de energia e terras não utilizadas. Tudo foi fundamentado no trabalho da comunidade. O programa "Ajude-se a Si Mesmo" permitiu às vilas avançar economicamente, construir suas instituições e levar avante projetos de irrigação, estradas vicinais, pontes, novos suprimentos de água e produção de eletricidade. O programa foi adiante pela combinação de organizações públicas e privadas, construindo cooperativas locais e espalhando associações florestais em praticamente todas as vilas.

A criação de novas florestas na Coréia do Sul, em analogia com a China, foi fruto de forte decisão política e ampla participação popular, com divisão dos benefícios na base.

"A lógica, a experiência e a realidade sugerem — conforme Eckholm — que somente a população rural será capaz de plantar, proteger e colher as árvores, na escala requerida, nas próximas décadas. Salvo que novas instituições sejam criadas para dar às povoações rurais a necessária orientação e assegurar que elas recebam os frutos do seu labor, a crise de escassez de madeira e a degradação do solo somente tenderá a piorar".

Assim, radicais mudanças são necessárias para fazer o poder econômico retornar ao real, visando resgatar os valores patrimoniais que permitem a preservação dos elementos essenciais à evolução da civilização. Seria ingênuo pensar que essas mudanças seriam possíveis sem conflitos e traumas. Estes virão, porém, já estão vindo, de modo tumultuado e cruento, como reação do homem em seu direito à sobrevivência. Para isso é necessário desvencilhar-se da camisa de força da "lógica" econômica, que está levando o homem e seu patrimônio existencial e evolutivo ao desastre, à destruição.

É curioso: os documentos que se seguiram ao primeiro do Clube de Roma alteraram profundamente o enfoque central daquele que impressionou o mundo e se referia à dramática escassez de recursos não-renováveis.

Já no seu 3º Informe, coordenado pelo Prêmio Nobel de Economia, Jan Tinbergen, com o título *Reshaping in International Order*³, o Clube propunha "soluções" por meio do Sistema Financeiro Internacional, o que

3. Tinbergen, J. et al. *Para uma Nova Ordem Internacional*, Livraria Agir Ed., Rio de Janeiro, 1978.

de fato veio a ocorrer. Este sistema, redistribuindo seus créditos, elevou, vertiginosamente, a dívida externa do Terceiro Mundo. Propunha, também, como solução para a crise energética, o aumento de pesquisas no setor nuclear, solar (por captação direta) e geotérmico, coordenado por autoridade mundial. E, na área tecnológica, a formação de *pool* de corporações transnacionais, além de dar maior eficiência às Nações Unidas. Enfim, ademais de medidas sabidamente inócuas, como a última, as propostas de Tinbergen, como premiado economista, se assemelham, pelos seus prováveis efeitos, à entrega de banco de sangue à administração de vampiros. De fato, as consequências dessa "nova" ordem econômica para os países do Terceiro Mundo foram desastrosas. Assim, exacerbou-se a montagem da economia mundial sob a égide do financeiro, afastando-a cada vez mais do natural. Com a supervalorização do financeiro, a economia foi submetida a sistemática de permanente fraude e deterioração.

Os resultados não poderiam ser outros, pois, com esta estratégia, um dos poucos princípios ainda válidos das teorias econômicas, qual seja a valorização comparativa de recursos escassos e necessários, foi extensivamente desprezado. Nunca recursos não-renováveis foram tão depreciados como após a constatação pelo Clube de Roma da sua intolerável e perigosa escassez; salvo, evidentemente, a valorização circunstancial do petróleo graças à OPEP, no contexto do "choque" de 1973 e no conluio entre bancos, sete irmãs, OPEP e governos dos países ricos, em 1979. Mesmo assim, o petróleo sofreu posterior achatamento de preços, incompatível com sua essencialidade e escassez e a OPEP foi praticamente destruída pelo enfraquecimento dos principais países membros. Para isto foi necessário induzir o Iraque a invadir o Irã, com pleno suporte dos centros hegemônicos de poder. Deste modo ficaram as duas economias exauridas, tendo que desesperadamente aumentar suas exportações de petróleo, o que deu suporte à redução do seu preço. Tudo isto ao "custo" de cerca de um milhão de mortos. Esses fatos levaram o Iraque à arriscadíssima ocupação do Kuwait, em agosto de 1990, talvez estimulado pelos que, a qualquer custo, desejavam a guerra, como denunciou o Papa João Paulo II. Afinal, os armamentos estocados da "guerra das estrelas" e após a Perestroika deviam ser experimentados. Assim, parece que a única lógica entendida pela chamada economia de mercado é a da força, da violência. Menos de um mês antes dessa ocupação, em reunião da OPEP, realizada em Viena, o Iraque pretendu elevar o preço do barril do petróleo para US\$ 25,00, essencial neste caso para sua economia exaurida. Não teve sucesso, devido a férrea oposição de seus principais credores, o Kuwait e a Arábia Saudita.

Em consonância com a estratégia de Tinbergen, em perfeita sintonia com o poder econômico-financeiro mundial, a partir de 1977, iniciou-se processo de drástica redução dos preços das matérias-primas, apenas amorte-

cido, em breve intervalo, após a segunda crise do petróleo, em 1979. Nos primeiros meses de 1986, esses preços alcançaram, em relação aos preços de manufaturados e de serviços, os níveis mais baixos de toda a história contemporânea; tão baixos como no período da Grande Depressão. No caso do cobre e do chumbo, esses preços chegaram a níveis inferiores aos de 1932...

Desse modo, nos países centrais, com exceção da URSS, os produtos primários alcançaram preços marginais. Sua depreciação, entretanto, nos centros hegemônicos sempre foi compensada pelo acelerado crescimento dos preços internacionais dos produtos industrializados, deles decorrentes. Esta estratégia, evidentemente, atingiu de maneira brutal as economias do Terceiro Mundo, tradicionais fornecedoras de matérias-primas.

Muitos desses materiais, porém, não deixaram de ser classificados pelas potências industriais como altamente prioritários e estratégicos, sendo o fornecimento de alguns deles considerado de vital importância para suas economias e seguranças. Evidencia-se assim, nessas táticas mercantis, elementos de estratégia maior, de natureza geopolítica.

Na brutal desvalorização de produtos minerais, se excluídos os materiais de construção e os energéticos, já em 1978, eles representavam apenas 0,708% dos Produtos Brutos de todos os países; isto demonstra os reduzidos valores com que são manipulados pelos cartéis e oligopólios que controlam seus mercados; ou seja, seus preços têm sido continuamente depreciados. Por exemplo, enquanto exportamos quartzo de primeira qualidade por preços abaixo de 2 dólares o quilo, importamos componentes eletrônicos, dele basicamente resultantes, por cerca de 2 mil dólares o quilo. Deste modo, as matérias-primas contidas nos micro-circuitos semicondutores representam de 1 a 3% do seu valor; a tecnologia de produção — isto é, pesquisa, desenvolvimento e teste — corresponde a 70% e a mão-de-obra, 12%. Com o alumínio, cujo valor patrimonial do minério que lhe dá origem é praticamente zerado, vendemos energia para produzi-lo por preço que corresponde a porcentagem fixa dos preços internacionais do produto final. Esta tem correspondido a níveis muito inferiores à participação da energia nos custos de produção do metal. Além disto, esses preços finais são manipulados pelos mesmos que compram a energia. Deste modo, chegou-se a receber por essa energia apenas um quarto de seus custos de produção, em monumental prejuízo estrutural. Para realizar este “negócio do Brasil”, fomos induzidos, como vimos, a tomar 4 bilhões de dólares como empréstimo externo para construir a usina hidrelétrica de Tucuruí. Efeitos semelhantes tiveram os empréstimos destinados à implantação da estrutura de exploração do minério de ferro de Carajás e à construção da Ferrovia do “Aço”, todos diretamente vinculados a exportações predatórias. Estes são

os frutos dos créditos internacionais a que se refere Tinbergen em seu Informe.

Para passar uma noite em hotel de qualquer capital do Primeiro Mundo, sem direito ao café da manhã, o negociador brasileiro precisa colocar cerca de 30 toneladas de excelente minério de ferro em Tóquio, no outro lado do planeta. Isto mostra o nível de deterioração a que foi levado o comércio externo de matérias-primas.

Simultaneamente, a possibilidade de uso de determinadas matérias-primas estratégicas decorrente do avanço tecnológico pode representar redução de custos. Por exemplo: cinquenta quilos de cabos de fibra ótica (produzido com nosso quartzo) transmitem um número de chamadas telefônicas superior aos viabilizados com cabos que necessitam mil quilos de cobre. Para produzir cinquenta quilos de fibra ótica consome-se o equivalente a 5% da energia necessária à produção de mil quilos de cobre. Estes saltos tecnológicos, entretanto, não são tão freqüentes como se costuma propagar e, mesmo assim, dependem vitalmente de matéria-prima, fortemente desvalorizada.

É importante, portanto, ter plena consciência da estratégia dos países industrializados, tendo em vista as evidências levantadas pelo 1º Informe do Clube de Roma. Não se trata desses países se adaptarem à escassez crescente de recursos naturais não-renováveis, procurando substituir uma fonte por outra quando ela existe, mas algo mais profundo. Ao mesmo tempo que provocam acentuada desvalorização desses recursos escassos, tornando-os acessíveis em condições excepcionais aos países industrializados, valorizam ao extremo seus recursos, como a tecnologia e o financeiro, este, fruto de artifícios contábeis de poder. Assim, atuam por meio de sofisticadas e diversificadas estruturas industriais, bancárias e de serviços e pelo aumento do controle que exercem sobre os pacotes tecnológicos em uso nos países dependentes que disponham de abundantes recursos naturais. Exacerbam deste modo o processo neocolonial, sobrecarregando de ônus esses países, transformados, por esse processo, em periféricos.

Nesse contexto, países do Terceiro Mundo ficam expostos a um dilema: embora potencialmente ricos em recursos naturais, são dependentes em tecnologia. Aquelas que lhes serão fornecidas tenderão cada vez mais a aumentar a dependência, não somente em relação a fatores de produção que não dispõem, mas também procuram inviabilizar a exploração racional e valorização relativa de seus recursos abundantes. Há ainda uma falha substantiva nessa dinâmica de dominação. Sem esses recursos naturais estratégicos, inclusive os energéticos, os parques industriais dos países hegemônicos podem, em condições extremas, ser sucateados. Isto foi o que ficou

evidente com a ação de Saddam Hussein, em agosto de 1990, ameaçando, as potências mundiais, de incendiar os campos de petróleo do Golfo Pérsico.

Como o processo tecnológico está ocupando de modo crescente o centro de gravidade da força de trabalho na indústria, o controle desse processo pelos países centrais resulta em reserva de mercado para eles, em âmbito mundial, das atividades de desenvolvimento e produção tecnológica. Isto promove profunda e injusta desigualdade na divisão internacional do trabalho. Prevê-se que, nos EUA, nos próximos dez anos, o trabalho tecnológico nas indústrias supere, em quantidade, a força operária.

Enquanto isto, nos países periféricos não há lugar para essa atividade de natureza estratégica, ao contrário da proliferação de atividades em ciência, induzida de fora, sem estar vinculada às necessidades do País, mas sim com demandas promovidas pelo desenvolvimento tecnológico dos países centrais. Estes conduzem para seus interesses esse suprimento gratuito de conhecimentos, por meio do controle das comunidades científicas dos países periféricos.

Entre os onze minerais atualmente mais utilizados, incluindo o petróleo, em 1980, em média, os países centrais produziram 62,2%, enquanto consumiram 84,7%. Os países de economia dependente, em contrapartida, produziram 37,8% para um consumo de apenas 15,3%. A diferença, isto é, 22,5% da produção mundial representa transferências dos dependentes para cobrir o déficit dos países centrais. Entre essas substâncias, com a única exceção do potássio, os países periféricos produziram, em média, mais do que consumiram. Esta desproporção vem aumentando à medida que as reservas dos países centrais vão escasseando ou são preservadas para o futuro. Quando se consideram as populações dos dois blocos de países, os centrais e os periféricos, o consumo per capita do primeiro, em média, é 18 vezes superior ao do segundo, para essas substâncias. A Tabela 1 exemplifica esses fatos para cinco elementos industriais básicos, dois energéticos e três metais. Com exceção do carvão mineral, em baixa como potencial de uso, eles apresentam déficits para o 1º Mundo e superávits para o 3º Mundo, e são transferidos em valores econômicos cada vez mais depreciados para o mundo dos ricos.

TECNOLOGIA "DE PONTA"

Fica, portanto, evidente que, enquanto os países industrializados consomem aceleradamente os recursos não-renováveis disponíveis, os periféricos ficam cada vez mais reduzidos a fornecedores. Os preços desses recursos, porém, mal cobrem os custos de extração e transporte, ou mesmo estão abaixo desses valores. Simultaneamente, os produtos deles decorrentes, obtidos por meio de tecnologias controladas pelos industrializados, têm seus preços permanentemente aumentados.

TABELA 1

DÉFICITS E SUPERÁVITS DE CINCO ELEMENTOS INDUSTRIAIS BÁSICOS

(Ano Base 1981)			Superávit (+) Déficit (—)		
	COMBUSTÍVEIS		METAIS		
	PETRÓLEO	CARVÃO MINERAL	FERRO	ALUMÍNIO	COBRE
(1º Mundo)					
USA	— 147	+ 79	+ 2,2	— 4,47	+ 0,22
EUROPA	— 592	— 13	— 67,6	— 2,97	— 1,97
JAPÃO	— 268	— 183	— 87,5	— 1,64	— 0,92
URSS	+ 10	+ 61	— 10,2	— 0,92	+ 0,12
AUSTRÁLIA	— 19	+ 80	+ 55,2	+ 4,49	+ 0,14
SALDO	— 1016	+ 24	— 107,9	— 5,51	— 2,41
(3º Mundo)					
AMÉRICA LATINA	+ 124	— 16	+ 69,5	+ 4,33	+ 1,05
ÁSIA (Sem China e Japão)	+ 938	—	+ 10,4	— 0,76	+ 0,30
CHINA	+ 281	—	+ 0,5	— 0,09	— 0,18
ÁFRICA	+ 208	—	+ 27,6	+ 2,21	+ 1,22
SALDO	+ 1551	— 16	+ 108,0	+ 5,69	+ 2,39

OBS.: Pela Tabela acima o 1º Mundo é superavitário apenas em carvão mineral, sendo deficitário em todos os outros, ao contrário do 3º Mundo.

Combustíveis: milhões de toneladas/ano.

Metais: milhões de toneladas/ano de metal contido em minério.

FONTES: Demographic Yearbook UN

Roskill Information Services.

Nesse conjunto de políticas, se colocam as chamadas tecnologias “de ponta”, cuja concepção inicial surgiu para nós precisamente no âmbito da reunião do Clube de Roma, realizada no Rio de Janeiro, no início da década de 80. Os estrategistas dos países industrializados, já tendo experimentado os dois choques do petróleo, desviaram a atenção mundial da escassez dos recursos não-renováveis e caminharam na direção de dar prioridade a tecnologias que tivessem profundos efeitos no controle por esses países das sociedades dependentes, especialmente sobre aquelas com recursos naturais abundantes. E, também, que reduzissem o uso e a dependência desses recursos. Nesta concepção estratégica se enquadram os novos materiais e, especialmente, a biotecnologia, na forma como está sendo condu-

zida. As ênfases, por exemplo, visam alterações genéticas e não o aproveitamento da imensa variedade de espécies que caracteriza a biota tropical, especialmente nos trópicos úmidos. Ou referem-se a novas técnicas de grande abrangência em seus efeitos que permitem o controle da gestão e da evolução sócio-política dos povos. É o caso da informática. Note-se que a ênfase destas tecnologias está diretamente vinculada à problemática de valorização dos fatores de produção dos países centrais, tentando afastá-los naturalmente de crescente dependência de recursos escassos, ao tempo em que procuram controlar, através de sofisticadas tecnologias, as economias periféricas em que esses recursos são abundantes. Por isso, eles procuram também encurtar a distância que separa a ciência de seus usos na produção. Evidentemente seus efeitos se encaixam rápida e positivamente sobre as estruturas tecnológicas autônomas dos países centrais, já fundamentadas em suas vocações; isto é, eles enfatizam as vantagens relativas de seus fatores de produção, o que *não* ocorre, decididamente, nas economias dependentes de tecnologias exógenas. Portanto, estas economias ficam presas a fatores abundantes dos países de origem dos pacotes tecnológicos e a suas políticas e interesses.

Assim, dar prioridade em países periféricos a estas tecnologias, ditas "de ponta", fruto de concepções e de interesses de países centrais, visa dificultar, ao extremo, a possibilidade de valorização de vantagens comparativas dos países dependentes, os quais ainda desfrutam de recursos naturais abundantes e outros fatores não coincidentes com aqueles que predominam nos países industrializados. Estas discrepâncias se avolumam quando se trata de recursos peculiares às regiões tropicais, em contraste com aqueles das regiões temperadas e frias, onde se localizam os países hegemônicos.

Na estratégia dos industrializados, até pode haver faixas de coincidência com a problemática do desenvolvimento brasileiro, mas, se elas existem, são ditadas pelos interesses desses países e de suas corporações. Na realidade, essa estratégia objetiva, em geral: a desvalorização de recursos que nos são peculiares ou abundantes e a supervalorização dos fatores, das políticas e dos interesses dos países hegemônicos, conforme vimos analisando ao longo deste trabalho.

VOCAÇÕES NACIONAIS

Ao contrário de adaptação cega aos ditames e estratégias dos países centrais, quase sempre em contradição a nossos interesses, os países dependentes necessitam identificar fatores internos que reúnam acentuada convergência de vantagens nacionais relativas e que permitam condições de competição real com os industrializados. Evidentemente, a abundância interna

de recursos naturais é necessária, pois não temos condições de impor a outros países o fornecimento compulsório de matérias-primas estratégicas. Por outro lado, precisamos controlar aquelas que temos com exclusividade ou em muito elevada porcentagem do potencial mundial, como são os casos do quartzo de primeira qualidade, dos metais refratários e da biomassa, por exemplo, todos em grandes proporções relativas. Então, estas matérias-primas, pelo seu controle, podem nos dar, a priori, elevado poder de barganha internacional. Estas condições criam um indispensável bom começo. Ele necessita, entretanto, ser seguido do desenvolvimento tecnológico correspondente, sob pena de cairmos mais uma vez na armadilha do neocolonialismo, tão bem desenhado nos Informes sucessivos que se seguiram ao primeiro documento do Clube de Roma. Ou seja, pela estratégia dos "ricos", dispor com exclusividade de recursos estratégicos não somente não tem se constituído em vantagem para os países "pobres", mas antes, em geral, lhes tem sido oneroso, objeto de permanente deterioração da vida de suas populações. Isto se deve, como vimos, a postura de servilismo das elites dirigentes dos países dependentes, que aceitam passivas os ditames que garantem os interesses dos "ricos".

No documento "O Desempenho da Secretaria de Tecnologia Industrial — Período 1974/78", publicado pela STI/MIC, procuramos identificar vocações nacionais sobre as quais precisamos exercer domínio do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico. São eles:

1) setores que têm o quartzo de primeira qualidade como matéria-prima essencial. Esses setores oferecem, entretanto, a dificuldade de já existir ponderável "gap" tecnológico que favorece os principais países industrializados, devido ao avanço da indústria eletrônica mundial. Entretanto, esforço prioritário nestes estratégicos setores pode dar ao Brasil, a curto prazo, excepcionais condições de barganha internacional;

2) setores com uso extensivo de combustíveis extraídos de biomassa e que substituem derivados do petróleo. Complementarmente, eles promovem a produção de alimentos e de matérias-primas industriais, em variado e rico espectro;

3) setores de novos materiais metálicos refratários e supercondutores;

4) biotecnologia, tendo por base riquíssima e muito variada biota dos trópicos;

5) o campo farmacêutico e, por extensão, a química fina;

6) informática.

Os quatro primeiros se constituem em vocações naturais para o Brasil pela abundância privilegiada que há de recursos disponíveis. Além disto, com exceção do setor do quartzo, foram realizados no País avanços tecnológicos nesses campos que nos colocam em posição de destaque. Carecemos, entretanto, de suporte de política de poder para transformá-los em progra-

mas tecnológicos produtivos de longo prazo, devido à natureza dependente do "modelo" de crescimento econômico. Ele ignora e impede o processo tecnológico, parte indispensável de qualquer política de autonomia, de poder e de desenvolvimento.

O setor farmacêutico necessita se constituir em vocação nacional, pela extrema vulnerabilidade política que representa sua dependência tecnológica, em estratégia que envolve a proteção à vida, além da competência que já demonstramos. A Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC), por exemplo, desenvolveu tecnologias produtivas relacionadas com cerca de 80 produtos farmacêuticos. Esta potencialidade está sofrendo severa restrição destrutiva com a reserva de mercado que resulta da concessão de patentes estrangeiras, ao ser alterada a lei que as proíbe.

E, finalmente, o setor de informática pelo controle que promove da maioria das atividades da gestão governamental, da produção e dos serviços. É inadmissível subordiná-lo ao domínio externo, o que corresponde a perder o comando de informações essenciais, especialmente por meio do domínio dos códigos de linguagem.

Evidentemente, este conjunto vocacional para o Brasil, que não é completo mas apenas exemplificativo, tem implicações múltiplas em outros setores como o da energia em geral, da siderurgia, de bens de capital, dos transportes, dos alimentos, da química de produtos naturais, alcoolquímica, mecânicas de precisão e pesada, etc. A estes se devem adicionar aqueles que pela iniciativa de brasileiros permitiram ao País alcançar nível internacional de competição, como o setor aeronáutico, em aviões de porte pequeno e médio, o siderúrgico, especialmente com uso do carvão vegetal, entre muitos outros.

As propriedades de metais refratários de alta resistência mecânica, de elevada resistência à corrosão e alta temperatura de fusão, além de supercondutores, oferecem perspectivas tecnológicas de significativo porte e importância para o desenvolvimento industrial do século XXI em setores como fusão nuclear, comunicações, exploração espacial, química de alta pressão e corrosão, indústria bélica e medicina, entre muitos outros.

O Brasil dispõe hoje de avançadas tecnologias de âmbito internacional, desenvolvidas em escala semi-industrial e visando a produção dos seguintes metais: nióbio (Nb), molibdênio (Mo), tântalo (Ta) e titânio (Ti); na produção de óxidos de Nb, Ta e Zr (zircônio) e de Terras Raras. Também na produção industrial de fios e cabos supercondutores, de supermagnetos, além de um vasto espectro de componentes, compostos por esses materiais estratégicos e suas ligas. Domina, ademais, tecnologia de produção de fibras óticas, obtidas a partir do quartzo.

Com a execução de programa tecnológico de uso de biomassa energética envolvendo inúmeras matérias-primas de elevado potencial como a

mandioca, óleos vegetais e celulose, além de cana-de-açúcar, sorgo, etc. e processos de transformação: fermentação, sacarificação, hidrólise ácida e enzimática; e de tecnologias de usos de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos em turbinas, motores ciclos Diesel e Otto, caldeiras, fornalhas, etc., visando substituir todos os derivados do petróleo, de modo eficiente; além disto, vasto programa de melhorias de técnicas agrícolas de produção, adaptadas especificamente às condições locais, em especial, dos trópicos, sob fundamentos científicos consistentes, em todas as áreas de pesquisa, no campo vegetal. Novas tecnologias como a de produção de eletricidade pelo processo MHD (Magneto-Hidrodinâmico), tendo como combustível primário a lignina extraída da biomassa ou sistemas geradores de pequeno e médio porte usando óleos e carvões de origem vegetal. As consequências sociais, econômicas e políticas de programa auto-sustentado no campo dos combustíveis renováveis são evidentes e apenas afloram no Programa Nacional do Alcool como a ponta de um imenso "iceberg", mesmo na forma deformada como terminou sendo conduzido, e, nos últimos dez anos, submetido a processo tentativo de desmonte. Com cerca de 400 usinas, com capacidade de produção para 16 bilhões de litros de álcool etílico, este programa representa efetivamente o mais importante programa da área de biotecnologia em execução no Brasil e coloca-se entre os maiores em todo o mundo. Ademais, se estendidas suas potencialidades a outras matérias-primas energéticas e a outros combustíveis substitutos de derivados de petróleo, ele pode alcançar porte energético mundial. Também, neste campo da biomassa, o Brasil se colocou entre os países que dispunham de tecnologia mais atualizada, com inúmeros resultados efetivos na produção. Isto resultou da existência de estrutura institucional adequada de coordenação e de definição política, e do esforço, até 1979, de cerca de 1.300 pesquisadores, tecnólogos e engenheiros. A partir de então, entretanto, essas equipes, que deveriam ter sido multiplicadas, foram dissolvidas e seus programas interrompidos. A continuidade desse trabalho é essencial para o domínio e eficiência da produção. Ele levaria o Brasil à posição de liderança em área estratégica de poder mundial. Evidentemente, isto não é desejado pelas potências industriais atuais e por suas corporações, especialmente as que atuam na área energética.

Também no setor farmacêutico, em apenas três anos, se conseguiram avanços inestimáveis com o desenvolvimento tecnológico de 32 produtos, 12 dos quais já em produção industrial em 1989. Em 1990, cerca de 50 outros produtos estavam com seus processos tecnológicos em desenvolvimento, para uma lista básica de medicamentos de cerca de 350 produtos. Estes resultados demonstram a viabilidade de alcançar a autonomia tecnológica nacional neste estratégico e ultra-sensível setor, em prazo inferior a dez anos. A situação desastrosa anterior, de absoluta vulnerabilidade e dependência externa, com as corporações transnacionais dominando mais de 87% do mercado, explica mas não justifica, as medidas de represália de

países cujas corporações mantinham o domínio do setor, em confronto com as regras internacionais e as leis do País. É necessário recordar que na fase anterior à 2ª Grande Guerra a indústria privada brasileira, da área farmacêutica, detinha cerca de 65% do mercado nacional, em muitos casos com tecnologia própria, desenvolvida em centros tecnológicos privados. Com a implantação do "modelo" dependente, este importante setor estratégico foi dizimado, ficando reduzido a funções periféricas.

O êxito do desenvolvimento tecnológico alcançado no País nesse setor, nos últimos anos, fruto de política traçada antes de 1979 pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e pela Central de Medicamentos, conduziu a incríveis pressões internacionais no sentido de reservar globalmente o controle do mercado tecnológico nacional para interesses externos, por meio da mudança na legislação de patentes antes referida, em atentado às leis do País e ao Tratado de Paris, que regem esta questão. Com estas medidas, evidentemente, fecha-se a possibilidade de desenvolvimentos tecnológicos internos neste setor.

Apesar disto, a elite dirigente se prepara para ceder em mais esta ilegítima pressão externa. A liberalidade com que certos brasileiros, em funções de direção, tratam das questões coletivas, tem conduzido a lesões sérias em muitos de nossos interesses estratégicos. Isto implica em não consolidar esforço vitorioso, desenvolvido por longo período, o que resultará em grave prejuízo, de efeitos às vezes irrecuperáveis, para a Nação e sua soberania.

O SUPERPODER FINANCEIRO E A DECADÊNCIA DOS EUA

Essas ações, visando impedir a implantação no País de processo tecnológico autônomo, que tornaria realidade nossas esplêndidas potencialidades de recursos naturais, dificultam a definição de estratégicas vocações produtivas nacionais. Simultaneamente, o poder externo promove o desmonte de instrumentos institucionais essenciais para garantir esse desenvolvimento auto-sustentado. Isto é favorecido pela política de concentração da ação do Estado no campo financeiro. Por meio de taxas de câmbio, moeda internacional de referência e dívida externa, todos instrumentos da chamada economia simbólica e de controle externo, anula-se o potencial de poder dos fatores locais e manipulam-se os interesses brasileiros e suas relações de trocas com o exterior. Deste modo, a sociedade brasileira perde o sentido da realidade, da riqueza, da experiência arduamente alcançada e da cultura nacionais.

Nessa linha política criou-se o super-Ministério da Economia para cuidar de poder maior, a ser exercido por meio das finanças. A produção industrial e todas suas complexas implicações passam a cargo de órgão

de quarto nível, simples departamento, sob a diretriz política das finanças. Ou seja, a questão industrial, centro de gravidade do poder real do mundo contemporâneo, retrocede ao tratamento político-institucional de 1934 quando o trato dessa questão se reduzia a departamento no Ministério da Agricultura. Também a questão tecnológica, que representa uma parte estratégica da política industrial, teve sua estrutura desmantelada e seus instrumentos de ação política destruídos, retrocedendo, com isto, na política institucional, a 1922, quando então foi criado naquele Ministério a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios. Em contrapartida, para manter as aparências, criou-se Ministério inconsequente e anódino para "cuidar" da Ciência, sem qualquer instrumento de poder de regulação ou de promoção, para não dizer de política, sobre a estrutura produtiva. Apenas ganhou o nome de Ciência e Tecnologia, este último para enganar ingênuos. É como substituir as Forças Armadas, com seus exércitos e seu Estado Maior, por um grupo que estuda aspectos acadêmicos da guerra. Assim, em questões tão cruciais, com as mudanças ocorridas desde 1979 e levadas às últimas consequências com a Reforma Administrativa do Governo Collor, nos encontramos sem os mínimos instrumentos de organização e de defesa, sendo impossível, portanto, ação política com o arrojo que exige o desenvolvimento auto-sustentado. Para isto se destruiu, nos últimos dez anos, esforço institucional, na área tecnológica, de cerca de 70 anos, iniciado no início dos anos 20, quando estava em marcha dinâmica de construção de Projeto Nacional.

Mesmo em nações muito mais poderosas, dispondo de instrumentos alternativos de alcance mundial, a ausência de estrutura de poder que cuide da política industrial-tecnológica leva a sérias consequências. Akio Morita, presidente da Sony Corporation, do Japão, denuncia esta deficiência norte-americana como uma das causas da decadência industrial dos EUA ante o crescente poderio japonês. Nessas circunstâncias, afirma Morita, os americanos procuram transferir o ônus e a culpa do decaimento de sua competitividade produtiva para outras nações que dispõem desses instrumentos, como é o caso do Japão.

Simultaneamente à criação do Ministério da Economia, o governo brasileiro vincula questões centrais do poder mundial, como as da energia, do subsolo e a não menos importante de comunicação de massa, para a categoria de simples serviços de infra-estrutura. Assim, também teve o mesmo destino a questão dos transportes, de grande importância devido a nossas dimensões continentais. Ademais, foram extintos liminarmente instrumentos essenciais e eficientes em áreas de graves dificuldades nacionais relacionadas com as trocas com o exterior (Interbrás e Portobrás) e com o subsolo (Petromisa). Em contrapartida, libera-se o câmbio e enfatiza-se a "integração" na economia internacional. Sem dúvida, são medidas que têm uma forte lógica, em convergência com interesses externos.

Tudo isto se assemelha à circunstância de soldado desarmado em campo de batalha, tendo que enfrentar, impotente, a adversidade da luta, não lhe restando mais que a alternativa do esmagamento, da derrota. A questão entretanto é colocada para as massas, condicionadas pelos meios de comunicação, como se objetivasse a "modernização" do Brasil, quando visa criar condições que garantam o controle externo de cruciais questões nacionais e que levam ao nosso enfraquecimento crescente e à destruição, como vem ocorrendo com outras nações do mundo ibérico.

Muitas dessas estratégias estão ficando cada vez mais claras e encontram suas razões de ser nas evidências levantadas no primeiro documento do Clube de Roma. De fato, promoveu-se a substituição da economia real, que se fundamenta na valorização dos fatores de produção e no fluxo de bens e de serviços, pela emergência de uma economia falsamente simbólica, que se apóia em movimento de capitais financeiros, no controle das taxas de câmbio e no fluxo de créditos. Tudo sob o arbítrio de centros internacionais de poder. Essa estratégia já era definida, como vimos no terceiro documento do Clube de Roma, elaborado sob a coordenação de Jan Tinbergen. Vejamos outros aspectos desta dinâmica predatória.

O comércio de bens e de serviços, mesmo considerando o acelerado crescimento da sua parte "invisível", relacionada com os serviços tecnológicos e correlatos, totalizam no mundo cerca de 3 trilhões de dólares por ano. Enquanto isto, o mercado de eurodólares gira em torno de 300 bilhões de dólares por dia útil, ou seja, aproximadamente 75 trilhões por ano. Somando-se 35 trilhões de dólares de transações com divisas nos principais centros monetários, se alcança a astronômica quantia de 110 trilhões de dólares. Ou seja, 37 vezes maior que o comércio de transações sobre o real... Mesmo admitindo que este valor contenha somas repetidas, a desproporção do fictício sobre o real é fantástica. Este é o cenário que ex-Ministro inglês, Lord Lever, reconheceu viver em clima de orgia...

Neste contexto, a riqueza das nações, as vantagens comparativas dos fatores da economia real — custos de mão-de-obra, de matérias-primas, de transporte, de produção tecnológica — deixam de ter valor nessa economia fraudulentamente simbólica. As vantagens dos fatores que, na economia real, estabelecem as taxas de câmbio, por exemplo, são hoje, contrariamente, reguladas por taxas arbitrárias, definidas por centros mundiais do poder financeiro.

Em tom de denúncia, Akio Morita, em documento de grande repercussão internacional⁴ afirma que os norte-americanos esqueceram a importância das atividades produtivas, pois procuram ter ganhos cada vez mais rápidos por meio do jogo financeiro. Obtêm assim enormes lucros

4. Akio Morita e Ishibara. "The Japan That Can Say No". Documento avulso.

movendo ativos financeiros através do mundo. Para isto utilizam grandes computadores conectados por satélites ou mesmo por telefone. Diz Morita:

"A moeda não deve ser objeto de especulação porque sua função principal não é enriquecer bancos e companhias de seguros, mas facilitar as operações da produção. Quando um povo relega a produção, como parece ser o caso dos americanos, ele deixa de ser capaz de suprir suas necessidades básicas. Enquanto os japoneses estão focalizados para negócios que deverão ocorrer nos próximos dez anos, os americanos dão atenção para os ganhos nos próximos dez minutos. Fazem isto sob o argumento de que estão entrando em uma economia pós-industrial. *Está em moda pensar que este jogo financeiro será a atividade do futuro, da terceira onda, e dizem que a informação constitui o âmage deste jogo*". É a modernidade. *"Estas atividades, entretanto, nada produzem se não estiverem fundamentadas no real. O que é necessário é acrescentar valor e sabedoria ao real."* "O desvio de atividades da indústria de alta tecnologia para o lucro rápido do jogo do dinheiro apenas acelera a degeneração dos EUA", acrescenta Morita.

"Os norte-americanos não podem continuar vivendo uma economia simbólica, na qual os empresários apenas jogam com números. Precisamos voltar à economia real, na qual o dinheiro se move de acordo com as atividades de produção", adverte Peter Drucker. Ao que Morita acrescenta: *"Ou a Administração Bush trata com seriedade os problemas econômicos ou o colapso mundial não será uma preocupação, mas uma real possibilidade"*.

Nos EUA, os estoques são manipulados por investidores institucionais que administram gigantescos fundos. Compram e vendem em grande quantidade, no intuito de obter enormes lucros, no menor prazo possível. Deste modo, florescem os serviços resultantes desse jogo de finanças. Nele se concentram os investimentos que são retirados de objetivos reais de longo prazo. Assim, a economia vai ficando sem substância, pois toda ênfase é dada ao simbólico, que nada simboliza. Isto retira substância ao sistema financeiro ademais de ocorrer com enormes custos patrimoniais, como veremos no Capítulo V deste livro.

Evidentemente, a manutenção dessa dinâmica econômica somente é possível com alguém pagando o preço desse jogo. Ele tem como principais vítimas países do Terceiro Mundo, o Brasil e especialmente os potencialmente mais ricos da América Ibérica, onde se encontram os grandes patrimônios energético e biológico de natureza renovável do planeta. Por isso, à medida que a afluência aumenta no Primeiro Mundo e a economia simbólica se expande, é necessário apertar os controles e o domínio sobre esses países. É necessário "integrá-los" às economias centrais de modo a que não tenham possibilidades de reação, mesmo que estejam seguindo regras tradicionais, comuns nas relações econômicas entre países. Deste modo, ficam

explicadas muitas das medidas tomadas na área econômica no Brasil, principalmente desde 1979, e recentemente exacerbadas. Controle férreo é exercido sobre as relações de trocas desses países, especialmente em matérias-primas minerais estratégicas e em produtos agrícolas, além do aplicado sobre as taxas de câmbio e a tirania imposta por meio de suas dívidas externas. Não restam portanto muitas oportunidades para o exercício da liberdade e do desenvolvimento. *A continuidade desta perversa dinâmica será facilitada se estes países carecerem de instrumentos de regulação e defesa.* Estas são as razões das mudanças estruturais ocorridas no Estado brasileiro, no início da década de 90. Para isto ele foi previamente submetido a processo de desagregação moral e de descrédito ante a opinião pública, transformada em massa de manobra pelos meios de comunicação. Esta dinâmica vem ocorrendo desde 1979, quando começou o desmonte institucional do Estado. Muitas são as causas desse desgaste, em grande parte visando justificar o desmonte.

EXCESSO DE MOEDA E FALTA DE ENERGIA

A história monetária mundial mostra que dívidas incontrolladas levam irremediavelmente ao colapso. Em 1929, o estopim foi a Bolsa de Valores, hoje há vários possíveis estopins.

Em primeiro lugar, em 1929, o tamanho do débito nem mesmo se aproximava do gigantismo mundial que alcança atualmente. E, em segundo lugar, havia abundante, barato e quase ilimitado suprimento de energia.

A maior potência mundial, os EUA, depende hoje em metade do seu consumo de fontes energéticas localizadas em várias partes do mundo, em sua maioria tendo de passar por uma garganta de 2 milhas de largura, o estreito de Hormuz, no Golfo Pérsico. É como se dependesse de um tubo de oxigênio próximo do qual há vários suspeitos, todos dispondo de amoladas tesouras. O problema energético, de fato, confronta a própria existência do que é inadequadamente chamado de civilização ocidental. O que muita gente não sabe é que ele está intimamente vinculado à questão financeira internacional, em que um dos seus efeitos é o processo inflacionário. No Brasil, ele foi responsável direto, como veremos, pela montagem da dívida externa.

Os países produtores de petróleo têm visto suas reais riquezas serem removidas de garantidos reservatórios subterrâneos e comercializadas por ativos de incerta simbologia e de valores em crescente redução, isto é, por dólar papel. Pode-se prever o dia em que, com suas riquezas de petróleo dissipadas, ficarão com papéis que representam apenas promessas. Trocando óleo cru por dólar, resta, de fato, a garantia da dilapidação desses recursos naturais. Nessas condições, que outras vantagens teriam, salvo serem obriga-

dos a desfazer-se de suas riquezas fósseis estratégicas, por causa de interesses vitais das grandes potências? O conflito no Golfo Pérsico, em 1990, com a invasão do Kuwait pelo Iraque e da Arábia Saudita pelos EUA e, posteriormente, o desdobramento da guerra, é uma evidência direta dessas circunstâncias.

Ainda em 1929, havia outras fontes de resistência que não estão disponíveis atualmente. Havia certa liquidez residual acumulada como poupança do povo norte-americano; o dinheiro, então, era respaldado em riqueza real. Viviam-se em economia de moeda garantida. Hoje, vive-se em economia de crédito, sem respaldo em riqueza. O crédito representa apenas o débito de alguém; isto é, desapareceu a moeda real.

O débito do governo dos EUA já era, em fins da década dos 70, da ordem de US\$ 800 bilhões, o que corresponde a US\$ 4.000,00 por indivíduo, ou seja, US\$ 16.000,00 por família de quatro membros. Se o governo não tomar nenhum novo empréstimo nos próximos 60 anos, na dinâmica atual, este débito alcançará o valor de 51 trilhões de dólares e cada indivíduo estará devendo US\$ 256.000,00.

No caso brasileiro, a situação é ainda mais difícil, computando as dívidas externa e interna, cada criança ao nascer já está devendo US\$ 2.000,00. Assim, uma família de seis membros carrega uma dívida de US\$ 12.000,00. Muito poucas são as famílias de classe média que ganham esta quantia em um ano. E estes valores são inatingíveis, nessas circunstâncias, para mais de 90% da população brasileira.

Assim, se a situação é muito difícil para o cidadão norte-americano, ela é impensável para o brasileiro.

Os débitos acumulados durante a 1ª Grande Guerra sob a forma de bônus convergiram, no final da década dos 20, para o entendimento de que não poderiam ser pagos, isto é, trocados por riqueza real. Durante a 2ª Guerra Mundial, o mesmo processo foi aplicado, em grande escala. A acumulação dos débitos não parou; entretanto, no final da guerra, eles se aceleraram com o processo de reconstrução dos vencedores e dos vencidos. Para isto continuaram fazendo novas dívidas. Os débitos se acumulavam sobre os débitos anteriores, como bola de neve. A resposta dos governos sempre era: se os débitos têm de ser pagos, basta imprimir mais dinheiro. Assim, como alguém poderia comprar algo, se quase toda a riqueza real já estava comprometida como instrumento de crédito? Nisto, precisamente, residem as razões do colapso por vir. Falta com que cobrir o papel moeda circulante. Esse processo continuou e, em 1978, por cada cinco dólares apenas um tinha garantias reais. Diz Vern Myers:

Esta não é entretanto a primeira vez em que o homem, tornando-se próspero, se superestima e imagina a prosperidade como dívida de

Deus e, portanto, direito que lhe cabe. Aconteceu com Genghis Khan, na Babilônia, em Roma, com Carlos V no Império Espanhol. E os resultados foram sempre os mesmos, consistentes e inalteráveis: o colapso da moeda.

Esta nossa era de inflação, entretanto, difere das outras em importantes aspectos. Em primeiro lugar por ser massiva, em escala mundial, como nunca foi sonhado. Aflora com mais intensidade onde o controle financeiro central deseja. Isto foi possível pelos novos mecanismos de crédito estabelecidos nos EUA pelo FED (Federal Reserve System), que tem o poder de criar moeda, simplesmente como medida contábil, o que oculta uma inconcebível massa artificial de crédito. Outra diferença são os grandes sistemas de comunicação de massa, com propaganda centralmente controlada. Quando eles garantem que a inflação pode continuar sua inexorável marcha sem levar ao desastre, a grande massa acredita nisso, especialmente quando não identifica nenhuma punição a esta mistificação. O mágico pode fazer acreditar que existem dez coelhos em vez de um, desde que não se veja na obrigação de mostrá-los. Assim estão os Direitos Especiais de Saque ou os inadvertidamente chamados "papel ouro" que pelo próprio nome já inspira suspeitas. Mas, como os economistas e autoridades monetárias, garantidos pelas potências militares, acreditam em fantasias, o público termina acreditando nelas. Neste contexto, moeda não necessita ser real. Desde que certos algoritmos sejam escritos em livros próprios, vale tudo. Isto é, os bancos centrais, especialmente o que comanda todos os outros — o FED — detêm poder ilimitado de criar moeda do nada. Tudo isto, evidentemente, está sendo posto em xeque pelo domínio do petróleo em mãos árabes, como vem sendo tentado pelo Iraque e pelo Irã. Isto explica a reação desesperada das potências industriais-militares e o conflito que se aprofundou no Golfo Pérsico e levou à guerra. Também explica a coesão e alinhamento dos países do Primeiro Mundo com os EUA. A França esquecendo seu tradicional conhecimento dos povos árabes e a política de independência do general de Gaulle. E a Espanha, sua identidade cultural milenar com os árabes.

O DESASTRE POR VIR

O agudo analista norte-americano, Vern Myers, em suas "newsletters", MYERS FINANCE AND ENERGY, afirma:

Historiadores no futuro acharão difícil acreditar que pessoas adultas supostamente sadias puderam montar esquemas tão malucos. Porém a humanidade se move em ondas de ilusão, e quando é moda acreditar que papel é, em todos aspectos, substituível por ouro, então você ficará muito mal visto se disser o contrário. Todos o chamarão de retrógrado, de estar remando contra a história.

Assim, parece óbvio que os planejadores financeiros não têm idéia como restaurar o equilíbrio da situação monetária internacional. Torna-se penoso reconhecer que esses senhores estão tropeçando em cada degrau, esperando sempre que algum imprevisto venha retirá-los do profundo caos em que se encontram e onde colocaram a humanidade. Nisto, evidentemente, situa-se a causa de alarme e as razões por que todos, para sobreviver financeiramente, precisam entender as condições nas quais estão localizadas as margens que contornam o colapso monetário por vir. Na hora da verdade, o que conta é a disponibilidade de energia e não o papel pintado. Resta, entretanto, o uso da violência, na presunção da manutenção do status quo.

Energia é, de longe, o mais importante e vital componente do futuro econômico e monetário do mundo. Nos referimos, evidentemente, a moeda consistente, símbolo verdadeiro de riqueza. Para que se possa compreender o papel da energia nas finanças basta considerar que, em 1972, os EUA importavam em combustíveis fósseis cerca de US\$ 6 bilhões. Em 1979 esta despesa aumentou para US\$ 70 bilhões. Evidentemente, como conseqüência, as maquinets de "fazer" dinheiro, sob a batuta do FED, funcionaram a todo vapor. Ou, nem isto, bastaram medidas contábeis. Nesta questão é bom relembrar documento encaminhado pelo Departamento de Defesa dos EUA a todos os comandantes das Forças Armadas desse País: "A ameaça à segurança nacional, à economia e ao nosso modo de viver, tudo decorrente da crise energética, não é ainda reconhecida por todos. A crise é real e sua solução requer o desenvolvimento de uma política nacional que proponha a convergência dos esforços da Nação, seus recursos e seu povo, por muitos anos. De outro modo, a única alternativa é o desastre". Isto explica a ocupação militar da Arábia Saudita e o confronto com o Iraque de Saddam Hussein, localizado na região que centraliza 60% das reservas mundiais de petróleo.

Nestas circunstâncias, é inconcebível a artificialidade do sistema financeiro em nosso País e a inconsistência com que tem sido tratada a questão energética, nos últimos dez anos. Todas as medidas remam em direção contrária à realidade e o fazem no sentido do falsamente simbólico. Ao tempo que se procura destruir o mais importante programa alternativo de derivado de petróleo, em todo o mundo, o PROÁLCOOL, se dá ao falsamente simbólico, arbitrado de fora, o poder total da condução dos negócios nacionais.

Se não fossem os interesses envolvidos, externos e internos, grupais ou corporativos, em geral ilegítimos, e conduzidos com prepotência pelos tecnocratas, poderíamos vaticinar que a sociedade brasileira tinha optado pela autodestruição.

Será que as elites econômicas brasileiras não têm consciência do que resultará, em miséria e destruição, de suas ações servis a interesses externos hegemônicos?

Em vez de enfrentarmos os graves equívocos dos últimos 35 anos, ignoram-se nossa realidade e nossos imensos potenciais de riqueza, especialmente no campo energético, hoje crucialmente estratégicos. Insiste-se, porém, com suspeita pertinácia, em repetir os erros do passado. De modo mistificador, procura-se apenas atacar os efeitos, em "samba de crioulo doido" de jogos contábeis, do agrado de economistas formados para servir a países ricos, autoridades monetárias irresponsáveis e políticos despreparados e inconscientes.

CAPÍTULO III

Poder neocolonial

Tecnologia externa:

Principal instrumento estrutural e estratégico do poder neocolonial, no Brasil, na América Ibérica e no Terceiro Mundo

"MODELO" PERVERSO

A montagem do parque industrial brasileiro deu-se pelo uso indiscriminado de pacotes tecnológicos agregados fora do País e controlados por grandes corporações estrangeiras. Esta sistemática que impõe a dependência externa é consequência direta da natureza do "modelo" tecnológico de crescimento econômico, que foi implantado entre nós na segunda metade dos anos 50. Desse modo a tecnologia externa se constituiu no principal instrumento, por meio do qual se molda e se controla a estrutura produtiva nacional, especialmente em setores dinâmicos e estratégicos. Ela conforma meio de dominação que caracteriza novo tipo de colonialismo, mais sutil e subjugador que aquele que imperou no século passado.

Sob o falaz argumento de promover-se o crescimento econômico de "50 anos em 5", como se isto fosse possível "sem vender a alma ao diabo", instalou-se no Brasil o "modelo" dependente de pacotes tecnológicos externos. 50 anos são 50 anos em qualquer sistema estelar, como 5 anos são 5 anos no nosso modesto sistema solar. Não se pode pretender alterar o caminhar inexorável do tempo sem um preço.

Deslocou-se para o exterior, fundamentando-se nesse equívoco, amplo espectro de importantes e intransferíveis decisões diretamente relacionadas com a produção e o poder nacional. Estas decisões são, por natureza, intrínsecas ao processo de agregação tecnológica. Como consequência, a dinâmica do "modelo" condicionou nossa estrutura produtiva às características econômicas, sociais, culturais, políticas e militares dos países ou

regiões de origem desses pacotes e aos interesses das corporações que os controlam. Ou seja, cada pacote tecnológico externo é uma espécie de "cavalo de Tróia" que se instala no País como cidadela de interesses alienígenas. Neste caso, o crescimento econômico dependente implica, de fato, em reserva global de mercado, para os outros, os países centrais, do mais estratégico instrumento de poder contemporâneo, o tecnológico. Tomando uma equivalência histórica, esta sistemática age como ampla "abertura dos portos" para a tecnologia externa, a qual atua como articuladora e controladora principal do poder de produção. O crescimento econômico dependente desse poder externo difere, entretanto, da "Abertura dos Portos", que marcou a nossa história e nos inviabilizou como nação soberana por cerca de dois séculos, por trazer para dentro do País os controladores estrangeiros de setores essenciais da nossa vida como nação.

Na realidade, o poder da produção e, portanto, o controle da sua evolução, é exercido por corporações que agregam de modo generalizado os pacotes tecnológicos em uso nas sociedades dependentes, quaisquer que sejam as formas de composição acionária das empresas locais envolvidas. Isto é, mesmo aquelas que têm capital cem por cento em mãos de brasileiros, dependem, por causa do "modelo" tecnológico, às vezes de modo radical, dos controladores externos. O que é falsamente designado como "transferência de tecnologia" não passa de aluguel de uso de determinado modo de produção, estruturado dentro dos interesses de seus controladores e das políticas dos países a que estão vinculados. Esta realidade se reflete em dezenas de milhares de pacotes, compostos cada um por milhares e até milhões de itens, com amplas conseqüências sociais, econômicas, culturais, políticas, militares e, também, evidentemente, técnicas. Os agregadores externos desses pacotes escolhem as matérias-primas, naturais ou já transformadas industrialmente; decidem as especificações dos componentes; deliberam as formas de produção, *capital intensive* ou *labor intensive*; optam pelas formas de energia; delineiam o modo de atuação no mercado, condicionando-o aos interesses dos controladores, com interferência nos hábitos, costumes e bases culturais dos países e regiões receptoras, etc. Tudo resultando de agregações em função de características, experiências industriais e políticas retiradas, em sua quase totalidade, dos países de origem dos pacotes. Com o tempo, o controle tecnológico consolida e aumenta o domínio dos grupos incorporadores externos. Ou seja, trata-se de "modelo" que entrega o poder de decisão última da produção nas mãos de eventuais concorrentes, sem compromissos com a nação, a cultura e o destino nacionais.

Nessa sistemática, os fatores de produção nacionais ou regionais são ignorados. Anulam-se possibilidades evidentes em prejuízo das comunidades locais e com crescente desvalorização desses fatores. Destroem-se vantagens comparativas em benefício do exógeno e do irracional. Nem mesmo a antiga

falsa vantagem da "mão-de-obra barata" sobrevive, substituída por uma excessiva automação que aumenta os dispêndios de capital, fator de produção evidentemente escasso nas economias dependentes. Esta "vantagem", entretanto, nunca passou de um tipo de escravidão contemporânea, pois corresponde à exploração da miséria.

A produção nacional, devido às origens dos pacotes, é dominada por normas e especificações externas. Isto transforma o processo dependente em promotor de imenso caleidoscópio de incongruências e incompatibilidades com as condições, interesses e políticas nacionais, regionais e locais, em uma global e múltipla reserva de mercado dirigida para o exterior, ou seja, contra nós, sempre de acordo com os interesses dos seus controladores. Por exemplo, a indústria siderúrgica brasileira é obrigada à produção de inconcebível variedade de tipos de aços, cerca de 1.500, quando economias muito complexas racionalizam suas produções com menos de 500 tipos. Essas ineficiências, causadas por normas provenientes das múltiplas origens dos pacotes, se desdobram nos bens intermediários subseqüentes, chegando aos produtos finais com ineficiências acumuladas e, por isso, custos elevados, conseqüência direta da irracionalidade imposta pelo "modelo" dependente. Para reduzir esses custos excessivos impõe-se a necessidade imperiosa de subsídios universais, verdadeira "morfina" que encobre e mistifica a pseudo-eficiência das corporações transnacionais, causa substantiva do processo inflacionário. Essa "morfina" já nos custou, como vimos, cerca de 200 bilhões de dólares. A supressão desses subsídios é fator indispensável para a erradicação do processo inflacionário de natureza estrutural, o que, naturalmente, somente é possível, portanto, com a mudança do "modelo" dependente para um "modelo" autônomo do ponto de vista tecnológico. Ou seja, com a transferência das decisões estratégicas contidas nos pacotes para mãos comprometidas com a Nação brasileira e o seu destino.

Muitos exemplos demonstram a natureza do "modelo" dependente. Vejamos alguns:

a) o Brasil detém cerca de 98% das reservas mundiais de nióbio. Entretanto, este estratégico metal é muito pouco usado em nosso País, sendo substituído por outros importados. Evidentemente, seu uso é ditado por especificações de pacotes tecnológicos definidas no exterior, onde este metal é muito escasso; por isso, não se recomenda entre nós o seu uso;

b) toda a nossa grande siderurgia, com exceção da ACESITA, fundamenta-se, como combustível e como redutor, no uso de carvão mineral, quase todo importado e representando um ônus de cerca de 500 milhões de dólares por ano. Além disto, esta dependência tem provocado difíceis negociações para obtê-lo, às vezes tendo que fazer concessões lesivas aos nossos interesses. Em contrapartida, detemos o maior potencial mundial de carvão vegetal, renovável, limpo e barato, e não o usamos...;

c) somos o maior produtor de quartzo de primeira qualidade, com cerca de 100% das reservas mundiais, base da indústria eletrônica contemporânea. Exportamos, como vimos, o quartzo bruto por menos de dois dólares por quilo e o importamos, após ser transformado em componentes ou produtos finais, a preços, por quilo, acima de 2.000 dólares. Esta irracionalidade econômica é fruto da dependência tecnológica que dita as normas que regem nosso comércio externo;

d) veículo de passeio, entre os mais simples do ponto de vista tecnológico, detém, agregado em seu pacote tecnológico de produção, cerca de 30.000 itens, cada um deles orientado dentro dos interesses dos controladores. Várias características merecem ser lembradas neste caso: — a ciência nele envolvida não ultrapassa o limiar do século XIX e qualquer estudante de engenharia ou de física no Brasil domina seus conceitos; — a tecnologia nacional de cada uma de suas partes, especialmente das que dão competitividade ao produto, como o motor, por exemplo, embora exista desenvolvida no País, não consegue impor-se devido à falta de suporte político, inviabilizado pela natureza do “modelo” que impede pacotes internos; — este setor tem sido, nos últimos 30 anos, o “carro chefe” da economia brasileira, com desdobramentos em muitas centenas de empresas produtoras de componentes e de serviços. Sua auto-suficiência, portanto, resultaria em importante demanda tecnológica interna, essencial ao surgimento de estruturas institucionais específicas, as conhecidas fábricas de tecnologia. Estas demandas por sua vez provocariam outras no campo científico, o que criaria condições para a ciência brasileira ter possibilidade de servir ao País. Esta dinâmica de demandas internas abrangeria em suas consequências amplos setores da sociedade, com profundas mudanças na vida nacional, essencial a uma nação que detenha o controle de seu destino. Este setor, tomado como exemplo, é de enorme significação tendo em vista suas implicações nas áreas de transportes e outras correlatas, que se encontram em grave crise potencial, no Brasil e no mundo, devido à exaustão das reservas de combustíveis líquidos fósseis. O total domínio tecnológico externo deste amplo e fundamental setor torna impossível qualquer alteração substantiva da situação de vulnerabilidade em que nos encontramos. Já pagamos por isso, desnecessariamente, o alto preço da montagem de gigantesca e impagável dívida externa, como veremos adiante. Ademais, desde 1973, já dispendemos em importações desnecessárias de petróleo a gigantesca quantia de 200 bilhões de dólares, mesmo com preços de *dumping* mantidos por longo período.

Devido à natureza dependente do “modelo”, apenas pouquíssimos exemplos produtivos fogem à subordinação tecnológica externa. Entre eles, projetos de modelos de aviões da EMBRAER; programa de alternativas nacionais renováveis aos derivados de petróleo; trabalho da CODETEC no setor de fármacos; realizações do grupo de São Carlos em ótica e ma-

teriais; tecnologia da fibra ótica do Centro de Pesquisa da Telebrás; resultados da Fundação de Tecnologia Industrial no campo dos metais refratários e a tentativa de desenvolvimento pela PETROBRÁS de métodos de prospecção de petróleo em grandes profundidades marinhas. A quase totalidade destas iniciativas hoje se encontra em grande vulnerabilidade institucional e, com exceção da última, foram implementadas no passado, especialmente no período 1974/78, quando havia política de coordenação que as tornavam viáveis. O restante cai na "vala comum" da dependência, alicerçado em abrangente quadro jurídico-econômico-político que garante a sistemática neocolonial. De certa maneira, quanto mais a economia cresce com este "modelo" mais se aprofunda e consolida o poder internacional dentro do País. Ou seja, mais ineficiente se torna a produção como um todo e mais negativas suas consequências para o povo brasileiro, salvo para uma reduzida minoria associada a esses interesses externos. Seus efeitos são semelhantes aos do câncer, em que o crescimento irregular das células leva o organismo à morte. Muitos apresentam este crescimento econômico, que nos transformou na 8ª economia do mundo, como vantajoso. Nesta sistemática de dependência, no entanto, somos um País com vulnerabilidades extremas que comprometem nosso futuro e a própria sobrevivência.

DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O crescimento econômico dependente nos é apresentado, entretanto, como se trouxesse no seu bojo ingredientes que objetivam garantir o desenvolvimento e a libertação, quando visa precisamente o oposto. Identifica-se, assim, a natureza mistificadora da dinâmica neocolonial, até pouco tempo de difícil avaliação, pois confunde-se o crescimento econômico, indiscriminado e dependente, com o real desenvolvimento. Com este "modelo", o Brasil alcançou longos períodos de excepcional crescimento, embora isto o tenha levado à situação em que nos encontramos, em que os efeitos negativos ficam cada vez mais evidentes.

Um universo de determinações e definições produtivas tem suas estratégias transferidas para um conjunto de corporações estrangeiras, onde tem origem os pacotes; este conjunto passa a manipular a evolução da economia e do poder nacional. Esta dinâmica tem ainda, como consequência, iníqua divisão internacional do trabalho.

O modelo soberano, em contrapartida, se fundamenta na autonomia tecnológica do País, sem entretanto pretender sua autarquização, e implica no desenvolvimento de um largo espectro de atividades que atinge a sociedade como um todo, alterando substancialmente o "modus vivendi" da população e seu status no contexto mundial. Ele promove a montagem de grande número de novas instituições e provoca reformulações nas existen-

tes. Essas alterações exigem, dentro das corporações e empresas de bens e serviços, o desenvolvimento de setores dedicados ao domínio tecnológico, bem como a criação de entidades empresariais de tecnologia, entre nós quase inexistentes. Estas estruturas são diretamente responsáveis pela produção tecnológica e, como consequência, induzem à criação de sistemas educacionais distintos dos atuais. Ou seja, o "modelo" atual responde apenas às necessidades de uma economia dependente. Para alcançar o modelo soberano, profundas mudanças seriam necessárias em todos os níveis da produção, do sistema educacional e do Estado. Este, atualmente privatizado e servil, não tem objetivos públicos definidos e carece de objetivos nacionais estratégicos. Evidentemente, isto implicaria, também, em ampla reformulação das instituições ligadas à valorização do trabalho.

No mundo contemporâneo industrializado, as atividades vinculadas à produção tecnológica criam amplo potencial de empregos que exige capacitação crescente. As atividades da produção de bens e de serviços se concentram cada vez mais nessas atividades intrínsecas ao processo tecnológico, sem isto representar, em qualquer hipótese, redução do trabalho humano pela automação, mas regime de pleno emprego, em que o grau de automação deve ser necessariamente orientado pela garantia de sustentação desse regime. Enquanto houver um homem desempregado não se pode pensar em redução de empregos, sem drásticas medidas que superem essa indesejada situação. O domínio do processo tecnológico permite compatibilizar as vantagens comparativas dos fatores de produção com a manutenção dos níveis necessários de emprego a uma sociedade estável e justa. Pois é o equacionamento tecnológico que permite valorizar os fatores nacionais, regionais ou locais, destacando-lhes a correspondência da sua abundância ou escassez. A dinâmica desse processo permite promover e abrigar uma grande quantidade de novos empregos inteligentes que vão desde o trabalhador especializado, em permanente processo de evolução, ao tecnólogo, engenheiro ou cientista, atuando nas empresas de bens e serviços e de produção e desenvolvimento tecnológico, nos centros de pesquisas, nas universidades e no Estado. O domínio tecnológico implica, também, na ampliação das atividades e na competência social em campos como educação, jurisprudência, comércio, administração e política, em níveis e volume de conhecimentos substancialmente superiores aos exigidos pelo "modelo" neocolonial.

ESTABILIDADE DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

O mercado tecnológico brasileiro, baseado em avaliação do final dos anos 70, correspondia ao pagamento para o exterior, explícito e implícito, de cerca de 2 bilhões de dólares por ano. Com modelo soberano, este mercado seria revertido para dentro do País. Então, se justificaria a realização de investimentos, mesmo que decorrente de visão exageradamente econômi-

ca e, portanto, conceitualmente limitante, em estratégia de substituição de importações. Evidentemente, a questão não se limita a esta quantificação, ela se localiza em outro nível de valores, como aquele que corresponde à perda do controle do processo de desenvolvimento, ou seja, da soberania nacional. Esta perda é, por natureza, inquantificável...

As sociedades soberanas necessitam gigantescas e complexas estruturas de saber tecnológico diretamente vinculadas a suas realidades físicas, culturais e políticas. É essa base institucional que sustenta ampla classe média de nível intelectual elevado e dá fundamento e estabilidade política às modernas democracias. Também, essa massa de saber, que abrange a sociedade como um todo, em todos os níveis, permite fazer efetiva a transformação dos recursos naturais e potenciais energéticos em bens e serviços diretamente vinculados às necessidades, bem-estar e aspirações da população. Neste caso, nova estruturação da sociedade permite criar condições para a promoção de reação à vexatória situação em que nos encontramos de permanente e grave dependência. Esta leva à deterioração dos valores de nossos fatores de produção abundantes. É, portanto, crucial fazer valer as vantagens comparativas que eles necessariamente deveriam representar no contexto mundial. Essas depreciações de importantes recursos naturais estão em desacordo com qualquer critério moralmente defensável de mercado ou de ação política legítima, tendo em vista, especialmente, em muitos casos, seu peso estratégico. Às vezes, esses fatores representam carências críticas de elementos absolutamente essenciais ao desenvolvimento industrial contemporâneo. Realmente, somente pelo poder que o domínio tecnológico proporciona é possível reverter essa iníqua situação e fazer valer as vantagens comparativas locais, essenciais à condição de estabilidade e sobrevivência soberana do nosso povo. Na hipótese contrária, perversa divisão internacional do trabalho se estabelece, favorecendo unilateralmente os países centrais do sistema neocolonial. De fato, o "modelo" dependente, ao transferir para esses países o mercado nacional dos pacotes tecnológicos e seus objetivos políticos e sociais, está também transferindo para fora gigantesca massa de empregos relacionados com a parcela mais nobre e cada vez proporcionalmente maior de atividades intrínsecas às sociedades industrializadas.

VENCEDORES E DERROTADOS

A introdução da dinâmica neocolonial no Brasil resultou de estratégia de dominação dos reais vencedores da Segunda Grande Guerra. Ela ocorreu precisamente quando caminhávamos para a afirmação nacional, graças a projeto político de nação, em marcha desde o início da década dos 20 e que teve seu ápice de mudanças na Revolução de 30. O processo de dependência dos países hegemônicos, imposto pelo "modelo" e envolvendo

questões básicas, intrínsecas ao processo tecnológico, veio interromper a evolução desse projeto. Então, o Brasil, que tinha sido aliado dos vencedores, tendo enviado seus filhos a morrer na Itália em defesa da liberdade, viu-se na situação de derrotado ao ter desmantelado seu projeto nacional e submetido a processo de espoliação e perda de soberania.

A implantação do "modelo" dependente no Brasil, bem como nas demais repúblicas ibero-americanas, foi antecipada, na estratégia global dos vencedores, pelo Acordo de Bretton Woods que criou, em 1944, o Sistema Financeiro Internacional.

A reunião de Bretton Woods ocorreu cerca de dez anos antes da implantação do "modelo" dependente no Brasil. Estes dois eventos configuram e definem a estratégia dos vencedores. Então, os EUA detinham 62% do Produto Mundial e, com exclusividade, o Poder Nuclear. Neste contexto, foi imposto às demais nações o dólar norte-americano como moeda internacional; sua única referência era a paridade com ouro. Em 1971, Nixon desvinculou o dólar do ouro, o que deveria ter representado o fim do Acordo. Desde então, o Sistema Financeiro Internacional perdeu a discutível legitimidade e a decência.

Nestas condições, a riqueza das nações, decorrente de seus recursos naturais, seus potenciais energéticos e o fruto do trabalho e da inteligência de seu povo, pôde ser expropriada pelo uso de moeda de uma outra nação, alavancada à condição de moeda internacional de referência. Esse papel sem lastro, arbitrariamente imposto pelo ilegítimo Sistema Financeiro Internacional, resultou de Acordo unilateralmente rasgado pelo país emissor. Ou seja, com esta fraude, patrimônios de povos são expurgados de seus reais valores, em jogo de cartas marcadas, ao tempo em que se supervaloriza o dólar, fruto de falsa simbologia.

Por tudo isto, qualquer discussão sobre a existência e a legitimidade das dívidas de países do Terceiro Mundo necessita ser colocada no contexto desse espúrio sistema internacional que as abriga. Assim, para aqueles submetidos ao neocolonialismo, decisões que se venham a tomar quanto a estas dívidas não terão validade sem antes identificar a natureza do Sistema que as criou e pode repeti-las arbitrariamente e unilateralmente, em condições até mais devastadoras que as atuais.

MONTAGEM DA DÍVIDA

Localizados nas regiões temperadas e frias do planeta e portanto sem incidência solar intensa e também sem grandes disponibilidades de terras não cultivadas, os países atualmente industrializados somente poderiam promover seus desenvolvimentos pelo uso de combustíveis fósseis concentrados e sob o controle de suas corporações. Deste modo, nesses países, a mon-

tagem das estruturas produtivas se fundamentou inicialmente no carvão mineral e, posteriormente, no petróleo; o primeiro inviabilizado por questões ambientais insuperáveis e o segundo pela exaustão que se aproxima. Assim, essa montagem, promovida por pacotes tecnológicos, teve, neste século, o petróleo como suporte energético. Em contrapartida, as regiões tropicais dispõem de elevadíssimo potencial energético permanente, democraticamente distribuído, devido a intensa radiação solar e vastas extensões de terras agricultáveis ou florestáveis ainda não utilizadas. Ademais, no caso do Brasil, se dispõe de capacidade tecnológica própria, como ficou demonstrado na substituição de derivado de petróleo, a gasolina, por alternativa local, o etanol. Soluções equivalentes foram tentadas, sem sucesso, em outros países.

A dependência tecnológica externa e o mimetismo cultural, entretanto, induziram a sociedade brasileira ao uso extensivo e intensivo de combustíveis fósseis, altamente concentradores, de que somos carentes. Isto levou, entre 1973 e 1984, incluindo custos financeiros, à importação de petróleo no valor de 99,6 bilhões de dólares. Nesse mesmo período, o acumulado da dívida externa alcançou 74,9 bilhões de dólares, ou seja, 24,7 bilhões menos que as importações de petróleo desnecessárias, especialmente quando olhadas com visão de longo prazo. Ressalte-se que esse foi o período em que, arduamente, se montou a dívida externa. Se o controle tecnológico de nossa economia fosse nacional, levar-se-iam naturalmente em conta as fontes energéticas abundantes e permanentes do País, evitando-se, deste modo, esses brutais dispêndios externos.

De fato, as importações de petróleo impostas pela imprevidência de nossos dirigentes, nas condições resultantes do "embargo", favoreceram estratégia ideal para a montagem da dívida externa brasileira; em outros países devedores, inclusive exportadores de petróleo, como o México, a Venezuela e a Nigéria, as estratégias foram diferentes, como foram diversas no caso de países não exportadores, mas auto-suficientes, como a Argentina, por exemplo. Havia sempre o "forte" estímulo de eventuais juros negativos, então ofertados pelos agentes dos bancos internacionais, além, naturalmente, das megacomissões para os negociadores dos dois lados. Tudo em clima de orgia. A partir de um certo volume do principal da dívida criou-se uma nova dinâmica para seu crescimento. Ela passou a ser alimentada, principalmente, pela tomada de novos empréstimos para fazer frente a seus serviços, agora elevados a níveis inacreditáveis pelo aumento arbitrário dos juros. Essa transferência das pressões na dinâmica de montagem da dívida conjugou-se com a redução dos preços internacionais do petróleo, e com política que visava impedir o avanço de vigorosos programas de alternativas aos derivados do petróleo, como vinha ocorrendo, por exemplo, no Brasil, com o PROÁLCOOL e o que se lhe deveria ter seguido. Também, no caso brasileiro, a elevação da produção interna de petróleo reduziu, nessa fase,

a necessidade de grandes importações neste setor. Mas, então, o principal da dívida já tinha chegado ao tamanho de poder ser auto-alimentado. Em 1982, os juros alcançaram 24%, quando historicamente os empréstimos externos chegavam, no máximo, a taxas entre 4 e 6% ao ano.

Impossibilitados de pagar os novos níveis dos serviços, os países devedores eram obrigados a tomar novos empréstimos. Esta prática de "rolamento da dívida" foi facilitada, ao extremo, pelos credores que, com isto, conseguiram elevar o principal aos níveis desejados. Isto ocorreu até a "quebra", em 1982, do Banco do Brasil em Nova Iorque, quando foram interrompidos esses empréstimos. Esta "quebra", manipulada pelos países credores, foi o sinal de que os níveis do principal tinham chegado ao ponto ótimo, para eles, naturalmente. Nesse estágio da montagem, os países devedores estavam encurralados.

A dependência tecnológica, portanto, foi causa direta que possibilitou a armadilha das metrópoles coloniais no processo de montagem da dívida externa. Evidentemente, ela foi coadjuvada por uma multiplicidade de outras medidas como um conjunto de importações absurdas, especialmente as impostas às empresas estatais; pela exacerbação do processo de sub e superfaturamento entre subsidiárias e matrizes de corporações transnacionais e outras ações de efeitos semelhantes. Este foi também um meio pelo qual se procurou "limpar" o excesso de dólares emitidos pela metrópole imperial, como decorrência das dificuldades criadas pelos aumentos dos preços das importações na área energética. Isto ocorreu ao se procurar vincular esses papéis sem lastro ao patrimônio físico de países dependentes. Ou seja, no nosso caso, a crise de combustíveis líquidos fósseis, perfeitamente superável se tivesse havido vontade política, foi usada para montar a dívida externa; simultaneamente, os controladores internacionais do petróleo, em acordo com os banqueiros, davam lastro aos petrodólares recebidos dos árabes e emitidos pelos países centrais ao empurrá-los "goela abaixo" a países periféricos que dispunham importantes patrimônios naturais. Na segunda fase, o mesmo grupo de dirigentes promoveu a montagem da dívida interna, de natureza equivalente e também vinculada a interesses externos. Tudo isto mostra como a vulnerabilidade tecnológica levou à dependência energética e permitiu a esses controladores e beneficiários do processo neocolonial chegar onde chegaram.

Evidentemente, essa fantástica e ardilosa armadilha, que promoveu o avanço do neocolonialismo, não seria possível nas condições em que foi implantada, sem uma estratégia que coonestasse as oligarquias locais e setores que se alienaram na condição de periféricos. Assim, atuando como parte de uma pretensa economia internacionalizada, subordinaram o Brasil aos interesses de países hegemônicos. Neste sistema globalizante e profundamente desequilibrado, o bem-estar e o poder se concentram em minorias agrupadas em blocos, em contraponto a uma maioria dependente, escravi-

zada e dividida, malgrado seus imensos e, em muitos casos, exclusivos potenciais de riqueza associados a gigantescos patrimônios nacionais. O Brasil é, neste caso, o exemplo mais significativo. Nesse processo, os países periféricos tiveram seus patrimônios naturais e potenciais energéticos permanentemente desvalorizados e foram reduzidos a meros supridores de matérias-primas, às vezes gratuitamente, quase sempre onerados, em benefício das grandes corporações que representam os braços executores das políticas de dominação dos principais blocos de poder.

Assim, como vimos no 1º Capítulo deste livro:

a) o sistema brasileiro de produção de eletricidade estatal é submetido a prejuízo anual entre 3 e 4 bilhões de dólares, com objetivo de subsidiar produção de alumínio e ferro-ligas, em grande parte para exportação;

b) Tucuruí representou empréstimos externos da ordem de 4 bilhões de dólares, podendo resultar em prejuízo para o povo brasileiro em cerca de 1 bilhão de dólares por ano;

c) o uso extensivo do petróleo no País, essencial para garantir a dependência externa, necessita de subsídios anuais de vários bilhões de dólares;

d) o minério de ferro para ser extraído e transportado custa de 15 a 18 dólares por tonelada e é exportado por preços inferiores a esses custos; ou seja, com valor patrimonial negativo;

e) apesar de seus custos comparativamente baixos, ao nível mundial, as siderúrgicas estatais brasileiras foram levadas à situação de falência ao ter que subsidiar o preço do aço, garantindo assim exportações de manufaturados a baixos preços e para cobrir prejuízos internos decorrentes de péssima gestão da economia. Ou seja, dirigentes brasileiros têm usado essas empresas para pagar o fracasso de suas políticas, incompetentes e inflacionárias, quando vistas do ângulo dos interesses brasileiros. Deste modo, subsidia-se amplamente o bem-estar dos ricos. Este sistema permitiu o aumento substantivo nas exportações de manufaturados, que veio engrossar os elevados superávits da balança comercial, essenciais ao pagamento do serviço da dívida externa e do também escandaloso sistema de comissões. Os efeitos em cascata dessa acomodação imoral de consciências, em acelerado processo de contaminação, vem apodrecendo as bases da sociedade brasileira pela corrupção, sob a ampla promoção dos meios de comunicação de massa e das falsas elites dirigentes.

Algumas economias periféricas, apesar de disporem de ponderáveis potenciais internos de mercado, são também manipuladas pelos planos de expansão dos mercados mundiais, na medida dos interesses das corporações transnacionais e dos bancos. Em certos casos, quando convém a esses interesses, por motivos da própria lógica do sistema, esses potenciais são submetidos a restrições de crescimento. Estas estratégias estão naturalmente vinculadas ao possível aumento de poder que essas expansões de mercado

poderiam produzir em grandes massas mantidas na condição de subsistência. É exemplo o processo de genocídio pela fome, de amplos efeitos em toda América Ibérica, nos últimos anos. Para isso, em terra de famintos, o FMI, em sua prática habitual, atribui, como causa de inflação, ao excesso de demanda...

POLÍTICA ECONÔMICA NEOCOLONIAL

Apesar de todas essas evidências, não foi ainda entendido pelos economistas, políticos, altos dirigentes governamentais e pelo capital nacional, o papel estratégico do processo tecnológico como instrumento estrutural do poder neocolonial, com todas suas ramificações e conseqüências sociais, econômicas, políticas, culturais e militares, tanto no terreno teórico como prático.

De fato, os economistas tratam os pacotes tecnológicos como mercadorias monolíticas criadas pelo gênio e poder dos povos superiores que habitam as nações hegemônicas, com controles inacessíveis aos outros povos. Ao desconhecerem, por falta de formação profissional, a natureza desses pacotes e de cada um dos inúmeros componentes que os conformam, passam a ignorar as bases e a essência de formação e operação das estruturas produtivas e suas relações com os meios físico, social e político. Em cada pacote, esses componentes são da ordem de dezenas ou centenas de milhares. Com carência de instrumentos de análise, como conseqüência da visão do pacote como ente global, vendo-o sempre como mercadoria, os economistas, ao defenderem equivocada "transferência" de tecnologia externa, estão simplesmente dificultando, e até mesmo impedindo, o uso das vantagens comparativas dos fatores locais de produção. Com isto, evidentemente, submetem a nação à subjugação e à inviabilidade. Ao contrário, consideram essas "transferências" como verdadeiras benesses, base de um "desenvolvimento" que somente fez retirar a autonomia dos povos para o uso de seus principais fatores, em benefício, entretanto, de poderosas forças internacionais de controle. Deste modo, montaram processo que já se estende por mais de 35 anos. Acreditam, no entanto, ser esta a dinâmica que leva ao desenvolvimento, quando apenas procura o crescimento econômico não qualificado, no pressuposto que este se confunde com aquele. No nosso caso, e demais países da América Ibérica, esse crescimento tem se mostrado perverso, pois, na realidade, tem impedido o desenvolvimento de nossos povos. É no mínimo estranho que, apesar dos efeitos nocivos, já amplamente identificados, se insista em perseguir os objetivos desse "modelo", com suspeita pertinácia. Quase todos os partidos políticos têm-no por meta principal, embora em muitos casos, em seus efeitos, estejam em confronto com seus programas de natureza social ou política. Dirigentes atribuem esta prioridade aos seus "técnicos", como se fosse problema técnico e não de natureza essencial-

mente política. Como "técnico" querem se referir aos economistas. Estes seriam para nós, que não manipulamos os instrumentos monetários do poder "simbólico" internacional, os profissionais menos credenciados para tratar tecnicamente das questões de desenvolvimento real, baseado no uso e transformação dos portentosos potenciais de riqueza que dispomos, em benefício das necessidades e aspirações do nosso povo. Isto, certamente, esses "técnicos" não têm noção como se faz. As teorias que usam não dispõem de instrumentos de análise para penetrar nas estruturas de produção e identificar as causas de base das nossas dificuldades, quase todas formando parte do processo tecnológico dependente. Esta realidade tem sido escamoteada ou simplesmente não identificada amplamente pela sociedade, pois esses profissionais têm monopolizado o controle do processo de crescimento e nem mesmo alcançam reconhecer os graves equívocos que praticam. Eles têm exercido de modo absoluto o poder nesses últimos 30 anos, em evidente suporte ao poder neocolonial. De fato, embora não lhes atribuamos tais intenções, exercem, na prática, papel de "tropa de ocupação" desse poder externo. Com todas as evidências hoje disponíveis, é chegado o momento de rever esta mistificadora situação.

Esta análise concentrou-se em uma certa categoria de arrogantes profissionais que exercem e exerceram o poder nestas últimas décadas e que levaram os objetivos políticos que representam, conscientemente ou não, às deformações conceituais a que nos referimos. Felizmente, eles são minoria, embora muito poderosa. Devemos excluir dessa categoria todos aqueles que conhecem suas limitações, ademais, as resultantes das teorias que manipulam.

Nos 35 anos em que, até aqui, o "modelo" orientou as ações tecnológicas, montou-se uma estrutura jurídico-institucional que promove a dependência. Ou seja, ampla legislação favorece o uso de pacotes externos, em detrimento daqueles que, porventura, tenham sido desenvolvidos internamente. Assim, tomemos alguns exemplos:

a) no cômputo para a fixação de preços pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), somente são considerados como custos os gastos que têm por origem o uso de tecnologias externas;

b) nas agências de desenvolvimento regional explicita-se em contrato que a concessão de incentivos fiscais fica condicionada ao uso de tecnologias externas. É curioso que, nestes casos, nem se tem o cuidado de limitar a que países se aplicam essa beócia externalidade;

c) nos bancos, ditos de desenvolvimento, não existe financiamento de risco de prazos compatíveis com o desenvolvimento tecnológico. Existem doações simuladas; mas, financiamento de pacotes tecnológicos, na forma abrangente e de prazos como seria indispensável, não. Evidentemente, devido à natureza agregadora da atividade de produção tecnológica, a possível ação positiva dos bancos estaria longe de preencher as necessidades institu-

cionais e políticas que a atividade tecnológica produtiva necessita para se tornar realidade.

Como os pacotes tecnológicos são agregações com multiplicidade de contribuições, são necessárias instituições com estruturas compatíveis com este objetivo, com gerência empresarial. São as fábricas de tecnologia. No Brasil temos o exemplo da CODETEC, de Campinas, SP, que atua no campo químico-farmacêutico. Pois bem, as agências ditas de desenvolvimento tecnológico não financiam, com risco, estas instituições, por serem empresas. Os financiamentos se concentram em atividades acadêmicas, inseqüentes para a produção tecnológica. De fato, não entra nos critérios bancários que a tecnologia é, por natureza, atividade de risco, mas de excepcional retorno econômico quando considerada a longo prazo. A própria forma de financiamento dos bancos, exclusiva a projetos, sem promover programas, inviabiliza os pacotes tecnológicos; estes, de natureza intrinsecamente programática, envolvem necessariamente inúmeros projetos compatibilizados entre si. Em geral, sem a ação conjunta de várias instituições empresariais, centros de pesquisa e desenvolvimento, universidades e o Estado, perfeitamente coordenados ao nível político de poder, é impossível a atividade tecnológica de conseqüências sobre a sociedade.

Todas estas restrições garantem os objetivos do "modelo" dependente. Estranha, também, que a pretensa promoção dessa atividade, depois da destruição da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), se faça, no Brasil, exclusivamente por meio de instituição com estrutura de banco, inadequada para tratar dessa abrangente e complexa atividade. As conseqüências sobre as atividades tecnológicas devidas à gestão exclusiva dessas instituições financeiras são semelhantes às que causariam às atividades financeiras, quando exclusivamente geridas por tecnólogos. Os efeitos seriam devastadores.

Toda uma fundamentação conceitual se aplica para dificultar o desenvolvimento tecnológico nacional, que somente é plausível com a participação de empresas com controle brasileiro. As corporações transnacionais já trazem suas receitas prontas, dentro de orientações políticas de domínio, sem motivação, naturalmente, pelos interesses nacionais. Também, como parte essencial da dinâmica do "modelo", é exemplo o conceito de grande escala, exigido nos financiamentos dessas instituições, sob o falso argumento da eficiência. Deste modo, ficam praticamente excluídas as empresas nacionais, em sua grande maioria de pequeno ou médio porte. Esta sistemática portanto abriga uma contradição. Tratando-se da procura do desenvolvimento, ou seja, no caso brasileiro, de fazer o pequeno ou médio tornar-se grande ou mais eficiente, é um contra-senso promover apenas o grande, supostamente eficiente. Os demais argumentos que sustentam a grande escala são fruto da metodologia de projeto, que não viabiliza a conjugação

dos vários elementos essenciais à composição de programa, neste caso compatível com a realidade que supostamente se pretende desenvolver ou modificar. Por este processo, somente os pacotes externos, com longo período de maturação, embora em circunstâncias distintas às nossas, alcançam a escala que o sistema neocolonial promove. Não se trata de desenvolver o nacional nas nossas circunstâncias e interesses, mas de consagrar o que vem de fora, já desenvolvido, embora em confronto com vantagens comparativas de fatores locais. Somente esses interesses recebem as benesses do Estado neocolonial. Por este caminho, nenhum desenvolvimento tecnológico próprio é possível, pois necessita alcançar paulatinamente as escalas correspondentes, de acordo com as circunstâncias locais, o que não é permitido pelas normas conceituais do "modelo". Foi desta maneira que todos os pacotes externos evoluíram nas suas origens, em processo natural de amadurecimento. Ou seja, nesta conceituação, as empresas nacionais já devem nascer grandes, contrapondo-se ao natural. Surgem, então, diagnósticos sobre a natureza tardia do nosso capitalismo para tentar "demonstrar" a inviabilidade brasileira de construir um parque industrial sadio, como se as realizações dos povos fossem uma questão de data. Quem perdesse o momento não teria direito à vida... Evidentemente, considerações como as aqui levantadas não cabem em sistema de paradigmas exclusivamente econômicos, no sentido de contábeis, cujo único objetivo é o crescimento, a qualquer custo, sob a visão mercantilista estreita que interessa aos bancos e cabe na cabeça dos economistas que servem ao sistema neocolonial. Os custos sociais, humanos e ambientais são ignorados. A eficiência e o processo tecnológico também, pois a desconsideração das vantagens comparativas dos fatores de produção é camuflada pelos subsídios, a "morfina" que encobre a irracionalidade do "modelo". Com esta dinâmica, socializam-se os prejuízos decorrentes de ineficiência intrínseca ao "modelo" dependente, ao tempo em que se garante exorbitantes lucros a grandes corporações transnacionais, que dominam setores estratégicos da economia, em regime de oligopólio.

Esses lucros, entretanto, são cobertos pelo ônus humano, social e ambiental excluído dos custos sob malicioso argumento, adrede forjado, de se tratar de "externalidades" a essas teorias. Esta dinâmica promove e suporta o processo de periferização da sociedade brasileira, cada vez mais acentuado e crescentemente conduzido de dentro do País por forças externas, e seus habituais agentes, aqui fortemente instalados. É o que Dieter Senghaas¹, no seu livro sobre a experiência européia dos últimos cento e cinquenta anos, chama de "Periferização Por Dentro".

1. Senghaas, Dieter. *The European Experience — A Historical Critique of Development Theory*. Berg Publisher, Dover New Hampshire, 1985.

CIÊNCIA E "TECNOLOGIA", UMA FANTASMAGORIA

Ao mesmo tempo em que os pacotes externos ocupam o mercado tecnológico interno, desalojando de mãos nacionais o principal instrumento de controle do processo de "desenvolvimento", procura-se, aparentemente, promover a ciência sob a falsa designação de "ciência e tecnologia". Isto ocorre como se fossem atividades de mesma natureza, pudessem ser tratadas conjuntamente e comportassem estruturas e quadros institucionais comuns. Neste escopo, excluída a produção de tecnologia, o máximo que se consegue é um pouco de ciência aplicada, dificilmente conseqüente, salvo em contribuições periféricas. Esta inconseqüência não se deve, em nenhuma hipótese, à falta de seriedade ou à incompetência da ciência brasileira, mas ao desmantelamento a que foram submetidas as estruturas legais e institucionais na área industrial-tecnológica, ao desvio do mercado de tecnologia para fora do país, e também à ausência de políticas de poder para fazer valer possíveis contribuições da ciência, em terreno dominado com eficácia pelos interesses do sistema neocolonial. Enfim, o que falta é a atividade tecnológica. A fantasmagoria da *ciência e "tecnologia"* é típica da mistificação que sempre usa esse sistema, abusando da ingenuidade e boa-fé das pessoas ao criar um faz-de-contas que mascara a realidade, impedindo a identificação de seus objetivos. Em geral, fazem crer aos desprevenidos exatamente o oposto do que pretendem, conquistando seus apoios. Quando os bem-intencionados percebem a mistificação de que foram vítimas, o mal já está feito e é muito difícil voltar atrás.

A elevação da ciência ao status de Ministério sempre agradou aos membros da comunidade científica, já em grande parte envolvidos no sistema neocolonial, em muitos casos de modo inconsciente. Também agrada à sociedade como um todo, pois se reconhece a importância da ciência, embora, infelizmente, seja inexperiente e desconhecadora do modo como ela se relaciona com o jogo de poder, este sempre obliterado, especialmente pelos meios de comunicação de massa.

No meio político, é gritante a ausência de conhecedores dessas questões, entre as mais importantes e estratégicas do poder mundial e conseqüentemente do processo de subjugação a que estamos submetidos. O capítulo "*Ciência e Tecnologia*" da *Constituição Federal* de 1988 é primário e impreciso. Valeu, entretanto, por definir o mercado interno como patrimônio do povo brasileiro; o demais é equivocado ou de importância desprezível. A assessoria dada aos constituintes mais motivados foi inexperiente, imprudente, e ocorreu em condições adversas, dominadas por interesses externos, muito poderosos. Assim, o que se conseguiu foi fraco e deformante, fruto de heroísmo amador.

Parece inconcebível que a comunidade científica, a título de "absorver" a atividade "tecnológica", seja instrumento da sua destruição, não sabendo

que isto implica em auto-alienação e na construção da própria inviabilidade da ciência vir a servir ao País.

O desenvolvimento tecnológico ocorre na sociedade como um todo, especialmente nas estruturas de produção e de poder, jamais no mundo acadêmico, com é característico e adequado às atividades científicas. Esta visão não está em conflito com a proximidade temporal, cada vez maior, que a criação científica tem com o processo tecnológico. Devido a naturezas distintas, as atividades da ciência e da tecnologia exigem, respectivamente, estruturas, instrumentos de ação e escopos conceituais e morais profundamente diferenciados pois, em muitos casos, são até conflitantes. Colocá-las em um mesmo quadro institucional, imaginando-as com necessidades estruturais semelhantes, corresponde criar condições para impedir o pleno desenvolvimento de uma dessas duas atividades estratégicas, o que resulta na inadequação dos resultados de ambas, quando olhadas como instrumentos essenciais das sociedades contemporâneas.

É por meio do processo tecnológico que a ciência serve à sociedade e, como consequência, dela se sustenta. Na "pirâmide da inovação"², a ciência ocupa a parte final, que se aproxima do vértice, e se apóia no restante do corpo piramidal. Este é composto de múltiplas atividades que penetram nas estruturas produtivas e de poder, em todos seus níveis, formando complexo e extenso espectro de atividades interligadas, que configura o processo tecnológico, instrumento crucial de resposta às necessidades e aspirações das sociedades industriais.

O deslocamento para o exterior das demandas endógenas de tecnologia, como consequência da natureza dependente do "modelo" de crescimento econômico, deixa a ciência brasileira sem o essencial suporte estrutural e político. Isto resulta em sua desvinculação dos problemas da sociedade. Daí sua ligação a dinâmicas estruturas de saber dos países hegemônicos, partes essenciais de suas corporações de produção e poder. Este é o "caldo de cultura" em que se desenvolvem as atividades científicas nos países submetidos ao poder neocolonial.

Naturalmente, a vinculação indireta a essas dinâmicas estruturas externas lhes dá qualidade e respeitabilidade. Seus fluxos criativos, entretanto, se dirigem para centros de pesquisas e universidades, só aparentemente desvinculados das estruturas de poder internacional. Tudo às custas das débeis economias dependentes que, nesta sistemática, ficam cada vez mais periféricas. Assim, para os centros de poder, a estratégia neocolonial responde melhor a seus interesses que a já superada "drenagem de cérebros". Pois, para que transferir os pesquisadores dos países periféricos para seus territórios, se esta dinâmica garante gratuitamente os resultados que interessam?

2. Bautista Vidal, J. W. *De Estado Servil a Nação Soberana*. Vozes e Editora da UnB, 1987, p. 75-79.

Nessas condições, é surpreendente a despreocupação das chamadas comunidades científicas de países periféricos com a extrema vulnerabilidade em que se colocam, dada a inconseqüência do qualificado trabalho que produzem para os povos que deveriam servir e a quem devem suas existências e manutenção. Suprema alienação da camada mais "inteligente" da sociedade brasileira.

As razões desses desentendimentos da realidade encontram suas raízes na conhecida atitude do carneiro que termina acreditando na lógica do lobo, na ilusória esperança de ganhar alguma probabilidade de sobrevivência. Alguns desses carneiros, entre os de maior sucesso, chegam até a aspirar, um dia, fazer parte da alcatéia, quando, então, passam a renegar o restante do rebanho.

"INVASÃO" ESTRANGEIRA E RESISTÊNCIA NACIONAL

Esse foi o contexto em que se deu a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa iniciativa ajudou a liquidar esforço gigantesco, que se estendeu por 68 anos, de institucionalização de uma estrutura nacional de poder no campo tecnológico, iniciada com a criação do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), em 1922, ainda como Estação Experimental de Combustíveis e Minérios. Esta designação já demonstra a visão estratégica dos que começavam a montar, na década dos 20, um Projeto de Nação para o Brasil. Esse esforço resultou na construção de eficiente estrutura no Ministério da Indústria e do Comércio, apoiada em um conjunto invejável de leis, cuja conquista pelo Congresso Nacional levou décadas de patrióticas lutas, como são exemplo o Código da Propriedade Industrial e o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, este com poder delegado de legislar na disciplina e racionalização do parque produtivo nacional. Esta legislação, entretanto, somente foi efetivada a serviço da soberania e dos interesses do povo brasileiro no breve período 1974/78, a cujo término iniciou-se o seu desmonte. As outoras poderosas estruturas institucionais, dessas leis decorrentes, e absolutamente vitais ao desenvolvimento tecnológico, estão hoje (final de 1990), após o desmonte, vinculadas ao Ministério da Justiça...

O sistema de política e execução tecnológica tinha como cabeça a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), com a função central de coordenação, essencial para essas atividades. O planejamento e o estabelecimento de suas políticas eram decorrentes das demandas da sociedade, das necessidades do povo brasileiro e dos imensos potenciais vinculados a fatores nacionais, especialmente aqueles que ofereciam excepcionais vantagens estratégicas comparativas. Esse sistema intervinha diretamente na política industrial, dela fazendo parte e ocupando crescente influência nas decisões maiores do poder nacional. Ou seja, o poder neocolonial começava a ser

minado por uma complexa, competente e muito eficiente estrutura de poder público, apoiada em setores da sociedade, legitimamente nacionais, e tendo por objetivos a promoção e a defesa dos interesses maiores do povo brasileiro.

Já em 1978, esse sistema, fruto de mais de meio século de trabalho e lutas, correspondia, sem nunca ter sido cópia, à estrutura industrial-tecnológica do poderosíssimo MITI japonês. Como também era semelhante às estruturas vinculadas a estas atividades na República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e França, por exemplo. Sua ação foi tão eficaz que o Brasil passou a liderar na área industrial-tecnológica o Grupo dos 77, como sucedeu nas negociações visando à elaboração de Código Internacional de Conduta para o comércio de tecnologia e em muitos outros casos. O Ato Normativo nº 15 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão essencial do sistema STI/MIC, representou o mais avançado documento de regulação legal ao comércio de tecnologia em todo o mundo. No crucial setor das Normas Brasileiras, começou a atuar o poderoso Conselho de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) definidor de políticas industriais, por delegação do Congresso, atuando não somente pelo seu Conselho, mas também por meio de dezenas de Câmaras especializadas, todas com poder de decisão. O MIC, no período 1974/78, pela ação da STI, tinha se transformado, de fato, em Ministério do Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, cuja formalização, em janeiro de 1975, foi sabotada por tecnocratas a serviço do "modelo" de crescimento neocolonial. A partir de março de 1979, iniciou-se o processo de desmonte e desarticulação desse poderoso e complexo instrumento institucional, de natureza estratégica no campo da tecnologia industrial, e que resultou em sua destruição total com a "nova" política industrial de 1987/88, implantada cinicamente sob o argumento de fortalecer a tecnologia do nosso parque produtivo. Curiosamente, essa diretriz neocolonial de "terra arrasada" foi ainda consolidada em setembro de 1990 com o programa dito de "capacitação tecnológica" do Governo Collor. Ele reproduz a arcaica política dos primórdios do CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), na fase de implantação do "modelo" dependente, que visou favorecer importações de equipamentos e de pacotes tecnológicos. Tudo com a rotulação de modernidade.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira foi "invadida" por "forças estrangeiras" que promoveram a implantação desse "modelo" econômico dependente. Apesar disso, deu-se continuidade, no âmbito do MIC, aos objetivos do período histórico que se iniciara na década dos 20, com a implantação de importantíssimos instrumentos de política tecnológico-industrial, diretamente vinculados ao poder nacional. São exemplos, aqueles consagrados internacionalmente como patentes, marcas, metrologia legal, industrial e científica, normas técnicas, controle de contratos

de tecnologia externa, produção e serviços tecnológicos e amplo escopo de processos de racionalização, designados genericamente por qualidade industrial e a própria definição da política industrial que tem no tecnológico seu principal suporte. E, finalmente, em 1972, criou-se a Secretaria de Tecnologia Industrial, órgão de coordenação e política da produção tecnológica, com o objetivo de orientar a montagem, racionalização e evolução da produção de bens e de serviços, de modo auto-sustentado, por meio dos instrumentos estratégicos que governam o processo tecnológico.

Estas atividades, nas dimensões atuais do parque industrial brasileiro, exigem no Estado e nas empresas, centenas de milhares de experimentados especialistas atuando em ação política coordenada para que possam fazer valer os interesses nacionais, até aqui minados pela ação de corporações estrangeiras privilegiadas pelo "modelo" neocolonial. Estas dispõem, em seus países de origem, de gigantescas estruturas atuando decididamente nestas atividades, dentro e fora dos respectivos Estados. Todas elas agem, direta ou indiretamente, como instrumentos de poder mundial, de reserva de mercado e de domínio. Assim, sua regulamentação e controle no Brasil é vital para a preservação de um mínimo dos nossos interesses, inclusive a possibilidade de realização tecnológica interna, único modo de abrir espaço para que a ciência local venha a ter alguma consequência para o País. Para isto, como vimos, são exigidas estruturas adequadas no Estado, e nas empresas, cobrindo imensa variedade de experiência e competência, necessariamente submetidas a perfeita coordenação. Tudo isto é essencial em um mundo dominado por gigantescas estruturas corporativas, com poderoso suporte político, sempre em defesa de suas próprias características e interesses, internamente e em seus reflexos internacionais.

Como vimos, a dominação estrangeira sobre a estrutura produtiva brasileira, fruto de políticas decorrentes do "modelo" dependente, resultou na montagem de parque produtivo, tecnologicamente irracional e ineficiente. Deste modo, ela age contrariamente às legítimas pretensões e anseios do nosso povo e à existência de um empresariado dinâmico, competitivo, comprometido com o futuro do País. O principal instrumento estrutural dessa vexatória situação é resultante do uso sistemático de pacotes de tecnologias estrangeiras, dominadoras e poderosas, que atuam nas estruturas social, política e de poder, subordinando-as a ilegítimos interesses. Sua ação se exerce sobre o empresário nacional, submetendo-o à humilhação de cláusulas leoninas, usuais nos contratos de uso de tecnologias externas, lesivas às empresas brasileiras e ao País. A absoluta maioria desses empresários, no entanto, por falta de alternativas, se submete a comer no cocho desses interesses externos. Portanto, o controle legítimo e eficiente, pelo Estado, desse instrumento de dominação é vital para nossa soberania, pois permite garantir a defesa de essenciais princípios que suportam a sociedade como um todo. Também possibilita a proteção e a existência de empresas brasileiras com responsabilidade sobre o destino da sociedade.

RETROCESSO

Por isso, é claramente sintomático que as ações conduzidas na antiga esfera política do MIC não tenham sido transferidas para o novo Ministério da Ciência e "Tecnologia", que carece de instrumentos de poder na área de política, de coordenação ou de produção tecnológica industrial. Neste último setor, as atribuições que a Secretaria Especial de Informática (SEI) trouxe para o MCT já foram diluídas pela sua subordinação ao Conselho Nacional de Informática (CONIN), que define as políticas do setor e é dominado por outras áreas do governo, nem sempre comprometidas com os interesses nacionais. Posteriormente, essas atribuições foram sepultadas por medidas do referido programa de "capacitação tecnológica", em setembro de 1990.

Evidentemente, a desvinculação das questões tecnológicas da política industrial e, conseqüentemente, do poder que essa atividade representa, corresponde a um gravíssimo retrocesso em relação à situação que o Brasil já tinha alcançado, fruto de cerca de 70 anos de sofrida e vigorosa luta. Tudo isto visa a desintegração que a estrutura produtiva nacional passa a sofrer, em analogia ao que ocorreu na Argentina, por exemplo.

Essa ação neocolonial, promovida nos últimos dez anos, sob a condução direta de instituições entre as mais significativas desse poder, teve seu ápice, como vimos, com a "nova" política industrial, implantada em 1987/88, que extinguiu a Secretaria de Tecnologia Industrial. A "pá de cal" do processo de destruição do trabalho patriótico de muitas gerações de brasileiros ocorreu com a extinção global do Ministério da Indústria e do Comércio e a implantação de política industrial que reproduz uma espécie de nova "Abertura dos Portos", de efeitos evidentemente mais profundos e devastadores que a ocorrida em 1808. Isto é, corresponde a um retrocesso de cerca de 200 anos. A isto, parcela felizmente reduzida, mas operante, da intelectualidade brasileira chama de modernidade. Sempre a mistificação dos fatos... Nem se trata de uma política antiga, mas arcaica, profundamente lesiva a interesses essenciais nacionais.

Com o desaparecimento do Ministério da Indústria e do Comércio, a produção, fonte de riqueza nacional, fica subordinada ao Ministério da Economia, de efeitos desastrosos em outros países. Assim, o futuro da indústria brasileira passa a subordinar-se a regras que operam sobre o falsamente simbólico, sob o comando de sistema financeiro espúrio, controlado de fora, dentro do qual, pela ausência de domínio nacional, é impossível sobreviver como povo autônomo. É o império da ordem neocolonial que se sustenta na economia do falsamente simbólico, em detrimento do real, do natural, dos insubstituíveis patrimônios que formam a cultura e as bases físicas de recursos naturais e energéticos dos povos, no nosso caso, firmados em esplêndida realidade.

Com a destruição do sistema tecnológico industrial, foram desmontados os quadros formados e os programas tecnológicos em execução, vinculados a vocações nacionais. Esses programas essenciais e estratégicos para o resgate do Brasil como Nação soberana, além de terem sido esvaziados, e alguns destruídos, estão hoje inviabilizados. Pois, para sua execução, são indispensáveis ações conjugadas de mecanismos institucionais poderosos de política tecnológica-industrial a que nos referimos e que foram desmontados.

É curioso que essas ações, sabidamente destrutivas, em áreas vitais à nossa soberania, tenham sido sempre realizadas com o tom afirmativo e aparentemente inocente, de que objetivavam desenvolver e fortalecer a tecnologia e os interesses nacionais. Ademais, quase sempre foram usados como executores membros da chamada comunidade científica, nem sempre inexperientes ou ingênuos. Trata-se de tática de mistificação dos fatos, sistemática usual no exercício contemporâneo de dominação do poder neo-colonial, que utiliza para tanto figuras nativas de bons moços, cujo prestígio e fama são adrede promovidos com eficácia. É a velha sistemática que transforma a versão em fato, ignorando a realidade. Para isto, se mantém a população permanentemente desinformada pelo controle dos meios de comunicação de massa. Deforma-se a consciência do povo e de dirigentes honestos, escondendo os interesses que objetivam. Segue-se a tradição dos primeiros colonizadores de enganar primitivos silvícolas oferecendo lanjeoulas a troco de ouro... Configura-se a pior das dominações, aquela que mantém o controle das consciências e faz a vítima ser aparentemente conivente, por impotência ou desconhecimento do processo que termina levando-a à destruição.

Para superar esta situação, é essencial procurar analisar e entender a complexa realidade em que vivemos e unir os que estão moral e historicamente comprometidos com a Nação, visando resgatar a dignidade e conquistar a soberania.

Trata-se de procurar a libertação de amarras subjugadoras e promover Projeto Nacional que permita ao Brasil colocar-se como Nação respeitada. Trata-se também de dar à nossa gente condições de articulação para enfrentar os embates que o potencial que representamos faz prever para o futuro, na construção de grande, próspera e justa Civilização Solidária dos Trópicos.

CAPÍTULO IV

Poder energético dos trópicos — Futuro do Proálcool

QUADRO DE REFERÊNCIA

A análise do Programa Nacional do Álcool e de programa mais abrangente do qual o Proálcool faz parte, visando substituir todos os derivados do petróleo por alternativas renováveis nacionais, adquire a consistência original quando considerada em enfoque energético global. Ao levar-se em conta os problemas internacionais que envolvem a exaustão do petróleo e suas possíveis alternativas, evidencia-se que essas substituições para se consolidarem implicam em múltiplas e às vezes profundas alterações em tecnologias de produção e de uso; as quais, para ser desenvolvidas, necessitam de decisões firmes, de longo prazo, e de instituições adequadas, no Estado e na estrutura produtiva.

É internacionalmente aceito que a estabilidade das atuais estruturas econômicas exige que as reservas energéticas a elas vinculadas garantam sua operação por trinta anos. As reservas de petróleo, recuperáveis e comprovadas, entretanto, não são globalmente suficientes para sustentar, por esse período, os investimentos já realizados, os quais estão concentrados nas potências industriais. Isto implica em não admitir qualquer novo grande consumidor; ou seja, prevê-se a estagnação de consumo ou o retrocesso precisamente para aqueles países que ainda necessitam muito incrementar e diversificar a produção de bens e serviços, visando o bem-estar de seus povos. Ademais, a partir de determinado grau de redução das reservas, as grandes potências passarão a delas depender de modo vital. Deste modo, qualquer nova reserva de porte será por elas militarmente tutelada; ou seja, as de alguma significação ficarão necessariamente condicionadas a essa realidade de longo prazo. Este fato ficou explícito na crise do Golfo Pérsico, no segundo semestre de 1990, com a ocupação militar da Arábia Saudita

pelos EUA sob o suposto argumento de defender o território do Kuwait de ocupação pelo Iraque. A brutal guerra que deu continuidade a estas ações apenas atesta a natureza das razões que a motivaram.

Essas circunstâncias definem a enorme instabilidade dos países que, não fazendo parte do fechado círculo decisório do Primeiro Mundo, não tiveram a iniciativa de procurar suas próprias soluções energéticas alternativas. Evidentemente essa instabilidade se estende a potências industriais, que somente poderão garantir o crucial abastecimento pela força das armas e que lhes suporta o poderio industrial e militar.

Assim, tendo em vista o quadro mundial de reservas/consumo de petróleo; a situação de moratória em que, desde 1975, se situam os programas de fissão nuclear; a absoluta impossibilidade de ampliar o uso de carvão mineral nos níveis necessários para substituir o petróleo escasso e as limitações de escala de outras fontes, os países tropicais, que tenham condições, deverão se colocar na rota definitiva da biomassa. Para isto, entretanto, terão de superar inúmeros constrangimentos e limitações que os afastam de suas realidades. Realmente, essa possibilidade de procurar suas próprias soluções, somente é exequível no pleno exercício da soberania. Também as atuais potências industriais-militares procurarão impedir que esses países concretizem suas potencialidades energéticas. Para fugir dessa contingência, entre outros efeitos, talvez somente lhes restem saírem do âmbito hegemônico dessas potências.

O SOL, PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA

O sol, imensa fonte permanente de energia, é responsável desde sempre por todas as fontes de uso extensivo utilizadas pelo homem, com exceção apenas da energia nuclear, da geotermia e da energia das marés. Assim, dele provêm a energia hidrelétrica, a eólica, todas as fontes fósseis como o petróleo, o gás natural, o carvão mineral, o xisto betuminoso, as "tar sands", a turfa, entre outros, e a biomassa; portanto, formas não-renováveis e renováveis. De fato, entre estas últimas, a biomassa é a que maiores e melhores perspectivas oferece ante as necessidades atuais e futuras de consumo energético da humanidade.

Ao considerar as limitações brasileiras impostas pelas soluções energéticas fósseis e, especialmente, em contrapartida, ante as vantajosas alternativas renováveis, somos levados à realidade e, conseqüentemente, a uma linha mais consistente de pensamento. Em primeiro lugar, para caminhar em terreno seguro e sério, é importante rever alguns conceitos sadios da ciência e da política, a saber:

— Respeito aos Princípios da Termodinâmica. Quanto ao 1º Princípio, é conveniente que as empresas estatais do setor possam institucionalmente

levá-lo em conta; ou seja, considerar as formas energéticas mais convenientes ao País, em vez de estarem apenas presas a determinadas formas de energia não apropriadas às características nacionais; e sem que os preços políticos dos combustíveis convencionais, por meio de artifícios, venham confrontar essa realidade natural. Isto tem ocorrido de modo sistemático nos programas de geração e de uso de energia no Brasil. Nestes casos, regras exclusivamente econômicas têm impedido o respeito à ciência;

— Ajuda, no essencial, levar em conta as Vantagens Comparativas dos Fatores de Produção regionais e locais. Para isto basta considerar que nem sempre tudo que vem de fora é bom, como é tácito no “modelo” de crescimento econômico dependente, que impõe pacotes tecnológicos montados alhures para condições substancialmente distintas às nacionais;

— Urge que seja atribuído valor patrimonial aos recursos naturais, especialmente aos escassos e aos não-renováveis. Pela sistemática do “modelo”, pagamos para deles sermos expropriados;

— Finalmente, que as complexas decisões da área energética, intrinsecamente estratégicas, não continuem em mãos de profissionais bisonhamente despreparados e que aparentemente entendem apenas de teorias que se fundamentam no poder manipulado por interesses hegemônicos de países centrais, como moeda, taxa de câmbio, etc., instrumentos operacionais do sistema financeiro internacional.

Os atentados contra os povos e contra seus patrimônios físicos precisam ter fim, especialmente quando cometidos em nome de conceitos ditos técnicos. Eles, de fato, refletem objetivos políticos hegemônicos de potências centrais e resultam em graves danos para esses povos, comprometendo suas existências nacionais.

Programas de alternativas energéticas consistentes com a realidade somente têm cabimento quando fundamentados em decisão política soberana; isto é, eles são impossíveis em uma colônia. Tentativas de reduzi-los à precariedade de análises exclusivamente econômicas ou financeiras e vinculados a interesses de corporações e bancos externos conduzem a profundas deformações que mistificam nossa realidade em questões fundamentais, comprometendo gravemente o desenvolvimento nacional, como a experiência dos últimos trinta anos tem evidenciado.

INCÔMODAS INDAGAÇÕES

Procuremos entender o que vem ocorrendo com o Proálcool por meio de perguntas que dispensam respostas e que mostram os caminhos a que foi submetida sua evolução, bem como a de outras iniciativas mais amplas, todas na direção da autonomia energética nacional, a saber:

— Por que foi desarticulado, a partir de março de 1979, o programa tecnológico que fundamentou a implantação do Proálcool? Suas metas objetivavam a substituição de todos os derivados do petróleo e não apenas a gasolina. Esse programa, como vimos, agregou nos primeiros quatro anos (1974/78) cerca de mil e trezentos pesquisadores, engenheiros e tecnólogos sob a coordenação da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI). Ele foi, entretanto, desmontado quando deveria ter multiplicado suas ações, pois se tratava apenas de um começo, com efeitos diretos sobre a estrutura produtiva. Como não importamos gasolina, mas petróleo, os esforços deveriam necessariamente estar sendo dirigidos para a substituição deste, o que corresponde à substituição de todos seus derivados;

— Por que foi desarticulado o mais importante grupo de tecnologia de motores e turbinas, localizado no Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e que objetivava suprir as necessárias adequações e substituições para o uso dos combustíveis renováveis nacionais? Este grupo estava ultimando projeto de construção do primeiro motor desenhado para as propriedades termodinâmicas do etanol, em vez de simples adaptações feitas em motores projetados para combustíveis com outras propriedades, como são os atualmente montados no Brasil por corporações transnacionais. Não se pode programar a substituição de um combustível de uso extensivo sem uma adequada estrutura, permanente e autônoma, de desenvolvimento e adaptação tecnológica. Restou, no entanto, o produto desse trabalho, representado pelo motor a gás em experiência piloto pela Prefeitura de São Paulo, em 1991; ou seja, doze anos após a interrupção referida;

— Por que a Petrobrás foi impedida de prosseguir com a experimentação em seis plantas-piloto de produção de álcool a partir do uso de mandioca como matéria-prima, baseando-se em processo brasileiro de fermentação enzimática? Entre elas se encontrava a usina de Curvelo remanescente, também posteriormente enjeitada. Por que a administração desta Planta-Piloto foi transferida da Diretoria Industrial da Empresa para a Petrobrás Distribuidora, sem que esta tivesse qualquer competência na produção de combustíveis ou, menos ainda, na área tecnológica? Destas medidas resultaram o abandono da usina, como anteriormente tinha ocorrido com os outros cinco projetos, antes mesmo do início de implantação. Quem, então, teve forças para afastar a Petrobrás do seu caminho natural de tentar contribuir para o avanço tecnológico em área própria de combustíveis líquidos nacionais?

— Quais as esdrúxulas razões para limitar a ação da Petrobrás aos combustíveis líquidos fósseis, não-renováveis e escassos, em vez de atuar de modo arrojado nos combustíveis líquidos em geral, especialmente os renováveis, abundantes no País? É importante enfatizar que após as evidências da situação crítica mundial do petróleo quase todas as corporações que atuavam exclusivamente com este combustível se transformaram para

atuar em várias outras formas energéticas; ou seja, sem limitações artificialmente forçadas, atuando em todos os campos que, em suas respectivas realidades, se ofereciam como alternativas ao petróleo.

Ao afastarem a Petrobrás da possibilidade de ter participação efetiva no Proálcool, se estava evidentemente procurando jogar seu poder, mesmo que somente por inércia, contra as alternativas nacionais aos derivados do petróleo; isto é, afastando-a da produção futura de combustíveis líquidos renováveis, já em vista à exaustão próxima do petróleo. Inicialmente foi previsto o seu apoio extensivo à participação da iniciativa privada no Programa, especialmente nas áreas tecnológicas; no uso de novas e mais eficientes matérias-primas; na revisão de inadequada estratégia de distribuição e na conquista de promissor mercado externo. Todas estas iniciativas foram bruscamente interrompidas sem qualquer explicação; surgiu, em contrapartida, sua participação onerosa na distribuição do álcool, adrede e perversamente impingida sem qualquer razão institucional. Deste modo, teve de arcar, como empresa, com eventuais ônus de subsídios artificiais e desnecessários ao álcool hidratado (Não se fala, entretanto, dos valores expropriados ao consumidor nos *over-price* do álcool anidro misturado à gasolina). Não se pode exigir de uma empresa, que tem de prestar contas a seus acionistas, o exercício de funções que deveriam caber exclusivamente ao Estado. Também a condição de grande compradora individual de petróleo, em âmbito mundial, dá privilégios a pessoas e a grupos bem localizados na empresa ou com ela relacionados. Estes interessados promovem a manutenção do status quo, dificultando por todos os meios o desenvolvimento e a consolidação da evolução natural do País neste estratégico setor.

Tudo isto, evidentemente, não favorece medidas que visem a redução das importações de petróleo, mesmo que elas resultem em substituições de seus derivados por combustíveis alternativos nacionais, abundantes e permanentes. Esta não era, entretanto, a postura inicial da empresa, como declarado por seu Presidente Araken de Oliveira à revista *Science*, em fevereiro de 1976: "no Brasil, o petróleo e o álcool não são inimigos; a Petrobrás está mais interessada no desenvolvimento e no bem-estar nacional do que em seus próprios lucros".

— Por que foram inviabilizadas as pequenas e médias usinas de álcool? Portaria do Instituto do Açúcar e do Alcool, baseada em velhos critérios, as eliminou. Estas usinas, em determinadas circunstâncias, projetadas ao nível das demandas, são mais econômicas, eficazes e eficientes que as de grande porte. Não há por que desincompatibilizar as dimensões produtivas das usinas com as demandas de dezenas de milhares de localidades espalhadas pelo continente brasileiro, em produção descentralizada, como somente a energia da biomassa nos trópicos propicia;

— Por que foi interrompido o programa de experimentação de uso de substitutos nacionais ao óleo Diesel do petróleo, usando frota de veículos sob a supervisão do Estado Maior do Exército, do mesmo modo como foi feito com os motores de ciclo Otto para a substituição da gasolina, usando neste caso frotas de Companhias Estaduais de Telefones?

— Por que, simultaneamente à interrupção das atividades de substituição do óleo Diesel do petróleo, foi estendido a outros veículos o uso desse derivado, altamente subsidiado, contrariando as recomendações dos pareceres então formalmente elaborados? Esta medida resultou no aumento do consumo de Diesel, o que garantiu as desnecessárias e gigantescas importações de petróleo, ao tempo em que se criava, artificialmente, um excesso de produção de gasolina, às vezes de difícil mercado, embora de preço internacional superior ao óleo cru importado. Mesmo este excesso poderia ter sido evitado, adequando-se as estruturas de refino no País a maior produção relativa de óleo Diesel em comparação com as partes mais leves resultantes do craqueamento do petróleo;

— Por que foi admitida a montagem no Brasil dos chamados carros "mundiais", se isto contrariava diretamente o interesse brasileiro de uso de combustíveis nacionais, somente ajustados, por enquanto, a países tropicais com grande disponibilidade de terras?

— Por que foram desativadas as experimentações com outras matérias-primas de alta eficiência energética como os óleos vegetais, a mandioca, o babaçu, as florestas energéticas, entre outras?

Evidentemente, a experiência restrita à substituição de apenas um dos derivados do petróleo, usando uma única matéria-prima, a cana-de-açúcar, o País continua vulnerável ante o objetivo principal de reduzir a dependência externa do petróleo. A STI, principal instituição responsável pela implantação do Proálcool, foi desarticulada e posteriormente extinta, apenas cumprida a primeira parte do programa, ou seja, a da substituição parcial da gasolina. Como consequência, todo o vasto programa em andamento, relacionado à substituição dos demais derivados do petróleo e de uso de outras matérias-primas, foi abrupta e arbitrariamente interrompido;

— Por que não foram levadas adiante possibilidades de acordos de cooperação e comércio visando a exportação de álcool em substituição ao antidetonante e venenoso chumbo tetra-etil, como proposto, em 1980, pelos presidentes da Tennessee Valley Authority (TVA) e da Comissão de Energia do Estado da Califórnia?

— Por que a Secretaria de Tecnologia Industrial foi afastada da liderança que exerceu, com total êxito, nos primeiros cinco anos, 1974/78, de implantação do Programa? Para isto foi desmontado vasto espectro de atividades indispensáveis ao desenvolvimento da inovadora experiência bra-

sileira; restou, deste modo, gigantesco vácuo que nunca foi preenchido em setores vitais para a autonomia nacional, essenciais à produção sistemática de tecnologia própria. O que foi simulado como instituição substituta, além de não dispor de nenhum dos instrumentos essenciais a estas estratégicas atividades, vem desempenhando papel político de efeitos contrários;

— Por que foram desviados para outros fins os recursos financeiros vinculados à execução de centenas de projetos tecnológicos? Por que foi transferido para o Ministério da Ciência e Tecnologia o único fundo de financiamento da STI, o Fundo de Amparo à Tecnologia (FUNAT), simplesmente para desativá-lo, desarticulando o que ele tinha promovido e interrompendo valiosa experiência de 15 anos, além de ser o único Fundo que tinha participação direta e crescente na política industrial? Financiamentos vinculados a bancos contrapõem-se ao desenvolvimento tecnológico, pois essas instituições atuam com sistemáticas que dificultam e até chegam a inviabilizar o processo tecnológico. De fato, suas razões institucionais são incompatíveis, como vimos, com a natureza dessas atividades;

— Por que o financiamento dos programas tecnológico e industrial do Proálcool passou a depender de recursos do Banco Mundial, se todos os investimentos e custos eram exclusivamente em moeda nacional? Ademais, os recursos obtidos pelo *over price* do álcool, igualado na mistura (22%) ao preço da gasolina, eram próximos aos investimentos do Proálcool, salvo nos primeiros anos, ou seja, o Programa poderia ter sido autofinanciado. De fato, o Banco Mundial passou a comandar os dois programas, o tecnológico e o industrial, desvirtuando-os e, posteriormente, extinguindo-os, sem que um único centavo de dólar fosse necessário. Trata-se, portanto, de clara e nociva intervenção estrangeira que contou com a cumplicidade das autoridades brasileiras e dos dirigentes, de então, da STI;

— Por que, no caso da tentativa de substituição do óleo Diesel de petróleo, foi adotada política de não permitir possíveis ajustes dos motores ao combustível nacional, como foi feito no caso do ciclo Otto? Posteriormente estes ajustes se mostraram desnecessários; o mal, entretanto, estava feito e os efeitos negativos persistem até hoje;

— Por que não foi enfrentada a crise energética na forma como ocorreu no Brasil, ou seja, centrada na dependência do petróleo e atingindo de modo sério o setor de transportes, em vez de considerá-la artificialmente como de abrangência global? Isto induziu gigantescos investimentos, grande parte em moeda forte, desnecessários e lesivos aos interesses nacionais, nos setores termo-nuclear e da hidreletricidade;

— Por que não foram utilizados e até maximizados os efeitos descentralizadores, intrínsecos à natureza dos energéticos renováveis, tendo como matérias-primas as diversas opções oferecidas pela biomassa, visando respostas adequadas e permanentes em todo o território nacional, em intelligen-

te e efetiva estratégia? Se estas políticas tivessem existido, além de seus extraordinários efeitos sociais, se evitaria o oneroso passeio dos derivados do petróleo e, também, incrível, do álcool, com seus desnecessários custos de transporte;

— Por que as usinas produtoras de álcool não foram condicionadas a um mínimo de eficiência energética e ao uso de seus principais subprodutos, integradas também na produção de alimentos? Por que as montadoras automobilísticas não foram condicionadas a uma redução de consumo de combustível por quilômetro e a um esforço tecnológico em relação ao combustível nacional?

— Por que não se deu seqüência, desde 1986, à aprovação de novas usinas em resposta natural ao aumento de demanda que, no período 1986/1990, correspondeu a 12% ao ano? O colapso do Proálcool no verão de 89/90 foi devido a um déficit acumulado e programado da ordem de 1,5 bilhão de litros de etanol provocado por um aumento de demanda nesse período de cerca de 40% para uma redução de oferta de aproximadamente 10%;

— Por que os preços da cana-de-açúcar foram submetidos a valores abaixo dos custos, em falsa política de combate à inflação, sabendo-se que o setor produtivo privado não resistiria a tal prática? Por que lhe foram retiradas as linhas de crédito usuais e essenciais ao plantio?

— Por que foram escamoteadas da opinião pública as medidas restritivas que vinham sendo tomadas, como a exaustão das reservas estratégicas de álcool, em 1988, evitando-se assim pressões populares de correção de rumos?

Evidentemente, o uso do metanol, veneno violento, como "solução" para cobrir esse déficit, foi a pior possível. Ela oferece a perspectiva de criar perigoso precedente que leve o Programa à destruição, tendo em vista graves conseqüências sobre a saúde da população. Simultaneamente, esta nefasta política promove a primeira experiência maciça de uso de metanol como combustível em todo o mundo. Os resultados dessa experiência estão sendo esperados com interesse nos países do Primeiro Mundo que não dispõem de outras alternativas. Isto se fará, entretanto, às custas do papel de cobaia da população brasileira, habitantes de suas grandes concentrações urbanas, onde se localizam os maiores riscos.

Estas perguntas dão idéia do que foi feito para dificultar, senão interromper, a evolução do programa brasileiro de auto-suficiência energética. Todas elas têm respostas de difícil justificativa. Assim, fica claro que somente podemos alcançar essa autonomia se importantes decisões soberanas forem tomadas, todas de efeitos de longo prazo e diretamente vinculadas à nossa sobrevivência como Nação.

Recentes estudos encomendados pelo Congresso norte-americano e outras fontes de informações¹ nos anunciam para curto prazo (1990/95) uma nova crise de petróleo, mais profunda e de maiores dimensões que as anteriores. Evidentemente, nos encontramos irresponsavelmente despreparados para enfrentá-la. O que tínhamos feito de arrojado e pioneiro, sem igual em todo o mundo, está sendo, há dez anos, sistematicamente destruído. Evidentemente os conflitos no Oriente Médio, no segundo semestre de 1990, e a brutal guerra, deles conseqüência, é um alerta à necessidade imperiosa de rever essas políticas. Somente como decorrência dos aumentos de preços internacionais do petróleo, ocorridos nas primeiras semanas da crise, ocasionariam prejuízos de 7 bilhões de dólares no período de 18 meses, mais do que custou, em cruzeiros, a montagem global do PROÁLCOOL, realizada em dez anos. Embora o outrora todo-poderoso Ministro saudita do petróleo, Yamani, tivesse previsto para cem dólares o barril do petróleo, na hipótese da guerra vir a ocorrer, sucedeu precisamente o oposto... As companhias de petróleo jogaram no mercado as reservas estratégicas, dando a aparência de abundância, quando 60% das reservas mundiais estavam em perigo... Este tipo de ação conforma o que se designa, cinicamente, de "leis" de mercado.

EXIGÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A questão energética se constitui, assim, no mais estratégico e abrangente problema nacional, pois situa-se praticamente na base de todas as atividades humanas, onde se fundamenta a evolução e sobrevivência das civilizações. O seu relacionamento inicial com o desenvolvimento tecnológico autônomo deu ao Proálcool um incomparável significado em relação a qualquer outro programa em nossa história. Isto evidentemente foi identificado pelos interesses do poder neocolonial. Daí o trato destrutivo que lhe foi aplicado. Para isto foram utilizados todos os meios. Como sempre, tudo é feito por intermédio de nativos que servem a esses interesses. Alguns de nossos cientistas, nem sempre de modo inconsciente, e instituições oficiais, servem a essas causas.

O domínio tecnológico inicial permitiu ao Programa uma evolução em que os aumentos de eficiência se fizeram sentir, embora muitos deles não chegaram a ser extensivamente implantados. De fato, o potencial de avanços e melhorias é, de modo extraordinário, ponderável. Por exemplo, faltou:

— Integração da produção energética com a de alimentos e rações; esta potencialidade é muito favorável em usinas de pequeno e médio porte. Os custos de produção, nesses casos, ficam substancialmente reduzidos;

1. *Oil & Gas Journal*. "Oil Distribution and Production Potencial" Janeiro de 1988; "Back to the Energy Crisis". Science. Fevereiro, 1987.

— Inúmeras melhorias na produtividade agrícola, envolvendo várias matérias-primas e na produção industrial, além de uma larga diversidade de novas utilizações, aumento de eficiência em motores, turbinas, etc.;

— Aproveitamento integral do potencial energético da biomassa, especialmente o bagaço de cana, hoje desperdiçado em cerca de 50%. Em reunião realizada em Maceió, em agosto de 1990, foi avaliado por grupo de experimentados especialistas em 25 milhões de Megawatts-horas a potencialidade de geração de energia elétrica a partir do bagaço disponível. Considerando apenas tecnologias atuais, isto representa 10% da atual geração nacional de energia elétrica, que podem ser concentrados no pico da demanda. Com melhorias tecnológicas, esses níveis podem ser substancialmente aumentados;

— Desenvolvimento da álcoolquímica à semelhança da carboquímica e da petroquímica que complementaram combustíveis preponderantes, como ocorreu nos casos do carvão mineral e do petróleo.

Na visão integral da questão energética, é fundamental subordinar o uso de determinada forma às vantagens comparativas locais ou regionais; aos interesses sociais e políticos nacionais; ao equilíbrio ecológico; ao benefício do homem e à racionalidade. Ou seja, compatibilizá-la com as necessidades e aspirações sociais, ecológicas, humanas e políticas do povo brasileiro e com as "leis" da natureza, em particular, com os Princípios da Termodinâmica, ou seja, com sadias regras que respeitem a ciência, a nossa cultura e a vida.

Não desconhecemos as dificuldades para que sejam alcançadas essas racionalidades, tão poderosos são os interesses hegemônicos envolvidos. Assim, entendemos ser difícil alcançar esses objetivos em Ministério diretamente relacionado com as formas convencionais de energia, ou seja, o Ministério das Minas e Energia, para onde foram transferidas até março de 1990 as decisões do Proálcool. Não foi por acaso que o Programa foi implantado a partir do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), que, como vimos, desenvolveu com êxito, neste caso pela STI, as funções de Ministério do Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, como foi formalmente proposto ao presidente da República transformar o MIC, em janeiro de 1975. Esta medida, como vimos, foi sabotada pelos tecnocratas que conduziam com autoritarismo a questão, pois objetivavam a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, inexplicável e anódino em tudo aquilo que se refere a tecnologias dirigidas à produção industrial. Com essa medida propiciaram a liquidação do motor propulsor do poder contemporâneo, qual seja, a estrutura de desenvolvimento e de produção tecnológica. A ciência somente se justifica prioritariamente como resposta consistente às demandas criadas por esta estrutura.

A busca de caminhos para a autonomia energética nacional sofreu retrocesso quando foi criado, no Ministério das Minas e Energia (MME) o Conselho Nacional de Energia, diluidor de responsabilidades e freador de qualquer pujante iniciativa nova, além de concentrar-se nele os referidos interesses contrários, das instituições promotoras dos combustíveis convencionais. Este Conselho posteriormente desapareceu juntamente com o MME. Para que programa dessa natureza pudesse ser executado de modo consistente, exigir-se-ia, além de firme decisão, a existência de quadro institucional aparelhado com forte suporte tecnológico vinculado à produção, como originalmente ocorreu, no período 1974/78, com a Secretaria de Tecnologia Industrial. A implantação desse programa e o seu desdobramento seria impensável sem o forte suporte de uma política tecnológica-industrial, pois a mudança de um energético extensivo depende da indústria e de novas tecnologias de produção e de uso. A evidência desse fato é comprovada pelo modo como não se desenvolveu o programa após o esvaziamento e posterior extinção das funções exercidas com alta eficiência pela STI, no referido período. Foi precisamente a efetividade dos resultados que levou o poder neocolonial a promover o desmonte institucional a que nos referimos. De fato, com essas medidas, o programa apenas cresceu para vir a decair mais adiante, como seria fácil prever, sem o indispensável suporte institucional na área tecnológica.

O Proálcool, assim como programas envolvendo a substituição dos outros combustíveis derivados do petróleo além da gasolina, somente serão definidos e implantados de modo consistente quando a sociedade brasileira adotar postura de indispensável autonomia e resolver assumir os destinos do Brasil. Ou seja, quando nos orientarmos para um verdadeiro desenvolvimento e não para um crescimento econômico dependente, que nos está levando à inviabilidade. É indispensável que estas mudanças tenham o suporte de toda a população e não sejam mais um dos usuais pactos das oligarquias com os tecnocratas, que vêm destruindo tudo que havia de público no Estado brasileiro. Assim, é crucial também desprivatizar o Estado, voltando à legitimidade, para que se possa restituir-lhe as responsabilidades da representação e da defesa dos interesses coletivos da gente brasileira.

Nestas condições, passa a ser crucial a revisão da atual situação de dependência neocolonial e a identificação do imenso potencial de riqueza energética nacional como um valor estratégico de peso mundial, como reconheceu A. L. Hammond na revista *Science*, em fevereiro de 1977.²

2. Hammond Allen L. "Alcohol: A Brazilian Answer to the Energy Crisis" e "Energy: Brazil Seeks a Strategy Among Many Options". *Science*. Fevereiro de 1977.

PERFIL ENERGÉTICO BRASILEIRO. PRINCIPAIS DEFORMAÇÕES

O Brasil fundamentou sua economia, nos últimos 35 anos, em duas fontes predominantes de energia: a hidreletricidade e o petróleo. Nesse período, as contribuições de outras fontes foram reduzidas a papéis complementares ou setoriais. Assim estão a biomassa, com suas inúmeras e ricas formas energéticas secundárias, o carvão mineral e as energias eólica e nuclear, por exemplo. Em 1973, quando do embargo do petróleo pelos árabes, essas duas fontes de energia respondiam por 60,6% do nosso consumo energético. Esta proporção aumentou para 71,2% na segunda crise do petróleo, em 1979, e manteve-se nessa proporção até 1987, conforme dados do Balanço Energético de 1988. Paradoxalmente, entre 1970 e 1989 os combustíveis renováveis foram reduzidos de 82% para 75%, apesar de ter duplicado a proporção da geração hidrelétrica nesse período, de 20,2% para 40,7%.

Evidentemente, sobre essas fontes predominantes, o sistema econômico realizou seus maiores investimentos e tem montado mais vastamente a estrutura produtiva, com tecnologias que objetivam seus usos extensivos e intensivos.

Não se consegue vislumbrar, entretanto, de modo claro, as razões que fundamentam essa predominância, salvo o mimetismo cultural ou por cópia dos países industrializados, apoiados no "modelo" de crescimento econômico dependente, ou ainda devido à força de lobby de setores econômicos beneficiados. A predominância da hidreletricidade deveu-se inicialmente à natural abundância dessa fonte no Brasil; porém, já em 1990, ela estava em fase de saturação em regiões de alto consumo.

No caso do petróleo, a nossa situação sempre foi desfavorável. Em 1970 importávamos 68,8% do petróleo que consumíamos, que aumentou para 85,2% em 1973; manteve-se nesse patamar até 1979, portanto em período de elevados preços internacionais, e apenas veio a declinar no período seguinte, tendo chegado em 1987 à importação de 52,5% do nosso consumo. Este declínio se deve mais às dificuldades de continuar importando, devido à ausência de novos empréstimos externos, do que a uma decisão estratégica. Evidentemente, esta redução foi favorecida pelo aumento da produção interna, embora ela seja resultante de reservas acanhadas para garantir sua manutenção por longo prazo, conforme estão demonstrando os últimos estudos internacionais. Esta afirmação fundamenta-se em política de não permitir a substituição dos derivados do petróleo por alternativas nacionais. Isto é alcançado pelo estrangulamento ocasionado pela não substituição do óleo diesel por soluções tecnológicas nacionais já equacionadas. De fato, a produção interna de etanol, visando a substituição da gasolina, chegou até onde podia chegar, substituindo 200.000 barris equivalentes por dia. Como importamos petróleo e não gasolina, sem a

substituição dos demais derivados, especialmente do óleo diesel, não há como ir adiante. A partir daí, mantida essa política, somente resta recuar. Enquanto o consumo de gasolina caiu 43,9%, entre 1973 e 1987, o consumo de óleo diesel aumentou, no mesmo período, 150,7%. Realmente, com esta estratégia, não há como construir a autonomia energética do País. Pois, sendo o óleo diesel de petróleo de mais fácil substituição por alternativas nacionais renováveis do que a gasolina, é difícil explicar a relutância que se criou à substituição, salvo política explícita de manter elevadas as importações de petróleo. Ou, mais ainda, manter o petróleo como o combustível líquido predominante, quaisquer que sejam os fatores de produção nacionais e suas vantagens comparativas.

Esta análise não se altera quando se leva em conta as recentes descobertas de novas reservas de petróleo em mar profundo. Mesmo porque, não havendo disponibilidade de tecnologia para extraí-lo, nem se conhecendo seus custos, é muito temerário ficar elucubrando em cima de hipóteses, em temática tão crucial. Ademais, o volume dessas reservas, cerca de 4,5 bilhões de barris, é insuficiente, caso fossem totalmente recuperáveis, para desconsiderar a grande vocação energética nacional, de natureza permanente, que é a biomassa. Na análise destas questões, porém, em geral, se exclui propositadamente o argumento fundamental: as reservas têm de ser avaliadas levando-se em conta a relação oferta/consumo mundial; ou seja, para ser realista, o balanço precisa ser global. Nestas condições, a inexorável próxima crise do petróleo, que deverá eclodir a qualquer momento, entre 1990 e 1995³, conforme estudo realizado pelo Congresso norte-americano e antes referido, não justifica descabido otimismo. Quanto às reservas brasileiras, representam apenas 0,75% das reservas mundiais recuperáveis; mesmo assim, elas são cruciais para as necessidades das grandes potências militares.

Evidentemente, não são de menosprezar-se essas reservas para o futuro, quando o barril de petróleo não mais tiver preço comercial, mesmo que manipulado, mas preço político e militar, à luz das necessidades que as atuais potências terão desse combustível. Naturalmente, o poder de barganha será tanto maior quanto menos estivermos necessitando dessa forma energética para sustentar nossa estrutura produtiva. Ela poderá ser suprida por formas alternativas nacionais, renováveis, muito abundantes, de fácil extração (é só saber plantar e dominar as tecnologias respectivas, como já o fizemos no caso do etanol, com total sucesso), sem qualquer risco de exaustão e exigindo investimentos muito menores e exclusivamente em moeda nacional.

No caso da hidreletricidade a situação é distinta. Embora um recurso energético renovável abundante no País, os grandes potenciais ainda não

³ Evidentemente a ocupação do Kuwait pelo Iraque no 2º semestre de 1990 não corresponde ainda a estas previsões, embora suas razões enquadrem-se nesse contexto.

aproveitados estão concentrados quase que exclusivamente na região amazônica. Por isso, existem gravíssimas razões que estão a exigir uma ampla discussão objetivando analisar as consequências ecológicas de seu aproveitamento, o que poderá representar a revisão do Plano 2010 da Eletrobrás, por exemplo. De fato, a construção de hidrelétricas na região amazônica somente é possível por meio da destruição de grandes extensões de florestas, o que corresponde a uma irracionalidade energética, que pode resultar em desastre ecológico. Como o fluxo das águas no trópico úmido depende da função estabilizadora da floresta, a ausência desta pode alterar o equilíbrio energético com possíveis e graves consequências em várias partes do planeta, como alterações nos ciclos das chuvas. Ademais, a destruição desse equilíbrio pode reduzir os fluxos locais e tornar inconsequentes essas hidrelétricas. Também esta sistemática econômica deixa muito a desejar, pois a forma *capital intensive* com que se montou o sistema de geração de energia hidrelétrica no Brasil é incompatível com a realidade nacional.

Há regiões no Brasil em que as demandas futuras de eletricidade se encontram sem respostas efetivas baseadas em potenciais hidráulicos disponíveis, como é o caso do Nordeste, que já sofreu grave déficit de oferta em passado recente. Apesar disto, grandes desperdícios de energia elétrica ocorrem nessa região devido ao abastecimento subsidiado de indústrias altamente consumidoras, envolvendo altíssima porcentagem da energia global disponível. Essas indústrias, em geral, produzem para fora da região ou, principalmente, para exportação, como são as indústrias de ferro-ligas e alumínio.

O Plano 2010 da Eletrobrás prevê o aumento de geração de origem hidrelétrica de 53,4 Giga-Watts (GW) em 1990 para 141,8 GW no ano 2010; ou seja, um aumento de 265,5%, concentrado principalmente na região Norte. Esta região se tornaria grande fornecedora de energia e, já nesse ano limite do Plano, outras regiões dela dependeriam fundamentalmente. Ou seja, onde hoje se localizam as florestas tropicais úmidas se transformaria em pólos de geração de energia hidrelétrica para todo o País. Para o Nordeste seriam transferidos 6.030 MW-ano (Mega-Watts ano) e para o Centro-Sul 12.250 MW-ano. Essa dependência seria de 47% para o NE e de 30% para a região Centro-Sul.

Como os declives topográficos na Bacia Amazônica são muito reduzidos, para alcançá-los de forma compatível com as grandes hidrelétricas previstas pelo Plano para a região, são necessárias inundações de grandes extensões florestais.

Ademais, esses imensos blocos de energia seriam transportados entre 2.500 e 3.000 quilômetros, em média. A tendência, para essas distâncias, é fazê-lo em blocos de energia por meio de corrente contínua. Isto torna impossível sua utilização nas localidades intermediárias aos pontos extre-

mos. Evidentemente, esta será mais uma maneira de promover o aumento da concentração econômica regional, já exageradamente acentuada no País; e inviabilizar do ponto de vista econômico, por falta de energia elétrica, vastas extensões do território nacional, se mantida a política embutida no Plano 2010 da Eletrobrás.

Também a estabilidade dos blocos de energia tendo como origem grandes hidrelétricas é um dos problemas mais complexos do sistema de distribuição de energia elétrica no País. Os custos visando a superação desta situação estão muito além das nossas possibilidades financeiras atuais, sem que isto implique na geração de um único Kw.

Assim, põe-se a questão fundamental: Visando os interesses de certas regiões, qual o direito de condenar à inviabilidade econômica imensas áreas territoriais e com que justificativa se pode impor às populações que nelas habitam tão brutal destino? Resta ainda saber se estas decisões vão realmente ajudar à melhoria do nível de vida das populações concentradas nas regiões de alto consumo energético ou somente se se trata de demanda artificial que interessa, exclusivamente, a determinados grupos econômicos.

Quando da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso, no Nordeste, como não havia então demanda para a usina, simplesmente porque ela não existia, cogitou-se utilizar a nova energia gerada para alimentar uma grande indústria de alumínio, de controle externo, que, para este fim, seria instalada. Não fosse a denodada resistência de um grupo de nordestinos, entre os quais o baiano Clemente Mariani, ter-se-ia perpetrado esse crime irreversível contra a soffrida região. Agora se repete o mesmo modelo para a região amazônica.

Se considerarmos que a importação de carvão mineral cresceu, entre 1973 e 1987, cerca de 450% e a de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) se elevou, no mesmo período, em 369%, havendo para ambos os casos excepcionais alternativas nacionais permanentes, chegamos à conclusão que se localizam em interesses externos neocoloniais as origens de certas políticas da área energética.

Se consideramos ainda que grande parte do nosso território está nos trópicos e que, mesmo em regiões consideradas pobres, há experiências extensivas de florestas com produtividade acima de 50 estéreos por hectare por ano, podemos facilmente quantificar os potenciais energéticos correspondentes: "Cerca de 30% do território brasileiro é constituído por terras impróprias para a agricultura, mas aptas para floresta; a exploração de metade desta área, ou seja, 140 milhões de hectares por meio de florestas energéticas, permitiria a produção sustentada do equivalente a cerca de 5 bilhões de barris de petróleo por ano, ou seja, duas vezes a produção atual da Arábia Saudita".⁴ Evidentemente que o aproveitamento desse

4. "Energia da Biomassa: Alavanca de uma Nova Política Industrial". Secretaria de Tecnologia Industrial, MIC, 1986.

imenso potencial energético somente se faria com o domínio tecnológico que garantisse sua natureza essencialmente renovável. A barbárie do extrativismo predador deveria ser severamente punida. Parece, entretanto, que isto é precisamente o que não se deseja, permanecendo impunes os predadores.

Assim, é extraordinariamente elucidativo ver como foi tratada a crise energética brasileira desde 1973, quando do "embargo" do petróleo pelos países da OPEP.

Em primeiro lugar, não se enfrentou a crise com as características que ela tomou no Brasil: Crise de combustíveis líquidos fósseis, concentrada no setor de transportes. Deste modo, os dispêndios no programa de produção de energia elétrica de origem nuclear ou a construção de grandes usinas com o objetivo de vender energia abaixo dos custos de produção, visando a industrialização de produtos de exportação, como alumínio e ferro-ligas, nada tinham a ver com a crise energética brasileira.

Em segundo lugar, é necessário enfatizar que, com exceção do Proálcool, subdimensionado e prejudicado pela forma como foi implantado, não foi permitido que o real problema fosse enfrentado pois, em nosso caso, a crise estava exclusivamente vinculada ao petróleo importado.

Assim, não se promoveu a substituição do óleo diesel pelos óleos vegetais, apesar da excepcional performance destes óleos no ciclo Diesel, sem qualquer alteração no motor. Na substituição do óleo combustível, mais usado na produção de calor industrial, desconsiderou-se o uso da madeira, com excepcional produtividade no Brasil. Isto coloca a biomassa como solução energética permanente, de dimensões mundiais, não somente na produção de calor industrial, mas na geração de energia termoeletrica, compatibilizada com os mais variados níveis de demandas, o que evita os gigantescos custos de construção de linhas de transmissão.

Tradicionalmente a lenha fazia parte importante da matriz energética nacional. Em 1970, sua participação no consumo chegava a 42,2% da demanda global. Ao longo dos anos, e à medida que a crise de combustíveis fósseis se aprofundava, reduziu-se incrivelmente a participação desse energético de fácil obtenção, abundante no País. Em 1973, a participação da lenha tinha sido reduzida para 32,3%; em 1979, para 21,8% e, em 1987, para 9,8%, apesar que um dos seus energéticos secundários, o carvão vegetal, cresceu o consumo neste período em 293%. Esta evolução do uso da lenha evidencia como a auto-suficiência energética nunca foi buscada, desde que começou a crise internacional do petróleo, em 1973.

É importante destacar que o uso intenso do carvão vegetal no Estado de Minas Gerais consegue fazer preservar seus maciços florestais e estimular o reflorestamento. De fato, a única maneira de preservar esses maciços

é dar-lhes um fim econômico estratégico. O carvão vegetal, entretanto, apenas representou, em 1987, 4,4% da oferta energética nacional.

É com este cenário deformado e deformante que devemos analisar a questão energética no Brasil, no início da década dos anos 90, com as seguintes características básicas:

O petróleo tem suas refinarias localizadas ao longo da costa, com as exceções de Belo Horizonte, Manaus, São José dos Campos e Paulínia. Assim, os derivados deste combustível têm de percorrer grandes distâncias até chegar aos locais de consumo, muitas vezes em recônditos recantos do continente brasileiro. Isto tem um custo, superior a um bilhão de dólares anuais, que é objeto de amplo subsídio, que, em boa hora, se pretende reduzir. Isto, entretanto, precisa ser feito sem dificultar as soluções locais, como se faz hoje, ostensivamente. Com esta conformação, os empreendimentos econômicos terão custos reais de produção tanto menores quanto mais próximos estiverem dessas refinarias, o que obriga a uma concentração econômica de graves conseqüências para a sociedade brasileira. Isto induz as populações do interior à necessidade de migrarem para os locais dessas concentrações, formando vastas faixas de miséria e insegurança na periferia das megalópoles, contrapondo-se aos grandes espaços vazios do continente brasileiro. Estas circunstâncias conformam o que designamos, de modo simbólico, como "civilização Cubatão", pois a "lógica" econômica impõe a proximidade do combustível universal, o petróleo, concentrado em torno a nossa maior refinaria.

Quanto à riqueza decorrente do uso do petróleo e seus derivados, fica concentrada na mão de umas poucas companhias, sendo apenas duas brasileiras, Petrobrás e Ipiranga, e de banqueiros a quem temos de recorrer para financiar, por meio de empréstimos, as importações, sempre pagas à vista e em moeda forte. Evidentemente, a produção de substitutos renováveis aos derivados do petróleo tem o meio rural como grande celeiro. Se adequadamente organizada, não há por que concentrar em poucos locais a produção dessas alternativas energéticas. Esta riqueza, no campo, é de grande liquidez, como são sempre os mercados de energia. A desconcentração disto decorrente causará verdadeira revolução na distribuição dessa riqueza na sociedade brasileira, na direção da democratização do poder e da valorização do nosso território continental. Desmonta-se, assim, a absurda concentração em mãos dos banqueiros e do grande capital, controlados por forças internacionais, sem qualquer compromisso com o País.

As mesmas perspectivas oferecem as termoeletricas a lenha, a óleo vegetal ou a carvão vegetal, descentralizadas e sempre compatibilizadas com as dimensões de demandas locais ou conjuntos motor-gerador alimentados a óleo vegetal *in natura*, em vasto espectro de potências; isto iria permitir resolver o grave problema da eletrificação rural em importantes

Estados da Federação. Com o sistema das grandes hidrelétricas, intrinsecamente concentradoras de energia, é impossível levá-la ao campo de modo extensivo, por causa dos elevadíssimos custos das linhas de transmissão. Esta é a razão por que Minas Gerais e Bahia, por exemplo, e muitos outros Estados, têm reduzidos sistemas de fornecimento de energia no meio rural, a ponto de comprometer irremediavelmente seu desenvolvimento. Este último Estado, malgrado sua riqueza natural e grande variedade de climas, apenas dispõe de energia em cerca de 5% de suas propriedades rurais. Não pode haver infra-estrutura mais inadequada...

Ao levar-se em consideração as vantagens comparativas do uso da biomassa como principal fornecedor de energia, estar-se-ia transformando o meio rural brasileiro, de desprovido de energia, em gerador de energia. Para que isto seja possível, são indispensáveis mudanças profundas nas formas institucionais de geração, por meio de descentralização que crie empresas, sempre que possível, de ação local; isto promove o auto-abastecimento energético, tendo em vista as reais necessidades e potencialidades da população. Neste caso, a compatibilização geral é indispensável. Aos Estados e à Federação caberiam a função normativa e promotora de estímulos tecnológicos e financeiros, além da responsabilidade pela geração de blocos de energia destinados aos grandes centros urbanos e às necessárias concentrações industriais.

POTENCIALIDADES DOS TRÓPICOS. PRESSÕES EXTERNAS

O potencial hidrelétrico brasileiro, talvez o maior ainda disponível, é apenas a evidência do potencial energético de origem solar do nosso território continental, em grande parte com localização privilegiada nos trópicos, especialmente nos trópicos úmidos. De fato, dispondo de cerca de 40% dessas regiões do planeta, esse território contínuo estaria predestinado a desempenhar papel estratégico nas questões energéticas mundiais do futuro, conseqüentemente também, na produção de alimentos (forma indireta de energia). Como exemplo desse potencial, as florestas plantadas na região do rio Jequitinhonha, MG, têm produtividade que alcança 50 estéreos por hectare-ano, em comparação com quatro e cinco estéreos em outras regiões do planeta, tradicionais na utilização econômica de florestas. Em valores energéticos, esta produtividade é equivalente a 50 barris de petróleo por hectare, por ano. Comparando com a vantajosa cultura de soja, em preços históricos de exportação, *cada hectare, por ano, com números de 1988, garante a compra de menos de dez barris de petróleo*. Se consideramos as regiões mais adequadas para florestas tropicais do sul da Bahia, a produtividade do Jequitinhonha duplica, chegando a 120 estéreos por hectare-ano, ou seja, cerca de 120 barris de petróleo, por hectare-ano, em equivalência energética. Como desconsiderar, então, a floresta amazônica? Para nossa

vergonha, entretanto, o seu trato científico é ainda amplamente desconhecido. Nestas condições, é temerário ali qualquer utilização extensiva da floresta pois ela ainda não é fundamentada nesses conhecimentos essenciais. Nada impediria, entretanto, ser dada elevada prioridade ao desenvolvimento desses conhecimentos, fundamentais para a operacionalização do nosso maior patrimônio físico de valor estratégico mundial.

O uso da biomassa como forma de energia pode ser fortemente empregador e impõe necessariamente a descentralização social e política, ao contrário das formas fósseis e de outras fontes renováveis, como as grandes hidrelétricas, por exemplo. Com os novos índices de produtividade florestal, as termelétricas a lenha, a óleos vegetais ou a carvão vegetal ficam cada vez mais vantajosas, especialmente quando consideradas atuando de modo descentralizado, em regiões ainda não abastecidas pelas redes ligadas às centrais hidrelétricas, ou onde estas estejam em fase de saturação. Com exceção parcial do Centro-Sul, essa é a situação geral de grande parte do território brasileiro. O desenvolvimento tecnológico nestes casos é essencial. No momento, por motivos de desvio de demanda e pela própria natureza da matriz energética brasileira, ele é praticamente inexistente.

Na análise das questões energéticas, bem como na produção de alimentos, é crucial levar-se em conta a disponibilidade e o modo de uso das águas. Como está cada vez mais evidente entre nós, o seu fluxo continental depende da estabilidade das florestas tropicais úmidas. O potencial energético renovável também delas depende diretamente. Assim, caso não se tome as devidas precauções, podemos ser surpreendidos, no futuro, com gigantescas estruturas de centrais hidrelétricas com seus leitos fluviais secos..., como já vem ocorrendo, em certos períodos, no Sul do País.

A experiência brasileira mostra que o modo factível e inteligente para garantir a preservação dos grandes maciços florestais, de modo permanente, é pelo seu uso racional. As florestas de Minas Gerais foram preservadas em certo grau (37%) devido ao seu uso na produção de carvão vegetal para a fabricação de gusa ou de aço em grandes siderúrgicas como a Acesita, ao contrário do que tem acontecido no Paraná, Rio Grande do Sul e também em regiões de Minas Gerais, bem como nas fronteiras agrícolas de Mato Grosso e da região amazônica. Nestes casos, a pecuária e a agricultura extensiva têm provocado séria erosão e ampla devastação, não restando muitas vezes qualquer resíduo florestal. Trata-se, pois, de falsa expansão agrícola, em cuja concepção predomina, de modo absoluto, a incompleta visão exclusivamente contábil imposta pelos interesses hegemônicos de origem externa. Neste processo, e pela própria lógica das teorias econômicas, são ignoradas as leis da natureza, o indispensável equilíbrio ecológico de longo prazo e a cultura dos povos que habitam essas regiões. Pelos seus efeitos, esta dinâmica mais se assemelha a barbárie do que a processo civilizatório.

Estes motivos e mais a excessiva e deformada concentração na produção do Proálcool, fruto das demandas criadas pela "civilização" do petróleo e seus efeitos sociais nos "bóias-frias", justificam a implantação de um novo modelo energético, o qual teria por base: as vocações nacionais e regionais, o respeito à natureza e o bem-estar das populações locais, nesse importante campo de poder mundial. Com este novo enfoque, extraído da realidade das regiões tropicais, seus territórios tomam significado ainda mais estratégico que aquele tradicional da geopolítica, por causa do valor de suas potencialidades energéticas. Isto resulta em pressões internacionais para acelerar a ocupação econômica por potências industriais, por meio de grandes corporações a elas vinculadas.

A natureza amplamente distributiva da energia da biomassa, além de permitir fixar o homem à terra, dando-lhe condições locais de vida, dificulta a ocupação estrangeira que sempre ocorre em larga escala. Com seus efeitos, esta dinâmica vem preencher profunda aspiração do povo brasileiro, pois objetiva:

— a descentralização do poder econômico e político. De fato, o Modelo Energético Alternativo contrapõe-se à concentração das nossas megalópoles que atraem imensas levas de desamparados, migrantes que são projetados na miséria, instabilidade, violência e tragédia de uma população que, não fosse a "civilização" do petróleo e seu uso extensivo e intensivo, estaria ocupando seu habitat natural, na vastidão do território brasileiro, com a perspectiva de um futuro consistente, próspero e de bem-estar. Para isto há necessidade de instrumentos de poder que façam valer as vantagens comparativas dos nossos fatores de produção, contrapondo-se à irracionalidade dos "modelos" exógenos, centrados nas megalópoles, onde os interesses internacionais encontram condições ideais de controle, tudo suportado pelas teorias econômicas que têm dominado o Brasil nos últimos 35 anos.

Ou seja, estas potencialidades somente podem ser transformadas em realidades com a mudança do "modelo" de crescimento econômico o qual depende da ação de predomínio dos centros hegemônicos de poder da economia internacionalizada. Para que os países dependentes se mantenham como tais, ou seja, para garantir o status quo, a centralização é essencial. Então, a dependência externa se aprofunda e são olvidadas as vocações nacionais dos países, deste modo periféricos, que passam a viver à deriva, mercê dos impulsos desses centros de poder. Nesta análise estamos pensando nos 115 bilhões de dólares de investimentos previstos inicialmente para o setor da energia elétrica, necessários à construção de dispendiosas centrais hidrelétricas e, mais dispendiosas ainda, as inevitáveis linhas de transmissão; nos cerca de 40 bilhões de dólares para o desenvolvimento tecnológico, que permita a prospecção e exploração de petróleo em mar profundo, enfrentando os gravíssimos problemas da sua viabilidade com-

parativa e de poluição dos oceanos, e nos 5 a 10 bilhões de dólares para completar a implantação de inviáveis, inseguras e temerárias usinas termo-nucleares, previstos em 1989 nos planos das estatais respectivas. Tudo isto somente será possível com novos empréstimos que virão engordar o serviço da dívida externa para além dos 20 ou 30 bilhões de dólares anuais. Esses imprudentes e orgíacos programas energéticos objetivam, especialmente, promover a necessidade de aumentar danosas exportações com preços abaixo dos custos de produção. No caso de Tucuruí, o comprador da energia destinada à produção e exportação de alumínio, como vimos, é o árbitro de seu preço e já chegou a pagar apenas um quarto de seus custos. Tudo suportado pela miséria do povo brasileiro. As perdas com subsídios do setor elétrico, em grande parte visando a exportação, já superam a cifra astronômica de 15 bilhões de dólares, nos últimos anos.

A manipulação da questão energética, ademais, serviu como mecanismo de montagem da nossa dívida externa. De fato, como vimos no capítulo III deste livro, no período 73/84, quando se formou o principal dessa dívida, os custos acumulados das importações de petróleo mais juros "libor" vinculados a empréstimos para cobrir esses custos, sem "spread" ou comissões, superaram em US\$ 24,7 bilhões o acumulado da dívida nesse período. Assim, *pode-se, do ponto de vista quantitativo, afirmar que a dívida externa brasileira foi principalmente devida a desnecessárias importações de petróleo.*

A evolução da questão energética como vem ocorrendo coincide com proposição unilateral dos países ricos, tornada pública em outubro de 1989, em Montreal, em Congresso da "Conferência Mundial de Energia". Assim, previu-se que na *década de 90 se irá investir no Sul, no setor energético, cerca de 100 bilhões de dólares por ano, com o objetivo de resolver os gravíssimos problemas energéticos do Norte.*

O autor da proposição, A. Churchill, do Banco Mundial, chega a detalhar que 200 bilhões de dólares teriam origem no BIRD e demais fontes bilaterais e multilaterais, ficando a incerteza da origem dos restantes 800 bilhões.⁵ Admitindo que o *Sul* seja principalmente as regiões tropicais úmidas do continente brasileiro e como os recursos não existem no País, *começam a ficar mais claras as razões das intensas campanhas de privatização das principais empresas estatais de energia e de internacionalização ainda maior do que restou de áreas estratégicas em mãos nacionais.*

O comportamento das nações do chamado Primeiro Mundo está sintetizado no pensamento de A. Giraud, ex-Premier da França, emitido nesse Congresso:

Nas relações entre os povos não se deve esperar uma erupção de generosidade e as evoluções geopolíticas serão marcadas pelos fatos habituais. A riqueza do mundo, não sendo homogênea, continuaremos

⁵ Conclusões do XIV Congresso da Conferência Mundial de Energia, Montreal, Canadá, setembro de 1989.

assistindo aos esforços dos mais pobres para se alinharem com os mais ricos, os quais estarão atentos a sua própria segurança. E todos, ricos e pobres, que dispuserem de vantagens particulares se esforçarão por tirar delas o melhor proveito, tendo em vista seus próprios interesses.

Essas vantagens, entretanto, não estão revertendo para os povos que são legítimos detentores desses patrimônios, mas para os centros hegemônicos, qualquer que seja o preço em miséria disto resultante. Neste contexto se insurgiu de modo legítimo mas imprudente parte do mundo árabe, em defesa de seus interesses patrimoniais.

São essas verdades milenares, contidas nas palavras do ex-premier francês e que ficaram evidenciadas na guerra do Golfo Pérsico, que os dirigentes brasileiros insistem em ignorar, preferindo o servilismo, em detrimento dos interesses nacionais e da dignidade.

POLÍTICAS DE TARIFAS: INSTRUMENTO DO PODER HEGEMÔNICO

Políticas de preço de energia foram sempre instrumento para definir opções sobre usos de formas energéticas e para controlar tecnologias, de grande repercussão econômica sobre a sociedade.

Ao longo deste século, o petróleo teve seus preços internacionais manipulados pelas poucas corporações que o controlam. O principal objetivo dessa estratégia foi a expansão acelerada da produção automobilística. Desse modo, essa indústria se transformou, até a década de 70, no principal centro de poder dos EUA, somente comparável ao dos militares e dos bancos.

Em países do chamado Ocidente, especialmente aqueles de maior potencial do Terceiro Mundo, esse setor de produção veio a se constituir no "carro-chefe" de suas economias. Foi a implantação da indústria automobilística transnacional que moldou entre nós o "modelo" neocolonial de crescimento econômico dependente.

Como consequência, nosso sistema de transporte foi submetido a deformações estruturais graves. Inadequado a nossas características e condições, com predomínio quase absoluto do setor rodoviário sobre os demais.

Essa concentração, resultante do uso extensivo do petróleo, promoveu também grandes desequilíbrios na localização da população e inadequada distribuição da riqueza nacional, em contraste com nossas possibilidades naturais de descentralização e distribuição equânime.

Nessa predominância do rodoviário, os grandes eixos fluviais foram desconsiderados, bem como a extensa costa marítima, onde se concentra

grande parte da população e onde estão situadas nossas principais cidades. O eixo Santos—São Paulo não foge a esta característica.

Fogem, entretanto, a esta sistemática os principais eixos ferroviários de exportação de matérias-primas, como os que promovem o escoamento de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce e a inexplicável Ferrovia do "Aço", neste caso, a serviço direto de interesses externos.

Assim, eixos fluviais de grande importância estratégica perdem sua função de escoadores ideais de riqueza com custos reduzidos. Essa descon sideração ficou evidenciada pelo risco que correu a barragem da hidrelétrica de Tucuruí de ficar sem possibilidade de eclusa que permitisse a navegabilidade do rio Tocantins. O que era importante no caso, em visão caolha, era exclusivamente a produção de energia elétrica, visando a produção de alumina e alumínio para exportação.

As ferrovias, até hoje essenciais nos países industrializados, pararam no tempo em nosso País, desde o final da 2ª Guerra.

Há quem entenda ter havido um pacto do presidente Juscelino com a indústria de veículos pesados, quando da sua instalação no Brasil. Neste pacto ter-se-ia comprometido a sustar o desenvolvimento das ferrovias, hidrovias e marinha mercante costeira visando canalizar toda a demanda para as rodovias.

Outro exemplo, contrário a nossas potencialidades, foi a adoção de locomotivas a diesel, combustível fóssil escasso, especialmente nas circunstâncias atuais, em uma das regiões do planeta de maior potencial de biomassa energética; ademais, a hidrelétrica de Tucuruí, situada em relativa proximidade, dispunha de excesso de oferta. Nos referimos à ferrovia Carajás-São Luís, também destinada à exportação de minérios. Evidentemente, o elevado subsídio que protege o óleo diesel de petróleo cria restrições insuperáveis a formas energéticas locais ou nacionais muito mais adequadas. Nos referimos, neste caso, aos óleos vegetais e ao carvão vegetal.

Assim, como esses exemplos mostram, as políticas de preços, bem como as de subsídios e incentivos, tão pródigas no Brasil quando se trata de interesses externos, foram deformando de modo crescente nossa matriz energética.

Essas e muitas outras deformações são, na realidade, resultado do uso sistemático de pacotes tecnológicos externos que definem as formas de energia, de acordo com as condições ou interesses dos países de origem. Como eles estão sempre localizados em regiões temperadas e frias do planeta, pobres em incidência solar, esses pacotes induzem necessariamente ao uso de combustíveis fósseis. Deste modo, o "modelo" neocolonial impõe soluções incompatíveis com a riqueza energética dos trópicos.

A ênfase da matriz energética brasileira em fontes hidrelétricas foi estimulada, após o 1º embargo do petróleo, em 1973, como se esta forma energética pudesse contribuir para superar a crise que, no Brasil, concentrou-se na carência de combustíveis líquidos fósseis, de uso intensivo no setor transporte.

Esta ênfase foi promovida pela política de preços subsidiados, especialmente dirigida para produtos de exportação. Como decorrência dessa política, ao setor de geração elétrica, estatal, foi imposto um prejuízo anual de cerca de 4 bilhões de dólares, conforme informações do ex-Ministério das Minas e Energia. Neste quadro, o caso mais escandaloso é o da política de preços de energia elétrica de Tucuruí para o setor de alumínio, estabelecida por Portaria Ministerial, que vincula esses preços ao preço internacional do alumínio, manipulado pelo cartel comprador... Com custos de produção de cerca de 40 dólares, esses preços já alcançaram valores menores que um quarto desses custos.

Essas políticas de preços representam, na realidade, gigantescas transferências de renda para os países ricos consumidores, com brutais efeitos sobre a economia nacional, aos quais se adicionam aqueles produzidos pelo serviço da dívida externa, perdas nas relações de trocas, taxas de câmbio controladas do exterior, entre outras.

A ênfase no setor elétrico, também, levou, no período 1983-1984, a um excesso de oferta. Então, a título de superar esta questão, por meio de política de preços subsidiados, promoveu-se o uso da eletricidade na produção de calor industrial, em atentado ao 2º Princípio da Termodinâmica. O prejuízo ascendeu a centenas de milhões de dólares. Este programa de eletrotermia se não tivesse sido implantado no Nordeste, por exemplo, teria evitado o racionamento de energia que assolou essa sofrida região pelo período de aproximadamente dois anos.

Na Bahia, apenas como exemplo, cerca de 70% da energia consumida no Estado é destinada ao setor industrial e fortemente subsidiada, visando estimular exportações e transferências para os centros mais industrializados do País. O vácuo de renda provocado por esta política é coberto pela população, que suporta com sua miséria os preços baixos dos mercados ricos afluentes.

Desse modo, em vez do desenvolvimento da região, essas políticas promovem um crescimento econômico que leva a população a condições cada vez mais adversas, um tipo de subdesenvolvimento estrutural. Ou seja, a riqueza como promotora da miséria.

Após as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, quando o barril chegou a US\$ 52,00 no "spot market", os controladores do mercado do petróleo provocaram manipulações de redução de preço, visando inviabili-

zar os programas de maior sucesso de substitutos alternativos aos seus derivados. Assim, sob orientação do "sheik" Yamani, na metade dos anos 80, o barril de petróleo chegou a US\$ 5,00, que, considerando a inflação do dólar, representava valor inferior ao da fase que antecedeu o embargo promovido pelos árabes, em 1973. Configurou-se, assim, gigantesco "dumping", cujo objetivo principal era destruir programas como o PROALCOOL, no Brasil.

A grande crise energética, prevista desde 1987 para o período 1990-1995, está na origem da recente guerra com o Iraque. Com as seqüelas deixadas pelo conflito, ela somente tenderá a agravar-se.

Mais uma vez, com esta guerra, se aquilata a natureza das políticas de preços internacionais de petróleo, sob o controle de um pequeno número de corporações transnacionais que têm o suporte de grandes potências econômico-militares.

No final do 2º semestre de 1990, o "sheik" Yamani previa que, havendo guerra, o preço do barril deveria ascender a cem dólares. O Banco Mundial, na mesma fase, antecipava que esse preço deveria sobrepujar US\$ 65,00. Por incrível que pareça, nada disto aconteceu! Estando em perigo cerca de 60% do que resta das reservas mundiais de petróleo e tendo alcançado US\$ 42,00 na fase preliminar ao conflito, sucedida a guerra, esse preço experimentou a maior queda da sua história, caindo a menos de US\$ 18,00. Realmente inacreditável!

Essas políticas de manipulação de preços retiram evidentemente qualquer credibilidade ao que os economistas chamam de preços de "mercado". Com esta conceituação afirmam e promovem políticas, cuja validade pode deixar de existir em dez minutos.

Essas manipulações dos preços têm efeitos danosos sobre programas de substituição que visam tirar o mundo da perigosíssima situação em que se encontra. Ou seja, essas baixas artificiais dos preços não somente desmontam e até podem destruir programas de produção de combustíveis alternativos aos derivados do petróleo, mas também estimulam o consumo destes, o que aumenta ainda mais a gravidade do problema.

A substituição de combustíveis de uso extensivo e intensivo exige profundas alterações nas equações tecnológicas que conformam as estruturas produtivas. Para que essas mudanças possam ocorrer são necessárias décadas de esforço continuado e políticas de preços coerentes com esses objetivos.

Assim, enquanto políticas de tarifas e preços impedem essas cruciais mudanças, o mundo caminha inexoravelmente para um colapso energético, sem precedentes, como previsto desde 1987...

A CRISE REAL

O número de janeiro de 1988 da revista *Oil & Gas Journal* publica trabalho do Serviço de Pesquisas do Congresso norte-americano, a que nos referimos anteriormente, sobre a situação mundial do petróleo. Informa que os Estados Unidos, juntamente com a Inglaterra, Peru, Brasil e Colômbia, começam a declinar suas produções de petróleo a partir do início da década de 90, devido à redução de suas reservas recuperáveis. Note-se que a Inglaterra era, em 1986, o maior exportador de óleo cru para os EUA. Próximo grupo a declinar sua produção, a partir de 1995, inclui Argentina, Egito, Canadá e União Soviética, esta última com a maior produção mundial em 1986. Os únicos três países não pertencentes à OPEP que têm reservas após o ano 2000, suficiente para aumentar a produção em relação a 1986, são: México, Noruega e Tunísia. Entretanto, mesmo que esses países realizem grandes esforços para dobrar a produção, isto seria menos da metade do necessário para cobrir as perdas dos países cujas produções declinarão nesse período. Assim, somente países da OPEP disporiam de reservas e capacidade de recursos para prover aumentos de produção. Os países que experimentarão os maiores decréscimos de produção de petróleo devido a constrangimentos nas reservas e nos recursos são, por ordem decrescente: União Soviética, EUA e Reino Unido. São nações com elevadíssimos consumos de petróleo, dois deles atualmente exportadores. Ademais, outros países altamente industrializados são profundamente carentes de combustíveis líquidos: Japão, França e Alemanha. Mesmo que o México venha a produzir no mais alto nível possível, a América do Norte terá sua capacidade produtiva de óleo declinante neste período. Estes fatos permitem compreender melhor as atitudes que tomaram esses países no conflito no Oriente Médio, com a desesperada ocupação do Kuwait pelo Iraque, no 2º semestre de 1990 e a guerra de janeiro/fevereiro de 1991.

Também, conforme o referido trabalho, os últimos levantamentos indicam que um terço das reservas recuperáveis de petróleo convencional já foram consumidas e cerca de um quarto ainda permanecem desconhecidas. Ademais, é improvável que qualquer região ainda não explorada contenha reservas suficientes para cobrir o consumo de um ano (20 bilhões de barris). De fato, ainda existe uma considerável quantidade de óleo cru convencional não descoberto; suas ocorrências mais prováveis, no entanto, se farão em acumulações de pequenas reservas muito mais espalhadas do que aquelas localizadas no passado. As reservas recuperáveis de óleo convencional estão concentradas, em 79%, no leste. Os maiores depósitos de óleo pesado, betumes e xistos betuminosos, estão localizados no Ocidente; eles são, entretanto, muito mais custosos e tecnicamente muito mais difíceis de extrair e processar.

Assim, como os países do Golfo Pérsico controlam acima da metade das reservas restantes do petróleo recuperável do mundo, eles, e somente

eles, serão capazes de promover a partir do ano 2000 um aumento proporcional do mercado mundial. Esta foi a principal razão da guerra (jan./fev. de 1991) no Golfo, em que os EUA pretenderam provocar ruptura a seu favor, com o uso da força.

A OPEP, portanto, do ponto de vista exclusivo da disponibilidade de reservas, teria a capacidade de controlar o mercado mundial de petróleo por um longo período. Resta saber se as grandes potências militares-industriais irão suportar esta dependência, permitindo ratear com outros países o "ouro negro" essencial a suas sobrevivências. A situação é tão grave que países da Comunidade Européia resolveram incluir entre suas metas cruciais a pesquisa de recursos energéticos renováveis; ou seja, biomassa, apesar da reconhecida pobreza solar das regiões onde estão localizados. Com o ressurgir do poder árabe, de cultura milenarmente enraizada, e a força religiosa do Islã, o confronto com os interesses das grandes potências industriais-militares é inevitável. As informações sobre a guerra contra o Iraque (1991) foram censuradas pelo Pentágono e o que se conhece tem a conotação de propaganda de um dos lados, sendo assim absolutamente obliteradas suas razões. A veracidade desta análise, entretanto, foi confirmada pela própria natureza da guerra.

No início de 1987, a revista *Science* avaliou a situação norte-americana em relação ao petróleo. Admitiu que, no começo dos anos 90, os EUA estarão importando 50% de suas necessidades, o que chegaria a 12 milhões de barris por dia no ano 2000, projetando então seu preço para cerca de 60 dólares o barril. O Secretário do Interior, Donald P. Hodel, à luz desses fatos, prevê a aproximação de um novo grande choque do petróleo. Com a crise no Oriente Médio no 2º semestre de 1990, o Banco Mundial previu no início da crise em 65 dólares o preço do barril do petróleo, a curto prazo.

Jessica T. Mathews, Vice-presidente do "World Resources Institute" de Washington, ainda em 1987 admite que, mesmo que a economia dos EUA possa se adaptar, o previsto aumento do preço do petróleo "aleijará as lutadoras economias de muitos países em desenvolvimento" cujo consumo se elevará a 11 milhões de barris/dia, no ano 2000. Representante do Governo americano, antes da guerra com o Iraque, declara que os possíveis esforços dos EUA serão de reduzidos efeitos sobre os preços que alcançará o petróleo nos anos 90. Embora esses preços estejam baixos, o suficiente para desestimular o desenvolvimento e o uso de alternativas, eles promovem o aumento da demanda. "Todos concordam que vamos ter problemas nos próximos anos", diz Theodore R. Eck da indústria de petróleo americana, em 1987.

As reservas provadas de petróleo dos EUA, diz a revista *Science*, em 1987, são estimadas em 28,4 bilhões de barris — 5% das reservas mundiais

— e são suficientes apenas para uma década nos níveis atuais de produção (50% de dependência externa). Elas permaneceram estacionárias ao longo dos anos 70 e 80 devido à depressão havida na demanda, apesar de intensas atividades de exploração e perfuração. As despesas, entretanto, com estas atividades a partir da segunda metade dos anos 80 foram substancialmente reduzidas; já em 1986 foram 40% menores do que em 1985. Assim, as reservas deverão ser rapidamente erodidas, o que levou o ex-Secretário de Energia, James Schlesinger, a afirmar: “Não estamos muito longe do tempo em que teremos que abandonar o petróleo como combustível”.

Originalmente os EUA eram o 3º país em dimensão global de reservas; devido ao petróleo já extraído (141 bilhões de barris até 1987), hoje ocupam o 7º lugar.

É estimado em 1.200 bilhões de barris o total de petróleo original recuperável. Destes, apenas metade está disponível, 21% encontra-se no lado ocidental e os EUA detém 5%, a URSS 13% e os países da OPEP, 56%.

Esta situação da superpotência industrial-militar cujo modelo fundamenta a economia ocidental mostra a extrema gravidade da situação brasileira. De fato, com apenas 2,2 bilhões de barris de petróleo convencional recuperáveis, temos garantida auto-suficiência apenas por cinco anos, desde que se mantenham estagnados os atuais níveis de consumo. Esta situação é evidentemente difícil, considerando, ademais, as circunstâncias mundiais. Simultaneamente, as medidas que restringiram as atividades da Petrobrás exclusivamente ao combustível fóssil, salvo na distribuição, a condenam ao desaparecimento, pela extinção prevista das reservas nacionais desse combustível. Pois, nas condições em que se encontram as grandes potências, é ingênuo e irresponsável pensar ser possível continuar importando grande quantidade de petróleo.

A GUERRA

Com o término da guerra no Golfo Pérsico, em fevereiro de 1991, aparentemente, fecha-se mais um ciclo do longo processo de conflitos que se iniciou com o embargo de petróleo pelos países árabes membros da OPEP, em setembro de 1973. Desde então, o Oriente Médio transformou-se em região conflagrada, com uma série interminável de guerras que apenas refletem estar nela localizada alta concentração do que resta de petróleo no planeta.

Nessa região estão 56% do petróleo mundial provado e inferido. Com as previsões até o ano 2000, com exceção de México, Noruega e Tunísia, conforme vimos, apenas os países da OPEP disporão de condições para continuar fornecendo esse combustível de modo estável, embora alguém da demanda mundial.

Nestes últimos 17 anos, desde 1973, os conflitos vêm se aprofundando na região, todos com repercussões globais, fazendo prever tratar-se de estopim de possível conflito mundial. Em duas ocasiões este processo teve início; felizmente foi interrompido a tempo, como na invasão norte-americana ao Iraque para resgate dos reféns retidos por esse país. Chegou haver então mobilização de forças do Pacto de Varsóvia e da OTAN. Também, no conflito de 1990 e na guerra de 1991, houve o envolvimento, direto ou indireto, de todas as grandes potências. Seus resultados afetam diretamente o poderio de cada uma delas, algumas de modo dramático.

Lamentavelmente, as verdadeiras razões desta guerra e, em menor grau, de todas as que na região a antecederam, em um quase contínuo de conflitos, são escamoteadas da opinião pública. Elas se localizam de modo claro, na significativa concentração energética mundial de natureza fóssil na região.

Como vimos, quase quatro quintos de todo o petróleo que resta, tanto o já provado como o inferido e o ainda não descoberto, localiza-se no Leste. A OPEP aparentemente controla bem mais da metade. Apenas um quarto dessas reservas encontra-se em países de "livre" mercado, não-membros da OPEP.

QUADRO I

RESERVAS CONSUMIDAS, PROVADAS E PREVISÍVEIS DE PETRÓLEO

(Em bilhões de barris de petróleo)

	Produção Acumulada	Provadas	Inferidas	Não Descobertas	
	RA	RP	RI	RND	RP + RI + RND
EUA	141,7	27,3	20,1	37,0	84,4
URSS	94,5	59,0	22,0	77,0	158,0
KUWAIT	24,3	72,2	15,0	2,0	89,2
IRAQUE	18,1	47,1	3,6	35,0	85,7
IRÃ	35,0	48,8	11,3	19,0	78,1
ARÁBIA SAUDITA	54,7	169,2	3,4	36,0	208,6
EMIRADOS A.U.	10,0	33,0	12,7	5,0	56,7
VENEZUELA	42,2	25,6	14,1	15,0	54,7
CHINA	12,0	18,4	5,0	35,0	58,4
MÉXICO	13,7	26,5	3,5	35,0	55,0
LIBIA	15,7	21,3	4,6	0,0	25,9
CANADÁ	12,5	6,0	0,8	27,3	34,1
NIGÉRIA	11,3	10,0	3,2	7,0	20,2
NORUEGA	2,4	10,5	0,2	12,0	22,7
INDONÉSIA	11,9	8,3	0,8	7,9	16,7
GRÃ-BRETANHA	6,8	9,0	9,2	2,3	20,5
BRASIL	2,0	2,2	1,3	3,0	6,5

Da análise do Quadro I, que reflete dados de 1988, em levantamento realizado para o Congresso dos EUA, extrai-se os seguintes volumes de reservas provadas e inferidas, representando as duas superpotências e as regiões mais visadas do Golfo Pérsico, em bilhões de barris:

	Reservas Provadas	Reservas Provadas e Inferidas
URSS	59,0	81,0
EUA	27,3	47,4
KUWAIT + IRÃ		
+ IRAQUE	168,1	248,0
ARÁBIA SAUDITA		
+ EMIRADOS A.U.	202,2	218,0

Esta agregação quantitativa de reservas, de certa maneira, explica as razões da guerra. Nela se identifica a situação de extrema vulnerabilidade dos EUA, com apenas 27,3 bilhões de barris de reservas provadas, que corresponde ao consumo mundial de um ano e quatro meses; ao considerar também as reservas apenas inferidas, mas ainda não provadas, este prazo aumenta um ano. Em contrapartida, o Iraque, o Irã e o Kuwait detêm reservas provadas e inferidas correspondentes a treze anos do consumo mundial. Este potencial somente é comparável às reservas da Arábia Saudita que, conjuntamente com as dos Emirados Árabes, perfazem reservas para pouco mais de dez anos do consumo mundial. Ocorre que o Kuwait, com 87,2 bilhões de barris, com a ocupação pelo Iraque, transferiria suas reservas deste último grupo para o grupo formado pelo Iraque e pelo Irã.

Do ponto de vista do controle das reservas de petróleo, podemos classificar os países localizados no Oriente Médio em duas categorias. Na primeira estão aqueles em que as reservas de petróleo são concessões, por longo prazo, a corporações transnacionais de origem norte-americana e inglesa. Entre eles, o Kuwait, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, Omã e outros. Na segunda categoria estão os países em que o petróleo é patrimônio de seus povos.

A principal razão do conflito está na discrepância entre si destas duas formas de controle do petróleo ante os interesses das grandes potências. Estas dependem vitalmente desse combustível fóssil e têm suas estruturas econômico-financeiro-militares nessa inconfortável situação.

Com a ocupação do Kuwait pelo Iraque, quer ela tenha sido realizada ou não por indução das grandes potências, estabeleceu-se o desequilíbrio em relação à situação anterior. Nessa circunstância, a simples condução do Estado Saudita por uma opulenta família de sheiks não significava suficiente garantia para a superpotência militar-industrial. Daí a ocupação da Arábia Saudita pelos EUA.

Até a evolução que essas ocupações militares trouxeram, ainda se mantinha uma certa hipótese de alternativas de fornecimento de petróleo para potências industriais mais dependentes desse combustível, como Alemanha e Japão, ou menos dependente, embora vulnerável a longo prazo, como a URSS.⁶

A evolução dos acontecimentos pode criar uma situação nova e extremamente complexa no jogo de poder mundial. A própria decisão dos EUA de rejeitar as condições de paz propostas por Gorbachev, ainda que aceitas pelo Iraque e compatíveis com a Resolução n. 660 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, faz antever instável equilíbrio de força. Aparentemente o governo dos EUA não está apenas interessado em resgatar as reservas de petróleo do Kuwait para suas companhias, mas subordinar o Iraque e, portanto, transferir suas reservas para a mesma categoria das reservas da Arábia Saudita e do Kuwait. Neste contexto de poderio, não é difícil prever o que poderá acontecer com o Irã, último remanescente na região de nação organizada com povo de larga tradição histórica e personalidade firmada, os persas. No mundo árabe, mas fora da região, estaria na mesma situação um outro membro da OPEP, a Líbia, com reservas petrolíferas também ponderáveis e objeto de permanente hostilidade das potências ocidentais.

Com evolução aparentemente previsível, tendo em vista o resultado da guerra, com uso de força militar descomunal, o domínio mundial do que é significativo em reservas do petróleo na região passaria ao controle dos EUA?

Esta nova situação, porém, cria instabilidade de poder, fonte de novos conflitos, decorrentes da "pax americana", a saber:

- 1 — absoluta dependência do petróleo das duas grandes potências industriais emergentes, Japão e Alemanha;
- 2 — criação de enorme tensão no mundo árabe e entre os adeptos do Islamismo, com cerca de um bilhão de indivíduos;
- 3 — possível reação do exército russo, ainda detentor de elevado poder nuclear, capaz de destruir muitas vezes a vida sobre a Terra, e agora ameaçado em suas fronteiras por seu super-rival, o exército norte-americano.

A "Pax Americana" teria também que enfrentar eventuais revoltas de povos do Terceiro Mundo, submetidos a processo de subjogação pela via econômica.

Neste contexto, os opulentos países da Comunidade Européia ver-se-iam reduzidos a pretensos parceiros do poderio militar americano, como ocorreu no período de guerra contra o Iraque.

6. O possível desmembramento da URSS fortalece do ponto de vista energético a República da Rússia, onde se localizam grandes reservas de petróleo. Deste modo esta República se descompromete do fornecimento de petróleo para as demais, assim como para os países do leste europeu.

Também estão em posição imprevisível, mas de extrema carência, o que vem complicar as coisas, os antigos satélites soviéticos do leste europeu, que eram abastecidos de petróleo pela URSS.

Resta a incógnita da China. Talvez se feche ainda mais, ignorando o resto.

Tudo isto faz prever, nos tempos por vir, maus momentos para todos, grandes e pequenos.

Neste quadro de imprevidência, o mundo pode experimentar um dos seus mais profundos retrocessos civilizatórios. Diz um velho ditado espanhol: "La fuerza es la razón de las bestias". Com o extremo poder de destruição dos exércitos das grandes potências, capazes de erradicar dezenas de vezes tudo o que o homem construiu em milênios e, com a dificuldade de se conseguir frear a monstruosa insânia da inércia criada pela violência, pouca coisa de bom se pode esperar deste contexto, especialmente para países como o Brasil que, não dispondo de elevado poderio militar, é altamente dependente de petróleo importado...

Enquanto isso, as chamadas "leis" de mercado promovem a redução dos preços do barril de petróleo de US\$ 40,00, no início do conflito, para menos de US\$ 20,00 no apogeu da guerra...

A GÊNESE

O programa de alternativas energéticas renováveis nacionais aos derivados de petróleo começou a ser equacionado em março de 1974 pela Secretaria de Tecnologia Industrial, logo após o embargo do combustível líquido fóssil pelos países árabes membros da OPEP. Nele foi dada prioridade à gasolina por ser este o derivado de mais difícil substituição e porque seu consumo no Brasil, nessa fase, representava a maior porcentagem (30%) do petróleo importado. O óleo Diesel não chegava a 22% e o óleo combustível, 18%.

Quando o programa foi planejado, o açúcar tinha alcançado preços exorbitantes no mercado internacional, cerca de US\$ 1.400,00 a tonelada. Chegou a representar o primeiro item de nossa balança comercial, em momento em que o déficit externo criava uma difícil situação para o País, por causa, precisamente, dos aumentos dos preços do petróleo importado. Deixar de exportar açúcar naquelas circunstâncias para alimentar um programa energético interno teria sido uma falta de senso de realidade. Nessa fase, os produtores de açúcar não queriam ouvir falar em produção de álcool.

Nos desenvolvimentos que levaram à criação do programa e sua evolução inicial, os usineiros, a indústria automobilística e a de equipamentos

não tiveram participação estratégica, salvo responder às demandas criadas, que os beneficiaram enfaticamente. Apenas os últimos foram chamados para demonstrar a capacidade de produzir no país os equipamentos que o programa iria criar. Somente mais tarde, quando o programa foi desfigurado, concentrando-se apenas na substituição de um dos derivados, a gasolina, e utilizando apenas uma matéria-prima, a cana-de-açúcar, foi que esses atores passaram a ter forte interveniência. Isto naturalmente levou o programa a limitações indesejadas, que o deixaram vulnerável, a partir de março de 1979.

Assim, simultaneamente à substituição da gasolina, no período março de 1974/março de 1979, trabalhava-se intensamente com óleos vegetais visando substituir o óleo Diesel e, com outras alternativas, especialmente a madeira e o carvão vegetal, na substituição de óleo combustível. Desenvolviam-se estudos para a produção de aldeído acético e eteno, base de 60% da indústria petroquímica, a partir do álcool etílico, em substituição à nafta do petróleo. Também se trabalhava no desenvolvimento de tecnologias de uso dos combustíveis alternativos nacionais, em motores, turbinas, caldeiras, etc., tudo em perfeita coordenação, envolvendo dezenas de instituições públicas e sempre com a participação do setor produtivo, seu utilizador final. No campo instrumental, desenvolveu-se tecnologia de sacarímetro a *laser*, inovação de nível internacional; no de equipamentos suplementares, produziu-se motor hidráulico, objeto de prêmio tecnológico de invenção, na Suíça, etc. Trabalhou-se no desenvolvimento de gaseificadores de madeira, tecnologia que posteriormente foi utilizada pela COPENER, no pólo petroquímico de Camaçari. Instalou-se o Centro de Pesquisa de Mandioca, em Cruz das Almas, Bahia. O coco de babaçu foi intensamente estudado, especialmente seu carvão vegetal, de excepcional qualidade, em fornos Cubilô, em processo de sinterização e na indústria de fundição, etc.

As miniusinas de álcool com capacidade de produção de 2.000, 1.000 e até cem litros/dia, tiveram tecnologia desenvolvida em início de experimentação em escala industrial. Na substituição do óleo Diesel, foram estudados dezenas de óleos vegetais, além do uso do óleo de mamona, o famoso "castroil", na produção de lubrificantes, de excepcional performance. Foi ativada em vários institutos especializados a melhoria da eficiência dos processos de fermentação comum e enzimática, hidrólise ácida e enzimática, em plantas-piloto semi-industriais, com desenvolvimento de engenharia básica, objetivando a produção no País de todos os equipamentos necessários. Usaram-se técnicas avançadas da área nuclear na melhoria das destilarias, etc. Iniciaram-se, em Lorena, os trabalhos que posteriormente levaram ao desenvolvimento do MHD (Magneto — Hidrodinâmica) visando a produção de energia elétrica tendo como matéria-prima a lignina, subproduto da produção de etanol pelo processo de hidrólise ácida, a partir de madeira.

Para o estudo de questões relacionadas com o meio ambiente, foram montados vários laboratórios objetivando levantar de modo permanente os efeitos dos resíduos da combustão nos motores de explosão, ciclos Otto e Diesel, com os respectivos combustíveis alternativos. Isto naturalmente permitiu verificar as excepcionais qualidades não poluidoras do etanol e dos óleos vegetais, comparativamente com os derivados do petróleo. Permitiu também excluir de uso veneno de perigosos efeitos cumulativos no organismo, o álcool metílico-metanol, apesar das pressões econômicas para forçar seu uso.

Recursos foram repassados da STI para o Plano de Pesquisa e Experimentação Agrícola — Planalçúcar —, a cargo do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A agroindústria canavieira desenvolveu amplo programa de pesquisa, que proporcionou um considerável aumento na produtividade ao setor. O Centro de Tecnologia Coopersucar iniciou suas atividades e vem desempenhando importante papel no desenvolvimento tecnológico, especialmente no aumento da produtividade agrícola.

Nesta área, destacam-se a produção de novas variedades de cana, mais resistentes a pragas e doenças, melhor adaptadas a solos de baixa fertilidade e com teores de sacarose mais elevados; o emprego de mudas sadias, tratadas tecnicamente e selecionadas. Também se obtiveram excelentes resultados no controle biológico de pragas.

No setor da engenharia agrícola foram desenvolvidas novas tecnologias relativas a máquinas e implementos agrícolas; embora a mecanização agrícola não seja exageradamente empregada, por motivos sociais, pois reduz o número de empregos, esses avanços são, entretanto, essenciais em certas regiões do País.

Quando da formalização do PROÁLCOOL pelo Decreto nº 76.593, de novembro de 1975, já havia cerca de vinte meses de desenvolvimento e de estudos tecnológicos, especialmente no Departamento de Motores do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), onde a STI concentrou suas pesquisas nos campos de motores e turbinas. Experimentou-se em pequenas localidades a produção de energia elétrica por meio de turbinas ou conjuntos turbinados, tendo como combustível o etanol, bem como em hospitais e locais onde a eletricidade não poderia sofrer interrupções, etc. Seminário Internacional foi realizado no Instituto Nacional de Tecnologia (INT) sobre as utilizações econômicas do vinhoto, rejeito industrial da produção de álcool.

Todos esses trabalhos, estudos e desenvolvimentos tecnológicos foram fortemente ampliados, chegando a cerca de 1.300 os pesquisadores, tecnólogos e engenheiros que neles trabalhavam, em março de 1979, quando iniciou-se o desmantelamento de suas equipes. Em agosto de 1990 restavam apenas pequenos grupos esparsos, sem qualquer coordenação ou apoio.

Dezenas de milhares de especialistas deveriam estar trabalhando em inúmeras instituições especializadas, operando em perfeita coordenação para que os resultados fossem conseqüentes e efetivos na produção e no uso das excepcionais alternativas nacionais aos derivados do petróleo. O esvaziamento da cabeça institucional do sistema — a STI — e sua posterior destruição não poderia levar a outras conseqüências.

A dinâmica deste processo destrutivo, que se estende por cerca de dez anos, e a pertinácia de sua execução, cumprindo etapas bem definidas, configuram clara vontade política. Não se trata de resultados decorrentes de qualquer teoria conspiratória, mas de evidências de fatos emergentes do jogo internacional, em área estratégica, cada vez mais sensível, do poder mundial.

A decisão de criar condições tecnológicas que permitissem ao Brasil enfrentar com sucesso uma mudança profunda de seu perfil energético de combustíveis líquidos foi tomada em abril de 1974. Isto ocorreu no âmbito da STI, após complexa avaliação por grupo de físicos experientes nas diversas formas de energia, e fundamentou-se nas evidências da imensa potencialidade em biomassa da parte tropical do continente brasileiro. A partir dessa decisão foi planejado amplo programa de desenvolvimento tecnológico, o qual foi abruptamente interrompido quando tinha apenas cinco anos de trabalho. Foi precisamente seu rápido e ponderável êxito o que levou, provavelmente, o sistema neocolonial a promover o desmonte de suas inúmeras atividades que se consolidavam e institucionalizavam pela qualidade e conseqüência de seus resultados, dando poder de competição à empresa brasileira.

A formalização da primeira fase de implantação industrial ocorreu por acidente. De fato, uma visita não programada do Presidente da República aos laboratórios do Departamento de Motores do CTA, em outubro de 1975, onde as experiências da mistura do álcool etílico com gasolina estavam em fase conclusiva, precipitou os acontecimentos e levou à criação, um mês depois, do PROÁLCOOL. Assim, foi impossível ser evitada a improvisação disto decorrente pelas pressões do governo e da opinião pública, após a visita. Foi então preparado, em caráter de urgência, pela excepcional equipe de especialistas da STI, o documento *O Etanol Como Combustível*. O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) tomou por base esse documento para a decisão de criação do Proálcool. Tudo isto ocorreu quando o preço do açúcar no mercado internacional se encontrava em níveis elevadíssimos. Foi a possibilidade do uso da mandioca e sua potencialidade que deu as condições para assumir tão grande responsabilidade. Somente mais tarde ocorreu a débâcle dos preços internacionais do açúcar, chegando a US\$ 120,00 a tonelada. Tomou-se então vigorosa decisão de somente permitir a participação das usinas de açúcar na produção de álcool etílico na dimensão da capacidade ociosa existente, que era de

20%. Isto criou uma resposta rápida à produção de etanol, sem interferir na produção de açúcar, garantindo assim seu nível tradicional de oferta. Deste modo, utilizaram-se investimentos imobilizados para promover a produção interna de substituto do então mais importante derivado do petróleo, com evidentes efeitos antiinflacionários. Quanto às exportações de açúcar, esta política permitiu ao Brasil manter o nível de sua cota internacional por meio da compensação dos preços externos pelo uso do Fundo do IAA, que complementava os preços internacionais quando estes se encontravam abaixo dos custos de produção e os subtraía quando estes alcançavam níveis acima. Esta corajosa política permitiu manter o Brasil na posição destacada de principal exportador de açúcar, apesar de longos períodos com baixos preços internacionais, até a extinção do Fundo do IAA, em 1990.

Mesmo com a débâcle do preço do açúcar no mercado externo, a mandioca mantinha posição de matéria-prima excepcional e de tradição de cultivo de subsistência em todo o território nacional. Faltava-lhe, entretanto, empreendimentos industriais compatíveis com a produção em larga escala do combustível. Sua implantação, portanto, levaria o devido tempo e a tecnologia necessária, em níveis de eficiência internacional, estava sendo desenvolvida com pleno sucesso no Brasil. O exemplo mais significativo foi o desenvolvimento de pacote tecnológico de produção de etanol a partir do amido da mandioca através de processo de fermentação enzimática desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT/STI). Sua implantação em "planta-piloto" se deu na usina de Curvelo, em tempo excepcionalmente curto, tendo alcançado, já nos primeiros testes, níveis de eficiência de 95% dos previstos em projeto. A Petrobrás, no entanto, foi obrigada a abandonar o projeto que tinha sido por ela implantado, assim como já tinha feito com outros cinco projetos de usinas experimentais, antes mesmo de ter iniciado sua implantação. Assim, entregou a usina de Curvelo à Petrobrás Distribuidora que nada tinha a ver com o assunto. Simultaneamente, o projeto foi sabotado pela firma privada que deveria fornecer a matéria-prima e que se apoderou dos recursos financeiros altamente subsidiados pelo governo, sem jamais fornecer a mandioca contratada. Enfim, uma verdadeira "história de horror". Evidentemente, somente forças muito poderosas conseguiriam afastar nossa maior empresa de combustível líquido do seu caminho natural, que seria o de dar sua contribuição para o equacionamento e máxima eficiência do uso extensivo da abundante e permanente fonte renovável de combustível líquido nacional. Deste modo, o poder neocolonial afastou a Petrobrás do programa de utilização do potencial energético brasileiro em biomassa, o mais importante em todo o mundo.

Com o objetivo de envolver todas as forças nacionais indispensáveis à consecução de tão ambicioso e estratégico programa, a STI realizou na sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1976, a Semana de Tecnologia Industrial, "ETANOL: COMBUSTÍVEL E MATÉRIA-PRIMA", à

qual compareceram, durante cinco dias, cerca de 400 líderes empresariais, as principais autoridades governamentais direta ou indiretamente ligadas à questão, pesquisadores, engenheiros, tecnólogos e a grande imprensa nacional e internacional. A revista *Science* enviou Allen L. Hammond, um dos maiores estudiosos das questões energéticas e que acabava de publicar o livro *O Futuro Energético do Mundo*. Seus dois editoriais⁷ nessa revista sobre a "Semana" da STI visando o uso do Etanol faziam prever que o Brasil estava destinado a ser potência energética mundial, "se o povo brasileiro assumir a atitude para tanto", acrescentou prudentemente Hammond. Evidentemente, essa previsão contrariava diretamente interesses externos neocoloniais.

O consistente Programa, aqui apenas exemplificado, tinha no campo tecnológico sua base de evolução permanente e eficiência e visava promover profunda reestruturação da economia brasileira, fundamentando-a na racionalidade, na valorização das vantagens comparativas dos fatores nacionais de produção e, principalmente, na conquista da soberania. Ele foi, no entanto, desde 1979, submetido a um processo de desmonte e, posteriormente, de destruição, restando a parte industrial de produção de álcool etílico, que correspondia a sua primeira fase, de substituição da gasolina. O potencial que ele representa, entretanto, é tão importante que, enquanto a crise energética dos países industrializados se aprofunda, de modo crítico, sempre existirão brasileiros, dignos e capazes, que levarão o nosso povo a fazer valer nosso patrimônio natural e as legítimas aspirações de seus filhos. Ademais, a evolução inexorável da crise do petróleo promove em cada nova evidência o ressurgir do Programa. Desta vez foi Saddam Hussein seu promotor, como antes tinha sido o aiatolá Khomeini. Outros virão, na defesa dos patrimônios não-renováveis de seus povos.

PROSPECTIVAS ENERGÉTICAS RENOVÁVEIS BRASILEIRAS

O Programa Nacional do Alcool, desde sua fase inicial, em 1976, em que se deu o início de operação das antiinflacionárias refinarias anexas, e com dados de maio de 1989, antes portanto do colapso irresponsável a que foi submetido no verão de 89/90, provocou o surgimento de:

— 4,25 milhões de veículos novos circulando com uso exclusivo do álcool etílico hidratado. Ademais, nos veículos de ciclo Otto, que ainda usam a gasolina, vem sendo misturado 22% de álcool etílico anidro. Em 1989, essa porcentagem foi rebaixada, com exceção da cidade de São Paulo, para 18% e até 12%, de modo inacreditável, por falta de álcool. Tenta-se, por este meio, enfraquecer a situação das empresas de álcool visando retirar de mãos nacionais o controle da produção deste combustível.

7. Hammond, A. L., op. cit., nota 2 deste capítulo.

A destruição da STI e de sua ação coordenadora foi passo decisivo no enfraquecimento do programa. A não substituição do óleo diesel do petróleo por óleos vegetais⁸ e a redução de produção do álcool etílico, apesar do aumento da demanda, configuraram os passos seguintes deste processo de desmonte;

— 445 usinas, das quais 384 destilarias em efetiva produção de álcool, implantadas em um período de profunda recessão, criaram, portanto, importante impulso à atividade produtiva no setor de bens de capital. Estas usinas representam capacidade instalada de cerca de 16,3 bilhões de litros-ano; estão produzindo, entretanto, em 1989, apenas 12,7 bilhões de litros-ano, ou seja, cerca de 200 mil barris-dia equivalentes de gasolina.

Esta produção exige aproximadamente 3 milhões de hectares de plantio de cana-de-açúcar que, adicionada à cana necessária à produção de açúcar, totalizam 4,5 milhões de hectares, cerca de 0,53% do território nacional e 8% da área cultivada.

Além disto, o Proálcool:

— criou 800 mil empregos diretos no campo e na agroindústria, e cerca de 3 milhões de empregos indiretos;

— *exigiu investimentos, exclusivamente em moeda nacional, equivalentes a 7 bilhões de dólares, 56% de origem pública e o restante do setor privado. Em contrapartida, já economizou até 1989, em moeda forte, US\$ 18 bilhões, 2/3 em substituição de importações e 1/3 em redução de serviços financeiros externos;*

— em 1988, pagou em impostos o equivalente em cruzeiros a 1,3 bilhão de dólares. Comparados com os impostos médios dos derivados do petróleo, o álcool representou 50% a mais;

— tem mantido, nos últimos dez anos, um aumento médio de produtividade de cerca de 4% ao ano, conjuntamente nos setores industrial e agrícola. Este aumento de produtividade permitiu ao setor produtivo sobreviver ante esdrúxulas políticas realizadas em nome do combate à inflação, nas quais se impuseram aos produtores preços inferiores aos seus custos;

— não obteve ainda resultados programados pela STI de aumentos substanciais de eficiência energética e aproveitamento econômico de subprodutos, especialmente na produção de alimentos e de energia elétrica.

Com a utilização de bagaço de cana e vinhoto se está promovendo engorda de gado confinado de modo extensivo. Com o uso de metade da área de terras de pastagens, se plantadas com cana-de-açúcar, consegue-se, por meio de subprodutos do álcool (bagaço e vinhoto), a engorda do mesmo número original de cabeças alcançadas na área total.

8. A Tecnologia Elsbett de motores multicomcombustíveis de ciclo Diesel, que utiliza óleos vegetais "in natura", além do óleo diesel do petróleo, abre perspectivas reais de substituição do óleo diesel de petróleo importado. Esta possibilidade foi acelerada com a produção desses motores na Argentina e no Brasil, em 1991.

Em finais de agosto de 1990, e como consequência da crise no Oriente Médio, "Grupo de Especialistas", sob a liderança do senador Teotônio Vilela Filho, propôs ao Presidente da República o uso do bagaço de cana excedente para a produção de energia elétrica, o que poderá representar redução em 30% no custo do álcool.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou entre 21/06 a 06/10/1990 Auditoria Operacional sobre o Programa Nacional do Alcool, abrangendo o período de 1975 a 1990.

O excelente trabalho realizado pela Equipe de Auditoria do TCU teve lúcido, circunstanciado e oportuno Parecer do Ministro-Relator Fernando Gonçalves, que foi objeto de aprovação, por unanimidade, pelo Plenário do Tribunal, em dezembro de 1990.

Afirma o Ministro-Relator, em seu Parecer:

Mais uma vez e cada vez mais, estou convencido que todos os tipos de inovações, desde as de ordem moral, social, material, e aí se insere uma gama que vai da tecnologia até a burocracia, não se efetivam sem suscitar resistências.

O PROÁLCOOL não foge a esse regramento.

Implementado, há quinze anos, agora de maneira frontal, começam a surgir os opositores que apontam distorções ao Programa, que desde sua implantação teve a intensa participação direta ou indireta do Governo Federal.

(...) na atual crise de abastecimento delineou-se um quadro de omissão, exatamente por parte de autoridades governamentais incumbidas de zelarem pelo abastecimento do álcool.

Estes fatos moveram o TCU a determinar, por proposta de minha autoria, uma avaliação geral do PROÁLCOOL, visando aferir sua eficácia e suas perspectivas futuras, ante o contexto energético nacional, verificando-se o acerto de sua implantação e a validade de manutenção como Programa de Governo.

Realizada a Auditoria veio a lume que o Governo Federal é realmente o patrono do Programa, tendo dele se valido como estratégia de defesa contra a dependência externa de energia, a partir do choque de petróleo no mercado internacional em 1973 e sua repetição em 1979.

A baixa relativa dos preços do petróleo e a bonança do mercado no começo do corrente ano (1990) fizeram recrudescer as críticas de áreas rivais ao Programa, chegando a contaminar setores do próprio Governo atual que, demonstrando desinteresse inusitado ante a crise

de abastecimento, evidenciaram atitudes que nada têm a ver com a modernidade.

Afinal o próprio Presidente da República, como já acentuei, reconhece que o PROÁLCOOL é prioridade nacional (o Programa já se constitui em "um patrimônio nacional") e sua essencialidade já se fez sentir novamente com a subida dos preços de petróleo externo, ocorrida com a crise do Golfo Pérsico (2º semestre de 1990, quando chegou a quarenta dólares).

A equipe de Auditoria chegou à conclusão que o PROÁLCOOL atingiu o seu objetivo principal que era o de substituir a gasolina em veículos automotores, tendo também contribuído para reduzir as disparidades regionais e individuais de renda, elevar o crescimento da renda interna, desenvolver a tecnologia em energéticos alternativos, modernizar a indústria e expandir a produção de bens de capital.

O parecer do Ministro-Relator preocupa-se com o futuro do País e com sua realidade. Assim, realça as vantagens que o Programa trouxe ao Brasil, bem como suas dificuldades e falhas. Evitando ser repetitivo com o restante deste capítulo, destacamos alguns trechos do bem fundamentado Parecer:

O combustível etanol, além de renovável, é muito menos poluente que os derivados do petróleo: o álcool anidro misturado à gasolina substitui os aditivos à base de chumbo e a queima direta do álcool hidratado não exala enxofre, emite 57% menos de monóxido de carbono, 64% menos de hidrocarbonetos e 13% menos de óxido de nitrogênio do que pela combustão da gasolina.

Acrescentamos que essa substituição contribui de modo decisivo para reduzir os perigos do "efeito estufa". Pois o anidrido carbônico que o etanol emite na sua combustão, ao contrário daquele dos combustíveis fósseis, é finalmente recuperado, ainda em maior proporção que o emitido, quando a planta pela fotossíntese resgata o CO₂ do ar para formar os açúcares que resultarão novamente em álcool etílico. Voltando ao Parecer:

Há também que se creditar ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, advindo com a implantação do PROÁLCOOL, toda uma série de melhorias sociais aos trabalhadores da agroindústria canavieira, tais como (...) melhoria nas condições de trabalho e assistência médico-social. Mudou a qualidade de vida minimizando a emigração rural-urbana.

O óleo diesel é um dos combustíveis que tem sido problemático. É considerado o ponto crítico da matriz carburante brasileira, com um déficit de 15 mil barris diários (...). Isto sem provocar nenhuma

substituição, como no caso do álcool (etílico) que libera gasolina para exportação.

Quase toda a produção de álcool (92%) se destina a fins carburantes, provocando uma sobra exportável de 60 mil barris diários de gasolina e gerando o aporte anual de 876 milhões de dólares em divisas, a preços de agosto de 1990 (antes portanto da crise do Golfo Pérsico).

É verdade que o sucesso não é absoluto. O PROÁLCOOL enfrenta problemas, até mesmo graves, mas que se encaixam na normalidade problemática dos outros itens da matriz energética de um país gigantesco como é o Brasil.

Essas dificuldades, falhas e distorções, entretanto, longe de aconselhar o retrocesso ou a desistência, devem ser encaradas e solucionadas.

Após levantar a maioria dessas dificuldades, falhas e distorções, o Ministro Fernando Gonçalves especifica quais as medidas que deverão ser tomadas pelo Governo para permitir a evolução normal do PROÁLCOOL. Estas medidas, em número de doze, evidenciam a relativa simplicidade das soluções.

Além das providências mencionadas, — acrescenta o Ministro Relator — também se faz necessário acuidade no trato dos outros pontos críticos achados na Auditoria Operacional e estou certo que as autoridades, atentas para o sentido amplo e duradouro que deve nortear os planos do Governo e, ante a irreversibilidade que já acomete o Programa Nacional do Alcool, que a nós trouxe uma nova tecnologia, conduzir-se-ão neste particular, nos moldes de Governo ágil, competente e moderno (...).

O Proálcool, entretanto, apenas representa a ponta visível de um imenso "iceberg", se comparado com o potencial energético brasileiro, tendo como base a biomassa. Isto reflete a abundância da incidência solar sobre os trópicos, utilizando-se como captador o processo de fotossíntese e como armazenador a celulose, os açúcares, os óleos vegetais, os amidos e demais hidratos de carbono das plantas. Assim, além da localização nos trópicos, são necessárias grandes extensões de terra não ocupadas e fluxos adequados de água, o que são prerrogativas vocacionais do continente brasileiro. Para que se tenha uma avaliação quantitativa desse potencial, utilizamos dados da obra citada anteriormente *Energia da Biomassa — Alavanca para uma Nova Política Industrial*, publicada pela Secretaria de Tecnologia Industrial, em agosto de 1986:

— "A biomassa florestal, possível de ser retirada de 30% de território impróprio para a agricultura, permitiria a produção anual,

ou seja, renovável, equivalente, do ponto de vista energético, a 10 bilhões de barris de petróleo. Este potencial, por ano, corresponde ao dobro das nossas reservas globais de petróleo conhecidas, incluindo as localizadas em grandes profundidades marinhas e a vinte e cinco vezes o total do consumo energético de petróleo atual do País. Este volume energético corresponde a metade do atual consumo anual do mundo em petróleo”.

— “70 milhões de hectares na Amazônia aptos ao cultivo do dendê, em níveis conservadores de produtividade, permitiriam a produção diária de cerca de 6 milhões de barris de óleo diesel natural, excepcional substituto ao obtido do petróleo. Esta produção renovável representa 25% acima da produção em petróleo cru, em 1987, da Arábia Saudita, detentora das maiores reservas mundiais desse combustível fóssil. No processo de extração do óleo das sementes de dendê, a proteína nelas contida resta na torta ou no farelo resultante (cerca de 50% da massa total). Esta rica matéria-prima pode produzir grande quantidade de ração, de elevado teor protéico”.

— “A utilização apenas de 1% do território nacional permitiria a produção de cerca de 50 bilhões de litros de álcool etílico por ano (cerca de 880 mil barris-dia); ou seja, o equivalente a quase 70% do nosso consumo global de petróleo. O aproveitamento de bagaço e de vinhoto, resíduos dessa produção, permitiriam a engorda de cerca de 8 milhões de cabeças de gado confinado”.

— “Extrapolando-se estes exemplos para o atual contexto internacional, pode-se afirmar que, com tecnologia já por nós dominada ou mediante desenvolvimentos perfeitamente previsíveis, florestas e culturas energéticas do nosso mundo tropical poderiam suprir, praticamente, todas as necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, por um período de tempo ilimitado. Em definitivo, por suas potencialidades de promoção econômica e social e sua extensão, a biomassa pode constituir-se, a médio prazo, no principal pólo de desenvolvimento do mundo tropical e, a mais longo prazo, em poderosa alavanca de mudança da estrutura de poder mundial”.

MEIO AMBIENTE E O FUTURO DO PROÁLCOOL

O imenso potencial dos trópicos úmidos, centro da questão ambiental, que tanto ruído está causando nos meios de comunicação de massa, no País e no exterior, enfoca, apenas nas aparências, a “preservação” da floresta amazônica. A questão de fundo, entretanto, evidentemente é outra, e se localiza no gigantesco poder energético da região, por mais irrespon-

sáveis que tenham sido os empreendimentos econômicos, em grande parte de inspiração externa. O mau entendimento desta questão e a falta de consenso sobre conceitos básicos decorrente de desinformação programada estão desviando o debate para a contenda e esta para o conflito, de modo a jogar a opinião pública internacional contra o povo brasileiro. É a velha tática de transformar a vítima em culpado. O contencioso em formação conduz a ação, até para tentativas de justificar intervenção estrangeira em delicados assuntos internos, com declarados propósitos de usurpação territorial, sob a imoral desculpa de promover a conversão de parcelas da altamente suspeita dívida externa. Há instituições internacionais e dirigentes estrangeiros que chegam a propor cinicamente um sistema de soberania limitada para a região amazônica, como se isto fosse possível ou mesmo admissível. A rigor, nesta direção se estaria dando um passo para facilitar escandalosa e sobre todos os aspectos intolerável usurpação patrimonial e criminosa agressão à soberania nacional.

O futuro do Proálcool e de outros programas de fontes energéticas nacionais alternativas, portanto, está vinculado a uma abrangente opção política de autonomia nacional e de desenvolvimento; ou seja, não pode depender de interesses hegemônicos externos ou da aritmética primária dos economistas, em jogo forjado de "preços" de mercado. Para tanto, exige descentralização política e econômica, em respeito a nossas características e potencialidades e aos Princípios da Termodinâmica. O restante é trabalho árduo para todos e competência, com resgate de cidadania soberana para o povo brasileiro. Nestas condições, passa a fazer sentido a construção de civilização solidária dos trópicos, próspera e humanista, como estão a exigir nossas raízes culturais, nosso patrimônio de recursos e nossa história. Em contraponto, exige-se rejeição enérgica ao processo de destruição de tudo o que representa defesa, regulação e controle dos interesses nacionais, que nos está levando à decadência, ao desmoronamento e à inviabilidade como país. Isto ocorre, principalmente, como temos reiterado, devido à ação conivente de dirigentes brasileiros que, dentro da "lógica" das teorias econômicas e outras ações, sem qualquer escopo ético, nestes últimos 35 anos, defendem "modelo" de crescimento dependente, de efeitos reconhecidamente perversos sobre a soberania nacional, o bem-estar e a segurança do povo brasileiro.

CAPÍTULO V

Civilização solidária dos trópicos — Resposta à barbárie, ao genocídio e ao “modelo” econômico

ARROGÂNCIA DO HOMEM CARTESIANO.

POSTULADOS DO ILUMINISMO.

POVOS DEPENDENTES, OBJETOS DA HISTÓRIA

Com as extraordinárias descobertas dos povos ibéricos nos séculos XV e XVI abriram-se horizontes quase ilimitados à expansão da civilização européia mediterrânea de base humanista. Tal era a pujança e o poder das nações ibéricas, Espanha e Portugal, que, com a chancela do Papa, dividiram o Novo Mundo entre si pelo Tratado de Tordesilhas. A legitimação das descobertas e a ocupação desses territórios tinham sempre como símbolo o marco da cruz. Nesse contexto, é impensável confundir-se a expansão da fé pela cristianização dos povos silvícolas, então na barbárie, segundo a visão do europeu, com a cobiça e a ganância mercantilista na busca de ouro e especiarias. Tendo como campo de ação imensas extensões inexploradas, sem adequadas estruturas de ordenamento sócio-político, salvo a longínqua e quase inatingível metrópole, estas regiões foram atração para todo tipo de aventureiros e foras-da-lei.

Viviam então os ibéricos cultura greco-romana, de base teológica, com profundas influências árabes, fundamentada na religião cristã. Ente superior único, é sua principal referência religiosa, na vida e na morte. Os ideais da vida eterna, motor espiritual dessa cultura, elevaram ao infinito a tenacidade de um punhado de homens que construíram neste hemisfério as bases de uma civilização humanista. Nela, o homem, parte espiritual do todo, sob a égide desse ente superior, procura alcançar a vida eterna. Para isso, porém, precisa conquistá-la pela renúncia ao egoísmo, pelo amor ao próximo e a Deus. Enfim, nessa cultura, sendo o homem ser transcendente, não é o centro do universo, mas minúscula parte integrada em um todo.

Este fundo cultural e o fato da Península Ibérica ter sido via de penetração na Europa da ciência oriental e grega, trazida pelos árabes, permitiram a seus povos alcançar objetivos de dimensões e de permanência incrivelmente desproporcionais às forças físicas que representavam. Estes feitos se devem à competência para realizá-los, mas, principalmente, à vontade férrea e à força do espírito e à fé, incomparáveis nas ações humanas.

É verdade que os povos ibéricos tinham adquirido ténpera e vigor na luta de oito séculos de reconquista de seu território, ganho palmo a palmo ao invasor muçulmano. Não é por acaso que a descoberta da América se dá precisamente no ano em que o último reduto estrangeiro, a cidade de Granada, foi devolvida aos Reis Católicos.

Também os aborígenes da América tinham deuses e lendas; não eram, eles próprios, o fim de tudo. Temiam ações superiores que eles não compreendiam, mas respeitavam, como as leis físicas que lhes impunha a natureza. Não desconheciam, ao ponto de serem apenas arrogantes, pois eram nisto freados por sabedoria acumulada em milênios. Esta sabedoria, representada por símbolos que coletivamente adoravam, refletia profundo amor pela natureza que temiam afrontar. A sábia convivência do índio com o meio ambiente, a Mãe Terra, contrasta com a brutalidade como a trata o homem "aeconomicus", pretensamente racional, da chamada civilização industrial que estamos vivendo, com evidentes ações de incontestável barbárie. O silvícola não estava imbuído da ignorante insolência com que o bárbaro atual se relaciona com a mãe natureza, em permanente agressão à vida da biosfera, seus mistérios e suas dinâmicas naturais.

Essa prepotência, entretanto, é exercida com o aparente fundamento de estar alicerçada na ciência. Sem reconhecer suas limitações e em desrespeito à sabedoria milenar dos povos, a civilização industrial desconhece que a ciência está muito longe de poder superar o que a experiência ensina ao longo dos séculos. Trata-se, portanto, de substituir tudo o que constitui a cultura, as religiões e o saber dos povos, incluindo verdades reveladas, pelo racionalismo cartesiano reducionista, quando este representa a interpretação da natureza e da vida vista pela lógica dos interesses de homens e de sociedades que se fundamentam no pragmatismo desses interesses.

Esta visão supervalorizada da ciência, sempre falha pois depende de permanente avanço, brutaliza valores que dão à raça humana postura superior pela solidariedade e pela convivência harmônica com os outros homens e com o meio físico. Este meio, do qual o homem faz parte, lhe permite a existência, e ao qual voltará, como pó.

A arrogância do homem cartesiano o coloca egoisticamente como o centro de tudo, função de suas ambições e instintos e o afasta dos valores espirituais e de verdades superiores capazes, pelo menos, de dar a todos elo que permita a unidade e a harmonia. Essas verdades, conseqüências

do depurado em muitos séculos de existência e de sofrimentos, dão-lhes sabedoria não alcançável pela razão egóica.

A dinâmica trazida pelo poder anglo-saxão e pelo racionalismo cartesiano do homem burguês, autodefinido como o princípio e o fim de tudo, transforma os outros homens e a natureza em objetos de suas ambições e desejos. Esta é a dinâmica que fundamenta o chamado progresso do mundo industrial contemporâneo. Assim tem sido entendido nos últimos dois séculos de poder que teve inicialmente como centro imperial a Inglaterra e, a partir da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos da América.

O atualmente chamado Ocidente, com seu individualismo exacerbado, dualismo e racionalismo reducionista unidimensional, aparece como uma exceção na epopéia humana. Esta tem suas origens há dez milhões de anos na África e prosseguiu durante sessenta séculos por quase todos os continentes, até que o Renascimento abafou as culturas que o precederam.

É a partir dos gregos que se definem as características da supremacia do conceito e da razão abstrata e do papel crescente do indivíduo, que irão predominar depois, a partir do século XVI, com o iluminismo.

Os sofistas exaltam o individualismo e utilizam a manipulação do conceito como instrumento de poder. Assim, a mais alta afirmação do indivíduo é alcançada ao fazer que alimente fortes paixões e utilize a inteligência na produção dos meios para satisfazê-las.

A primazia individual e a hegemonia do conceito continuam a ser constantes no mundo concebido por Pitágoras, para quem o homem é "a medida de todas as coisas", até Descartes e sua ambição de torná-lo, pelo conceito, "dono e senhor da natureza".

Nietzsche identifica a decadência com Eurípedes, nas artes, e, com Sócrates, aparece o racionalismo que reduz o homem, não lhe deixando senão a dimensão do pensamento conceitual. Nasce assim o homem unidimensional.

O indivíduo como centro e medida de todas as coisas; a redução de toda realidade ao conceito; a opção de erigir a ciência e a técnica como instrumentos supremos, capazes de manipular o mundo físico e os homens, conformam deformação civilizatória ante as demais culturas anteriores. O Renascimento trouxe não somente um movimento cultural, mas, principalmente, foi responsável pelo nascimento do capitalismo e do colonialismo.

O capitalismo promoveu o homem unidimensional que espera do desenvolvimento ilimitado das ciências e da técnica a satisfação plena de seus desejos de lucro e de poder.

O colonialismo pretende fazer desse homem ocidental o único centro da iniciativa histórica e da criação de valores. Nega, como consequência, todas as outras culturas, todas as outras maneiras de pensar e de viver a relação do homem com a natureza, com os outros homens e com Deus.

A sociedade dominada pela concorrência e pela rivalidade entre os homens, no contexto reducionista do mercado, induz a ideologia que leva a essas práticas e que transforma os relacionamentos anteriores do homem.

A partir do Renascimento, a relação do homem com a natureza é a do conquistador com o conquistado. A do homem com seus semelhantes é a do individualismo. Surge, assim, o homem de empresa, cuja vontade de lucro e de poder o faz transpor o mundo do desconhecido, destruindo o que não se ajusta a seus princípios e objetivos. A relação do homem com Deus foi transformada pelo Renascimento em imensa interrogação. A religião que pregava a resignação é sucedida por outra que tem por fundamento implícito permanente estímulo ao desejo e à ambição.

Fausto é a parábola dramática dessa cultura ocidental. Já no final do século XVI, Christopher Marlowe, em *The Tragedy History of Dr. Fausto*, exaltava: "Fausto, pelo teu cérebro poderoso, tornas-te um Deus... o mestre e o senhor de todos os elementos".

Essas foram as razões que fundamentaram a crise cultural e moral deste último quarto de século e que levaram Roger Garaudy¹, com o objetivo de superá-las, a propor o diálogo das civilizações, resgatando milênios de valores abafados pelo Renascimento.

Segundo Garaudy, desde o século XVI até nossos dias, e como consequência do iluminismo, o Ocidente foi orientado por três postulados básicos:

— *Ação e trabalho, como valores fundamentais.* A economia política inglesa de Adam Smith e Ricardo via: no homem apenas o trabalhador e o consumidor; no trabalho, o valor primeiro e na sociedade, uma organização para o trabalho. Marx deve à filosofia clássica alemã o primado da ação, como criação continuada do homem. "É agindo sem descanso que o homem manifesta toda sua grandeza", diz Fausto de Goethe. As revoluções burguesas foram faustianas: a de Cromwell, a da Independência americana, a de Robespierre. Puritanos e jacobinos tiveram por religião o trabalho. "O marxismo nasceu neste húmus do Ocidente", diz Garaudy.

A exaltação unilateral do trabalho é, simultaneamente, uma tradição burguesa e uma concepção marxista. Este postulado que estabelece que o homem somente se realiza pela ação e pelo trabalho jamais foi posto em

1. Garaudy, Roger. *Para um Diálogo das Civilizações — O Ocidente é um Acidente*. Publicações Dom Quixote, 1977, Lisboa.

dúvida, segundo Garaudy, até 1968. Ele, entretanto, está em confronto com culturas e valores milenares profundamente enraizados no ocidente, os quais foram sufocados pelo domínio hegemônico do iluminismo e pelos povos que o conduziram ao poder mundial, desde o século XVI.

— *Primazia da razão*, capaz de resolver todos os problemas. São considerados como sendo reais apenas aqueles que a ciência se capacita a resolvê-los. É a característica do grande racionalismo de Espinoza e de Hegel para quem a razão resolve os problemas fins; ou, ainda, o pequeno racionalismo — o positivismo de Augusto Comte — para quem a razão resolve o problema dos meios; tudo o restante, as questões teológicas ou metafísicas, por exemplo, são falsos problemas. Este é o fundamento do cientifismo e do estado burocrático. Um e outro conformam a religião dos meios. Tudo se reduz ao como e nunca ao porquê. Em tal concepção unidimensional, o espírito e a alma se reduzem à razão. O amor, a fé, as crenças, os valores místicos, morais e volitivos, as verdades reveladas e tudo o mais, onde se localizam as aspirações mais nobres dos homens, não se enquadram nessa primazia da razão. Se esquece, como diz Garaudy, que “a loucura é o sal que impede a razão de apodrecer”.

— *Primazia do “mau infinito”, do infinito quantitativo*. Este postulado suporta o conceito de “desenvolvimento” sem limites, ao defini-lo como algo puramente quantitativo da produção e do consumo. Por meio dele, as sociedades funcionam como se tudo que é tecnicamente possível fosse desejado e necessário. Deste modo, destroem-se milênios de acúmulo de valores culturais e cria-se sistemática que está resultando em vida desprezível e indesejável para a maioria. Nesse quadro, o importante é crescer, cada vez mais, mesmo que seja para não chegar a nenhuma parte ou a qualquer fim. É a corrida desesperada para o nada, o vazio absoluto, a entropia infinita. Corresponde à velha conceituação dos sofistas: fazer a sociedade criar necessidades e desejos, mesmo que artificiais, imorais ou nocivos, para, em seguida, obstinada e cegamente, a qualquer custo, procurar os meios para saciá-los. Cria-se a necessidade de satisfazer desejos enlouquecidos que exigem tudo o que o universo oferece, o que leva a brutal aumento de entropia, ou seja, à destruição do equilíbrio da ecosfera e ao sacrifício de milhões de vidas. É a corrida desenfreada de cavaleiros do Apocalipse.

Assim, a ação racionalista quantificada desencadeia perturbações sobre o equilíbrio dinâmico do universo e da vida e suporta o conceito de falso desenvolvimento, quando é apenas crescimento econômico sem limites ou qualificação, pois reduz:

- o homem ao trabalho e ao consumo;
- o espírito e a alma à razão reducionista unidimensional; e
- o infinito ao quantificável.

A civilização que disto resulta, pela falta de objetivos e pelo excesso de meios, leva ao vazio existencial e ao extermínio, como são os caminhos das drogas e o suicídio de adolescentes, tanto maior quanto mais ricas são as sociedades nesses meios.

Em concepção cultural liberta dos postulados do iluminismo, o desenvolvimento pretende, como fim, as grandes aspirações humanas, consubstanciadas e amadurecidas em séculos de civilizações que tiveram seus valores abafados pelo domínio hegemônico, a partir do Renascimento.

O verdadeiro desenvolvimento representa para o indivíduo o desabrochar de suas potencialidades físicas, culturais e espirituais, a criação de condições de vida plena, de reflexão crítica e adequada evolução para o cidadão e para o povo; de participação coletiva solidária; de acesso a horizontes alternativos; de comportamento individual e coletivo; de respeito ao semelhante; de benéfico poder de criação, que dá ao homem toque divino.

Isto é possível por meio de estruturas que garantam, em todas as etapas: o desabrochar dessas potencialidades; a produção e a repartição equânimes dos bens essenciais; relações sociais que promovam a participação de todos em projetos coletivos e impeçam diferenciações antinaturais e confrontos hegemônicos em que os mais fracos são mutilados ou exterminados. Em síntese, uma sociedade que promova e garanta, a cada um e a todos, a liberdade, a responsabilidade e o preenchimento harmônico de suas necessidades e aspirações.

Com esses critérios, não há como excluir da categoria de desenvolvidos vastas comunidades do chamado Terceiro Mundo, especialmente aquelas formadas em períodos anteriores ao crescimento das forças trazidas pelo iluminismo, estas, em geral com vocações escravagista, genocida, capitalista ou socialista, e que se autotitulam "desenvolvidas".

O que é chamado hoje de "desenvolvimento" é definido por critérios estreitos, unilaterais e parciais que não consideram a existência dos seres humanos (suas principais características, reduzindo-os à categoria de recursos) ou suas relações com a natureza, da qual faz parte, e com Deus. Esse deformado e deformante conceito mede apenas o lado quantitativo do crescimento econômico e, mesmo este, pelo seu lado cada vez mais irreal e fraudulento: falsamente simbólico, ou seja, o financeiro, ou pelo poder militar. Aspectos humanos, sociais, espirituais, morais, ambientais e civilizatórios, são excluídos. Seus parâmetros de referência e de medida não contêm qualquer significado positivo sobre o homem e seu habitat, como são os de produto bruto, renda per capita, moeda, taxa de câmbio, mercado, etc., especialmente na forma como eles são manipulados e quantificados. São esses os critérios pelos quais se classificam e se hierarquizam as civilizações e os povos!

O "desenvolvimento" e o "subdesenvolvimento" fazem parte de um único sistema de poder, em que uma das partes é submetida e suporta a outra. O "desenvolvimento" do Ocidente rico teve como condição necessária a pilhagem de três continentes. Ou seja, foi o Norte industrializado que subdesenvolveu o Sul.

Com o surgimento das Corporações Transnacionais, as relações de exploração não se fizeram mais de forma bilateral, entre países. Elas, alheias às fronteiras dos Estados, hoje, organizam a pilhagem, em escala mundial. De um lado, se apóiam em superpotência, que orienta sua economia para essa política e se serve de portentoso apoio militar, de capacidade gigantesca de destruição; de outro lado, se apóiam na lógica das teorias que se orientam pelos postulados do iluminismo. Esta estratégia envolve exército de profissionais que, dentro dos países submetidos, desempenha papel de efeitos semelhantes aos de tropa de ocupação, são os tecnocratas.

Desde metade do século XVII, Portugal se subordinou, como colônia da Inglaterra, por meio de tratados de natureza econômica que tiveram seu fecho no tratado de Methuem, em 1703. Como vimos, o Brasil se transformou, desde então, na forma insólita de colônia de uma colônia.

Quanto à América ibérica de origem hispana, foi economicamente dominada pelo império inglês desde sua aparente independência. Assim, transferiu-se o domínio para metrópole mais poderosa e implacável, com fins principalmente econômicos, em vez de espirituais e culturais, como formalmente eram na fase anterior. Tal fato impediu essa vasta região do continente americano seguir suas origens, como continuadora legítima das civilizações mediterrâneas de natureza humanística. Teve assim interrompido genuíno processo histórico de convivência humana, fundamentada, pelo menos na parte espiritual, na igualdade de todos perante ente superior e de convívio harmônico com a natureza. Transformou-se, deste modo, em objeto, em vez de sujeito da história; ou seja, recurso à mercê dos interesses do centro imperial. Configurou-se, então, para o continente ibero-americano, profundo conflito, tendo de encarar realidade diversa daquela ditada por sua base cultural, sem ter por fim o ser humano e a vida, seus valores e seu destino, com aspirações de eternidade. Ou seja, foi reduzido a objeto das ambições de civilização que tem como deus o econômico, e como idolatria o dinheiro. Portanto, se dá a subordinação do social, do humano e do espiritual, seus ideais e transcendência, ao econômico.

Nessas condições, foram sendo retiradas ao mundo ibero-americano as razões e os valores que fundamentam a vida, em elo cultural de existência milenar, suportado por concepção espiritual de eternidade.

A brutalidade do poder hegemônico, imposto pelo Norte anglo-saxão ao Sul ibérico, fundamentado na idolatria ao dinheiro e ao poder, que caracteriza o mundo capitalista atual, provoca nos povos de cultura huma-

nista vácuo existencial que leva ao desânimo, à apatia e à omissão. Este estado espiritual permite a proliferação da delinquência em todas as esferas da sociedade e a perda dos valores que balizam a continuidade da nossa história cultural.

Neste quadro de vazio espiritual, de supervalorização do dinheiro, a juventude é jogada no desespero do consumo de drogas e o sistema de poder promove, sem resistências, o genocídio dos mais fracos. A vida e o que ela representa está em grave perigo. Na barbárie deste tipo de idolatria e doutrina, ela, com sua transcendência, não tem espaço de existência.

Estas são questões que estão a exigir tomada de consciência e enérgica posição de defesa para garantir a sobrevivência da cultura e civilização de fundo humanista que representamos, em que o homem é o sujeito e não objeto da história.

Com o mundo em profundas mutações, extensivas a todos, não é possível entretanto achar resposta apenas com base em humanismo do passado, mas no conjunto de uma herança cultural e espiritual que precisa ser identificada e valorizada para, sobre ela, construir-se futuro consistente com os tempos que vivemos.

Embora o racionalismo fundamente o desenvolvimento da ciência, a aplicação desta em benefício da sociedade se faz sempre no interesse do sujeito, centro de poder. O objeto se reduz à condição de fonte de recursos, permanentemente desvalorizados, não importando seu desperdício ou destruição. Também os seres humanos são classificados nessa categoria, como recursos disponíveis. Afinal, quem paga com o trabalho e com a vida é o povo colonizado. Como tudo é função do sujeito e a seu favor, nesta estrutura de poder baseada na exacerbação do econômico, em detrimento da moral, do espiritual e do humano, não é racional ser solidário com o objeto. Este existe, simplesmente, para servir e para ser consumido. Neste sistema, qualquer iniciativa em contrário é interrompida ou destruída. Foi isto que ocorreu com as tentativas soberanas do Patriarca, do Barão de Mauá, de Delmiro Gouvêa, entre outras. Assim está ocorrendo com as reservas de petróleo concentradas no mundo árabe e, dentro deste processo de domínio, o mesmo poderá ocorrer com nossos recursos não-renováveis e energéticos renováveis, todos vitais e de natureza estratégica para os centros de poder mundial, haja vista a dinâmica que se está montando para ocupar a Amazônia brasileira.

NEOCOLONIALISMO E MINORIDADE POLÍTICA

Tem razão o pensador brasileiro Sérgio Paulo Rouanet quando se preocupa com a tendência crescente ao irracionalismo que vem se instalando

do no Brasil, como reação ao fracasso de um certo tipo de "racionalismo", que domina, há trinta anos, o cenário político-econômico nacional. De fato, isto vem ocorrendo com o "desenvolvimentismo", cuja doutrina orientadora é o "modelo" dependente de crescimento econômico e cuja estrutura operacional surgiu nos últimos 27 anos, com a ascensão dos tecnocratas, trazidos pelos militares e solidamente instalados no poder.

Realmente, este falso racionalismo nada tem de racional. Trata-se de orientação política descomprometida com nossa realidade e nossa cultura e que objetiva a pilhagem e destruição irresponsável de nosso patrimônio natural, social, cultural, humano e espiritual.

É necessário, entretanto, defender o racional, repudiando o falso racionalismo, que, se constituindo na norma, sob pseudofundamentos técnico-científicos, permanentemente agride nossa realidade. Foi esse "racional" que orientou o crescimento econômico dependente, desde a segunda metade dos anos 50. O referido "modelo" econômico consolida no Brasil o mais desabrido neocolonialismo, mais nefasto do que o colonialismo tradicional, posto que fundamentado em métodos e estratégias mais sutis e complexas que as empregadas anteriormente.

Esta dinâmica demonstra-se irracional quando vista do lado de nossos interesses e aspirações; naturalmente, tem configuração oposta quando vista pelos neocolonizadores ou pelas mentes colonizadas. O que parece racional em uma direção, pode ser irracional em outras, desde que as ações sejam decorrente de interesses, de valores ou de culturas conflitantes.

O mau entendimento dessa questão está levando ao descrédito tudo aquilo que supostamente tem como referência maior a razão. A perda da fé na ciência ocorre porque seu uso vem propiciando a destrutividade humana e da natureza, além de promover o surgimento de novos e implacáveis veículos de dominação. Estas evidências, entretanto, são denunciadas, às vezes, com certa ingenuidade, ao não utilizar o vasto demonstrativo existente, resultado do longo período em que vivemos o "desenvolvimentismo", pleno de falsos caminhos e de equívocos que somente fizeram fortalecer a dominação dos brasileiros por nações hegemônicas. Diz Rouanet:

A crença cega no progresso expôs o homem a todas as regressões. A utopia concentracionista levou à criação de gigantescos gulags. A crença na mudança das relações sociais como forma de implantar um paraíso na Terra, como cruzada desmistificadora, solapou as bases de todos os valores, deixando o homem solitário, num mundo privado de sentido.

O ideal dos povos de conduzir seu próprio destino, livres de tirania; o desejo de suprir suas necessidades pelo desenvolvimento das forças pro-

duativas, tendo por base seu patrimônio natural; e o uso da ciência posta a serviço do homem e não de um saber cego desvinculado de fins morais, humanos e sociais, ficou prejudicado pela tutela imposta pelo neocolonialismo — outro nome para o “modelo” de crescimento econômico dependente — que inibe o racional, promovendo camuflada, porém, efetiva irracionalidade.

A postura a que esse “modelo” leva coincide plenamente com o conceito de minoridade dos povos a que se refere Kant, pelo qual o próprio homem é culpado: “A minoridade é a incapacidade de servir-se do seu próprio entendimento, sem direção alheia. O homem é culpado por essa minoridade quando sua causa não reside em deficiência intelectual, mas na falta de decisão e de coragem de usar a razão, sem a tutela de outrem”. Vê-se que, no caso brasileiro, existe a tutela, defendida pelas falsas elites dirigentes, evidentemente sem força de decisão e sem coragem, por incompetência e pelos benefícios individuais e grupais ilegítimos que usufruem, cada vez com mais indignidade.

Assim, recomenda Rouanet:

Reviver a crença no progresso, dissociado de toda filosofia da história, que o concebe como uma tendência linear e automática, e passar a vê-lo como algo de contingente probabilístico e dependente da ação consciente do homem. O único progresso relevante é aquele que contribui para o bem-estar de todos. Ele não é uma doação espontânea da técnica, mas uma construção intencional em que os homens decidem o que deve ser produzido, como e para que, sem destruição social e depredação ambiental, como em geral leva o crescimento econômico cego que nos vem conduzindo. Pressupõe-se que o homem é capaz de saber e de veracidade, de justiça e de autonomia.

É necessário, entretanto, não extrapolar “racionalizando além do racional”, quando se cai, então, em outro tipo de irracionalismo, como ocorreu com muitas “ciências” que extrapolaram além do devido os conceitos da física reducionista, apesar de já corrigidos pela própria física, desde o começo deste século. Infelizmente, no afã de se credenciarem ao status científico, muitas disciplinas, especialmente nas áreas sociais e humanas, ainda se encontram prisioneiras dessa lógica cartesiana reducionista. A chamada “ciência” econômica é das mais afetadas por esta distorção.

O conceito de que a natureza é mero objeto para ser dominado e explorado, conjuntamente com a desordem de confundir desenvolvimento com crescimento econômico indiscriminado, e, ainda mais, a subordinação da condução do processo evolutivo por forças externas que nenhum compromisso têm com a realidade física, cultural e social nacionais, resultou no uso de tecnologias ineficientes, desumanas, subjugadoras e malsãs. A tudo

isto a ciência se acomodou e serviu fielmente. Resultaram, assim, tecnologias que impõem o controle mundial da produção em massa, com padronização dentro de administração centralizada, e que busca o crescimento sem limites, mesmo com custos sociais, humanos e ambientais absurdos. Para viabilizar esta sistemática, os meios de comunicação condicionam a opinião pública e impõem submissão, em confronto com qualquer aspiração de auto-estima, de auto-afirmação e de soberania. Isto impede a reorganização independente da sociedade, o exercício da sua cultura e estabelece a barbárie sobre o meio ambiente, construindo um mundo implacável e linear, pré-fabricado e monótono, onde o ser civilizado, inteligente e livre, se sente perdido, em vazio incomensurável.

SUPERIORIDADE DOS TRÓPICOS

A quantidade de energia que a superfície da Terra intercepta tendo como origem o Sol corresponde à produzida por algo da ordem de 7 milhões de usinas de potência equivalente a Itaipu e a cerca de onze mil vezes a potência total gerada pelo homem, a partir de fontes primárias. Este fantástico volume energético incidente não converge, entretanto, para as regiões temperadas e frias do planeta, onde, no Hemisfério Norte, concentra-se grande parte do consumo mundial, mas sim para as regiões inter-tropicais. De fato, naquelas regiões, se consome cerca de 90% de toda a energia utilizada pelo homem, 75% da qual em apenas dez países. Destes, apenas um, a URSS, apresenta balanço energético positivo.

Em contrapartida, sobre a superfície continental do Brasil incide, de origem solar, diariamente, o equivalente à energia gerada, por dia, por 300 mil usinas de potência equivalente a Itaipu ou por 1,5 milhões de Balbinas; ou ainda incide sobre a planície amazônica o correspondente à energia despendida na explosão de seis milhões de bombas nucleares do porte da lançada sobre Hiroshima.²

Durante vários milhares de anos, desde que o homem conseguiu domar o fogo, a humanidade vem utilizando diretamente a energia solar transformada pela queima de lenha, pela força dos ventos, pela fotossíntese das plantas ou pela energia das quedas d'água. Antes utilizava, apenas, a energia dos seus próprios músculos ou os dos animais, que corresponde também a uso indireto de energia solar por meio de calorias dos alimentos. Em longos períodos históricos, a prática da escravidão supriu certas sociedades de parte de suas necessidades energéticas. Talvez, por isso, os gregos que tanto nos ensinaram no domínio da cultura, vivendo em seu paraíso mediterrâneo, não tenham iniciado a revolução industrial.

2. Salvo Brito, S. de et al. *O Desafio Amazônico, — Futuro da Civilização dos Trópicos*. Brasília, Editora da UnB, 1990.

Cerca de 95% da matéria seca que compõe a biomassa depende, na sua formação, de vapor d'água e de CO_2 (anidrido carbônico) retirado do ar; entretanto, é indispensável a energia solar para garantir, por meio da fotossíntese, a formação de celulose, açúcares, óleos vegetais, amidos e demais hidratos de carbono, que ficam armazenados sob a forma de energia química nas plantas. A exuberância e a diversidade da biota que se forma são proporcionais ao porte da energia incidente e a outras condições especiais que ocorrem de modo excepcional nos trópicos, como o seu mais exemplar modelo.

Dois mil anos antes de Cristo, a humanidade já utilizava, vinda do Sol, 30% da energia que consumia, via madeira e rejeitos orgânicos; o restante, também vindo do Sol, continuava sendo a energia muscular. Já em 1500, ano da descoberta do Brasil, o homem utilizava 90% da energia a partir do que a natureza lhe fornecia diretamente de modo renovado, 70% da madeira e 20% de rejeitos orgânicos.

A utilização sistemática de energia renovável da natureza começou, entretanto, a ser alterada a partir do século XVIII, com o início da industrialização em países localizados nas regiões temperadas e frias do planeta. Isto porque estas regiões não dispunham de fontes naturais renováveis de grande porte que estimulassem o seu uso extensivo, como exigia a industrialização. Daí a recorrência a formas fósseis de energia, cujas formações de estoques naturais ocorreram ao longo de eras geológicas, em dezenas e centenas de milhões de anos. Ainda nestes casos, a origem dessas fontes continua a ser a energia solar, armazenada em reservas fósseis de carvões, petróleo (a rigor, o que se designa genericamente como petróleo, corresponde a uma vasta gama de misturas de hidrocarbonetos, em que cada campo associa uma determinada composição), gases naturais, xistos, "tar sands", turfas, entre outras.

As diversas formas secundárias de energia que têm como origem primária o Sol podem ser divididas em dois grandes grupos, de acordo com a extensão dos períodos de tempo requeridos para adquirirem a conformação com que são utilizadas pelo homem. As que exigem relativamente pouco tempo, como as responsáveis pela formação dos ventos, a energia gravitacional das águas elevadas por ação da evaporação e posterior deslocamento, e a biomassa, são ditas renováveis. Contrariamente, outras formas exigem, como vimos, para sua formação ou renovação, períodos ou idades geológicos; são os combustíveis fósseis, não renováveis. Quando dizemos, portanto, que uma fonte de energia é renovável queremos indicar que ela pode ser sempre transformada ou renovada de modo conveniente, em intervalo de tempo compatível com os ciclos econômicos definidos pela atividade humana. As fontes de energia hidrelétrica, eólica e de biomassa são renováveis. Elas são permanentemente alimentadas pela energia solar e estão disponíveis para o uso pelo homem, caso sejam criadas as con-

dições tecnológicas necessárias; tudo de acordo com as circunstâncias em que elas se apresentam na natureza.

Já neste século, em 1910, o carvão mineral ocupava 65% do consumo energético global. Com as descobertas de grandes reservas de petróleo, rapidamente este foi substituindo aquele. Hoje, no entanto, tem-se uma visão clara da proximidade da exaustão de petróleo e da impossibilidade de uso extensivo e intensivo dos carvões minerais. Assim, desenha-se nitidamente o fim de um ciclo civilizatório. A crise dos combustíveis fósseis aprofunda-se a cada instante.

Este ciclo civilizatório teve, como vimos, seus centros de decisão e de poder localizados principalmente nas regiões temperadas e frias do Hemisfério Norte. As perspectivas de continuidade dessa civilização, no entanto, eram sustentadas na emergência do surgimento da energia nuclear como nova panacéia, aparentemente sem outras alternativas. A energia nuclear, a das marés e a energia geotérmica são, como vimos, as únicas formas de energia que não têm por fonte primária o Sol.

A energia nuclear, entretanto, mostra-se não dominada do ponto de vista tecnológico; ineficiente do ponto de vista econômico; devastadora do ponto de vista ambiental; perversa do ponto de vista político e repudiada pela consciência humana do ponto de vista moral.

Com que direito podemos produzir artificialmente enormes quantidades de mortíferas substâncias, sem que esteja garantida sobre elas qualquer possibilidade de controle futuro? Estamos falando, naturalmente, da irremediável produção de plutônio pelos reatores nucleares. Basta um milionésimo de grama de plutônio para destruir a vida de um ser humano; isto é, cinco quilogramas são suficientes, se convenientemente distribuídos, para erradicar a vida do homem sobre a Terra. Simultaneamente, como substância altamente radioativa, continua com o seu poder mortífero por 500 mil anos, enquanto o Homem Neandertal tem, para trás, apenas 100 mil anos... Bastam cinco quilogramas de plutônio para produzir uma bomba atômica. E cada reator produz por ano entre 200 e 250 quilogramas dessa substância... E tudo isto para gerar a mesmíssima energia calorífica que pode ser obtida por queima de lenha. De fato, o Primeiro Princípio da Termodinâmica não faz distinção entre essas duas fontes de produção de energia calorífica para aquecer vapor e mover turbinas que produzem eletricidade.

O descomunal perigo potencial que representa um reator nuclear exige medidas de segurança para proteger a população, afastando-a desses monstros da morte. Assim, sempre surgem propostas legislativas que procuram garantir essa segurança; todas elas, entretanto, de efeitos reduzidos ante os imensos potenciais energéticos envolvidos e a enorme capacidade de

contaminação radioativa que contêm. Uma área de segurança de 40 quilômetros de raio, se transformada em floresta, permitiria uma produção de biomassa, para alimentar uma termoeletrica, com três vezes a potência do reator substituído...

Ademais, por ação terrorista ou qualquer outra causa, a probabilidade de um reator nuclear transformar-se em brutal foco de contaminação radioativa somente fica aparentemente reduzida com controles rígidos impostos por regime de natureza policial.

A afluência dos países hoje ditos industrializados, entretanto, não comporta restrições ou limites de qualquer espécie. Eles vivem na suposição de disponibilidade, em tese, quase infinita de energia, mesmo não dispondo da permanente abundância solar dos trópicos. Assim pensando, esses países esqueceram-se de avisar ao Sol dessa obrigação, indispensável nas circunstâncias, para a manutenção a longo prazo de suas afluências.

O Sol, essa imensa bola de fogo, assim como inúmeras estrelas adultas e nebulosas, no dizer de Papinni, fogem vertiginosamente e não se sabe para onde, nem para quê. Fogem desesperadas e ao fugir desagregam milhões de átomos de hidrogênio de cada vez, gerando luz e calor e outras radiações que não chegam até nós. De fato, o Sol se comporta como um gigantesco reator a fusão nuclear que funde no seu centro núcleos de hidrogênio, produzindo quantidades descomunais de energia que caminha pelo espaço sideral até chegar à Terra sob a forma de ondas eletromagnéticas caloríficas, visíveis, ultravioletas, entre outras. Ou seja, trata-se de reator que, situando-se a prudente distância, não causa dano. Assim, despeja sobre nós apenas radiações limpas, já depuradas do ultravioleta, causador do câncer de pele, graças ao filtro formado por camada de ozônio na alta atmosfera. Esta camada, no entanto, está sendo destruída por substâncias que resultam do estilo de industrialização que tem o suporte da "racionalidade" das teorias econômicas, refletindo interesses dos países hegemônicos...

O futuro energético do mundo, dizem os cartesianos otimistas, é a fusão nuclear. Os trópicos, no entanto, já estão nesse futuro, tendo como principal fonte primária de energia, limpa e segura, imenso reator a fusão que é o Sol.

REVISÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Os recursos não-renováveis ocorrem no solo e especialmente no subsolo, como patrimônio essencial dos territórios nacionais. Eles representam importantes fatores de valor estratégico crescente, o que está impondo necessária e precisa redefinição deste tradicional conceito político.

A técnica moderna, militar e econômica, parece ter indissolúvelmente fundido poder e território. É difícil para o homem contemporâneo imaginar um mundo no qual o poder político fosse organizado, não em termos de território, mas de raças, credos ou classes. Contudo, não se pode ignorar a atração de persistentes ideologias que transcendem os limites das unidades políticas existentes... Seu abandono em favor de alguma outra forma de poder grupal organizado seria tão revolucionário que pouco do que se tem hoje como verdade na política internacional se aplicaria...³

De fato, o espaço territorial sempre teve no processo civilizatório função estratégica, cujo peso varia de acordo com as formas de organização política. A evolução do seu significado se dá conforme as circunstâncias culturais, sociais, tecnológicas, políticas e militares das regiões ou países respectivos.

Na Idade Média, por exemplo, os senhores feudais delimitavam o seu poder de acordo com a extensão de seus domínios e pela qualidade de suas terras. Delas dependiam para a manutenção de seus súditos, na paz e na guerra; delas retiravam, direta ou indiretamente, o indispensável para a manutenção do poder, de defesa ou de conquista, inclusive as condições para garantir a inexpugnabilidade de suas fortalezas. Também detinham o comando com o controle dos fluxos hídricos e demais potenciais energéticos de seus territórios, especialmente florestas, e dos moinhos, essenciais à produção de alimentos.

Esta produção, nos trópicos, tem características distintas daquelas das regiões temperadas e frias do planeta. A intensidade da incidência solar é substancialmente superior nessas regiões, além de ser quase uniforme durante todo o ano, ao contrário das regiões onde as quatro estações são nitidamente diferenciadas. Assim, quando aplicadas técnicas adequadas a essas condições, é possível, para uma mesma superfície, uma produção de alimentos superior à alcançada em qualquer outra região climática da Terra. Por isso, tomando-se como referência a quantidade de produção de alimentos, o conceito de espaço territorial necessita levar em consideração sua produtividade anual, ademais de produtividade superior por colheita, pois, nos trópicos, é possível, em geral, várias colheitas ao ano.

Esta evidente superioridade tropical, entretanto, fica prejudicada ao se aplicarem nos trópicos técnicas agrícolas transferidas de climas temperados e frios, onde a incidência solar é muito menor. Um exemplo de inadequação nessa transferência é o uso de fertilizantes químicos solúveis. As intensas precipitações pluviométricas dos trópicos arrastam alta porcentagem desses fertilizantes após dissolvê-los. Além disto, é ignorada a intensa

3. Carr, Edward Hellet. *Vinte Anos da Crise — 1919-1939*. Brasília, Editora da UnB (Coleção Pensamento Político, p. 212).

radiação solar sobre a matéria orgânica, provocando sua rápida oxidação, ao contrário da sua ação moderada nos climas temperados. Também a evaporação é mais intensa, provocando rápida salinização dos solos quando se transfere para essas regiões métodos de irrigação desenvolvidos para condições menos ensolaradas. A característica essencial dos trópicos que define sua superioridade sobre outros climas, mas exige adequado tratamento, tem sido desconsiderada, o que leva a resultados negativos, inferiores aos de outras regiões sem sua riqueza energética. Às vezes, neste processo de inadequação e barbárie, os resultados são predatórios, com frequência devastadores.

Como a fotossíntese é responsável pela formação dos hidratos de carbono a partir do anidrido carbônico e da água, é evidente que, na presença desses dois componentes, as formações vegetais dependem diretamente dos volumes de radiação solar incidente. Sendo esta muito superior nos trópicos, resulta sua superioridade na produção de biomassa, especialmente na forma de alimentos e de energia renovável, garantidos os necessários ingredientes químicos e níveis de umidade. Definitivamente, os trópicos são o espaço natural dos hidratos de carbono, em vez dos hidrocarbonetos fósseis, essenciais, devido à escassez solar, como fonte de energia nas outras regiões do planeta. Estes foram fundamento da civilização industrial que hoje se encontra em situação de grave vulnerabilidade, por exaustão ou inviabilidade de uso extensivo de combustíveis fósseis.

Nessas condições, as regiões tropicais são vítimas de "modelo" de crescimento econômico dependente, que procura resolver os problemas da produção por meio de pacotes tecnológicos desenvolvidos nos países centrais da economia industrializada. Isto naturalmente resulta em dinâmica de transferir para os países tropicais dependentes condições e características dos locais onde foram agregados esses pacotes. Daí resulta desconsiderar fatores de produção regionais e nacionais desses países, desprezando suas vantagens comparativas; isto provoca incompatibilidades com as realidades locais e tem-se como consequência sistemas produtivos intrinsecamente ineficientes. Assim, para que possam se relacionar com sistemas produtivos eficientes de nações soberanas, necessitam de sistemático subsídio, fundamento do processo inflacionário e causa direta de enfraquecimento econômico. De fato, o "modelo" de crescimento econômico dependente condiciona as nações que o utilizam ao papel de economias periféricas. Este "modelo", como vimos no Capítulo III, define a estrutura operativa do neocolonialismo.

Como os países centrais da economia internacionalizada se localizam em regiões frias e temperadas do planeta, o "modelo" dependente impõe condições inadequadas e adversas aos países tropicais. De fato, sendo as circunstâncias naturais dessas regiões profundamente distintas daquelas dos países industrializados, é inconcebível impor-lhes soluções desenvolvidas

para outros, desprezando-se suas características. Isto resulta em destruição constante e crescente do seu patrimônio natural e no descaso do seu imenso potencial de riqueza, fundamento de bem-estar e de vida para o seu povo. Como vimos na questão agrícola, todas estas peculiaridades estão diretamente vinculadas ao conceito de território, ao qual precisam ser adicionadas as circunstâncias, peculiaridades e perspectivas dos trópicos. Conforma-se, deste modo, uma nova definição de espaço geográfico, de valor estratégico extremo, tanto maior quanto mais se afunda o mundo industrializado, situado em regiões frias e temperadas do planeta, em crise energética e de recursos naturais não-renováveis sem solução. Assim, as duas fontes energéticas fósseis que viabilizaram o atual mundo industrial, o carvão mineral e o petróleo, estão com seus dias contados; o último, pela limitação das reservas restantes e o primeiro pelos graves e insuperáveis efeitos ambientais negativos que provoca. Ademais, "a fissão nuclear demonstra-se cada vez mais inadequada para uso intensivo, tais são os problemas de segurança que envolve, os malignos efeitos de seus rejeitos radioativos e a impossibilidade absoluta de controle desses efeitos a longo prazo. A fusão nuclear é uma hipótese longínqua do ponto de vista técnico, com implicações graves do ponto de vista social e político, pois provocaria concentrações extremas de poder em poucas nações, causadas pela complexidade tecnológica e pelo vulto dos investimentos requeridos. Além disto, não estaria isenta de efeitos ambientais negativos. Restam, portanto, como principais e mais convenientes alternativas energéticas, as que se fundamentam em fontes renováveis, tendo como origem o Sol — gigantesco e permanente "reator" que reproduz no seu núcleo reações de fusão nuclear de onde provém a imensa energia que emite. Nestas condições, o potencial de poder das regiões tropicais emerge com imenso significado, por causa dos estratégicos papéis que passarão a desempenhar como principais detentores de fontes energéticas essenciais, em futuro mediato, em todo o planeta".⁴

Como vimos, o processo de acentuada periferização do Sul se deve principalmente à inadequação das teorias econômicas na análise das questões energéticas e tecnológicas; à natureza do "modelo" de crescimento, que impõe o uso de soluções que têm origem em nações hegemônicas e à atitude servil de suas classes dirigentes.

O livro branco *Energia da Biomassa*, publicado pela Secretaria de Tecnologia Industrial em agosto de 1986, várias vezes aqui referido, sintetiza e exemplifica o significado estratégico de algumas dessas questões, a saber:

A opção, em um País continente como é o Brasil, por uma fonte de energia espacialmente dispersa, como a que tem por origem o Sol, levará à reversão do efeito centralizador do atual modelo econô-

4. Bautista Vidal, J. W. *De Estado Servil a Nação Soberana*. Vozes e Editora da UnB, 1987.

mico e viabilizará uma distribuição mais uniforme da população no território nacional, permitindo, com isso, uma melhor organização econômica, social e política do País.

Abre-se, assim, uma possibilidade de romper o círculo vicioso em que a produção centralizada de energia, para atender às grandes concentrações populacionais, acentua, permanentemente, a concentração espacial dos investimentos, como na região de Cubatão, em lógica perversa e desumana que inviabiliza o desenvolvimento harmônico do Brasil como um todo.⁵

Em contrapartida, (retomando o referido "livro branco") a proposta baseada na energia solar, vastamente disponível via biomassa, leva, obrigatoriamente, a um novo modelo de ocupação do território brasileiro e conduz, definitivamente, a uma nova concepção de civilização. Esta proposta dá à terra e ao território um novo valor estratégico, pois ela passa a ser também símbolo de energia. Desta forma, a própria estrutura de poder nacional tende a alterar-se, a descentralizar-se, a distribuir-se, reduzindo-se a capacidade de domínio dos atuais centros de poder.

Neste contexto, a implantação efetiva de um programa de biomassa energética, a iniciar-se gradativamente pelos espaços quase vazios do interior do País, representa uma condição necessária para a viabilização de Programa consistente de reforma agrícola. Não se deve pensar em ocupação do território sem autonomia regional no setor energético, o que só é possível com uma forma descentralizada de energia; por outro lado, à medida que a terra passa a assumir um novo valor estratégico, pela produção de energia, a efetiva ocupação do território, por meio de adequada reforma agrária, torna-se um importante instrumento de preservação da soberania nacional.

Ao associar-se a necessidade de ocupação da terra com a possibilidade de se atender, de forma autônoma, às necessidades básicas da população, evidencia-se que esta alternativa de desenvolvimento representa a grande opção para se implantar uma nova e pujante civilização solidária, nas outroras abandonadas e impenetráveis regiões tropicais.

Um ponto básico na concepção do modelo proposto repousa na análise da questão Agricultura de Alimentos versus Agricultura Energética, faces naturais de uma mesma medalha.

Um quilo de grãos fornece — direta ou indiretamente — a ração básica para uma pessoa/dia. Neste caso, uma tonelada poderá alimentar três pessoas/ano e um hectare, produzindo em médias duas tonela-

5. Daí a designação que demos, de Civilização Cubatão, ao processo evolutivo que implica no uso intensivo e extensivo do petróleo.

das/ano, pode alimentar seis pessoas/ano. Desta forma, uma população de 150 milhões de habitantes pode ser alimentada a partir de uma área de 25 milhões de hectares, o que equivale dizer que menos de 3,5% do território do Brasil seria suficiente para alimentar toda a população.

Na verdade, o Brasil já produz hoje uma quantidade de grãos suficiente para alimentar 240 milhões de habitantes; desgraçadamente, contudo, grande parte dessa produção é destinada à exportação. No Japão, tomado como contraste, 15% do território, representando menos de 6 milhões de hectares, produzem mais de 80% das necessidades alimentares básicas da sua população, de cerca de 120 milhões de habitantes.

Desta forma, depois de garantida a alimentação básica do seu povo, o Brasil disporia de mais de 96% do seu território para outros fins, como o suprimento de suas necessidades de energia e a produção de excedentes agrícolas e energéticos para exportação.

Assim, a utilização da biomassa energética insere-se em um contexto que implica na descentralização do desenvolvimento, na ocupação estratégica do território, na valorização dos recursos disponíveis no espaço geopolítico do continente brasileiro, no incentivo às iniciativas locais (em composição econômica de elevada liquidez pelo lado energético), na abertura de novas perspectivas de autodesenvolvimento, na promoção social, na redução de dependências externas, na real democratização de oportunidades e na preservação da soberania nacional.

Evidentemente, não é necessário evidenciar o que tudo isto representa, na dimensão mundial, em riqueza e poder, para o Brasil — continente.

No campo social, o “livro branco” destaca a promoção de grande número de empregos e a valorização da mão-de-obra no meio rural:

Não se trata, como em outros programas, de explorar a mão-de-obra disponível a baixo custo, para beneficiar outros setores da Sociedade, mas na valorização do Homem e do seu Habitat. Apesar de distorções localizadas, derivada da excessiva concentração da produção e de uma política de mecanização alienada de objetivos sociais, o PROÁLCOOL criou um grande número de empregos no meio rural, evitando que novo contingente de trabalhadores, marginalizados pelo atual “modelo” e pela crise estrutural dele decorrente, viesse adicionar-se ao subproletariado já acumulado nas periferias metropolitanas. O programa de exploração florestal e de produção de carvão vegetal da Acesita Energética foi um fator de promoção social no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Estudos realizados por Furnas in-

dicam que a construção e operação de central termoelétrica, a lenha, de 700 Megawatts, na região de solos sob cerrado, criaria cerca de 6.500 empregos permanentes, sustentando uma comunidade urbano-rural de 30.000 habitantes, com renda familiar superior à de qualquer município da região.

Deve-se ressaltar, ainda, que esta utilização intensiva de mão-de-obra não leva ao imobilismo social. No momento apropriado, as substituições de fatores de produção operam-se naturalmente. Assim, os países escandinavos construíram sua atual prosperidade, não igualada por nenhuma outra região do mundo, utilizando, a partir do século XIX, suas disponibilidades de terra e mão-de-obra e seus recursos florestais e energéticos na implantação de indústrias de papel e celulose e de aços finos, baseados no carvão vegetal e na energia hidroelétrica. Hoje, com estrutura de fatores de produção diversa da original, como conseqüência de alteração das vantagens relativas, estas indústrias continuam sendo a base da vocação econômica daqueles países.

Destaque-se que o elemento crucial dessa base econômica, a radiação solar, dispõe nos trópicos de fator multiplicativo da ordem de dez. Portanto, território com vastas extensões de terras agricultáveis e florestáveis, nas condições tropicais, ganha significado novo, de alto valor estratégico para suportar, de modo permanente, consistente civilização de base industrial, como nenhuma outra região do planeta.

FLUXOS ENERGÉTICOS E RIQUEZA BIOLÓGICA NOS TRÓPICOS

"Os fluxos energéticos se constituem, desde os primórdios da humanidade, no principal vetor que molda as civilizações. À medida que as sociedades vão se tornando mais industrializadas, sua influência é maior e cada vez mais essencial. De fato, os níveis de dependência das atividades humanas desses fluxos passam a ser vitais. Então, sem uma quantidade determinada de energia per capita, os habitantes dos grandes centros urbanos, das sociedades industrializadas, não conseguem sobreviver. Desta energia dependem para comer, vestir-se, locomover-se, habitar; enfim, para todas suas necessidades. A diferença do homem do campo é que este encontra na natureza (sem estruturas de poder que a controle) toda a energia que lhe é essencial. O cidadão (das sociedades industriais) depende de formas de energia pouco abundantes, na maioria das vezes importadas e controladas por estruturas centralizadas de poder e fora do seu alcance político...".⁶ Entre todas as formas de energia primária, a que tem como origem o Sol e que é captada e armazenada pela biomassa, é a única, de

6. Bautista Vidal, J. W., op. cit.

grande porte econômico, que é distribuída com uniformidade em todo o território, salvo características climáticas das respectivas regiões, concentrando-se nos trópicos e reduzindo-se à medida que se aproxima dos pólos. Assim, quando ela existe em abundância, como nas regiões tropicais, com vastas extensões agricultáveis, esta forma energética oferece extraordinárias possibilidades de descentralização, de efeitos sociais, econômicos e políticos de extrema importância. De fato, não é possível se falar em sistemas políticos realmente democráticos sem se estar baseado na possibilidade de descentralização dos instrumentos de poder, entre os quais estão os que controlam a energia. Estes têm papel preponderante e definitivo, dos quais dependem todos os demais.

As regiões tropicais do continente ibero-americano reúnem condições de recursos naturais cruciais para tornar viável uma sociedade de poder material descentralizado. A disseminação de suas fontes energéticas renováveis e as bases culturais de fundo espiritual harmonizador torna exequível a utopia de uma democracia real, da igualdade de todos, tanto no plano do espírito como no das necessidades e aspirações de bem-estar e de vida.

A sociedade brasileira tem ignorado, de modo primário, o papel que as disponibilidades de energia desempenham na criação, conformação, evolução e decadência das civilizações. O potencial energético, absolutamente essencial para qualquer atividade humana e para a manutenção da vida é, no nosso caso, disponível em dimensões adequadas para a construção de inovadora civilização dos trópicos. Para isto, entretanto, é necessário resgatar nossa soberania, o que permitirá retornar ao fluxo histórico original de base humanista e de convivência harmônica com a natureza. Nestas circunstâncias, o espaço tropical do continente brasileiro passará a ter inquestionável valor de território enriquecido com imensas fontes energéticas permanentes, base consistente para a construção de futura civilização industrial, autônoma e solidária.

A existência da vida, que exige condições naturais excepcionais, de ínfima probabilidade de ocorrência no cosmos, alcançou na ecosfera terrestre essas condições e vêm se mantendo, em estabilidade dinâmica, nos últimos 4 bilhões de anos.

É precisamente o fluxo energético solar que, ao incidir sobre a superfície da Terra, permite o seu surgimento, da vida mais elementar à superior, do ser inteligente, capaz de pensar e amar, imaginando-se transcendente. Esta probabilidade incrivelmente limitada alcança em seus efeitos, precisamente nos trópicos, seu maior esplendor, exuberância e diversidade. A Amazônia e o Pantanal Mato-grossense representam duas das mais excepcionais amostras conhecidas pelo homem em todo o universo.

Encontram-se já descritos pela ciência cerca de 1,5 milhão de organismos vivos, sendo mais da metade insetos e artrópodos (875 mil); 250 mil

plantas superiores; 150 mil vertebrados; 111 mil plantas e organismos inferiores; 19 mil peixes; 9 mil aves e 4 mil répteis. Avalia-se, entretanto, o total em dez milhões de espécies.⁷

Neste vasto universo de vida, o trópico úmido contribui com cerca de dois terços dessa imensa riqueza biológica, embora corresponda a uma superfície inferior a 10% dos continentes. Em evidência clara, à medida que se caminha dos pólos para o Equador, forma-se, em geral, gradiente crescente de abundância e diversidade de vida.

Por hectare de superfície dos trópicos úmidos identificam-se, em média, 179 espécies de árvores com mais de 15 centímetros de diâmetro e 236 com mais de cinco centímetros, além de grande diversidade estrutural. Em áreas equivalentes de climas temperados, porém, apenas são identificados entre cinco e oito espécies. Nas florestas densas das "terras firmes" da Amazônia, a matéria seca da biomassa atinge, na parte aérea, 250 toneladas por hectare. Nos trópicos em geral, a massa florestal cresce de cinco a dez vezes mais rapidamente do que em outros climas, em evidente pujança biológica relativa. Somente na Amazônia legal brasileira, a vegetação contém aproximadamente 60 bilhões de toneladas de carbono.⁸

O acúmulo excessivo de CO₂ na atmosfera provoca o conhecido "efeito estufa", que aumenta a temperatura do globo terrestre. Este aquecimento pode levar à fusão o gelo dos pólos, especialmente, pelas gigantescas proporções, a camada antártica. Com um volume de gelo de 21 mil quilômetros cúbicos, esta massa fundida pode provocar a elevação, em cerca de 130 metros, do nível médio dos mares e oceanos, o que seria suficiente para submergir grande parte das maiores cidades do mundo e parcela ponderável dos continentes. Assim, é prudente que esse imenso estoque de carbono amazônico seja mantida nos ciclos vegetais das florestas tropicais...

"Os fluxos de energia fundamentam todas as ações humanas, essencialmente as tecnológicas, assim como todos os fenômenos da natureza, e são os principais responsáveis pelo clima. Eles estão, também, como vimos, na base da vida vegetal e animal. Nada existe no universo material de mais abrangente e profundo, na origem e na dinâmica de tudo o que pertence ao mundo físico. Assim, o conhecimento das leis e princípios que regulam esses fluxos é essencial para poder programar adequados usos ou transformações. A compreensão das normas que regem a vida, sua melhoria e preservação, também dependem do conhecimento dessas inexoráveis dinâmicas naturais. Esta conceituação de caráter fundamental, entretanto, não faz parte das teorias que norteiam o processo econômico. Em especial, este

7. Salvo Brito, S. de et al. *Desafio Amazônico — O Futuro da Civilização dos Trópicos*. Brasília, Editora da UnB, 1990.

8. Salvo Brito, S. de et al., op. cit.

fato condiciona a qualidade dos resultados do crescimento. *As teorias que o suportam ignoram os princípios e as leis que regem esses fluxos energéticos; assim, os tratam, em seus usos, na categoria de mais um entre os muitos ingredientes da produção e dos serviços. Em contrapartida, elas se fundamentam na análise de valores falsamente simbólicos, extraídos do que essas teorias designam como mercado.* Como esses valores são estipulados por certas estruturas de poder, a categorização desses fluxos é desprezada pelos interesses dessas estruturas. Ou seja, não são considerados. Disto resulta, evidentemente, agressão continuada às leis da natureza e à vida. Ou seja, barbárie".⁹

Os obstáculos ao aproveitamento econômico da biomassa tropical, além daqueles de natureza geopolítica, são decorrentes da atitude servil embutida no "modelo" dependente de crescimento econômico. Os fundamentos científicos de sua utilização foram desenvolvidos na Europa, onde a reduzida insolação era compensada pelos baixos custos da terra e da mão-de-obra, então subutilizados. Como essas condições não mais subsistiram, a biomassa foi ali abandonada. A situação, entretanto, se alterou na Europa com o aprofundamento da crise do petróleo. A Comunidade Econômica Européia vem procurando uma saída, considerada crucial, por meio da biomassa. A Alemanha destacou cerca de 400 mil hectares de terras agricultáveis para a produção de óleos vegetais, colza e girassol, para suprir suas necessidades energéticas no campo, apesar deste ser altamente mecanizado e, portanto, necessitar grandes quantidades de energia. Outros países, como a Finlândia, a Suécia, entre outros, caminham nesta direção.

Nos países tropicais, hábitos de mimetismo cultural contraídos no período colonial e alimentados pela dependência tecnológica, manteve atitude anterior à crise energética, apresentando-se a alternativa energética renovável como se estivesse ultrapassada. Esta indução confronto tão fortemente a realidade dos trópicos que necessita ser revista com vigor e urgência, em nome de elementar racionalidade. Assim, é essencial identificar o importante papel que a biomassa tem para estas regiões, em nova e pujante estratégia de desenvolvimento e afirmação.

PLANETA TERRA, SER VIVO INTELIGENTE

A matéria viva da Terra resulta de milagre de integração e estabilidade das partes que são conhecidas como biosfera, ou seja, os oceanos, os mares, os rios, os lagos, os continentes, as ilhas, as florestas, a atmosfera, e tudo o mais deste magnífico conjunto harmonioso. Este complexo sistema, com notável estado de equilíbrio químico e termodinâmico, é dinamizado

9. Bautista Vidal, J. W., op. cit.

e sofre mutações resultantes de gigantesco número de processos elementares que estabelecem e regulam as condições ótimas de estabilidade do meio ambiente, em todo o planeta. Isto garante a continuidade e a evolução da vida sobre a Terra. A biosfera, entretanto, está sendo submetida a implacável destruição pela ação de dinâmica resultante de processo econômico deformante, o qual interfere na natureza, sem levar em conta suas características e suas leis.

Do mesmo modo como o organismo humano consegue manter sua temperatura constante, em condições ambientais variáveis, nosso planeta, fazem quatro bilhões de anos, vem atingindo em sua superfície condições semelhantes de estabilidade, essenciais ao surgimento e manutenção das formas de vida. Isto somente é possível por meio de intrincado sistema de processos químicos, físicos e termodinâmicos cooperativos, que exibem propriedades de auto-regulação e organização.

Os organismos vivos são sistemas auto-organizados que exibem alto grau de estabilidade, a qual é dinâmica e caracterizada por flutuações contínuas, múltiplas e interdependentes. A flexibilidade desses sistemas depende de quantas das suas variáveis se mantêm flutuando dentro dos limites de tolerância.¹⁰

Assim, o meio ambiente se constitui de inúmeros ecossistemas habitados por incontáveis organismos vivos que vêm evoluindo há bilhões de anos em milagroso equilíbrio. Isto ocorre sob a dinâmica de fluxos energéticos, que usa e recicla moléculas de ar, dos solos, dos mares, das rochas. A organização desses sistemas planetários resulta naturalmente de processos multimilenares de ajuste, de extrema complexidade e sabedoria.

Os princípios organizadores desses ecossistemas naturais, tanto pela sua extensão como pela complexidade, são extraordinariamente superiores à qualquer realização do homem. Isto confirma a limitação de alcance da ação humana, a qual, entretanto, é suficiente para promover perturbação e até a destruição desse equilíbrio, mantido estável por tão longo período.

De fato, tecnologias desenvolvidas pela chamada civilização industrial, quando comparadas ao extraordinário arcabouço estrutural da natureza, especialmente aquele que cria as condições para a vida, resultam de bisonhas extrapolações. Elas têm como único compromisso ganhos econômicos definidos no escopo de teorias que ignoram conhecimentos, às vezes elementares, da natureza e da vida. O que têm feito até aqui é excluir, camuflar a destruição que causam, definindo-os como externalidades a essas teorias. Elas são, portanto, de fato, apenas promotoras dos interesses de corporação e de países hegemônicos que nenhum compromisso têm com a vida dos povos.

10. Capra, Fritjof. *O Ponto de Mutação — A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo, Cultrix, 1987.

A obsessão que essas estruturas econômicas têm pela grande escala, fruto de ambição de poder sem limites, leva as grandes corporações a projetarem com tal porte suas instalações produtivas que os volumes energéticos envolvidos já começam ser comparáveis a importantes fluxos energéticos da natureza. Evidentemente, estes fluxos, deteriorados pelos efeitos entrópicos que o Segundo Princípio da Termodinâmica impõe, interferem com as dinâmicas naturais destruindo elos entre os vários processos que permitem a auto-regulação da rede que compõe os ecossistemas. O uso extensivo e crescente dessas práticas vem causando danos devastadores à natureza, em claro confronto com a sabedoria e a harmonia que a biosfera evidencia. Essas iniciativas têm o suporte da estrutura hegemônica do poder mundial e se fundamentam em teorias econômicas orientadas para os objetivos desse poder. De certo modo, a ciência mundial, na forma como vem sendo desenvolvida, serve, direta ou indiretamente, a estes interesses, que atentam contra o supremo patrimônio físico do homem, que os povos primitivos chamam de Mãe Terra. Naturalmente, há exceções.

Essas dinâmicas auto-organizadoras da natureza obedecem, de certo modo, aos mesmos princípios básicos que regem a vida dos organismos superiores; isto é, o meio ambiente natural não somente vive, mas o faz de modo inteligente. A integração harmônica de todos os componentes sistêmicos, em todos os níveis de organização, permite esta incrível estabilidade bilhonar que garante a existência e a continuidade da vida sobre a Terra. A biosfera comporta-se, assim, como ser vivo inteligente.

Deste modo, perturbações ocasionadas por intromissões irresponsáveis decorrentes do processo de crescimento econômico podem causar destruições patrimoniais, em muitos casos irreversíveis, e levar a perigosíssimos desequilíbrios ecológicos e ao caos.

INCONGRUÊNCIAS DAS TEORIAS ECONÔMICAS OU IMPOSSIBILIDADE CIVILIZATÓRIA?

Os países hoje industrializados fundamentaram com suas realidades, especialmente aquelas do século XIX, as teorias econômicas. Circunstâncias sócio-políticas e condições edafo-climáticas das regiões temperadas e frias, onde se localizam, condicionaram a natureza dos instrumentos de análise, sempre subordinados a interesses hegemônicos. O uso dessas teorias em países tropicais naturalmente provocou condicionamentos de toda ordem que impedem a compreensão de seus problemas e perturbam suas soluções. Assim, discutir qualquer questão tecnológica, ecológica, energética, social ou política nestes países, sem levar principalmente em conta suas realidades, distintas, às vezes em extremo, daquelas das regiões temperadas e frias, é deformar essas realidades. Quaisquer estruturas produtivas sadias pre-

cisam, necessariamente, para ser entre si compatíveis e eficazes fundamentar-se nas forças da natureza, nos seus meios, recursos e potencialidades. Ao ignorá-los como faz o "modelo" econômico em uso no Brasil, que equaciona os fatores de produção fundamentando-os em meios físicos profundamente distintos aos dos trópicos, se está construindo um gigante, desestruturado, sem intelecto e com os pés de barro. Nada mais irracional se pode conceber. Tanto isto é real que ainda prolifera entre nós a despropositada e insensata afirmação da impossibilidade de desenvolvimento de civilização dos trópicos. Evidentemente, este disparate não resiste a qualquer análise séria, por mais elementar e ingênua que seja. Somente estúpidos, no sentido vernáculo da palavra, podem repetir tal insensatez, tantas são as evidências que comprovam precisamente o contrário. Este bisonho preconceito tem por base a ignorância generalizada das leis e princípios que regem a natureza e a vida nos trópicos. Ou uma suprema perversidade intencional de natureza geopolítica.

A decisão de uma nação fundamentar sua vida futura em fontes energéticas renováveis, ou não, constitui-se na mais crucial decisão que qualquer geração pode tomar. Realmente, isto compromete de modo irreversível a evolução social e política de muitas gerações à frente. Ou seja, estabelece a natureza do próprio processo civilizatório. Faz uma grande diferença, sob todos os pontos de vista, as formas diferentes de energia e a natureza renovável ou não das suas fontes, que fundamentam as complexas tarefas de construir civilizações.

Por tudo isso, é essencial compreender, em profundidade, o papel que essas diferentes formas de energia, sempre naturais, desempenham na conformação, manutenção, desenvolvimento e decadência das civilizações.

As civilizações industriais contemporâneas necessitam para existir prever o uso permanente de energia em forma extensiva e intensiva. Sua origem é sempre a disponível na natureza. Vimos que os países hoje industrializados, dependentes de combustíveis fósseis, aparentemente sem alternativas, estão impossibilitados de projetarem suas perspectivas civilizatórias, salvo mudanças profundas em suas estruturas de demanda e oferta energética ou a subjugação a si de países que disponham de recursos energéticos abundantes e permanentes. Fora disto, resta a truculência hegemônica, suportada pela violência militar.

O elevadíssimo potencial energético que o Brasil continental representa, devido precisamente a sua grande extensão tropical, com cerca de 40% do trópico úmido do planeta, é praticamente ignorado pelas estruturas de poder nacional. Isto ocorre especialmente nas áreas financeira e econômica, onde se centralizam, de modo enfático e desproporcional, os controles desse poder. Também são causas desse despropósito, como vimos, além da natureza dependente do "modelo" de crescimento, as inadequações e improprie-

dades das teorias econômicas. Elas têm levado o País ao fracasso por desconsiderarem nossas realidades, seus fatores de produção, e as necessidades e aspirações dos brasileiros. Elas são aplicadas por indivíduos que servem a forças hegemônicas externas que dominam a estrutura econômico-financeira nacional.

"MODELO" SERVIL E BARBÁRIE, FACES DE MESMA MOEDA

A proposta de abandono da postura servil ante a hegemonia externa, até aqui adotada pelos dirigentes brasileiros, é fundamentada em nossas realidades e aspirações. A privilegiada localização do Brasil nos trópicos e suas dimensões continentais lhe dão vantagens comparativas extraordinárias, de elevadas potencialidades e de possível realização concreta a curto prazo. Isto, entretanto, somente reverterá em nosso benefício se, mas somente se, resultar de postura decidida de seu povo, passando a controlar o próprio destino; ou seja, depende da superação da minoridade a que se refere Kant, que condiciona, na indignidade, a cabeça de dirigentes brasileiros.

Como vimos no Capítulo IV, com tecnologias já dominadas no País, as florestas e as culturas energéticas podem suprir parcelas ponderáveis das necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, por período de tempo praticamente ilimitado. Evidentemente, é descabido, por ser imoral e altamente lesivo aos interesses nacionais, a maneira como se está exportando energia elétrica de Tucuruí, via alumínio e intermediários, a preços que têm alcançado menos de 30% dos custos de produção. Este é apenas um exemplo de práticas que, no global, causam ao povo brasileiro prejuízo de cerca de quatro bilhões de dólares por ano, somente na área elétrica. *Em definitivo, por suas potencialidades, a biomassa pode se constituir, a médio prazo, no principal pólo dinâmico do desenvolvimento do mundo tropical e, a mais longo prazo, em poderosa alavanca de alteração da atual estrutura de poder, retirando-nos da ignóbil posição de neocolônia, incompreensível para uma nação contigente.*

Sendo o vetor energético fundamental e abrangente promotor do desenvolvimento, e mesmo do processo civilizatório, garantidor portanto, em termos físicos, de nossa permanência como nação, deve-se também levar em consideração a importância da imensa riqueza que os trópicos representam em abundância e diversidade de vida vegetal e animal. Esta característica, além de possibilitar suprir todas as necessidades básicas dos povos que neles habitam, oferta grandes potencialidades de matérias-primas para amplo espectro de setores industriais, inatingíveis, de modo autônomo, nas regiões temperadas e frias.

Essas perspectivas, acrescidas daquelas do subsolo não-renovável, estão, entretanto, sendo devastadas por meio de ações com sentido nítido de barbárie e malsã perversidade, frutos da lógica econômica de "modelo" servil e castrador.

Os solos tropicais da Hyléia Amazônica são muito lixiviados, profundos e pobres em nutrientes. Sobre eles, no entanto, se assenta uma imensa e variada massa de vegetação, incomparável com qualquer outra região ou clima. Esta ostensiva evidência, no entanto, leva a precipitada conclusão, resultante da postura de mimetismo cultural: "a Amazônia não se presta à produção vegetal porque o seu solo é pobre em nutrientes...". Assim, sob o fundamento dessa "lógica" devasta-se por meio de queimadas a riqueza vegetal, para plantar capim. Destrói-se, deste modo, equilíbrio ecológico construído em processo que se mantém há bilhões de anos, "para plantar capim" ou para cobrir por lâminas d'água de discutíveis hidrelétricas ou para construir rodovias implantadas sobre o "oceano". De fato, o trópico úmido amazônico mais se assemelha a um habitat "oceânico" do que aos continentes secos de outras regiões e climas. Somente na bacia do rio Amazonas, além de milhares de rios, riachos e igarapés, em permanente mutação, existem mais de dez mil lagos. Esta imensa massa d'água em equilíbrio dinâmico é absolutamente essencial para a regulação dos gigantescos fluxos de energia que têm o seu centro motor planetário precisamente no trópico úmido. E a floresta tropical tem papel essencial nessa dinâmica. Ela funciona como um grande estabilizador e simultaneamente motor do processo. Estamos falando de dinâmicas de fluxos energéticos que envolvem, por dia, volumes de energia equivalentes, em comparação simbólica, à provocada na explosão de seis milhões de bombas nucleares, do porte da lançada sobre Hiroshima. Assim, 48,5% da chuva que cai na região é devolvida pela floresta por evapotranspiração que, para tanto, utiliza 50% da energia solar ali incidente. Esta umidade devolvida em gigantescas porções serve como veículo de transporte de energia, que irá suprir desequilíbrios energéticos em outras partes do planeta, especialmente nos pólos. *Sobre esta dinâmica em equilíbrio global se está intervindo sem avaliar seus efeitos, com brutalidade e ignorância, ao devastar essas florestas em dimensões que já alcançaram a média de dois milhões de hectares por ano.*

Na realidade, os nutrientes essenciais para a vida da massa vegetal na floresta amazônica situam-se na própria biomassa, em vez de se localizarem no solo. Além da vegetação aérea, nessa floresta, muitas toneladas de biomassa por hectare se acumulam abaixo da superfície e acima do solo. Deste modo, a dinâmica dos nutrientes ocorre entre a vegetação e essa biomassa localizada acima do solo. Nessa estrutura vital, o solo parece ter papel secundário, quanto ao fluxo dos nutrientes. Tudo indica ser essencial, neste caso, a diversidade da biota. É, portanto, irracional trans-

ferir para estas condições as práticas que se aplicam aos cultivos nos climas temperados, de características completamente diversas. Assim, mais uma vez, ignorar as excepcionais condições dos trópicos é brutalizá-los com tecnologias inadequadas que vêm provocando efeitos devastadores em precioso e complexo patrimônio.

Gigantescas corporações transnacionais, como a Volkswagen, Goodyear e Nestlé desmataram com buldôzeres milhões de hectares na bacia do rio Amazonas, a fim de criarem gado para exportação. As consequências do desmatamento dessas gigantes áreas são certamente devastadoras. Com estes desmatamentos as evidências mostram que podem desencadear-se reações nos fluxos energéticos suscetíveis de alterar, significativamente, o clima do mundo.¹¹

A experiência brasileira mostra que a exploração racional de biomassa florestal, longe de representar um fator de destruição, constitui a única alternativa para a conservação de cobertura florestal, pois dá valor econômico à floresta. Os Estados de São Paulo e Paraná, que pouco desenvolveram exploração florestal, estão hoje reduzidos a uma taxa de cobertura de menos de 5%, enquanto o Estado de Minas Gerais, onde se concentra a maior produção mundial de carvão vegetal, tem 37% de seu território coberto por matas e florestas.¹²

Dirigentes do poder econômico nacional condicionam o uso entre nós de tecnologias às já operacionalizadas e desenvolvidas para circunstâncias e interesses de países hegemônicos, embora a maioria esteja em conflito com a realidade dos trópicos. Isto é, na forma como aqui são aplicadas, *baseiam-se no pressuposto da desnecessidade do domínio nacional sobre o processo tecnológico, o que corresponde a não identificar que somente pelo seu domínio se pode procurar o desenvolvimento que, para ser verdadeiro, é sempre fundamentado na realidade.* Com essa atitude beócia estão desconsiderando o uso social e político de nossos recursos naturais e fontes de energia, especialmente os renováveis. Trata-se, portanto, de sistemática irracional e predadora. Com estas práticas, fica fácil identificar a origem de muitos dos graves problemas que afligem o País.

De fato, "a tecnologia é atividade de natureza agregativa, instrumento político de domínio, espinha dorsal e intelecto da estrutura produtiva. Fundamenta-se no patrimônio físico da natureza, no controle e na transformação de seus fluxos energéticos e na competência técnico-científica nacional, para formar equações sócio-políticas de poder. Sua ação conforma as estruturas sociais e estabelece divisão internacional do trabalho. E o seu governo permite: a condução social e política da sociedade; a escolha das

11. Capra, Fritjof, op. cit.

12. STI/MIC, "A Biomassa Energética", op. cit.

formas e modos de produção; a valorização relativa dos fatores, em direta relação com a emancipação econômico-financeira; a eficiência produtiva; a distribuição da riqueza e a liberação de condicionamentos culturais resultantes de alienantes hegemonias exógenas. Suas atividades e instrumentos se configuram em patrimônio social, cujos controles são cruciais: para a satisfação das necessidades essenciais e aspirações do povo; para o bem-estar coletivo e para a sobrevivência nacional como ente político organizado, sustentáculo da soberania".¹³

O processo tecnológico flui, naturalmente, da interação racional do homem com a natureza. Se os recursos naturais são estratégicos e ao mesmo tempo abundantes, eles podem sustentar, por décadas ou mesmo séculos, a expansão das atividades humanas. Isto foi o que aconteceu com o carvão mineral e com o petróleo, provocando a primeira e a segunda Revolução Industrial que de modo crescente apoiaram-se em conhecimentos científicos. Dessa interação com a ciência, gerou-se a quase totalidade das tecnologias que moldam o atual processo industrial. Este pecou, entretanto, por estar fundamentado em recursos energéticos não-renováveis, em vias de extinção ou com limitação ambiental de uso. Sua vulnerabilidade, portanto, é acentuada, pois não oferece alternativas energéticas de porte compatível com sua significação.¹⁴ Além disto, estas fontes são concentradoras e altamente poluidoras.

Enquanto ocorria o desenvolvimento industrial-tecnológico autônomo nas regiões temperadas e frias do Norte, os países das regiões intertropicais viviam situação diversa e adversa. Induzidos pelos industrializados a adotarem "modelos" tecnologicamente dependentes, foi-lhes retirada a oportunidade de fundamentar seus desenvolvimentos nas próprias realidades. *Assim, suas estruturas produtivas não conseguem reagir ante as dificuldades, pois as tecnologias exógenas que utilizam impõem-lhes permanentes restrições ao uso das vantagens comparativas dos fatores de produção locais, uma vez que, condicionadas a outros fatores, não se adaptam às realidades que as circundam.* Este estilo pouco sadio de crescimento conduz necessariamente a efeitos negativos. A exclusão da condução do processo tecnológico leva esses países a se transformarem em simples campo de manobras das corporações transnacionais que objetivam conquistas de novos mercados, garantias de fornecimentos, a preços simbólicos, de recursos naturais e controle da estrutura produtiva local. A estagnação imposta pelas receitas tecnológicas externas e as ineficiências e vulnerabilidades decorrentes das inadequações aos fatores de produção locais configuram crescimento econômico de efeitos negativos sobre a sociedade, fruto de parque industrial invertebrado, desprovido das dinâmicas de uma estrutura produtiva sadia e dinâmica.

13. Bautista Vidal, J. W., op. cit.

14. "Biomassa Energética", op. cit.

É preciso, assim, ter plena consciência das estratégias dos países industrializados visando superar suas vulnerabilidades energéticas e de recursos naturais. Evidentemente, como vimos no Capítulo II, seus caminhos não serão baseados em substituição de fontes de energia ou matéria-prima por outras, mesmo porque elas não estão disponíveis, mas algo mais profundo. Para reduzir a dependência externa de recursos naturais, especialmente os energéticos, esses países darão prioridade à substituição de recursos escassos por aqueles que lhes são abundantes internamente, como o capital, a estrutura industrial e de serviços, altamente competitivos e principalmente, a produção tecnológica. E, quando necessário, a força militar. Neste contexto, os países tropicais ficarão expostos ao seguinte dilema: embora relativamente ricos em recursos naturais, ao persistirem servirem com seus "modelos" dependentes, ficarão submetidos aos instrumentos de poder que lhes serão impostos pelos pacotes tecnológicos externos. Assim, tendem, cada vez mais, a aumentar sua dependência em relação a fatores de produção que não dispõem e a inviabilizar a exploração racional e a valorização relativa dos seus próprios recursos. Estes, embora estratégicos, passam a ser, intencionalmente e de modo crescente, desvalorizados, em contraste com aqueles recursos que têm por origem os países hegemônicos. Forma-se assim rígida dinâmica de dependência, em que todos os caminhos para superar essa situação estão bloqueados. Para a manutenção desta dinâmica trabalha um exército de economistas, com os instrumentos "lógicos" de suas teorias.

"A superação do subdesenvolvimento exige que os recursos abundantes sejam canalizados para a criação de uma estrutura de produção que, gerando novos recursos, de maior valor agregado, torne o processo auto-sustentado e capaz de renovar, adaptando-se à própria evolução da sociedade. Assim, o "modelo" atual, que tenta reproduzir, por imitação, modelos de outras realidades, é, em princípio, basicamente inviável, a médio e longo prazos, pois exige a mobilização prévia de recursos financeiros, tecnológicos e industriais não disponíveis".¹⁵

Assim Capra¹⁶ se refere a esse tipo de "desenvolvimento" econômico:

A manutenção dos modelos de crescimento econômico não-diferenciados não tardará por exaurir as reservas de metais, alimentos, oxigênio e ozônio que são cruciais para a sobrevivência do homem.

O crescimento tecnológico tanto é considerado a solução final para os problemas como (é também) fator determinante de estilo de vida, de organização social e de sistema de valores. Tal determinismo "tecnológico" parece ser uma consequência do elevado status da ciência em nossa vida pública em comparação com a filosofia, a arte e a religião — e do fato dos cientistas terem fracassado no trato dos valo-

15. Bautista Vidal, J. W., op. cit.

16. Capra, Fritjof, op. cit.

res humanos, de modo significativo. *Isto levou a maioria das pessoas a acreditar que a tecnologia determina a natureza de nossos sistemas de valores e de nossas relações sociais, em vez de reconhecer que deve ser justamente o inverso, que os valores e relações sociais é que devem determinar a natureza da tecnologia.*¹⁷

Assim, essa sistemática toma conotação de efeitos ainda mais negativos naqueles países que adotaram modelo de crescimento econômico dependente de países hegemônicos, como vem ocorrendo com o Brasil, fazem mais de trinta e cinco anos. As inadequações estruturais disto resultantes alcançam, em relação ao meio ambiente, níveis insuportáveis de malignidade quando consideramos que essas tecnologias foram agregadas em pacotes políticos tendo em vista condições e circunstâncias dos países hoje industrializados, como vimos, todos situados nas faixas temperadas e frias do planeta. A aplicação desses pacotes nas regiões tropicais em geral e, especialmente, nos trópicos úmidos, somente poderia resultar em desastre, alguns de graves conseqüências, pois, neles, naturalmente, não são considerados os parâmetros que regem as condições que permitem o equilíbrio ecológico dessas regiões. De fato, nas regiões tropicais, o equilíbrio natural se dá envolvendo gigantescas quantidades de energia, cuja perturbação pode provocar profundos distúrbios, alguns deles de alcance planetário. Os fluxos energéticos nessas regiões, sua natureza e dimensões, estão diretamente relacionados com as formas, quantidades e variedades de vida vegetal e animal, seus modos e formas de evolução, resultando disto a caracterização de um imenso patrimônio de peculiaridades soberbamente distintas daquelas das regiões frias e temperadas. Por outro lado, constata-se a existência de cultura sedimentada há vários séculos, de influência ibérica, e fundamentada em milênios de civilizações indígenas que, por mais primitivas que tenham sido, representam evidências de boa convivência do homem com a natureza. Tudo isto em absoluto confronto com a visão hegemônica, pragmática e inexperiente nos trópicos e, portanto, devastadora, de objetivos imediatistas, do poder econômico mundial, centrado, embora não exclusivamente, em países de origem anglo-saxônica e nipônica.

Embora as estruturas produtivas devessem se fundamentar na valorização do que as teorias econômicas chamam de fatores de produção, isto não é viabilizado devido a modelos dependentes no campo tecnológico. Este é mais um dos paradoxos no discurso dos economistas. Ademais, *essa concepção necessita ser abrangente de modo a incluir o conhecimento da natureza desses fatores e das dinâmicas que lhe deram origem e que garantem sua existência e evolução. Trata-se de algo muito mais complexo do que essas teorias bisonhamente consideram.* Assim, as forças da natureza, resultantes dos potenciais energéticos naturais, estão sempre em condições peculiares e, em geral, exclusivas das regiões onde se configuram, em con-

17. Capra, Fritjof, op. cit.

junto com múltiplos parâmetros físicos e químicos do solo, do subsolo, da atmosfera, dos rios, dos mares, das florestas, entre outros, e, especialmente, da cultura dos povos que nelas habitam, às vezes há milênios, fruto em grande parte desse convívio com a natureza e suas forças. Tudo isto é ignorado pela estrutura conceitual que rege as teorias que fundamentam o processo de crescimento econômico em nosso País. Além disto, como vimos, os pacotes tecnológicos importados resultam sempre dos interesses dos seus agregadores externos. Deste modo, os meios, recursos e potencialidades locais, regionais ou nacionais não são, em geral, naturalmente, levados em conta. A estrutura produtiva brasileira, tendo a dependência como norma, como vimos no Capítulo III, resulta em um largo espectro de incompatibilidades com a realidade nacional, especialmente naqueles setores em que predominam as características dos trópicos. Seus componentes, tendo como origem regiões temperadas ou frias, contêm condições profundamente distintas às locais. *Essas irracionalidades são as causas que fundamentam a falsa afirmação acerca da impossibilidade de uma civilização dos trópicos, a que nos referimos anteriormente. Falsa e irresponsável suposição que leva a tratar sua complexa natureza de modo absurdamente inadequado, violentando-a e destruindo seus potenciais de riqueza.* Outra seria a concepção do crescimento, se o "modelo" econômico se fundamentasse em processo tecnológico auto-sustentado, o que evidentemente entraria em confronto com o status de neocolônia.

O condicionamento do uso de pacotes tecnológicos limitados àqueles já operacionalizados e desenvolvidos para as condições dos países centrais, quase sempre contendo aspectos conflitantes com as circunstâncias dos trópicos, baseia-se no pressuposto equivocado da desnecessidade do domínio nacional sobre o processo tecnológico, intrínseco à natureza do "modelo". Sendo a tecnologia instrumento político de natureza estratégica, diretamente relacionada com o equacionamento e controle da produção e do poder, este "modelo" econômico dependente define o neocolonialismo contemporâneo e separa as nações em hegemônicas e periféricas.

O processo tecnológico quando é enraizado no meio social, como vimos, resulta naturalmente da interação do homem com o meio ambiente em que vive e do qual é parte. Somente assim se estabelece o respeito que o ser vivo tem pelo seu habitat e, então, a convivência harmônica se consolida. O conceito equivocado de que a natureza é um objeto para ser dominado e explorado, levando-a à exaustão, identifica-se com aquele que confunde desenvolvimento com crescimento econômico não-qualificado. Este resulta de forças sem quaisquer compromissos com as realidades da natureza e aquelas de ordem social, cultural e política dos povos. As consequências naturais disto são tecnologias ineficientes, dilapidadoras de patrimônio físico insubstituível e de efeitos subjugadores e desagregadores sobre a sociedade.

O "modelo" dependente desqualifica os recursos físicos nacionais, o imenso potencial energético renovável e a extraordinária riqueza biológica dos trópicos. Simultaneamente, concentra o poder em instrumentos artificiais, abstratos, controlados pelos países hegemônicos. Deste modo, a produção eficiente, o trabalho e a inteligência passam a ser secundários ante o poder absoluto que é atribuído ao financeiro e ao econômico que, em contraponto, se fundamentam, para ser efetivos, no poder tecnológico da origem e nos recursos naturais. Enquanto o mercado internacional dos recursos não-renováveis do subsolo representa menos de 1%, as transações com papéis alcançam o alucinante nível de 95%. Nestas condições, o patrimônio físico das nações passa a ser, em muitos casos, oneroso e causa da miséria do seu povo, inviabilizando seu futuro. Esta questão fica muito clara com a situação atual dos povos árabes detentores quase que exclusivos, após o ano 2000, do combustível fóssil petróleo, crucial para os países hegemônicos. A tentativa do seu controle pode resultar em sua destruição, pela violência militar. Com isto estão de acordo, aparentemente, os governos de países ditos industrializados, apesar do protesto de parcelas conscientes de seus povos.

Sobre a postura dos industriais brasileiros nestas questões manifestou-se Ricardo Frank Semler, em outubro de 1990, quando foi galardonado com o primeiro lugar em eleição entre treze mil e duzentos empresários.

O setor empresarial é o que mais se beneficiou e foi conivente com a evolução neocolonial do País, nos últimos anos. Apesar do nome, Semler é brasileiro e dirige grupo de empresas nacionais (no sentido do vernáculo, não no da Constituição de 88, que viola o vernáculo). Ele sabe que a atitude conivente e antipatriótica do empresariado terminará revertendo contra seus — por enquanto — privilegiados interesses. Ele sabe também que o grande perigo está nas gigantescas corporações transnacionais que tudo farão para eliminá-los de qualquer tipo de concorrência que possam oferecer. E ainda, que as empresas nacionais somente sobreviverão enquanto suas existências estiverem toleradas pelas estratégias dessas corporações, que sempre atuam a longo prazo. Ao levantar alguns pontos, nessa ocasião, Semler demonstra que não está acovardado; ou seja, omisso; que está procurando caminhos que se afastem do roteiro de suicídio em que falsas elites colocaram o Brasil. Não o acusemos pelo que ele não disse, mas reconheçamos o mérito do que disse:

"Vivemos numa era de intimidação (...) que advém da falta de uma clara direção". O jovem empresário não esclarece como é possível tantos desacertos sem uma orientação firme e de longo prazo. Evidentemente, tem razão quando diz que falta uma clara direção ao nosso povo para conduzir seu próprio destino. Não teria razão, entretanto, se dissesse que não existe uma clara ação em sentido contrário. Isto ele deixou de dizer por motivos óbvios.

"O trabalhador brasileiro é criativo e fonte inesgotável de cooperação. Aqueles (empresários) que perseguirem na rota da auto-suficiência perceberão que não são fortes o suficiente para enfrentar a concorrência, a intervenção do governo e ainda seus próprios trabalhadores". Neste trecho Semler está claramente propondo a realização de um pacto. Com as poderosíssimas e concorrentes corporações de controle externo? Evidentemente não, pois Semler não parece um oportunista. Com o governo, se este está a serviço desses interesses externos? Também não. Fica portanto claro que a única saída para o empresariado brasileiro é procurar, com os trabalhadores, defender seus interesses, que em muitos casos também coincidem com interesses legítimos do povo brasileiro. Neste sentido, o líder empresarial confirma o que todos sabemos do trabalhador brasileiro. Ademais, são muitos os interesses comuns e a união é essencial.

"Este País não se resume à luta contra a inflação — continua Semler — ou ao confronto surdo de grandes interesses institucionais. A inflação não é culpa do governo, não é causa das remarcações, e *certamente* não vem de aumentos salariais. A inflação brasileira nada mais é do que uma febre de 40 graus, resultante de uma septicemia de credibilidade".

"Não temos projeto. Este País não tem projeto e o governo não tem projeto. (...) Não é solução ostentar modernização apenas no estilo. Não é questão de modernidade almejar o liberalismo ou atacar o socialismo. (...) As economias que mais cresceram no pós-guerra nada tinham de liberais. As grandes nações adeptas do liberalismo puro ou do socialismo vestal estão em declínio. Não é este o cerne da questão". Nestes últimos dois parágrafos o empresário alcançou o ponto alto de seu corajoso posicionamento. A idéia da septicemia é perfeita. De fato, somos um organismo doente, em estado de infecção devido a diversos focos que lançam periódica e continuamente germes no nosso sangue. É uma pena que Semler não se atrevesse a identificar esses focos. Entretanto, no segundo parágrafo anterior e mais ainda no parágrafo que segue, o jovem líder dá, indiretamente, a resposta: "O que esta sociedade quer ser quando crescer? Vamos ser um país industrial ou agrícola? Que ramos da indústria refletem vocações naturais do País, (...)?" Além de tocar de maneira indireta e jocosa no conceito de Kant sobre a minoridade dos povos, que invocamos anteriormente, o industrial paulista atinge diretamente a questão central, a da soberania nacional, sem a qual é impossível atingir qualquer objetivo ou ter qualquer projeto. E, de maneira indireta, sem ela, jamais poderemos superar a natureza dependente do nosso "modelo" de crescimento econômico. A condição de grande exportador de alimentos; de detentor de importante parque industrial, mas que não é fundamentado em vantagens comparativas de fatores de produção locais ou em nossos interesses, por causa da dependência de pacotes tecnológicos externos impostos pelo "modelo"; a condição de ter de exportar a qualquer custo, em processo contínuo de

deterioração das relações de trocas com o exterior; a permanência dentro de sistema financeiro internacional, expropriador e arbitrário, são todas circunstâncias que retiram qualquer possibilidade de optar, de traçar nosso destino.

E, finalmente, chamando seus pares à responsabilidade: "O empresário nacional se eximiu do seu papel de agente de mudança (...). Não persistamos na omissão. Não sejamos carneiros num momento em que se requer a coragem e a incisividade. Se vamos para um entendimento nacional, que seja com propostas de um projeto nacional. Um projeto que diga respeito a 53 milhões de desprivilegiados, e não à inflação do mês seguinte. Precisamos nos gratificar com a sensação de que a febre amainou (...) e interesses pessoais cederam à concepção de que a dignidade de um povo é o único veículo para a modernidade". Realmente, é impossível a dignidade para uma sociedade em que sua classe dirigente é servil a interesses externos e não tem qualquer compromisso permanente com a sociedade que deveria representar e com o futuro do País.

Aos empresários brasileiros foi-lhes impingido "modelo" econômico dentro do qual ficam sem saída, embora levemente constrangidos, se aproveitam de benesses pessoais ou grupais. Em primeiro lugar, pela dependência tecnológica, instrumento estrutural e estratégico de controle externo. E, em segundo lugar, pela desvalorização dos fatores locais, sob absoluto domínio do financeiro, também de controle externo. Aqueles que resistem a estas condições são isolados e deixados para trás. Somente os que se ajustam podem sobreviver e expandir-se, embora na dependência, sem real poder de competir. Transformam-se em empresários ricos mais servis, principal parcela beneficiada da concentração de renda imposta pelo capitalismo canibal de natureza neocolonial. Desqualificados por um desses agentes do poder externo, como contumazes "chupadores de tetas", os empresários se intimidam. Assim, sem alternativa de contribuir como "agentes de mudança", os empresários brasileiros simulam o comportamento de "carneiros", de omissos. O essencial, portanto, é se organizarem para mudar o "modelo", procurar os caminhos pelos quais seguiram os empresários de todos os países que deram certo construindo estruturas produtivas sadias, o que somente é possível com autonomia. Isto é, precisamente, o que não é permitido em um sistema colonial. Sem dúvida, para desempenhar o papel de "agentes da mudança" é essencial atitude "incisiva e de coragem", para alcançar a dignidade.

O EQUILÍBRIO ENERGÉTICO AMAZÔNICO E O INTERESSE HEGEMÔNICO INTERNACIONAL

Como vimos, um hectare de terra de boa qualidade, com uso da "melhor" tecnologia, plantada de soja, produz, por ano, o equivalente em

dólares que permite comprar cerca de *dez barris de petróleo*; a mesma área, no vale do Jequitinhonha, plantada de floresta produz, conforme resultados da Acesita Florestal, cerca de 50 estéreos por ano; isto corresponde, do ponto de vista energético, ao equivalente em calor a 50 *barris de petróleo*.

No período 1978/89 devastou-se pela queima cerca de 2,2 milhões de hectares por ano de florestas na Amazônia, visando principalmente o interesse externo, na tão decantada expansão da fronteira agrícola. Tudo com a garantia de ampla impunidade, à vista de um governo impassível, desinteressado e conivente. Mais ainda, como fruto de políticas governamentais. Assim, nesses onze anos, queimou-se em florestas o equivalente em energia às nossas reservas globais de petróleo, ou seja, 4,2 bilhões de barris, sem que se mobilizassem as forças vivas da nação; estas, despreparadas ou amordaçadas pelo poder dominante, basicamente de origem externa, e sob a ação da camisa de força de políticas traçadas por tecnocratas nativos a serviço desse poder.

Em análise energética simples, que não leve em conta conceitos deformadores impostos pelo jogo das teorias econômicas, fica evidente o absurdo que é queimar uma floresta de elevadíssimo valor energético, trocando-a, por exemplo, por uma pecuária de baixíssimo rendimento, além de crime ecológico e patrimonial. Um desastre econômico, se as teorias que regem este campo não fossem tão manipuladas, usando os matreiros mecanismos das "externalidades" para encobrir as armadilhas do que chamam mercado e outros instrumentos que mascaram a realidade, contra os interesses do Brasil. De fato, nas condições dos trópicos úmidos, suas terras, quando desprovidas de floresta, tenderão a transformar-se, pela ação de radiação solar intensa, em terra inútil, às vezes para sempre, sendo então abandonada, como vem ocorrendo, por exemplo, em Paragominas e demais regiões onde esta prática foi induzida por políticas oficiais. Assim, agências governamentais consideram benfeitoria, para efeitos de concessão de posse, o resultado de crime ecológico e econômico da queima. Trata-se, deste modo, de ação oficialmente programada, a título de abertura de fronteira agrícola que, como vimos, em cerca de dez anos, dissipou impunemente o equivalente energético às reservas totais de petróleo brasileiro.

A agressiva ideologia tecnocrática, suportada pela lógica das teorias econômicas, promove a abertura de novas extensões de terras tendo por objetivo satisfazer exigências do mercado, palavra sagrada que tudo justifica na moderna idolatria do lucro sem limites e que leva à barbárie e ao caos. Isto ocorre por meio da destruição de patrimônios naturais, que fundamentam a atividade econômica.

A derrubada e a queima de florestas nos trópicos úmidos resultam de interesses de curto prazo de uma pequena minoria de mercadores poderosos

que lucram sobre a destruição patrimonial. É também o símbolo da expressão desastrosa de arrogância do capitalismo moderno para com a ordem natural e a vida e que vem se tornando característica predominante dos interesses industriais hegemônicos nos trópicos.

Essa sistemática econômica fundamenta-se no discurso de aumento de produtividade, embora seus efeitos apontem em direção diametralmente oposta. De fato, essas práticas levam a inutilizar, às vezes para sempre, vastas áreas úteis ao homem. Elas promovem custos brutais não contabilizados por essas teorias, por considerá-los externalidades, e que são transferidos para a sociedade ou para as gerações futuras, como destruições patrimoniais irreversíveis.

Além da enorme diversidade, as florestas úmidas caracterizam-se pela baixa densidade por espécie, ou seja, número de espécies por unidade de área. Para identificar dois exemplares de uma mesma espécie, às vezes é necessário percorrer mais de uma dezena de hectares.

Até recentemente, apenas cinco espécies de madeira dos trópicos úmidos eram reconhecidas nos grandes mercados consumidores. Hoje este número alcança a modesta lista de pouco mais de cem, em universo de muitos milhares.

A retirada dessas raras espécies, "reconhecidas" pelo mercado, portanto, implica em extensas devastações, pois, em nome de falsa eficiência, elas são realizadas com grandes máquinas que tudo destroem, compactam o solo e muitos outros graves danos. Tudo para contentar princípios sagrados de mercado e dentro do que estipulam as regras do jogo orientado pelas teorias econômicas.

Assim, um grande número de espécies de madeiras nobres é destruído como resultado da suprema petulância desses mercados, concentrados em sociedades opulentas. Também, nessas práticas, ocorre a aniquilação de grande número de espécies que representam elevados potenciais de matérias-primas alimentícias, farmacêuticas, químicas, de corantes, estruturais, energéticas e de tantos outros setores das necessidades humanas. Somente para fins alimentícios são avaliados em cerca de oitenta mil o número de espécies potenciais. Entretanto, apenas duzentas entre elas têm sido cultivadas continuamente e doze se tornaram culturas importantes para a produção e a comercialização. Nestas, e somente nelas, se investe grandes somas em experiências e melhoramentos genéticos e representam cerca de 90% do mercado mundial.

Esses números servem para aquilatar a reduzida eficácia da contribuição da ciência no suprimento dessas necessidades. Absorvida e manipulada pelos grupos de interesses que controlam esses mercados, a ciência oficial dos países tropicais está de costas para suas realidades. Seus objetivos estão

fora do País e são orientados pelas revistas especializadas estrangeiras, onde nossos cientistas publicam seus trabalhos.

Além disto, a floresta amazônica desempenha, como vimos, papel crucial na dinâmica das gigantescas trocas de calor que o trópico úmido realiza com as regiões polares, com efeitos sobre todo o planeta. A função da floresta é de estabilizador e também de "dínamo" neste processo. A destruição da floresta, portanto, além do crime econômico contra nós, trará conseqüências dramáticas sobre vastas regiões no Brasil e em outras partes do planeta, como alterações nas precipitações pluviométricas, prolongados períodos de seca e até possíveis grandes desastres ecológicos, de conseqüências sociais e patrimoniais profundas. Basta considerar os efeitos do fenômeno *El Niño*¹⁸, sem a floresta amazônica, sobre o processo de formação de seca no Nordeste e sobre as reduções pluviométricas ou grandes inundações no sul do País. Não existem mais dúvidas que grande parte das precipitações que incidem sobre o planalto central e as cabeceiras do rio São Francisco, por exemplo, dependem do vapor d'água que os gigantescos fluxos energéticos da região amazônica conduzem e regulam. Não é necessário enfatizar os trágicos resultados sobre a vida de milhões de nordestinos com a redução marcante no fluxo das águas do rio São Francisco, como conseqüência indireta de destruição do equilíbrio energético na floresta amazônica. Esses efeitos podem atingir também regiões de outros países, o que já tem sido evidenciado antes mesmo das violentas queimadas dos últimos anos e que vêm atingindo a consciência mundial. Assim, nações mais poderosas cultivam esses efeitos, em grande parte fruto de suas políticas hegemônicas, para justificar intervenções estrangeiras de ocupação territorial e redução de soberania, como ocorreu na Bolívia, a troca de parte da sua dívida externa. Trata-se de escandalosa "venda" compulsória de território nacional e não uma venda voluntária como foram as do Alaska e Lousiana aos EUA, por 20 e 15 milhões de dólares, respectivamente, realizadas pela Rússia dos tzares e pela França. Neste último caso, Napoleão tomou Lousiana da Espanha, em 1800, e a vendeu aos EUA em 1803, como se fosse um espólio de guerra. As ações têm sido conduzidas nessa direção, sem enérgicos protestos da população e com a covarde conivência das elites nacionais. *Trata-se, evidentemente, de inconcebível traição com as gerações futuras que caracterizará a nossa geração e seus falsos líderes como uma das mais indignas e irresponsáveis que jamais existiu em qualquer país.* Suas ações, muito mais graves do que aconteceu com Alaska e Lousiana, pois, nesses casos, não representavam partes essenciais dos respectivos territórios pátrios.

É curioso que as nações que se demonstram "sensibilizadas" pelas questões ecológicas da Amazônia são aquelas que, por meio de suas corporações transnacionais, mais danos causam à ecologia dessa região, como

18. Ver em Salvo Brito, S. de et al., op. cit.

denunciou F. Capra à página 253 de seu livro *O Ponto de Mutação*. Também são elas diretamente responsáveis por 90% dos danos ecológicos sobre a ecosfera, como o efeito "estufa", as chuvas ácidas e a destruição da camada protetora de ozônio, entre outras devastadoras e irresponsáveis ações, como a dos resíduos poluentes da queima extensiva de combustíveis fósseis.

O diplomata brasileiro Carlos Augusto de Santos Neves analisa, em trabalho apresentado à Universidade de New Hampshire, EUA, a dispersão do poder mundial em quatro grandes centros. Esta hipótese, evidentemente, pode ser alterada com o resultado da guerra com o Iraque, em jan./fev. de 1991, em que o poder imperial norte-americano pretende assumir o controle das reservas petrolíferas do Oriente Médio. Só a evolução dos fatos poderá confirmá-la ou não, em decorrência do fim da guerra fria e da bipolaridade. Nessa análise, destaca Neves a nova ordem mundial e o papel "satanizado" que estão destinando ao Sul.

A perspectiva da política das superpotências procura situar a relação das nações pobres que, independentemente da geografia, formam o Sul em oposição ao Norte rico, com essas novas vertentes do poder mundial. Norte-Sul é a classificação possível depois de eliminada a idéia do Terceiro Mundo, com o desaparecimento do que seria o Segundo Mundo. Diz Santos Neves:

Nós, do Sul, estamos submetidos a uma profunda crise de identidade, que nos inibe a ação no plano interno, a iniciativa no plano externo e a auto-estima na intimidade. É este um longo processo de dissolução, a ultrapassar seu limiar crítico com o final da disjuntiva Leste-Oeste...

...pode-se afirmar que o fenômeno dos conflitos regionais, tão típicos da Guerra Fria, deve ser visto como o paradigma de um longo e variado processo de satanização e demonização do Sul. (...) Naqueles conflitos haviam, basicamente, três elementos de realce: impulso das superpotências de estender sobre o Sul problemas próprios aos focos de poder; pretensão de decidir unilateralmente com ingerência em assuntos internos de terceiros e estabelecimento de dois tipos de países: os que são objeto de obrigações e aqueles outros com a missão de policiar seu cumprimento.

Os quatro pólos que reaglutinam as nações situadas ao Norte seriam as duas potências terrestres, Alemanha e Rússia, e as duas potências marítimas, Estados Unidos e Japão.

Concentrados na consolidação das respectivas áreas de influência, as nações-chaves dos quatro blocos pouco teriam a fazer com o Sul além de continuar sua satanização, deixando-o à margem. A força de

coação se exerceria no sentido de transferir culpas e responsabilidades para as nações que outrora eram subjugadas em outras pautas de dominação. À conta dos pobres são debitados a poluição da atmosfera terrestre e a produção e o tráfico de drogas (e, cabe acrescentar, a proliferação de crianças).

As nações ricas eliminam sua própria consciência de culpa pelo envenenamento da atmosfera e as alterações letais do meio ambiente, jogando toda a responsabilidade nos países situados em regiões que abrigam paraísos ecológicos remanescentes e que estariam sendo devastados para atender a desprezíveis empenhos de melhorar suas próprias condições de vida. Querem, evidentemente, por efeito de uma condenação moral e financeira, coagir o Sul.

Quanto às drogas, se esquecem as nações ricas que o essencial para sua produção é a existência de mercado de consumo. Nos EUA e na Europa adotam-se políticas lenientes no combate à distribuição e venda de drogas e se financiam campanhas mundiais destinadas a eliminar as fontes de produção de matéria-prima nas nações indigentes da Ásia e América do Sul. Gasta-se tudo para combater nessas regiões os cartéis de produção e distribuição da droga e quase nada para reduzir ou eliminar os mercados de consumo.

Fica a sensação de que se usa o Sul, ao limite drástico da ingerência interna, não para apressar o combate às drogas mas justamente para adiar, enganosamente, medidas vigorosas que seriam necessárias impor nos mercados consumidores do Norte. (...) a responsabilidade por grandes problemas se vê mágicamente transferida dos centros de poder para o Sul. O estranho processo tem transformado o Sul... em destruidor do meio ambiente, criador da cultura da droga, propulsor da corrida armamentista, disseminador de armas atômicas, químicas e ecológicas, responsável pela explosão demográfica e pelo acelerado esgotamento energético e de matérias-primas, além, naturalmente, de pagador inepto e/ou irresponsável e, cúmulo, exportador desleal de artigos de baixo custo.

Ante uma tal lista de malefícios, não parece impróprio cunhar a expressão "satanização" do Sul — uma vez que estamos lidando com acusações irracionais e infundadas que estão somente a legitimar o status quo das potências industriais e seu hegemônico imobilismo, como também, conseqüentemente, a incitá-las a intervir unilateral ou multilateralmente em assuntos, questões, problemas e crises ao Sul.

São, disto, exemplos Panamá, Granada e Iraque, entre outros. Neste último caso foi usado o Conselho de Segurança das Nações Unidas, praticamente, para declarar a guerra, por meio de ultimatum.

Santos Neves, como fecho de sua análise, conclui que há sempre uma referência de natureza universal a justificar as estruturas de poder. Estados Unidos e União Soviética lutavam pela difusão de concepções antagônicas que tentavam simbolizar. Hoje, com o fim da utopia socialista, seria necessária outra idéia-força para justificar a armação de um novo poder. O ideal ecológico de união de todos os homens para o bom uso e a preservação do planeta que habitamos seria essa nova utopia, em suave sugestão de quem não se quer render às realidades do mundo. Neste contexto, certamente, um Brasil digno e soberano terá muito a dizer e, mais ainda, a fazer e a dar o exemplo. Nas circunstâncias atuais, entretanto, somos objetos diretos da satanização a que se refere Santos Neves.

A AGRICULTURA INDUSTRIAL, A FOME NO MUNDO E A MISTIFICAÇÃO INFLACIONÁRIA

Não são as massas famintas que ameaçam a carência de alimentos no mundo, mas as grandes corporações que criaram sistema agrícola mundial único pelo qual controlam todas as fases de produção de alimentos, manipulando suas ofertas e seus preços por meio de práticas oligopólicas.

Mooré Lappé e Collins mostraram que os alimentos produzidos no mundo seriam suficientes para alimentar oito bilhões de indivíduos, ou seja, quase o dobro do que somos, não havendo nenhum país em que suas populações não pudessem ser alimentadas por seus próprios recursos.

Apenas três países, EUA, Canadá e Austrália mantêm estoques de excedentes de grãos superiores a cem milhões de toneladas. Três a quatro por cento deste total seria suficiente para evitar as 15 milhões de mortes anuais por fome. Segundo Relatório anual da UNICEF, relativo ao ano de 1990, este número cobre apenas as crianças mortas. Este terrível morticínio dos mais fracos corresponde, a cada três dias, ao número de mortes ocorridas em Hiroshima, como consequência do lançamento da bomba nuclear norte-americana.

Em contraponto a Comunidade Econômica Européia (CEE) gasta 63 mil dólares *por hora* para armazenar 1,4 milhão de toneladas de manteiga excedente. Armazena também um milhão de toneladas de leite...

Um só país, com apenas 6% da população global, consome mais que 35% da produção mundial de alimentos, igual percentual ao consumo de todo o Terceiro Mundo... Entre 1950 e 1980, a produção mundial cresceu, em média, 2,6% ao ano, para apenas 2,0% da população, ou seja, a produção *per capita* de alimentos elevou-se, nesses trinta anos, 25%. E o número de mortes por fome continuou aumentando aceleradamente...

A tudo isto a ONU, e demais organizações internacionais, e as grandes Igrejas assistem impassíveis sem qualquer ação efetiva, salvo esmolas, que aumentam os danos, discursos pomposos em ocasiões próprias e Relatórios, sempre cheios de boas intenções... Bastou, entretanto, um país do Terceiro Mundo levantar o seu povo em defesa de seu patrimônio não-renovável para que as forças do mundo hegemônico se mobilizassem com inusitada violência, com a conivência de sempre..., levando as Nações Unidas, uma organização criada para promover a paz, a ser veículo da declaração de guerra.

É inusitado que 90% dos seres humanos que passam fome vivem nas zonas rurais e sua proporção aumenta de modo crescente após a "revolução verde". A razão disto é o modo como se implanta a chamada moderna agricultura "industrializada" e o controle dos alimentos produzidos por corporações que têm seus centros de decisão fora do campo e dos países do Terceiro Mundo. A rigor, o comando mundial da produção de alimentos se faz pelo domínio do sistema de transporte e pelo comércio.

O Brasil, embora um dos principais exportadores de alimentos do mundo, não tem em mãos brasileiras esse comércio. De fato, corporações transnacionais o dominam, nas seguintes proporções: 85% do cacau; 90% do café; 60% do açúcar (provavelmente passará a 100% com a extinção do IAA); 90% do algodão, 90% da madeira, etc.

A chamada agricultura industrializada, com emprego intensivo de capital, é também altamente consumidora de energia e espoliadora de recursos naturais. Em média, para cada caloria produzida consome uma caloria. Quando se trata de caloria animal, a proporção negativa é de 1 para 20. A produção se faz de modo extensivo, em geral expulsando o homem do campo do seu habitat. É marcante o uso de máquinas que requerem grande consumo de combustíveis fósseis, em geral, em grande parte importados; sistemas sofisticados e inadequados de irrigação e aplicações maciças de agrotóxicos e fertilizantes petroquímicos, além de provocar redução da cobertura orgânica dos solos, inundar os produtos agrícolas com substâncias tóxicas e gerar cada vez mais inflação. Os produtos finais são submetidos a grande variedade de processos industriais, conservantes artificiais, além de superembalagens e, finalmente, são objeto de maciça e caríssima propaganda. Ademais, sua estrutura econômica é dominada por oligopólios formados por corporações de controle, direto ou indireto, externo; seus produtos afetam a saúde dos consumidores e deixam para trás profundo desequilíbrio ecológico e miséria nas populações que anteriormente viviam das terras agora "industrializadas". Qualquer outro sistema de produção local é eliminado pela lógica imposta pelas teorias econômicas. Inflação e recessão, desemprego e dependência, explícitas ou camufladas, são as características estruturais das sociedades que têm o crescimento econômico não-diferenciado como meta. O sistema de lavoura extensiva, altamente mecanizada,

é o mais ineficiente que se pode imaginar em termos de uso de recursos e de energia, além de o ser, como vimos, no balanço final de calorias produzidas. Entretanto, a agroempresa obtém lucros fabulosos. Eles são obtidos às custas de graves prejuízos ecológicos, sociais e humanos. Estes custos, entretanto, são externalizados, seus efeitos são jogados para adiante e suas conseqüências pesam negativamente sobre a sociedade e sobre o patrimônio dos povos. Indiretamente, eles são também pagos pela sociedade por meio dos crescentes custos de controle ao crime, proteção ao consumidor, gastos em infra-estrutura nas grandes cidades que absorvem levadas crescentes de migrantes expulsos do campo, genocídio de crianças abandonadas, entre muitos outros. Todas causas diretas do processo inflacionário e da destruição da base de vida dos povos, conseqüências das brutais concentrações de um sistema econômico que retira o pequeno e médio produtor da atividade rural, deixando-os, na maioria das vezes, sem alternativa.

A incapacidade das teorias econômicas em considerar a questão tecnológica como a espinha dorsal da estrutura produtiva termina por ignorar aspectos cruciais relacionados com os recursos naturais, com a energia, com a fixação do homem em seu habitat, ademais de outras questões sociais, ecológicas, humanas e políticas essenciais.

Esta é a principal razão por que os economistas não conseguem entender o processo inflacionário. Essas variáveis são excluídas das teorias que usam. Elas são externalizadas, eufemismo que encobre uma estratégia sob a aparência de incompetência, para dizer o melhor. É muito freqüente não levarem em conta que a riqueza se fundamenta nas fontes de energia e nos recursos naturais. Quando esses são degradados ou ficam reduzidos ou inacessíveis, utilizam-se, nas sociedades dependentes, cada vez mais, o recurso escasso, ou seja, o capital, irresponsavelmente transformado em falsamente simbólico, que alimenta, portanto, o processo inflacionário e aumenta a dependência externa e as forças que o controlam. Em ajuste a isto, economistas e políticos tudo reduzem, em termos de poder, ao financeiro. Esta mistificação alcançou no Brasil níveis alucinantes que têm se refletido em total descontrole sobre a inflação e em desemprego estrutural grave, para não falar nas vulnerabilidades estratégicas inerentes a um parque produtivo irracional e ineficiente. De fato, a arrogância de certos economistas, e de seus patrões ou sócios, condiz com os caminhos pelos quais estão conduzindo nossa sociedade, pois se comportam, nas ações que promovem, como verdadeiros charlatões.

Alto funcionário do governo brasileiro da área do Meio Ambiente assim comenta a moderna agricultura: "Iniciamos com a rapina da coivara, que ainda predomina, e dela saltamos diretamente para a rapina ainda mais violenta da hipermonocultura mecanizada e quimificada... a agronomia moderna é apenas um aspecto parcial da Sociedade de Consumo. O único critério considerado válido nessa consideração "tecnológica" é o "aspecto

econômico", pelo qual apenas se entende o fluxo de dinheiro. A atual ideologia econômica somente conhece os custos monetários, não leva em conta os custos sociais e, muito menos, os custos ambientais. Se a grande monocultura antiecológica e a agroquímica domina, é somente porque estes métodos possibilitam maior movimentação de dinheiro. Está ausente qualquer preocupação com a qualidade biológica dos produtos e com a qualidade da vida". "As técnicas agroquímicas são tecnologias brutais e imediatistas, resultantes de um enfoque simplório e setorial. O agricultor que quer livrar-se de um organismo que considera inimigo aplica uniformemente em seu cultivo um veneno de espectro amplo. Os efeitos desta monstruosidade são evidentes". Assim, conclui: "Se o caboclo, com o fogo generalizado e a erosão descontrolada, destrói em meses ou anos o que levou milênios para formar-se, a grande agricultura empresarial, com suas máquinas pesadas e seu arsenal de venenos fulminantes e persistentes, solapa os próprios alicerces da Ecosfera".

A SABEDORIA CIENTÍFICA DOS ÍNDIOS. APÊTE E CHACRAS

A agricultura nos trópicos úmidos é atividade desenvolvida pelos indígenas há pelo menos três mil anos. Ao contrário do que se pretende insinuar, não é o crescimento da população que promove as dificuldades atuais de manutenção e desenvolvimento das florestas tropicais, pois, no início do século XVI, quando aqui aportaram os portugueses, a população da floresta amazônica era superior à atual.

Philipe Descola, Anthony Anderson e Darell Posey, em artigos reunidos por Gianfranco Bologna no livro *Amazônia Adeus*, descrevem como os índios, com atitudes "científicas", fruto de sabedoria milenar adquirida pela experiência, demonstraram como se pode aprender com a natureza, respeitando suas leis e convivendo harmoniosamente com ela, para benefício de todos.

A atividade agrícola, ao contrário do que parece fazer crer a agricultura industrial moderna, não implica necessariamente na exaustão do meio ambiente. Basta para isto que seja encontrado o caminho natural ditado pelas leis físicas, químicas e termodinâmicas que regem esse patrimônio. Estudos realizados sobre essas atividades entre índios caiapós mostram que é possível cultivar a terra nessas condições sem comprometer os ecossistemas, ao contrário da agricultura moderna. Para isto, os índios respeitam as características naturais das áreas utilizadas.

Assim, em respeito à natureza, os índios caiapós plantam grande número de espécies e variedades. No Pará, identificou-se cerca de 58 espécies por semeadura, plantadas conforme as condições microclimáticas específicas. Entre elas, 15 variedades de mandioca, 33 de batata-doce, inhame, taioba, etc.

A habilidade e competência no trato das áreas exploradas pelos caiapós trazem grandes benefícios, pois delas extraem alimentos, plantas medicinais e matérias-primas para os mais diversos usos. Também servem como habitat para a criação de animais e para atrair a caça.

A agricultura industrial, entretanto, por meio de técnicas modernas, altera os ecossistemas naturais provocando-lhes modificações profundas, de efeitos às vezes irreversíveis, em áreas cada vez maiores. Territórios originais de riquíssima flora vêm sendo transformados em áreas extensas de cultivo em que os tratores arrasam a vegetação original e as plantações são mantidas pelo uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. A intervenção indiscriminada antinatural provoca a destruição das espécies vegetais e animais ameaçando a vida dos ecossistemas e a heterogeneidade natural do meio.

Os *apêtê* são aglomerados ou "ilhas" de vegetação, resultado da intervenção indígena na floresta, respeitado porém seu processo evolutivo. Em *apêtê* de índios caiapós foram inventariados cerca de 120 espécies vegetais, sendo 118 delas classificadas como úteis, nas seguintes categorias:

- medicinais: contra febres, hemorragias, diarreias, náuseas, dor de cabeça, contraceptivos, preparados naturais para atrair caça, etc.;

- alimentícios: tubérculos, raízes e frutas;

- madeiras, adubos e para outros fins, como proteção a intensa radiação solar dessas regiões.

Em setenta e cinco espécies comuns nesses aglomerados vegetais foram identificadas mais de uma utilidade.

Os *apêtê* servem também de abrigo no caso de epidemias, por ser lugar mais saudável do que a floresta original. Neles, as famílias índias encontram tudo para sobreviver. Eram usados ainda como lugar de repouso e para encontros amorosos.

O conceito de reflorestamento indígena segue princípios opostos aos da agricultura industrial moderna. Em vez de uso elevado de capital e de energia fóssil, os índios usam processos simples, maximizando e controlando a energia renovável. Ao invés da monocultura que destrói a flora, os índios procuram aumentar a heterogeneidade dando ênfase a espécies úteis ao homem. Eles utilizam, por indução, conhecimentos experimentais da natureza visando fortalecê-la e com ela conviver harmonicamente, tirando-lhe o melhor proveito, sem destruí-la.

Em contrapartida, a agricultura industrial usa a ciência em sentido contrário à natureza e à vida, o que pode resultar na destruição de ambas. Tudo em nome da idolatria ao lucro, da lógica das teorias econômicas e das injunções de mercado.

O aumento da heterogeneidade em vegetação altamente diversificada mantém inalterada a matriz ambiental. Esta técnica de cultivo garante a preservação das espécies animais e vegetais. As faixas de flexibilidade permitidas pelas variáveis naturais são preservadas, o que permite sábia exploração que pode alcançar altos níveis de produtividade, quando conhecidos experimentalmente os parâmetros físicos, termodinâmicos e químicos da natureza.

Os indígenas, com sua sabedoria, procuram identificar de modo empírico esses parâmetros, ao contrário da arrogante barbárie da agricultura moderna. Esse sistema traz grandes benefícios para o homem e para o ambiente. Muitos dos ecossistemas hoje naturais tiveram a mão sábia do índio.

A *chacra* é uma clareira criada artificialmente na floresta, com área entre meio e três hectares. Nela os indígenas desenvolvem policultura com estratificação trófica, procurando reproduzir a floresta primária adjacente, em três níveis: bananeiras e mamoeiros de 3 a 4 metros de altura; laranja da terra, mandioca e outros arbustos de 1 a 2 metros e tubérculos, amendoins e feijões no nível do solo. Como na floresta primária, a estratificação permite reduzir o risco de destruição por incidência solar direta na camada fértil de húmus sobre o solo. Esta proteção é essencial também na manutenção do ciclo dos nutrientes químicos, os quais, em outros ecossistemas, se concentram no solo.

Quando abandonadas as clareiras, a floresta consegue recompor-se graças a um processo em que suas espécies naturais começam a proliferar, das margens para o centro, recriando as condições originais.

Os índios *achuar* são um grupo pertencente ao ramo lingüístico e cultural dos *jívacos*. Têm as seguintes características produtivas:

- unidade de produção e de consumo independente e auto-suficiente, com controle dos fatores e com utilização dos produtos resultantes do trabalho próprio. A produção existe em função das necessidades familiares e não, evidentemente, das exigências de mercado;

- esta organização é caracterizada, considerando sua natureza, por alta produtividade e reduzido esforço físico. Essas atividades exigem de cada adulto um máximo de cinco horas de trabalho por dia;

- apesar do grau rudimentar de desenvolvimento dos fatores de produção e do gasto mínimo de energia humana, o nível de subsistência de alimentação dos achuar supera quantitativa e qualitativamente os níveis atuais da maioria das populações do Terceiro Mundo. Em média, um achuar sobrepassa em duzentas calorias a média calórica ótima de 2.100 calorias diárias por indivíduo, conforme índices da FAO.

Assim, graças a um sistema produtivo adequado aos limites da elasticidade ecológica, os achuar conseguiram sobreviver por séculos e montaram sistema de alta produtividade, se comparado à força de trabalho correspondente, sem procurar externalizar o essencial, como fazem, com irresponsabilidade, as modernas teorias econômicas.

Ou seja, os achuar desenvolveram tecnologias agrícolas adequadas a suas necessidades, harmoniosas com a natureza, fruto do domínio empírico de conhecimentos científicos adquiridos pela experiência e compatível com o bem-estar de seu povo e com o respeito ao insubstituível patrimônio natural.

É precisamente isto que as teorias conduzidas pelas forças de mercado, não conseguem fazer. Trazem em troca para o meio a depravação ambiental, a perda patrimonial irrecuperável e a expulsão ou extinção dos povos que nele habitam.

Ao contrário dos nativos, os colonos expulsos de suas terras originais são induzidos a praticar, nas regiões tropicais úmidas, agricultura itinerante, tendo por base desmatamento generalizado e, por objetivo, pecuária extensiva. Em progressivo avanço sobre a floresta, os aspectos negativos dessa pecuária são tão multiplicados que põem em risco o capital biológico da Região Amazônica. Esses desmatamentos impedem que a floresta se regenere, ao contrário das clareiras preparadas pelos índios com suas chacras.

A exaustão que esse tipo de pecuária promove no terreno acarreta a redução de produtividade e o declínio das condições de vida dos colonos. Estes terminam em situação sócio-econômica mais crítica do que deixaram para trás quando emigraram para a Amazônia, tangidos de suas terras pela agricultura industrializada do grande capital e das transnacionais, que objetivam basicamente produção destinada à exportação.

Se os índios, com seus conhecimentos empíricos, primários, resultado da simples e prolongada observação da natureza, conseguem esses resultados, o que não se poderia obter com o poderoso arsenal de conhecimentos que a comunidade científica brasileira hoje dispõe... caso fosse aplicado no desenvolvimento de técnicas agrícolas e florestais, em nossas extensas regiões tropicais úmidas?

Considerando que entre 1950 e 1980, segundo o Banco Mundial, metade das florestas tropicais foram destruídas e que, todos os anos, cerca de duzentos mil quilômetros quadrados são vítimas de desmatamento e degradação ambiental, as perspectivas para o futuro são da sua extinção. Isto corresponde ao contrário da manutenção que lhes foi dada pelos índios durante milênios, com o elevado nível de população que representavam. Além disto, a floresta amazônica persistiu praticamente incólume em mãos brasileiras, após a descoberta do Brasil pelos portugueses, ou seja, durante

quatrocentos anos. Somente nos últimos anos vem ocorrendo o processo de barbárie devastadora, a qual tem como causa direta a modernização imposta de fora e suportada pela lógica das teorias econômicas, em uso generalizado pelas elites econômicas de poder.

A LÓGICA PREDADORA

Edward Goldsmith, fundador e editor da prestigiada e estimulante revista de âmbito internacional *The Ecologist*, vem se empenhando pessoalmente na tentativa de reorientar as políticas dos projetos financiados pelo Banco Mundial. Esta luta levou à revisão a posição pública do Banco, devido a carta aberta encaminhada por Goldsmith em 1985 a Robert Clausen, então presidente do BIRD, acusando-o explicitamente de estar financiando a pobreza, a destruição do meio ambiente e a fome nos países pobres. Devido a isso, o Banco pareceu mudar de atitude. Barber Conable, seu novo presidente, em famoso discurso, em maio de 1987, reconheceu alguns dos erros cometidos e prometeu promover a “ambientalização” do Banco. Goldsmith então respondeu com nova carta aberta, publicada na íntegra no livro antes citado de Gianfranco Bologna, *Amazonas Adeus*¹⁹, do qual destacamos alguns trechos:

No início dos anos 70, McNamara, na época presidente do Banco Mundial, começou a entender que seus programas não faziam muito pelos pobres do Terceiro Mundo e que alguns chegavam a aumentar sua pobreza. Isto o induziu a anunciar, em 1976, um “pacto global” cujo objetivo era satisfazer as necessidades humanas fundamentais das pessoas mais pobres nos países de baixa e média renda... Poucos colocaram em dúvida a sinceridade de McNamara. O problema é que ele não permitiu que sua preocupação interferisse nas prioridades do Banco. Para McNamara não havia motivos para abandonar a Revolução Verde, mesmo se, pelo que afirmava na época, ele soubesse perfeitamente quais eram os efeitos negativos dessa Revolução sobre os agricultores pobres do Terceiro Mundo. A razão era clara: a Revolução Verde tinha aumentado consideravelmente o volume de investimentos lucrativos na agricultura e tinha permitido ao Banco engrossar substancialmente seus empréstimos nessa área.

A questão era, portanto, como levar a tecnologia avançada e insumos modernos a mais de cem milhões de pequenos agricultores. Esse objetivo, entretanto, era inalcançável. Os “insumos” (sementes híbridas, fertilizantes, pesticidas e água para a irrigação) têm custos proibitivos. Eles não estão ao alcance nem mesmo da comunidade agrícola americana — a mais rica do mundo — que faliu na tentativa

19. Bologna, Gianfranco. *Amazonas Adeus*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1990.

de adotar essa tecnologia. Hoje, sua dívida com os bancos é de mais de trezentos bilhões de dólares, quantia que nunca terá condições de pagar. Como poderiam esses insumos, então, estar ao alcance dos agricultores pobres do Terceiro Mundo...? Em todo caso, depois que os governos do Terceiro Mundo tiverem construído as represas e as obras de irrigação, além de fornecido subsídios, como já todos o fizeram, para a compra de fertilizantes e pesticidas, não terão outra escolha senão a de exportar os alimentos produzidos para obter a moeda estrangeira com a qual deverão pagar os juros dos empréstimos recebidos do exterior. Os pequenos agricultores nunca poderão ter acesso a moeda estrangeira; eles serão inevitavelmente expropriados e abandonados para dar lugar a plantações (extensivas) e às criações de gado destinadas à exportação.

A Revolução Verde, senhor Conable (diz Goldsmith), terá sido algo vantajoso para o Banco Mundial e também para os construtores de represas e para a indústria agroquímica, mas foi um desastre tanto para o ambiente quanto para a população rural do Terceiro Mundo. Como seu próprio Banco admite, seus programas de desenvolvimento rural (...) trouxeram poucos benefícios diretos para os camponeses sem terra, para os arrendatários que não podiam oferecer garantias paralelas em troca de empréstimos e para os agricultores "quase sem terra" que dificilmente conseguem empréstimos para os insumos necessários, (...) trata-se justamente das camadas da sociedade rural menos capazes de satisfazer suas necessidades fundamentais. Afinal, os senhores se empenharam em garantir a satisfação das necessidades de quem?

Outro setor em que as garantias do Banco Mundial provaram ser totalmente vazias é o da conservação das florestas. Em seu discurso, o senhor disse que o seu Banco "é a maior fonte de financiamento para a conservação e o desenvolvimento das florestas tropicais", que no último decênio os investimentos do BIRD e os fundos de assistência técnica para a silvicultura ultrapassaram quantia de um bilhão de dólares e que os senhores estão prontos a continuar.

Ora, a maioria de seus programas de conservação de florestas enquadra-se no termo "silvicultura social" ... definida como "a criação de florestas para o benefício da comunidade por meio do seu envolvimento ativo". Essa medida é considerada um modo de melhorar as condições ambientais rurais, diminuir a emigração e o desemprego do setor agrícola e "(...) aumentar a auto-suficiência e a segurança dos habitantes locais, especialmente com relação a suas necessidades em materiais, a serem extraídos da floresta". Certamente essa idéia é admirável, mas os programas de silvicultura do Banco não fazem nada do que está dito acima. Para começar, as florestas sociais não pertencem aos habitantes, mas quase sempre a relativamente grandes

proprietários de terras. Em segundo lugar, não se trata de florestas, mas de plantações de árvores de eucalipto de crescimento rápido, pouco úteis para as populações locais por não produzirem forragem para seus animais, nem adubo verde para fertilizar seus campos. Elas tampouco fornecem ambiente adequado aos animais de caça, e suas raízes não conseguem impedir a erosão do terreno. Sua madeira também não tem utilidade para a construção de utensílios e, mesmo se tivesse, não estaria à disposição dos habitantes, pois, para serem financiadas pelo Banco Mundial, essas "florestas sociais" têm que dar lucro sobre o capital investido. Isso significa que precisam ser vendidas a estabelecimentos de produção de polpa de madeira a um preço inacessível aos habitantes. O pior de tudo é que as árvores, que teoricamente deveriam ser plantadas em terras incultas, muitas vezes são plantadas nos terrenos agrícolas que produziam alimentos. Os programas da silvicultura social, então, também agravam a subnutrição. Como se não bastasse, enquanto a produção de alimentos absorve muita mão-de-obra, a criação de árvore de eucalipto reduz drasticamente o seu uso depois do período inicial do plantio, de modo que esses programas também causam aumento do desemprego. Para piorar ainda mais a situação, as espécies de eucalipto plantadas tendem a consumir grandes quantidades de água, reduzindo suas disponibilidades para os habitantes da região. Assim, muitos dos trabalhadores expulsos não têm outra escolha para ganhar a vida senão arrancar os galhos das árvores para obter lenha que possa ser vendida nos centros urbanos mais próximos. Consequentemente, as florestas sociais acabam aumentando as pressões sobre as reservas ainda existentes. Chamar esses projetos destrutivos de "florestas sociais", senhor Conable, é, portanto, absolutamente desonesto.

Diante desses fatos, sua ameaça de aumentar ainda mais os financiamentos do Banco "para a conservação e o desenvolvimento da floresta tropical" é um fato alarmante. Principalmente se lembrarmos que o plano de ação do Banco para as florestas tropicais baseia-se no documento "Tropical Forest — A Call for Action". Esse plano propõe salvar as florestas tropicais do mundo criando ainda mais plantações de eucalipto e nem sequer sugere reduzir — e muito menos interromper — os programas maciços de desenvolvimento financiados por seu Banco e outras instituições semelhantes, que são a causa principal da destruição da floresta tropical.

Um exemplo brasileiro, de natureza estrutural, e que reflete uma política inadequada de utilização das florestas tropicais úmidas, é o decorrente da construção de hidrelétricas de grande porte na região amazônica. A de Tucuruí foi construída sem qualquer análise conceitual séria no campo energético. De fato, a energia que sob a forma de madeira e ma-

terial celulósico foi submersa vai exigir muitos anos de geração hidrelétrica para ser ressarcida, e isto ao custo de vários bilhões de dólares. Destruíu, deste modo, 2.430 km² de florestas virgens e, portanto, um potencial de produção permanente de biomassa, fonte energética excepcional dos trópicos. Com o objetivo de manter baixo o preço do alumínio nos países hegemônicos, onera-se o povo brasileiro e seu patrimônio insubstituível. De fato, 40% da energia produzida em Tucuruí destina-se à produção de alumínio e alumina na Alumar, da Alcoa e Billington-Shell. Além de todo tipo de subsídios, o megawatt-hora tem sido vendido por pequena porcentagem de seu valor internacional ou de seu custo de geração pois os compradores têm o poder de arbitrar o preço, por concessão do governo brasileiro, em mais um "negócio do Brasil". A usina de Balbina inunda 2.364 km² e o Plano 2010 da Eletrobrás prevê a construção de 79 novas usinas, a maioria na região amazônica. A sanha destruidora dos "barrageiros" parece não ter limites. Nem os Princípios da Termodinâmica respeitam. Como os fluxos hídricos dos trópicos úmidos têm sua estabilidade diretamente relacionadas com a floresta, se esta for destruída, levará, no futuro, ao surgimento de barragens secas ou grandes inundações que nada deixarão para trás. *Deste modo, a ignorância dos tecnocratas, que desconhecem rudimentos de Termodinâmica e as leis elementares da natureza, promove em nome do crescimento econômico a destruição de nosso patrimônio natural e retira as condições de vida do nosso povo, executando, vitoriosos e impunes, o maior ecocídio da história da humanidade.*

Na verdade, está mais do que claro que a retórica do Banco Mundial a respeito de sua determinação em salvaguardar o meio ambiente, reduzir os níveis de pobreza, proteger as populações ou conservar as florestas tropicais que restam, nunca foi traduzida em ação apropriada. A razão disto não é apenas a obstinação do atual ou dos antigos presidentes do Banco Mundial, *mas o conflito fundamental que se estabelece entre aquilo que muitas vezes é o desejo autêntico do Banco de satisfazer imperativos humanos, sociais e ecológicos e sua necessidade, enquanto banco, de atuar comercialmente em uma economia competitiva e de maximizar, a curto prazo, os lucros sobre o capital.*

O senhor diz, senhor Conable, que uma ecologia saudável é uma boa economia. De fato o é, mas só se o senhor estiver se referindo ao tipo de economia que traz a maximização dos benefícios materiais por um prazo indefinido, durante o qual deve haver uma conservação atenta do mundo natural de onde a própria economia extrai seus recursos e ao qual entrega os dejetos.

A economia moderna inviabiliza uma política semelhante. Ela está interessada exclusivamente na maximização dos lucros financeiros a curtíssimo prazo, isto é, ganhar dinheiro com os recursos naturais,

gastando o mínimo e levando o menor tempo possível. Esse objetivo, senhor Conable, obviamente exclui a adoção de medidas mitigadoras freqüentemente invocadas pelo senhor e por seus colaboradores.

O que mais uma vez chama a atenção para a inutilidade de sua retórica, senhor Conable, é a sua afirmação de que o Banco continuará promovendo investimentos importantes em energia, infraestrutura, industrialização e irrigação, mesmo se, como o senhor mesmo dá a entender, no passado esses investimentos foram responsáveis por terríveis destruições ambientais.

Os trechos anteriores sublinhados pelo autor sintetizam o conflito fundamental amplamente analisado no Capítulo II deste livro, a saber: incompatibilidade entre a dinâmica de ação imposta pelo sistema financeiro falsamente simbólico e a valorização da riqueza real, representada aqui pelos patrimônios naturais.

A moeda para ser legítima necessita reportar-se ao mundo real, possibilitando assim operacionalizar o processo econômico, cuja parte essencial, necessária mas não suficiente, é representada pelos recursos naturais, entre os quais, evidentemente, de modo vital, as fontes energéticas. Ao atribuir valor intrínseco à moeda sem qualquer referência a patrimônios naturais, fonte crucial de riqueza, se está construindo um sistema econômico que se assemelha a uma bolha de sabão. Assim, nas condições atuais, as regras econômicas predominantes impõem ao financeiro valores e poderes intrínsecos que extrapolam em muito os que poderiam representar. Este inconsistente sistema levará necessariamente ao colapso, bastando para isto que as estruturas de poder que suportam esse arbítrio sejam enfrentadas no propósito de resgatar os princípios que dão consistência histórica e seriedade ao processo econômico.

Além disto, os manipuladores desses falsos símbolos ao dar-lhes arbitrariedade equivalência com o real e ao atribuir-lhes valor de renda intrínseca, como se isso fosse possível nessas condições, estabelecem impedimentos insuperáveis, tendo em vista possíveis retornos econômicos compatíveis com o uso dos patrimônios naturais. Estes, pela própria natureza, têm limitações, pois seus parâmetros estão sujeitos às leis e princípios da física, da química e da termodinâmica. Sua flexibilidade elástica não pode ser ultrapassada, sob pena do patrimônio ser destruído para fins de utilidade para o homem, como estipula o 2º Princípio da Termodinâmica.

Ou seja, o alto custo do dinheiro, manipulado pelos controladores dos sistemas financeiros, nacional e internacional, é incompatível com os lucros que são possíveis de ser extraídos da utilização desses patrimônios, quaisquer que sejam as eficiências ou produtividades das tecnologias envolvidas. Estas evidências implicam em não admitir processos de produção predado-

res, por serem inadmissíveis em sociedades civilizadas. Entretanto, isso é o que ocorre, cada vez com mais frequência, quase como norma, e os lucros resultantes passam a ser frutos não de respostas à utilização da natureza, mas da destruição de ativos patrimoniais físicos e fontes de energia e de vida. As dinâmicas que levam a esses efeitos são, em muitos casos, curiosamente estabelecidas com o objetivo de combater a inflação.

As conseqüências dessas manipulações estão levando o processo econômico a provocar rupturas irreversíveis no equilíbrio ambiental, superando as faixas de elasticidade das variáveis naturais. Estas práticas, sustentadas pela lógica das teorias econômicas, destroem paradoxalmente os patrimônios sobre os quais se fundamenta a atividade econômica. E torna impossível a sobrevivência dos povos não hegemônicos que habitam as regiões do planeta onde se concentram parcelas ponderáveis desses patrimônios naturais. Além disto, se cria gigantesco ônus para as futuras gerações, herdeiras históricas legítimas dessas riquezas, que lhes são essenciais à vida e base da evolução civilizatória.

Em síntese, os modernos sistemas hegemônicos de natureza econômico-financeiro-militar configuram modo apenas distinto de escravidão que aquele que, de modo marcante, sujou a história do homem. Originalmente, excluídos os casos de vingança inconsequente entre povos, a escravidão quase sempre resultava da prática hedionda do uso da força muscular dos escravos no processo econômico em toda sua extensão. A ausência de tecnologias que viabilizassem a utilização das fontes naturais de energia tornava justificável, à luz das culturas de então, tal prática. Esses indivíduos, em princípio, eram bem tratados e alimentados, pois isto era do interesse do escravocrata, com o objetivo de retirar-lhes o máximo trabalho útil. Evidentemente, esta lógica era condicionada à garantia de mantê-los como escravos.

O processo de escravidão moderna, entretanto, não se dá mais pela utilização da força muscular, embora, por longo período, se justificou a intervenção estrangeira nos países dependentes pela possibilidade de uso extensivo de mão-de-obra barata, silogismo que confirma certo tipo de escravidão, ainda atual em algumas economias.

Com o desenvolvimento da automação, o interesse dos países hegemônicos se concentra no uso predador e intenso dos patrimônios naturais, cada vez mais escassos e artificialmente desvalorizados dos países do Terceiro Mundo. Assim, não é necessário preocupar-se com a alimentação dos indivíduos que habitam essas regiões depredadas; pelo contrário, eles se constituem em estorvo a esses interesses. Daí o genocídio em marcha. Ademais, eles se constituem apenas em recursos, objetos a serem utilizados e consumidos, em nome da eficiência do processo, em benefício dos sujeitos da história, do chamado Primeiro Mundo.

O imenso ônus da depredação desses patrimônios naturais, porém, terminará revertendo, em efeito bumerangue, sobre os povos hegemônicos. O sinal mais evidente dessa dinâmica de reversão é o processo inflacionário.

Os economistas ao tentar revertê-lo, sempre por medidas no campo financeiro, onde estão centradas suas habilidades, ignoram o real, e terminam agindo exclusivamente sobre os efeitos. Estes, ao serem parcialmente atingidos, reduzem momentaneamente seus estragos, para ressurgir depois com mais pujança. Isto porque as causas persistem em sua integridade. Ou seja, o processo inflacionário é basicamente centrado na falsa simbologia do financeiro que desqualifica os patrimônios reais, os quais sustentam as atividades econômicas. Como consequência do sistema neocolonial descrito no Capítulo III, a essas causas são adicionadas, nos países dependentes, um largo espectro de outras, todas suportadas pela lógica de teorias econômicas.

Na primeira fase, os países hegemônicos transferem para os periféricos, através do sistema financeiro, os efeitos da sua própria inflação. Assim, esses países vivem permanentemente com grandes dificuldades e, dentro dessas dinâmicas, os problemas inflacionários parecem insolúveis. Ignorando-se esses fatos, cria-se a imagem que todos os males provêm do processo inflacionário, sem elucidar suas causas reais e mantendo o sistema econômico sob a égide quase exclusiva do financeiro. Ao identificar o "vilão" por meio de uma meia verdade, concentram-se todos os esforços na redução de efeitos. Nunca ocorre, porém, a solução do problema, evidentemente, pois as causas reais continuam incólumes. Nesta "caça às bruxas", que ocorre sempre pelo fortalecimento do financeiro e, conseqüentemente, de seus agentes, mantém-se o status quo que leva a um processo repetitivo, de garantida continuidade.

Essas dinâmicas entretanto não podem ser sustentadas para sempre. Reações podem surgir, e estão surgindo, de origens insuspeitas, em grande parte como consequência da inconsistência e vulnerabilidade do processo. Também há razões que podem levar os países periféricos, em situações de desespero, a ações vitoriosas de enfrentamento ante forças hegemônicas. Como consequência da questão energética e da própria vulnerabilidade criada por sistema financeiro inconsistente, essas forças estão em evidente declínio. Também, o processo crescente de depauperação que já envolve elevadíssima proporção da humanidade e que vem se transformando em explícita dinâmica de genocídio, como consequência natural das ações econômico-financeiras, pode se transformar em explosivo estopim mundial.

A economista inglesa Hazel Henderson do Worldwatch Institute de Washington e do Centro Americano de Assessoria Tecnológica assim se refere a esses temas:

A nova palavra de ordem "luta contra inflação" é uma mistificação econômica. Aquilo que chamamos de inflação é, na verdade, o conjunto de todas as variáveis sociais, psicológicas e ecológicas que os economistas ignoram ao fazerem seus modelos econômicos, que posteriormente retornam a nós sob a forma de desconhecidos pesadelos. Eu me pergunto se existe qualquer tipo de lucro que não seja obtido às custas de uma dívida de igual volume, apenas não contabilizada, contraída junto a alguma camada social ou ambiental ou que não seja repassada às gerações futuras.

Todas as variáveis externas que os economistas classificam como inflação acabarão ultrapassando as fronteiras artificiais da economia, (prossegue Henderson) inundando-a de custos sociais, sejam os que decorrerão dos desastres ecológicos até os custos de programas de saúde destinados a controlar uma eventual epidemia de "aids". Isto sem falar nos custos de conflitos externos, alguns dos quais provocados anteriormente por nós mesmos, como é o caso da situação iraniana (escrito antes de agosto de 1990). "Os economistas têm... aquelas formas simplistas e lineares de ver o mundo, de modo que qualquer outra coisa que aconteça será encarada como variável externa. Esses modelos bem arrumados do mundo estão divorciados das leis básicas e princípios da física, da biologia, da bio-produtividade; enfim, do mundo real". Um dos problemas da macroeconomia é o nivelamento de dados. Perde-se toda noção do real quando a política é baseada nessa maneira maluca de tirar a média e de fazer abstrações. Quero dizer que os políticos e os economistas que receberam este tipo de formação obviamente não conseguem entender como se planta um repolho ou como se realiza qualquer outra atividade onde seja necessário saber lidar com o mundo real (E conclui Hazel Henderson): Por tudo isto, acho muito perigoso que essas pessoas continuem no comando. É por isso que tenho assumido como missão a necessidade de excomungar esta casta que dirige o processo de canalização de recursos na maioria dos países industrializados. Os economistas precisam ser expostos à execração pública como charlatães. Precisamos de modelos político-econômicos muito mais complexos e interdisciplinares e estes não surgirão enquanto os economistas continuarem nos dizendo que são eles que sabem o que tem que ser feito.

Neste contexto, as ações resultantes da economia moderna não foram ainda mais devastadoras porque parcela crescente da população mundial vem conseguindo viver fora da economia formal, quase sem usar moeda. Isto só é possível, porém, quando os meios naturais não são destruídos ou os habitantes não são desalojados das localidades que habitam.

Segundo Henderson, na totalidade da economia mundial, cinquenta por cento das atividades produtivas, de consumo e de serviços, estão fora do sistema monetário. Nada disto jamais é registrado nos mapas econômicos. Esta quantia soma cerca de 300 bilhões de dólares, por ano, só nos EUA, caso fossem monetarizados. Acrescenta Henderson:

“Pessoalmente, desconfio que a maior parcela deste total se deve ao fato de que as pessoas estão sendo afugentadas da economia monetária pelo absurdo que resulta acompanhar as regras de seu jogo, preferindo uma forma comunitária de subsistência e o comércio de trocas”.

ESTRESSE SOCIAL E ECOLÓGICO. ESTADOS DE ENTROPIA

Além das inadequações e ineficiências criadas pela sistemática da dependência tecnológica, há ainda as deformações resultantes de políticas e injunções, às vezes de natureza cultural, do próprio sistema econômico que, em geral, visa exclusivamente objetivos imediatistas. Assim, grande parte das tecnologias externas são dissipadoras de recursos naturais, de baixa eficiência e estruturadas em sistemas fortemente centralizadores. Muitas levam a efeitos antiecológicos, inflacionários e são perniciosas à saúde individual e coletiva; isto é, são nocivas à sociedade e inadequadas às condições e circunstâncias dos locais de uso.

A obsessão pelo crescimento econômico indiscriminado, obedecendo a bisonhas extrapolações lineares, mantém o status quo por meio de sistemático aumento das desigualdades e iniquidades sociais e humanas. Esta dinâmica fomenta também a deterioração de complexa natureza física, retirando-lhe a necessária flexibilidade e levando-a à exaustão. Trata-se de processo semelhante à exaustão física de organismos vivos, que podemos identificar como estresse ecológico.

Deste modo, são inutilizadas parcelas ponderáveis do patrimônio nacional, assim como são desmantelados sensíveis mecanismos institucionais, cujos principais objetivos são a promoção da harmonia e do avanço social e que exigiram longos períodos de construção. Os efeitos dessas dissipações nas áreas humana, social e ambiental terminam, como diz Henderson, revertendo sobre a sociedade, sob a forma de colossais pesadelos. Em síntese, trata-se de processo com características eminentemente predatórias. Em sua globalidade, formam consistente base estrutural para o processo inflacionário.

As teorias econômicas, entretanto, jamais os qualificam identificando-os como causas e os afastam de suas análises ao caracterizá-los, com desdém, como externalidades.

Nesta mistificação pode-se identificar uma das misteriosas razões por que os profissionais que aplicam essas teorias têm extrema dificuldade em localizar e atingir as origens inflacionárias. Sempre procuram atacar, às vezes com grande vigor, os efeitos do processo ou suas vítimas, preservando intocadas, com cuidadosas cautelas, as causas.

Ademais, como o econômico está cada vez mais centrado no financeiro, em sistema submetido a centros imperiais, é fácil transferir o ônus dessa sistemática estrutural para as economias dependentes. Os efeitos dessas transferências, realizados pelos usuais instrumentos financeiros internacionais, como taxas de câmbio, moeda de referência, relações de trocas, dívidas externas, etc., se acumulam com suas próprias mazelas, também de natureza inflacionária.

Evidentemente, a longo prazo, essas práticas podem ter perigoso efeito de bumerangue, como o que assistimos, a partir do segundo semestre de 1990, no Oriente Médio. Os descomunais custos da mobilização militar e da guerra não puderam ser suportados pela superpotência econômica que comanda o sistema financeiro internacional e que, para tanto, pressionou seus mais próximos aliados a compartilhar esses custos. Ademais, a eles se sobrepõem a natureza hedionda da ação de matança de um povo que resistiu entregar seu patrimônio nas condições que interessam ao mercado das potências hegemônicas. No Brasil, mantendo-se o preço de US\$ 40,00 ao barril de petróleo, alcançado no início do conflito, os aumentos da despesa das importações de petróleo em 18 meses representariam, em dólares, 150% dos custos globais, em cruzeiros, da implantação do Proálcool, ocorrida num prazo de dez anos. Enquanto isto, os preços internacionais do petróleo continuam sendo intensamente manipulados. Até quando poderá se manter esta situação forjada? Enquanto isto, como consequência da guerra, centenas de poços estarão em chamas por muitos meses...

Assim, além de dilapidação da riqueza natural por destruição do patrimônio ecológico, as sociedades dependentes estão sendo submetidas a aumento crescente do que designaremos por estados de entropia, cujos efeitos são semelhantes aos causados pelo atrito excessivo nas máquinas, dissipador de sua energia motora. *A obsessão pelo crescimento econômico indiscriminado e sem limites leva a forçar, por longos períodos, parâmetros sociais, humanos e físicos, delicados e complexos, de forma linear, o que termina por superar seus níveis naturais de flexibilidade, levando-os à exaustão.* Neste escopo, se colocam os prolongados períodos de desenfreada especulação financeira, afastando a poupança nacional das atividades produtivas e promovendo a criação de grandes fortunas, frutos dessa pilhagem; os gastos desperdiçados em gigantescas máquinas tecnocráticas, especialmente manipulando o financeiro; a montagem de complexas estruturas de controle ao crime, resultado de graves desníveis sociais; os desgast

tes e os desperdícios de uma sociedade esbanjadora por parte de pequena minoria e os desequilíbrios decorrentes de uma maioria sem educação e sem saúde; a desmedida concentração da população em megalópoles, absorvedoras e dissipadoras de riqueza e cercadas por massas humanas de milhões de desamparados e marginais; as escandalosas transferências de renda para cobrir ineficiências produtivas resultado da natureza dependente do "modelo" econômico, além das políticas de exportação a qualquer custo, visando garantir a estabilidade financeira das nações hegemônicas; o desmonte de estratégias estruturas públicas; os gigantescos serviços da dívida, verdadeira sangria arterial da poupança nacional; a corrupção generalizada e impune; os grandes escândalos financeiros; a falta de objetivos nacionais das nossas universidades e do sistema de ciência e "tecnologia"; o crescente desencontro de falsos intelectuais, alguns chafurdando nas mistificadoras falsidades da modernidade; a ignorância arrogante e tantas outras nefandas práticas; a ingovernabilidade das grandes cidades; a marginalidade econômica de 70 milhões de brasileiros; a miséria absoluta de 40 milhões; e, para culminar, a orquestrada e sistemática destruição da auto-estima nacional, promovida de modo amoral e ostensivo pelos meios de comunicação de massa, especialmente pela televisão.

As mudanças profundas que se fariam necessárias para superar este estado de alta entropia encontram reação organizada. Os defensores incondicionais e beneficiários de dinâmicas lineares que se fundamentam nas teorias econômicas e que servem ao poder hegemônico externo dominam os destinos do País. Deste modo, congelam arbitrariamente estruturas que abrigam poderes quase absolutos, impedindo alterações desse status quo, essenciais à adaptação dessas dinâmicas a práticas que permitissem à sociedade brasileira sadia evolução. Até mesmo as correntes consideradas mais progressistas tendem a ser, nesses aspectos, reacionárias e estagnantes, por faltar-lhes instrumentos de análise e conhecimentos específicos em multiplicidade de setores da natureza e da vida.

A crise econômica brasileira tem, como vimos, sua origem primeira no "modelo" de crescimento econômico dependente, adotado por indução de países hegemônicos predadores. Neste contexto, grande parte das tecnologias externas em uso são dissipadoras de recursos naturais, de baixa eficiência e estruturadas em sistemas fortemente centralizados e concentradores.

As conseqüências desse "modelo", alienado e servil, extrapolam em muito o âmbito do econômico para atingir de modo brutal e sinistro a vida humana e a sobrevivência de nosso povo. Assim, recordemos trecho de libelo que o senador Darcy Ribeiro pronunciou, em abril de 1991, no seu primeiro discurso no Senado Federal, como representante do povo do Rio de Janeiro:

Neste nosso País dos modismos intelectuais, uma nova moda está grassando, irresistível, por toda parte. Trata-se de um contradiscurso antiideológico que é, de fato, a velha fala das elites, a mui treiteira ideologia inconfessável do amor à ordem vigente e de submissão fanática ao mundo dos ricos. Uma submissão não só econômica, mas também cultural porque fundada numa postura negativista diante da vida e diante da sociedade brasileira.

Sua postura cabisbaixa e servil se assenta numa análise de alienação intelectual diante do conhecimento criado e sedimentado em nosso País. Toda a sua fala é uma impostura destinada a esconder um complexo insanável de inferioridade e de subalternidade que delega a condução de nossa economia a centros metropolitanos de decisão, assim como transfere à inteligência externa a reflexão sobre o destino de nosso povo (é a minoridade, a que se refere Kant). (...)

O que cumpre fazer em nosso País não é nenhuma modernização reflexa, destas que atualizam um sistema produtivo apenas para fazê-lo mais eficaz no papel de provedor de bens para o mercado mundial. É, isto sim, um salto evolutivo à condição de economia autônoma que exista e viva para si mesma, isto é, para seu povo. Para tanto, temos é que nos associar aos outros povos explorados para denunciar e pôr um termo à ordem econômica vigente que faz os povos pobres custearem a prosperidade dos povos ricos através de um intercâmbio internacional gritantemente desigual.

A via da modernização reflexa pelo desenvolvimento dependente só nos faria fracassar na civilização emergente tal como fracassamos ao nos integrarmos, por este mesmo caminho, na civilização industrial.

Nós, e só nós, brasileiros, podemos definir esse projeto do Brasil que queremos ser. Não será, obviamente, o Brasil desejado pela minoria próspera que está contentíssima com o Brasil tal qual é, e que só quer mais do que já tem. (...)

Nada há de mais espantoso em nossa Pátria, do que o fato de que ninguém se rebelde contra o horror da paisagem humana do Brasil de hoje. Estamos matando, martirizando, sangrando, degradando nosso povo. O conjunto das instituições públicas e das empresas privadas dessa nossa ingrata Pátria brasileira dos anos 90, o que faz, efetiva e eficazmente, é gastar o único bem que resultou de nossos séculos de triste história: o povo brasileiro.

Somos, hoje, uma parcela ponderável da humanidade. Somamos mais de cento e cinquenta milhões de almas. Seríamos uma humani-

dade nova e louçã se alcançássemos coisas tão elementares como todo brasileiro comer todo dia, toda pessoa ter acesso a um emprego e toda criança progredir na escola. Mas não há nada disto. Nem há qualquer perspectiva de que isso se alcance em tempos previsíveis, pelos caminhos que vimos trilhando. Tudo de que se necessita para que floresça no Brasil uma civilização bela e solidária. Herdamos uma das províncias maiores, mais belas e ricas do planeta. Somos um povo movido por uma incansável vontade de viver e de trabalhar; ativado pelo desejo mais intenso de felicidade; animado por uma alegria inverossímil para quem enfrenta tanta miséria. Esse povo nosso multitudinário e criativo aí está, disperso dentro do que resta da natureza mais prodigiosa da Terra. Aí está à espera de uma política econômica que faça dele o protagonista de seu destino.

Seremos impotentes para realizar as potencialidades de nossa terra e de nosso povo? É mesmo inevitável que continuemos enriquecendo os ricos e empobrecendo os pobres? Existe por aí algum projeto nacional alternativo já formulado que nos dê garantia de redenção?

Reiterar na rota política e no modelo de ação econômica que praticamos só nos dá segurança de perpetuação do atraso e até mesmo de genocídio, ou seja, de matança do povo brasileiro, que é o que está em curso.

A ordem econômica vigente nada mais tem a dar ao Brasil, se não miséria e mais miséria. O modelo de capitalismo que se viabilizou entre nós, aliás, muito lucrativo, é impotente para criar uma prosperidade generalizada a todos os brasileiros. (...)

A situação do Brasil é tão grave que só pode caracterizar a política econômica vigente como genocida. Estão matando nosso povo. Estão minando, carunchando a vida de milhões de brasileiros. Desnutrida, desfibrada, nossa gente está se tornando mentalmente deficiente para compreender seu próprio drama e fisicamente incapacitada para o trabalho no esforço de superação do atraso. (...)

Vivemos, com efeito, um processo genocida que faz vítimas preferenciais entre as crianças, os velhos e as mulheres; entre os negros, os índios e os caboclos. (...)

Sobre este drama bem brasileiro se alça outro ainda maior. Impensável há uns poucos anos. Indizível. Refiro-me ao assassinato de crianças por aparatos parapoliciais. (...) ...é uma guerra cruenta contra a infância e a juventude pobres, travada por organizações paramilitares clandestinas. Consentidas pelo Governo. Ignoradas pela Justiça. (...)

Outras vítimas desse genocídio são as mulheres brasileiras, mortas em abortos mal conduzidos. Também não sabemos contar os números espantosos dessas brasileiras, morrendo ou se inutilizando no esforço de não ter mais filhos. (...)

Pior, ainda no curso desse genocídio, mil vezes pior, para o destino de nosso povo, é o caso daquelas mulheres, milhões delas, induzidas a esterilizar-se em programas sinistros de contenção de natalidade. Está em curso em nossa Pátria todo um enorme e ricamente financiado programa internacional clandestino de controle familiar pela esterilização das mulheres pobres, sobretudo das pretas e mestiças. Seu êxito é tamanho que se avalia já, oficialmente, com números do IBGE, em 44% as mulheres brasileiras em idade fecunda já esterilizadas. Castradas.

Esse número espantoso faz temer que já não sejamos capazes de repor a população que temos. (...)

O que temos sido historicamente é um proletariado externo do mercado internacional. O Brasil jamais existiu para si mesmo, no sentido de produzir o que atenta aos requisitos de sobrevivência e prosperidade de seu povo. Existimos é para servir a reclamos alheios. Por isso mesmo o Brasil sempre foi, ainda é, um moinho de gastar gente. Nos construímos queimando milhões de índios. Depois queimamos milhões de negros. Atualmente, estamos queimando, desgastando milhões de mestiços brasileiros na produção não do que eles consomem, mas no que dá lucro às classes empresariais. (...)

Ao lamentarmos a ausência de Severo Gomes, não podemos deixar de identificar a vitalidade que representa ter entre os novos senadores o corajoso e lúcido Darcy Ribeiro. Nem tudo está perdido e a luta continua. ...

Nosso futuro, portanto, depende fundamentalmente da construção de civilização solidária e autônoma dos trópicos, por nós dirigida, comprometida com nossa história e com nossa cultura de fundo humanista, em resposta a legítimos anseios de nosso povo e em atendimento a suas necessidades e aspirações. É essencial para isso a existência de PROJETO NACIONAL que harmonize as ações de todos, superando nefastos estados de entropia e esse terrível moinho consumidor de homens, reafirme nossa auto-estima e defina objetivos e estratégias de titânico esforço coletivo, em benefício de todos. Absolutamente de todos os brasileiros. E daqueles que aqui vieram compartilhar conosco a maravilhosa aventura de construir, nos trópicos e dos trópicos, nova, humana e justa civilização.

Nessa obra, necessitamos nossas melhores mentes e corações, que são muitos, com viril disposição de enfrentar quaisquer que sejam os obstáculos que se interponham nesse caminho de reconstrução da SOBERANIA E DIGNIDADE nacionais. É essencial que haja a consciência coletiva da realidade que estamos vivendo, suas causas e circunstâncias, que nos levaram ao estado atual de delinquência. Que seja dado a tudo isto, com ira santa, um rotundo basta que objetive erradicar essas hediondas e alienadas práticas de brutalidade e barbárie, de canibalismo, que caracteriza e define a modernidade no Brasil. É crucial, para isso, que se organize poderosa frente de todos aqueles que têm compromissos perenes com a Pátria e pretendem, um dia, sem constrangimento e vergonha, encarar o fundo dos olhos de seus filhos.

Parafraseando Sêneca, diria, finalmente: Amo minha Pátria, não por ser grande ou poderosa, mas por ser minha. Quanto mais vulnerável estiver, mais necessita da lealdade, bravura e competência de seus filhos.

Brasília, junho de 1991.

EPILOGO

Este livro foi escrito ao longo dos últimos quatro anos. Os dados e informações utilizados no seu texto servem para evidenciar a existência de um processo que se implantou em nosso País e está conduzindo o seu destino. A análise desse processo levou-me às teses desenvolvidas. O livro resulta de um longo período de observação que se estendeu até o ano de 1989, quando sua estrutura básica ficou concluída. É continuação do meu *De Estado Servil a Nação Soberana — Civilização Solidária dos Trópicos*, de dezembro de 1987, que já aprofunda alguns dos aspectos essenciais dessas teses. Como referido em sua apresentação, ele teve origem em pedido do senador Teotônio Vilela que estava trabalhando sobre uma proposta de Projeto Nacional para o Brasil. Lamentavelmente o bravo senador foi-se antes que o trabalho — meu e de outros — estivesse concluído. Corresponderia-me a tarefa de avaliar as questões da tecnologia e da energia que, pela sua natureza abrangente, envolvem quase todos os aspectos importantes da vida econômica. Isto levou-me, com a ausência do grande amigo e brasileiro, a estender a análise a outras questões e elaborar *De Estado Servil...*

Como o desempenho de vários setores essenciais à vida nacional foi questionado nesse livro, esperava que isso promovesse profícuo debate em torno das principais questões que compromete o futuro do povo brasileiro; que outros livros da mesma natureza surgissem argumentando, explicando ou mesmo confrontando minhas teses. Teria ficado recompensado se alguma reação tivesse estimulado o debate, mesmo que isto implicasse em mostrar falhas de argumentação ou eventuais equívocos no suporte dessas teses. Isto, para minha tristeza, não ocorreu. As tentativas pessoais que fiz para promover esse debate foram frustradas. Gratificou-me porém inúmeros convites que recebi para proferir conferências sobre temas relacionados ao livro. Nessas ocasiões, com auditórios da mais variada natureza, apenas

obtive confirmação, embora nunca definitiva, do meu ponto de vista, sobre minhas interpretações, entre estudantes, militares, juristas, acadêmicos e, evidentemente, políticos. A impressão que me ficou era que as consequências desses encontros se restringiam aos recintos em que ocorriam; embora, no global, envolvessem milhares de pessoas, algumas, certamente, com poder de influência. Jamais essas circunstâncias puderam alcançar os meios que conformam a opinião massiva. Até foram por eles rejeitadas, o que era facilmente previsível pela natureza conflitante dos objetivos que representam.

Apesar do estranho bloqueio no mundo acadêmico ao debate das questões brasileiras do nosso tempo, gratificou-me também tomar conhecimento de que o livro estava sendo usado, aqui e ali, como texto ou como referência em vários setores do conhecimento em universidades. Pelo terceiro semestre consecutivo utilizei-o na disciplina de Administração Prospectiva que leciono no Curso de Mestrado em Administração da Universidade de Brasília. Os resultados, acredito, para mim e para meus alunos, foram compensadores; não obstante, de consequências muito limitadas para o País.

Levando em conta as conclusões da análise sobre a realidade nacional em *Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevida*, não poderia deixar de enfatizar minha perplexidade ante as ocorrências sucedidas no período entre a conclusão da estrutura básica do livro, em finais de 89, e o seu lançamento pela VOZES, em dezembro de 1991. Jamais pude imaginar que as consequências previstas, que se evidenciaram na análise que realizei, pudessem vir a ocorrer de modo tão acelerado.

É estarrecedor verificar como se promoveu, de modo ostensivo, o agravamento das causas estruturais de nossa desgraça coletiva!

A dependência externa é acentuada com a "abertura" de uma economia já escancarada e estrategicamente conduzida por outros interesses que não aqueles do povo brasileiro. Se algo havia para ser feito, e havia muito, era o resgate — por nós — do controle da nossa vida como Nação. Fez-se precisamente o oposto, ao desmontar-se os resquícios de resistências que existiam em estruturas construídas em quase um século de titânico esforço. Isto ocorreu, por exemplo, de modo violento, na área tecnológica, acentuando-se o que já vinha em marcha desde 1979.

No campo social a deterioração foi profunda, por ser cumulativa, mas também por se terem intensificado os mecanismos de destruição. O Banco Mundial, em seu Relatório de 1990, já nos classifica com um índice de distribuição de renda somente superior a Honduras e Serra Leoa, o que, nas atuais circunstâncias, reflete um regime econômico atroz, canibal, genocida.

Na produção agrícola de 1990/91 vimos a *débâcle* em relação a 1989, embora a produção de 87, 88 ou 89 pouco se relacionasse com as necessidades do povo brasileiro; visaram sempre exportações a qualquer custo. Agora, para manter o estado de miséria de parcela ponderável da população, somos obrigados a importar alimentos.

O único setor industrial dinâmico (com exceção do Proálcool), não estatal e predominantemente sob controle nacional, o setor de informática, abrangendo cerca de quinhentas empresas, foi institucionalmente desmontado, em nome da liberdade de mercado! Vão sobrar dois ou três conglomerados transnacionais. Como era antes! Fala-se em aumento da competição. Como? Na realidade, isto levará à formação de compacto oligopólio, de conseqüências conhecidas. É a modernidade!

O patrimônio do povo brasileiro, em áreas estratégicas como energia, mineração, siderurgia e aeronáutica, tem sua transferência promovida para mãos externas, a troco de moedas podres, em nome da privatização! Com quem ficará o controle dessas empresas? Certamente não será em mãos nacionais.

O dia 24 de outubro de 1991, quando deu início a execução desse processo, através da entrega da USIMINAS, ficará na nossa história como um dos dias mais nefandos, de traição e de vergonha.

As universidades estão sendo esvaziadas. Um professor em fim de carreira, em área profissional e em tempo parcial, chegou a ganhar menos que um gari de Prefeitura. Internamente, e em parte como conseqüência, estas instituições estão sendo deglutidas por um corporativismo sectário, autofágico. A antítese da sua natureza!

Chefes de Governo de países do Norte programam o controle de partes ponderáveis e estratégicas de nosso território; seus agentes realizam reuniões preparatórias para a ECO-92 (usada como foro para justificar essas ações), em instalações governamentais, com a presença subalterna de nossos dirigentes.

Promovem-se incríveis propostas externas para transformar as Forças Armadas em polícia de combate ao narcotráfico, substituindo-as em suas funções precípuas por forças "regionais" multinacionais.

Tudo é feito de modo explícito com amplo suporte dos meios massivos de comunicação. A opinião pública vem sendo paulatinamente preparada de modo a que propostas inacreditáveis venham a ser consideradas como normais, conformando-se as consciências ao hipnótico, ao subliminar. Nesse processo, tudo vale...

Ao tempo em que se fala em liberdade de produção, em "livre" iniciativa, promove-se legislação que cria reservas de mercado monopólicas, por

20 anos, para produtos farmacêuticos e alimentícios, cruciais para a vida dos cidadãos. Ainda mais, procura-se estender a legislação de patentes sobre a base genética de nosso riquíssimo trópico, com possibilidades portanto de controlar a vida vegetal e animal. Com esse instrumento legal, abre-se a porta para o surgimento de monstros ou de raça de abobalhados servis. Qualquer semelhança com os indivíduos "gama" das terríveis previsões de Aldous Huxley, em seu Admirável Mundo Novo, é mera coincidência.

Quem se atreve a analisar esses fatos e suas conseqüências ganha logo o carimbo de retrógrado. É a ditadura do carimbo, símbolo da tirania da modernidade.

Sobre algumas dessas questões reproduzimos artigo do jornalista EVANDRO PARANAGUÁ, publicado em outubro de 1991 no Jornal do Congresso Nacional. Ele descreve qual tem sido a estratégia destes quase vinte primeiros meses de Governo Collor:

"Quem pensa que o Presidente Collor perdeu sua capacidade de praticar ilusionismo para as multidões está enganado. Apesar dos elevados índices de rejeição de seu Governo e dele próprio, existe uma outra faixa de atuação utilizada com extrema competência pelo Chefe do Governo e todos aqueles que se empenham na consolidação do processo de dominação neocolonialista exercido sobre o Brasil pelas nações hegemônicas do Primeiro Mundo, o Grupo dos Sete.

Pouco importa o que o Presidente diz; é preciso observar o que ele faz. Afinal, o descompasso entre o discurso e a prática é característica marcante de Sua Excelência.

Como nos movimentos de torquez das batalhas militares, quando o inimigo é envolvido pelos flancos e depois cercado (o aniquilamento ou rendição é mero detalhe), o Governo envolve a Nação de um lado com a desmoralização do aparelho do Estado e sua destruição e de outro com a privatização desvinculada dos interesses nacionais. Até porque é inspirada no pensamento político de Margareth Thatcher e operacionalizada pelo FMI.

Os lances táticos dessa bem montada estratégia de inserção do Brasil na comunidade internacional — há sempre um rótulo sedutor para os piores venenos — passam por planos distintos. Um deles a massificação da propaganda institucional e a adesão e mesmo cumplicidade de grande parte da mídia. Não se vê, em momento algum, um debate público, por exemplo, sobre a controvertida questão da privatização da USIMINAS; apenas os monólogos ameaçadores do senhor Modiano e uma massiva promoção, com dinheiro público, de suas intenções, simbolizadas no pesado elefante perdendo a corrida para lépidos cavalinhos.

Há mais: neutralizada a capacidade de mobilização da sociedade civil impõe-se, na lógica perversa do Governo, que não se descuide do aproveitamento do "êxito". Fundamental, portanto, uma reavaliação do conceito de soberania nacional. É aí que entra a orquestração que visa o descrédito das Forças Armadas junto à opinião pública. Num primeiro momento o choque da miséria, levando os militares a um estado de penúria e muito reduzida capacidade operacional. Em seguida o questionamento sobre a validade da existência mesmo das Forças Armadas como instituição permanente, com setores vitais da imprensa brasileira abrindo e estimulando este tipo de idéias, cujo debate está em curso nos países integrantes do Grupo dos Sete, para aplicar-se, naturalmente, em países periféricos. Embora em sociedade pluralista qualquer tema possa ser debatido, é preciso ver em que contexto histórico isto acontece entre nós. Afinal, os militares podem vir a ser a linha principal de resistência contra a privatização fundada em critérios antinacionais e contra a marcha batida pela internacionalização da Amazônia. A sociedade civil tem se mostrado inapta para enfrentar a questão. A manipulação de informações, a propaganda maciça e a ausência de verdadeiro debate estariam colocando a opinião pública entre a indiferença e a concordância diante de um processo em que a Pátria vai se tornando biodegradável e vai sendo arrastada pelo ralo da História.

Urge, pois, nessa estratégia, desmoralizar os militares, a começar pela consolidação da idéia da sua inutilidade. Note-se que não se discutem mazelas do passado. Estão em causa presente e futuro. A instituição militar está sendo atingida não por seus defeitos, mas por suas virtudes, estas vinculadas à defesa de tudo aquilo que suporta a sobrevivência nacional, entre as quais a preocupação com a espoliação do Brasil por meio de um sistema financeiro internacional falido, da degradação crescente das relações comerciais de troca, da manutenção do modelo dependente que nos é imposto.

O entendimento nacional, sobre o qual tanto se tem falado, está completamente fora de foco, não pode ser mais um novo pacto das oligarquias entreguistas e apátridas. Ele passa, necessariamente, pela união de todo o povo brasileiro, representante intransferível da sociedade civil e o estabelecimento militar (também como uma parcela do povo) e está voltada para a defesa intransigente dos interesses da Pátria. Se isto não for levado a sério já, dentro de algum tempo a privatização da Petrobrás e a cessão de territórios da Amazônia estarão sendo comemorados com pompa e circunstância. Afinal, vivemos tempos de 'modernidade'".

Amigos meus aconselharam-me a ser simpático com meus leitores, para poupar-lhes qualquer sentimento de culpa pelo advento do estado de delinquência em que estamos mergulhados e, assim, tornarem-se adeptos das teses aqui desenvolvidas e, como consequência, passarem a defendê-las. Esta recomendação respeitável é digna da maior consideração. Tive no entanto dificuldades em ajustar este conselho com os princípios que orientaram a elaboração deste livro.

Em primeiro lugar, ele foi fundamentado na evidência de fatos e acontecimentos de natureza estritamente impessoal e, mesmo assim, somente foram considerados aqueles que podiam ser configurados como parte de um processo, de um sistema de ações. Considero que nós — brasileiros — somos mais vítimas que algozes, mesmo aqueles que estão se beneficiando do processo. Quer por desconhecerem, eventualmente, sua natureza ou por não terem consciência de que estão sendo agentes de dinâmica suicida. A situação muda, naturalmente, quando essa consciência existe, o que provavelmente é raro.

Em segundo lugar, este não é um livro de denúncia, mas de argumentação, de análise e, se possível, visa ajudar no entendimento de algo que tem fincado profundas raízes em nossas entranhas. Esse processo tem seus fundamentos aparentes em ideologias e linhas de pensamento, em geral de origem exógena a nossos valores e cultura e que sofrem na sua aplicação deturpações propositais, deixando o nosso povo sem referência e defesa. Por isso, é necessário dar oportunidade aos leitores para que meditem, analisem os fatos e suas correlações e retirem de suas próprias consciências um posicionamento de cidadania. Nossa cultura, especialmente no seu lado espiritual, é sempre tolerante com os equívocos. Ela abre amplos caminhos para a recomposição, mesmo quando envolve atos dolosos.

Em terceiro lugar, como intelectual, tenho compromisso definitivo com a busca da verdade. Os fatos, as evidências, precisam aparecer como eles são e suas circunstâncias, com toda abrangência e, se for o caso, com a brutalidade que os caracteriza, especialmente aqueles que necessitam ser erradicados pela eliminação das causas que os provocam. Como é possível fazer isto sem que essas causas sejam conhecidas, em profundidade? A mistificação, a mentira é um mal maior da estratégia em vigor, que nos brutaliza, nos inviabiliza como seres humanos de bases morais consolidadas. Ela cria espessa nuvem de fumaça que oblitera o entendimento da realidade e anula a componente cultural humanista que está em nossas origens como sociedade organizada. Não favoreçamos o surgimento de dificuldades a nossas atitudes. Caso contrário ficamos impedidos de assumir as responsabilidades que nos cabem como cidadãos socialmente comprometidos. Sabemos que há sempre faixas de luz e de sombra. A abstração do real, porém, é, nessas circunstâncias, a principal estratégia. Ela garante o status quo.

E, finalmente, é necessário evitar ter o medo como conselheiro. É, sempre, um péssimo conselheiro.

Outros amigos, em plano mais formal, chamam a atenção para a necessidade de fixar referências por meio de citações, ao modo como o fazem as publicações acadêmicas; como se as citações dessem credibilidade ao conteúdo! Muitas vezes elas representam transferência de responsabilidades. Em alguns casos, porém, é um dever a citação, quando corresponde a idéia criadora, de autoria definida, explícita e completa. Até por motivo de reconhecimento e justiça. Nunca para dividir responsabilidades e transferir para outros o ônus da prova, especialmente em livro da natureza deste. Assim, o autor não deve fugir ao princípio de assumir integralmente suas interpretações e teses. Muitos dados utilizados neste livro como referência tiveram que ser verificados em várias fontes, nem sempre coincidentes, sendo posteriormente submetidos a um contexto mais global da nossa realidade. Além disto, o uso de muitas citações tiram a leveza do texto e dá a impressão de tratar de assunto somente de interesse para especialistas, o que, em nenhuma hipótese, é o objetivo deste livro. Como as circunstâncias que estamos vivendo têm peso importante na natureza da análise realizada, muitas informações não se encontram ainda disponíveis em documentos consolidados; por isso, é crucial que o autor as descreva, quando necessário, após ter verificado por todos os meios possíveis sua veracidade. A verdade última, a rigor, nunca está completamente ao alcance; somente o crivo implacável do tempo é capaz de depurá-la. O essencial é que as idéias formem um conjunto harmônico, compatibilizando-se entre si, qualquer que seja o ângulo de visão ou a precisão do enfoque. A melhor verificação de sua veracidade é a resistência a um maior número possível de comprovações sem se desarticularem. Deste modo, ganham autenticidade e demonstram boas intenções.

Muitos supõem ser essencial nessa análise o uso de procedimentos classificados como "técnicos", sem considerar que muitos desses procedimentos se fundamentam em paradigmas equivocados ou incompletos para os fins que se pretende alcançar. Como o importante neste caso são as fundamentações conceituais e morais, os objetivos da sociedade e suas crenças, é necessário muito cuidado com o uso dos meios. Algumas das ciências sociais e humanas constroem edifícios lógicos sobre fundamentos, princípios ou paradigmas de duvidosa consistência ou mesmo falsos quando considerados em relação aos objetivos humanos e sua natureza, às condições físicas da ecosfera que suportam a vida, e às aspirações dos povos, seus valores e crenças. Como disse Levy Strauss: "As ciências humanas não são ciências a não ser por uma adúladora impostura. Elas se chocam com um limite intransponível porque as realidades que elas aspiram conhecer têm o mesmo nível de complexidade que os instrumentos intelectuais que elas usam". Por esses motivos, procurei fugir dessa armadilha

intelectual resultante da supervalorização dos meios. Os fins nunca devem justificar os meios pois são eles os que realmente contam. São eles que necessitam ser identificados e alcançados. Se os meios a eles não conduzem, que sejam eliminados ou substituídos. É prudente, portanto, mantê-los na categoria do que realmente são.

Os caminhos da vida no mundo natural são sempre simples e podem ser belos. Quando eles começam a ficar complicados, ininteligíveis, sem saída, existe algo de equivocado ou doentio. Ou, como dizem alguns, "quando a história acabou" o caminho, definitivamente, apodreceu. Nestas condições o ser humano perde sua razão de existir, torna-se apático, omisso ou violento. Então, é necessário, é urgente mudar de rumo, voltar ao simples, ao que não conflita com a razão natural das coisas. O conceito somente se impõe quando coincide com as leis naturais da vida ou com as crenças sedimentadas em milênios pelo Homem. São elas que sustentam a suprema alegria de viver. Assim o via Akhenaton, faraó egípcio, poeta e introdutor do monoteísmo, que viveu e reinou no século XIV antes de Cristo. O seu HINO AO SOL, tão atual como comovente, principalmente em relação a nós — habitantes da maior Nação tropical do Planeta — é uma maravilhosa referência que dignifica o Homem. Akhenaton nos dá lição eterna de sabedoria sobre a vida e a sua existência e origem, sobre a natureza que a fundamenta, tendo o Sol como supremo sacerdote. O Hino é uma poética leitura termodinâmica da biosfera. A Ciência levou trinta e dois séculos para explicar o que Akhenaton disse, com tanta beleza, acerca da ordem natural das coisas. É ainda um canto ao Humanismo.

HINO AO SOL

Akhenaton, Amenhotep IV, 1375-1358 aC

Brilhante fica a Terra quando apareces no horizonte,
iluminando como um Deus o dia!

Afastas a escuridão enviando teus raios.

Tudo fica em festa.

Todos despertam por seus pés,
pois fazes que se levantem.

Banhados os corpos, tomam as vestes
e elevam os braços em tua adoração,
levando todos ao trabalho.

Quanto te pões no horizonte,
a Terra fica escura como a morte.

Os homens dormem em suas casas,

cabeças cobertas, narinas inúteis.
Ninguém vê o outro,
quando suas coisas são roubadas,
sob suas cabeças,
sem que ninguém perceba.
Os leões saem das cavernas
e as serpentes envenenam.
Escuridão...
O mundo está em silêncio.
Aquele que o fez sumiu no horizonte...

O gado repousa no pasto.
As árvores e as plantas florescem.
Os pássaros revoam em seus ninhos,
com as asas batendo em adoração a Ti.
Todos vivem, quando existe o calor solar...
Os barcos velejam a favor e contra a corrente.
Todas as estradas são abertas.
Nos rios os peixes nadam
e teus raios alcançam o fundo dos oceanos.
Criador do germe na mulher
e da semente no homem,
dás a vida ao filho no ventre da mãe,
que o reanima para que não chore
amamentando-o em seu peito.
Lhe dás o ar para que respire,
quando sai do ventre ao nascer.
Abres-lhe a boca para que fale
e zelas pelo seu sustento.
Ao pinto que no ovo já se move,
dás-lhe o sopro para que viva.
No ovo já lhe deste o poder de rompê-lo
e, liberto, sai andando sobre seus pés.
Quão numerosas tuas obras,
para nós, misteriosas!
Deus único sem semelhante,
criaste a Terra segundo teu coração,
quando estavas só:
os homens, os animais, as feras,
tudo que está sobre a Tera e caminha,
tudo que está no céu e voa,
e os países estrangeiros, Síria e Núbia,
e a terra do Egito.

Colocastes os homens em seus lugares
e provêis seus sustentos.
Embora suas línguas variem,
e seus caracteres
e a cor da pele,
cada um tem seu pão e seu tempo de vida.
Tu separaste as regiões.
Criaste o Nilo no deserto,
fazendo-o surgir por obra do teu amor,
para que vivam os habitantes,
pois tu os fizeste para ti,
por causa da tua solicitude.
Ó senhor de todas as terras,
tu brilhas para elas,
luz diurna, grande em poder.
Todas as terras, até as mais longínquas,
receberam do céu o seu Nilo
para que descesse sobre elas,
beijasse as colinas com suas chuvas
e regasse seus campos entre aldeias.
Quão excelentes teus desígnios,
ó senhor da eternidade!
Teus raios alimentam os campos,
que resplandecem e vivem.
Por ti são férteis.
Tu criaste as estações
para manter em vida as criaturas.
O inverno para refrescá-las,
o calor para reanimá-las.
Fizeste longínquo o céu
para nele te espalhares
e contemplar tua criação.
Ês o único a brilhar,
apareças velado
ou em plena glória,
estejas próximo ou distante.
Criaste milhões de formas,
cidades e aldeias, campos, caminhos e rios.
Todos te olham
quando estás no alto.

.....

Os seres da Terra se formam em tua mão
como tu o desejares.

Brilhas, eles vivem;
deitas-te, eles morrem.
Ês a própria essência da vida,
vivem todos em ti.

.....

Tudo que está em movimento
desde a fundação da Terra,
tu o manténs para o filho da tua carne,
o rei do Alto e do Baixo-Egito,
que se alimenta da Verdade
e cuja direção é grande,
e para a rainha, sua esposa amada,
senhora dos Dois Países,
viva e florescente,
desde sempre e eternamente.

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Alto-Paulista, SP

17110-000 R. Lúcia Leopoldo, 376 - Casa

15 - 1º andar

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

10742

Alto-Paulista, SP

17110-000 R. Leopoldo, 12 - 1º

Tel. e Fax: (051) 221-1242

Bairro Hortolândia, SP

07615-000 R. Tupy, 316

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-4032

Barro Branco, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Barro Branco, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Barro Branco, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

10742

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campo Grande, SP

13040-000 R. R. do Rio Branco, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. e Fax: (051) 221-1247

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Campina, SP

13040-000 R. 15 de Novembro, 100

Tel. (051) 221-2211

Fax: (051) 221-1237

Reinas, elas vivem;
delas, elas morrem.
É a própria condição da vida,
viverem todas em ti.

.....
Tudo que está em movimento
dáda a fundação da Terra,
tu o mandas para o fim da tua criação;
o rei do Alto e do Baixo-Reino,
que os alimentos da Verdade
e cuja direção é grande,
o pai e a mãe, sua esposa amada,
señores dos Dois Países,
vive e florescente,
dáda sempre a eternamente.

.....
Tudo que está em movimento
dáda a fundação da Terra,
tu o mandas para o fim da tua criação;
o rei do Alto e do Baixo-Reino,
que os alimentos da Verdade
e cuja direção é grande,
o pai e a mãe, sua esposa amada,
señores dos Dois Países,
vive e florescente,
dáda sempre a eternamente.

.....
Tudo que está em movimento
dáda a fundação da Terra,
tu o mandas para o fim da tua criação;
o rei do Alto e do Baixo-Reino,
que os alimentos da Verdade
e cuja direção é grande,
o pai e a mãe, sua esposa amada,
señores dos Dois Países,
vive e florescente,
dáda sempre a eternamente.

MATRIZ

Petrópolis, RJ
(25689-900) R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
Tel. (0242)43-5112
Fax: (0242)42-0692

ESCRITÓRIOS

Rio de Janeiro, RJ
(22410-000) R. Visconde de Pirajá, 146,
sala 502
Tel. e Fax: (021)521-1847

São Paulo, SP
(01309-902) R. Luiz Coelho, 308 – Sala
37 – 3º andar
Tel.: (011)258-6910
Fax: (011)258-7070

LOJAS

Bauru, SP
(17015-002) Av. Rodrigues Alves, 10 – 37
Tel. e Fax: (0142)34-2044

Belo Horizonte, MG
(30190-060) R. Tupis, 114
Tel.: (031)273-2538
Fax: (031)222-4482

Blumenau, SC
(89010-003) R. 15 de Novembro, 963
Tel. e Fax: (0473)22-3471

Bragança Paulista, SP
(12900-000) R. Cel. Teófilo Leme, 1055
Tel. e Fax: (011)433-3675

Brasília, DF
(70730-731) CLR/Norte, Q. 704, Bloco A,
Nº 15
Tel.: (061)223-2436
Fax: (061)223-2282

Campo Grande, MS
(79002-174) R. Br. do Rio Branco, 1231
Tel. e Fax: (067)384-1535

Cuiabá, MT
(78005-600) Av. Getúlio Vargas, 381
Tel. e Fax: (065)322-6967

Curitiba, PR
(80230-080) R. 24 de Maio, 95
Tel.: (041)233-1392
Fax: (041)233-1513

Fortaleza, CE
(60025-100) R. Major Facundo, 730
Tel.: (085)231-9321
Fax: (085)221-4238

Goiânia, GO
(74023-010) R. 3, Nº 291
Tel. e Fax: (062)225-3077

Juiz de Fora, MG
(36010-041) R. Espírito Santo, 963
Tel. e Fax: (032)215-8061

Novo Hamburgo, RS
(93310-002) R. Joaquim Nabuco, 543
Tel. e Fax: (051)593-8143

Pelotas, RS
(96015-300) R. 7 de Setembro, 145
Tel. e Fax: (0532)27-1032

Porto Alegre, RS
(90010-273) R. Riachuelo, 1280
Tel.: (051)226-3911
Fax: (051)226-3083

Recife, PE
(50050-410) R. do Príncipe, 482
Tel.: (081)221-4100
Fax: (081)221-4180

Rio de Janeiro, RJ
(20031-201) R. Senador Dantas, 118-I
Tel. e Fax: (021)220-6445

Salvador, BA
(40060-410) R. Carlos Gomes, 698-A
Tel.: (071)241-8666
Fax: (071)241-8087

São Paulo, SP 1
(01414-000) R. Haddock Lobo, 360
Tel.: (011)256-0611
Fax: (011)256-2841

São Paulo, SP 2
(01006-000) R. Senador Feijó, 158/168
Tel.: (011)35-7144
Fax: (011)37-7948

com uma atualidade e lucidez sem precedentes.

Com esta forma de pensar, insere a questão do Meio Ambiente em seu papel vital para a sobrevivência dos homens sobre a TERRA; não em uma análise da "moda", mas como quem conhece profundamente os erros – e os acertos também – do uso da Ciência e suas conseqüências para a VIDA. O último capítulo é a confirmação de que valeu a pena a aventura por todas as páginas, pois elas são retomadas e, pelo caminho da Ciência e do Humanismo, podemos ter caracterizado a visão global, holística, do todo (ou como quisermos chamar), desde que signifique abrangência e convivência de todas as coisas em equilíbrio com a cultura milenar que a história dos povos nos ensina.(...)

História, Economia, Poder, Energia, Tecnologia, Meio Ambiente e Futuro são pilares da análise de Bautista Vidal, que merece toda atenção por ser voz que alerta com conhecimento ímpar os rumos percorridos pelo Brasil e as alternativas que ainda nos restam para podermos ser dignos de nos dizer *Cidadãos Brasileiros*.

Com este livro, Bautista Vidal aprofunda o seu *De Estado Servil a Nação Soberana – Civilização Solidária dos Trópicos* e amplia um modo novo de ver e pensar o Brasil, sem dúvida um passo importante na consolidação da nascente Escola de pensamento de Brasília.

Tereza Cristina Brandão

TRECHO DO LIVRO

A crise econômica brasileira tem sua origem primeira no "modelo de crescimento econômico dependente", adotado por indução de países hegemônicos predadores.

As consequências desse "modelo", alienado e servil, extrapolam em muito o âmbito do econômico para atingir de

modo brutal e sinistro a vida humana e a sobrevivência de nosso povo.

Nestas condições, passa a ser crucial a revisão da atual situação de dependência e a identificação do imenso potencial de riqueza energética nacional como um valor estratégico de peso mundial. É crucial,

**"É crucial,
também, desprivatizar o
Estado,
voltando à legitimidade"**

também, desprivatizar o Estado, voltando à legitimidade, para que se possa restituir-lhe as

responsabilidades da representação e da defesa dos interesses coletivos da gente brasileira.



EDITORA VOZES 1901-1991

Uma vida pelo bom livro

ISBN 85.326.0711-X



9 788532 607119